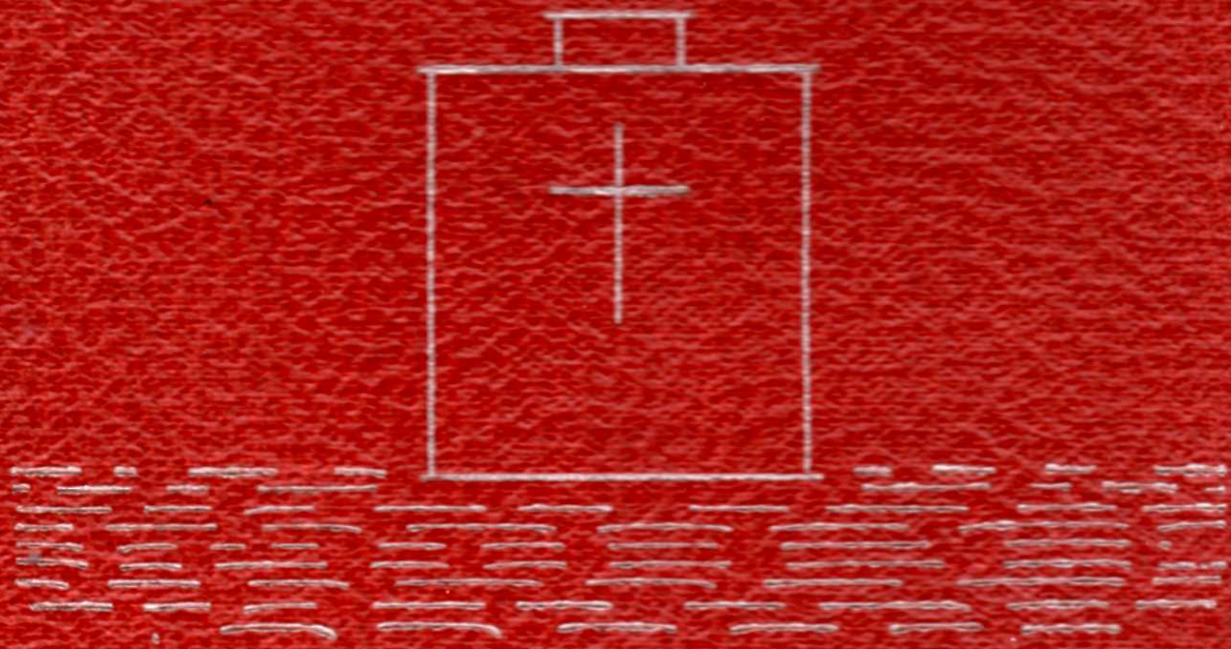
O PASTOR



MANOEL AVELINO DE SOUZA

O PASTOR

Manoel Avelino de Souza

Professor do Seminário Batista do Rio de Janeiro e pastor da Igreja Batista de Niterói, desde 1919.

2.ª EDIÇÃO

1956

CASA PUBLICADORA BATISTA
CAIXA POSTAL 320
RIO DE JANEIRO

Impresso nas Oficinas da Casa Publicadora Batista
Rua Silva Vale, 781 — Tomaz Coelho
Rio de Janeiro

O Pastor

Tendo-se esgotado a 1a. edição do livro "O Pastor", resolvi editar esta 2a. edição, corrigida e melhorada. Na 1a. havia matéria que perdera sua atuação, razão porque foi tirada.

Nesta, porém, foi aumentado o 19º. capítulo que cuida das organizações batistas extra-convenção, assunto que interessa aos jovens seminaristas que devem sair do Seminário sabendo matéria do seu interêsse prático e necessária ao seu pastorado. Também as igrejas em geral devem estar informadas a respeito dêsses assuntos, cuja ignorância tem trazido tanta dúvida em muitos obreiros e pessoas relacionadas. O capítulo que trata das organizações da igreja foi aumentado de novo e ligeiros acréscimos e decréscimos feitos onde necessários.

O livro "O Pastor" foi adotado em nosso Seminário do Rio quando o autor era professor da Teologia Prática. Não sei se o seu sucessor o adotou. Outros Seminários batistas e de outras denominações o adotaram também. De modo que era necessária e urgente a 2a. edição.

Lançando esta edição melhorada ao público, esperamos que tenha o mesmo acolhimento entre nossa gente evangélica.

A obra é pequena, mas em português é a única que eu saiba que há; existem outras obras da mesma natureza em inglês e em espanhol. "O Pastor" tem ainda outra vantagem para nós. Além de ser em nossa língua, é fruto da experiência do autor, agora chegando ao quadragésimo ano de pastorado e de mais de 15 anos de professor da matéria. Considera os problemas indígenas e atuais dos nossos pastôres nacionais.

Naturalmente, como disse na 1a. edição, é apenas um ensaio, pois a matéria comporta muito mais, o campo é vasto e muito há que escrever a respeito, mas aí estão as bases ou os rudimentos imprescindíveis.

Niterói, julho de 1955.

O AUTOR

ÍNDICE

Páginas

Prefácio 5
Uma Palavra ao Leitor 9
Prefácio 13
Opiniões Sôbre esta Obra 19

CAPÍTULO

I — A Vocação Ministerial 21
II — O Pregador e a Família 33
III — O Pregador e Suas Relações comerciais e Financeiras 39
IV — A Cultura e o Campo de Estudos do Pregador 47
V — O Problema Eclesiástico do Pregador . . 53
VI — As Organizações na Igreja 67
VII — As Ordenanças 89
VIII — As Festas na Igreja e Outras Organizações 99
IX — A Disciplina na Igreja 105
X — O Pastor e os Oficiais da Igreja 111
XI — A Sessão da Igreja 117
XII — O Sermão 121
XIII — Fases na Vida e Trabalho do Pastor . . 141
XIV — A Autoridade do Pregador 157
XV — O Pregador deve e Necessita Conhecer Deus e os Homens 163
XVI — Outras Prerrogativas do Pregador 178

XVII — O Pregador e Suas Relações Políticas .. 191
XVIII — O Pregador na Sua Cooperação 199
XIX — Organizações Batistas Extra Convenção 223

Imprensa Bíblica Brasileira 229
Ata da Assembléia Geral 231
Estatutos da Associação Denominada Batista do Rio de Janeiro 237
Estatutos da Junta Patrimonial Batista do Sul do Brasil 242
Estatutos da Convenção Batista Brasileira 253

Uma Palavra ao Leitor

Nossa literatura ainda é pobre no campo da eclesiologia e da teologia prática ou pastoral. Razão porque desejei enfeixar neste volume — "O Pastor" — a série de artigos que por mais de cinco anos publiquei nas colunas d' "O Escudeiro Batista". Fruto do nosso humilde ministério de mais de vinte anos. E é fruto da experiência, à parte as citações. E' possível que haja muitas lacunas neste livrinho e de certo as há. Disto não tenho dúvidas, mas é um comêço e assim espero que seja recebido o esfôrço de escrever alguma obra que oriente àqueles que desejarem examiná-la. Não foi meu intuito ensinar, mas ter alguma coisa escrita para as novas gerações de pastôres e pregadores que surgem e hão de surgir.

Os mais novos pedem aos mais velhos uma palavra, uma experiência, um conselho para começarem acertando, embora mais tarde sejam mestres no assunto e já não precisem do conselho do passado. Contudo é um ponto de partida que êles têm o dever de continuar melhorando e completando de acôrdo com o progresso da causa das igrejas de Cristo e das experiências pastorais, da cultura teológica.

Outra razão que me levou a enfeixar os ditos artigos neste livrinho foi aproveitar o que se fêz num campo de atividade de pouco interêsse e descurado das suas necessidades.

E porque muitos irmãos me estimularam a reuni-los neste livrinho, resolvi assim proceder no pressuposto de que de fato podiam ser úteis a outros que não puderam lê-los no jornal.

De certo resolvendo reduzi-los a êste livro, tive de submetê-los a uma correção mais rigorosa, e pedir a opinião de mestres na matéria e ouví-los nas sugestões, tão boas quão necessárias. Assim é que sou agradecido aos irmãos Drs. W. C. Taylor, Almir Gonçalves, A.R. Crabtree, S. L. Watson e José de Miranda Pinto. A êste último devo o prefácio precioso da obra, cuja palavra de obreiro espiritual e pastor dedicado muito me honra. Não posso deixar fora desta obra o nome para mim muito ilustre do Dr. A. B. Christie, que durante êsses anos de cooperação franca e leal, me tem sido um amigo, um companheiro e um mestre, de quem muito aprendi pelo contato, pela observação, no ministério de pregador eloqüente e de espírito profundamente democrático. Ainda devo reconhecer o grande concurso do jovem Moysés Silveira, por corrigir a linguagem e pô-la na ortografia simplificada. Também à jovem secretária do diretor da Casa Publicadora Batista, senhorita Lúcia Pôrto, por ter feito todo o trabalho datilográfico. A êstes ilustres cooperadores o meu reconhecimento, a quem entrego todo o mérito da obra se é que ela o tem.

Devo também uma palavra de gratidão a minha amada igreja em Niterói, à qual tenho servido desde 5 de agôsto de 1917, de cujo púlpito tenho ministrado a palavra de Deus êstes anos e mùtuamente temos aprendido o que aí está.

Também sou devedor ao Seminário Batista do Rio, onde ensinando, tenho conseguido conhecimentos.

Não podia deixar no olvido o grande concurso que me prestou a redação do "Escudeiro Batista" em publicar fiel e regularmente a referida série de artigos durante

um período superior a cinco anos, sempre com boa vontade tanto o velho companheiro na causa, o pastor inesquecível dos batistas fluminenses, Joaquim F. Lessa, como o seu sucessor, não menos digno de respeito e de honra, o jovem pastor dr. Fidelis Morales, uma das glórias do ministério cristão e jóia de raro valor que engrossa e honra as fileiras evangélicas fluminenses.

Ao dr. T. B. Stover também, por concordar em usar o "Fundo Hatcher" para que conseguíssemos a impressão do livro.

Diante de tudo isto, de todo êste concurso e esfôrço, pode-se avaliar das enormes dificuldades para vir a lume e a público uma obra dêste caráter, sem auréola alguma, cujo objetivo é servir à causa de Jesus.

Às novas gerações de obreiros do seminário, à minha amada igreja e à minha querida espôsa, inspiradora de muitos dos meus ideais, apesar de obreira desconhecida, sempre quietinha no seu cantinho, honrando o seu lar e o ministério do seu espôso, dedico esta obra de todo o coração.

O autor

Prefácio

"Sôbre ninguém imponhas precipitadamente as mãos" — escreve o venerando Paulo ao jovem ministro Timóteo. Na verdade, quantas vêzes, por uns tantos sinais equívocos, não se deita o óleo da unção sôbre a cabeça daquele a quem Deus não escolheu? A imposição das mãos não faz um ministro, assim como o hábito não faz o monge. A cerimônia a que, às vêzes, as próprias igrejas atribuem um mérito despropositado, é apenas uma formalidade, um ato exterior, que exibe aos olhos do público aquilo que o Espírito deve ter anteriormente feito no coração da alma eleita — a separação para o serviço do Altar. Se faltar essa escolha interior, tôdas as mãos do presbitério, todo o óleo da unção e tôdas as preces do universo cristão não conseguirão fazer do consagrando um ministro de Deus, nem ainda mesmo pelo espaço de um minuto.

Duas coisas devem preceder a imposição das mãos: primeiramente, é mister que haja uma absoluta certeza da divina chamada; em segundo lugar, é necessário que haja uma divina preparação para o exercício dessa chamada. Essa preparação variará segundo a pessoa e os propósitos com que Deus a tenha chamado; mas, seja como fôr, é isdispensável essa preparação. O próprio apóstolo Paulo, chamado desde o ventre para ministro e doutor da gentilidade, não pôde entrar no exercício da sua vocação, senão depois de três anos de recolhimento e preparo espiritual nos ermos da Arábia.

A divina chamada é interior; mas assim como se distingue o lôbo vestido de ovelha, da mesma ovelha, distingue-se também o verdadeiro chamado, daquele que o não é, pelas suas obras. Não se colhem uvas dos espinheiros, nem figos dos abrolhos. Há um fruto característico daquele que é interiormente chamado por Deus para o ministério do santuário evangélico. Êle se há de revelar, cedo ou tarde, porque as labaredas do Altíssimo ardem no seu peito. "Se eu disser: não farei menção dêle, nem falarei mais em seu nome, há no meu coração um como fogo ardente, encerrado nos meus ossos, e estou cansado de sofrer e não me posso conter" (Jer. 20:9).

Quando manuseamos o Sagrado Rôlo, fica-nos o coração a vibrar se os nossos olhos pousam e ponderam as muitas passagens em que, no antigo e moderno Testamento, se fala do ministério pastoral. Parece-nos que, para não ficarmos em dúvidas e equivocados sôbre uma vocação tão grave, o Espírito de Deus engendrou figuras e cumulou exemplos sôbre o ministério pastoral, estabelecendo claríssimas linhas de marcantes entre o verdadeiro e o falso.

Eis o que a divina Palavra diz do falso pastor:

1. *São egoístas,* apascentam-se a si mesmos e não o rebanho: "Ai dos pastôres de Israel, que se apascentam a si mesmos! não devem os pastôres apascentar as ovelhas?" (Ez. 34:2).

2. *São covardes*. Diante dos perigos que ameaçam o rebanho ou qualquer ovelha do mesmo rebanho, fogem, deixando um e outro à mercê do lôbo: "O que é mercenário e não pastor, a quem não pertencem as ovelhas, vê vir o lôbo, abandona as ovelhas e foge, e o lôbo as arrebata e dispersa. O mercenário foge, porque é mercenário e não se importa com as ovelhas" (João 10:12,13).

3. *São gananciosos,* e exercem o ministério por ânsia

de torpes lucros: "Os cães são vorazes, nunca podem fartar-se; e êstes são pastôres que não podem entender: todos êles declinaram para o seu caminho, cada um para a sua ganância, todos sem exceção" (Isaías 56:11).

4. *São embrutecidos,* porque não consultam a Jeová, nem o consideram em seus caminhos: "Pois os pastôres se embruteceram e não consultaram a Jeová; por isso não prosperaram, e todos os seus rebanhos se acham dispersos" (Jer. 10:21).

5. *Fazem errar as ovelhas*. São, neste particular, como Jeroboão, filho de Nebate, que pecou e fêz pecar a Israel. "Ovelhas perdidas têm sido o meu povo; os seus pastôres fizeram-nas errar, e voltar aos montes; do monte passaram ao outeiro, e esqueceram-se do lugar do seu repouso" (Jer. 50:6).

6. *São subtis* e escondem sempre sob um aspecto de fingida piedade e rapacidade do seu coração: "Guardai-vos dos falsos profetas, que vêm a vós com vestes de ovelhas, mas por dentro são lôbos vorazes" (Mat. 7:15). "Eu sei, diz Paulo", que depois da minha partida virão a vós lôbos ferozes que não pouparão o rebanho, e que dentre vós mesmos surgirão homens falando coisas perversas para atrair os discípulos após si" (Atos 20:29,30).

Para êsses pseudo-pastôres o Livro de Deus apresenta os mais severos castigos. Em primeiro lugar o próprio Senhor virá em pessoa e arrebatará das mãos mercenárias as suas legítimas ovelhas: "Eis que sou, diz o Senhor, contra os pastôres; das suas mãos requererei as minhas ovelhas" (Ez. 34:10). Além disso, que por si só é duríssima punição, diz o Senhor que virá sôbre êles com a espada: "Ai do pastor imprestável que abandona as ovelhas! a espada cairá sôbre o seu braço e sôbre o seu ôlho direito será inteiramente escurecido" (Zac. 11:17). Notai quão miserável é o estado dêsse infiel, com o braço decepado ou mirrado e o ôlho direito vasado e

escurecido. Êsses serão os distintivos da sua falsidade. A sua obra não prospera, porque lhe falta a dextra de serviço; e a sua direção fracassa, porque não há lume no seu ôlho direito.

A par dessa horrenda descrição do pastor falso, há na Palavra a dulcíssima apresentação do verdadeiro pastor, em parábolas de sublime encanto:

1. Êle *ama* as suas ovelhas. Se uma só delas se extraviar, deixará no redil as noventa e nove restantes, e irá empós da perdida, até achá-la. Achando-a, trá-la-á sôbre os seus ombros, gostoso (Luc. 15:5).

2. Êle *conhece* as suas ovelhas — o seu nome, os seus hábitos, as suas necessidades, as suas aflições, tudo. "Eu sou o bom Pastor, conheço as minhas ovelhas, e as que são minhas, me conhecem a mim" (João 10:14).

3. Êle *dá a sua vida* pelas suas ovelhas. O profeta Amós ensina que ao Pastor, até um pedaço da ovelha é tão grato, que por amor dêsse pedacito pelejará com o leão a fim de lh'o arrancar da sua bôca. "Assim como o Pastor livra da bôca do leão duas pernas, ou um pedacinho duma orelha..." (Amós 3:12). E Jesus ensinou: "O Bom Pastor dá a sua vida pelas suas ovelhas" (João 10:11).

4. O verdadeiro pastor *é corajoso,* por amor das suas ovelhas. Não foge do lôbo que ameaça o rebanho e não se assusta do rugir do leão e do cachorro de leão, quando investem famintos sôbre as suas ovelhas indefesas (Isa. 31:4).

5. Êle chama as ovelhas pelo nome e as *guia* a pastos virentes e quietas águas. Duas varas estão na sua mão de Pastor: Uma se chama Formosura e a outra se chama União (Zac. 11:7b). Êle usa de inteligência e ciência, porque são pastôres segundo o coração de Deus (Jer. 3:15).

Nas mãos de tais pastôres, o rebanho de Deus cresce

e engorda. Não é isso, porventura, o por que mais chora a cristandade moderna? Não é o por que mais suspira a Igreja do Cordeiro, nestes aziagos dias, batida pelo vendaval de doutrinas frívolas, tentações do século, opressões da presente ordem social? Se houve um tempo quando se fizesse mister o aparecimento de verdadeiros pastôres, pastôres segundo o coração de Deus, para proteção e doutrinação das suas ovelhas, êsse tempo é o de hoje.

E', pois, para saudar com palmas de júbilo o aparecimento do livro do Prof. Manoel Avelino de Souza, com o qual pretende ensinar a nós pastôres a arte de ser pastor. Melhor do que êle, ninguém vejo no meio batista para uma emprêsa tão exaltada. A sua longa experiência no pastorado, a sua eloqüência como pregador, a sua cultura teológica, e, sobretudo, a sua paixão pelo ministério, fazem-no o homem para essa cátedra. Aspiro para sua obra um destacado lugar no coração dos pastôres e aspirantes ao pastorado, desta terra. Sei que em futuras edições, quando o tempo lhe permitir, há-de aprimorar ainda mais a sua obra, a fim de que seja, tanto no lavor da linguagem como na substância da sua doutrina, o compêndio do pastor, o *vade mecum* do evangelista.

José de Miranda Pinto

Opiniões sôbre esta Obra

Entre as matérias do curso teológico, a Teologia Pastoral merece consideração especial, porque é de grande valor prático. Como é que o pastor evangélico pode ser feliz no seu ministério? Quais são os predicados do pastor eficiente? Que responsabilidade tem na orientação de sua igreja? Qual é, enfim, a sua missão e como pode desempenhar-se dela? Êste livro foi escrito para responder a tais perguntas e satisfazer o desejo de seminaristas ou do jovem pastor que quer aprender algo da experiência e dos ensinos de outros, antes de entrar na sua carreira, a fim de evitar erros prejudiciais e resolver os seus problemas no espírito de amor cristão, orientado por sabedoria e conhecimento.

De seus longos anos de experiência feliz, de pastor e de professor da matéria, o nosso prezado colega conhece bem de perto a psicologia do nosso povo, os problemas do pastor e as oportunidades de serviço que multiplicam nas diversas relações pastorais. Com as qualificações de estudo, ensino e prática, o Dr. Manoel Avelino de Souza traz à sua tarefa o coração do verdadeiro pastor, e nos apresenta uma obra de grande valor, uma contribuição nova e muito significativa para a nossa literatura evangélica. O autor se interessa especialmente na eficiência da igreja e o livro apresenta lições relevantes para todos os que amam a igreja e querem servi-la melhor. Esperamos que o uso desta obra não seja limitado aos estudantes

para o ministério, mas que seja ela largamente espalhada e usada por obreiros, diáconos e por todos os nossos pastôres. O estudo do livro aumentará a eficiência e a felicidade de qualquer pastor.

a) *A.R. Crabtree*

"O livro me parece excelente."

Almir S. Gonçalves

"Folgo saber que será impresso em português êste livro e acho que terá missão importante e largamente apreciada no ministério nacional."

"O livro como um todo será de alto proveito para a nova geração do povo batista. Nem todos os capítulos têm o mesmo mérito, que aliás é inevitável em qualquer obra. A discussão sôbre a chamada ao ministério é o melhor que tenho lido em tôda a literatura da teologia pastoral. Penetra até ao âmago do assunto e explora o seu alcance em várias direções. Não me lembro de outra discussão que se aproxime desta e principalmente num ponto de vista tão vital."

W. C. Taylor

"Uma série de artigos sôbre assuntos da telogia pastoral, prenhes de ensinos e conselhos eminentemente práticos e por um obreiro de raras qualidades e experiências que o qualificam para a produção desta obra de incalculável valor para pastôres e outros servidores do Senhor da Seára."

S. L. Watson

CAPÍTULO I

A Vocação Ministerial

1. *Geral*

Cada pessoa neste mundo sente vocação natural para alguma missão ou atividade. E' a vocação própria, o pendor, a queda, a inclinação no dizer comum. Daí, o sacerdócio natural, visto como sob essa tendência, cada um se aplica a alguma atividade, do seu feitio moral, do seu gôsto. Assim há as múltiplas profissões entre os homens. E tão variadas se tornam essas inclinações e tão interessantes e bem distribuidas, que no conjunto social se estabelece um verdadeiro intercâmbio e também uma completa interdependência entre os homens. A variedade de inclinações produz a multidão de profissões e destas vêm as ocupações dos homens, criando um fenômeno psicológico e sociológico, interessante e complexo.

Não está nesta categoria o fenômeno da vocação do servo do Senhor. Ela é alguma coisa mais importante, algum dom mais excelente, sobrenatural mesmo. Não há dúvida que haja relação entre elas, que a tendência própria do indivíduo se torna uma fôrça, um motivo, um guia psicológico na sua chamada ao trabalho. Contudo a chamada deve ser divina, deve ser especial. Pode ser que um indivíduo dotado de certos pendores, tendo certos gostos seja levado a aceitar e entrar na carreira religiosa

sem uma vocação divina e até certo ponto leve avante o seu esfôrço. Mas falhará e nunca fará o trabalho a que se entregou. Ãs vêzes foi uma visão errada, outras uma ambição qualquer, um interêsse terreno e egoísta. Assim sendo, não será nunca reconhecido pelo Senhor como seu servo.

Paulo falou dêsses tais, dizendo que alguns pregam por inveja e por outros motivos humanos. E apesar de pregarem Cristo, êles não perdiam de vista o seu fim próximo que era alcançar algum bem pessoal. No tempo próprio êles cairão em si, deixarão transparecer a sua fraqueza e perderão o seu galardão; por si mesmos, êles se desfarão e com êles tôda sua obra. Atribui-se a Abraão Lincoln o seguinte juízo: "Pode-se enganar todo o mundo por algum tempo; uma parte do mundo por todo tempo; mas todo mundo por todo tempo não é possível fazê-lo."

Há três fontes onde estudar um verdadeiro caso de vocação divina para o ministério.

A primeira é a Bíblia. A segunda é a experiência pessoal daquele que foi e é chamado, escolhido pelo Espírito Santo. A terceira é o trabalho feito pelo servo do Senhor. Senão ela não se confirma.

Morto Absalão, Joabe chamou Cusi para levar a notícia a Davi, mas Aimaás se apresentou também para levá-la. O general não quis, mas êle insistiu em ir; foi e correu e chegou ao rei antes do verdadeiro mensageiro. Ao chegar, porém, não tinha mensagem, e não soube o que dizer ao rei. Á pergunta de Davi êle diz: "Vi um grande alvorôço quando Joabe mandou o servo do rei e a mim teu servo; porém não sei o que era." Disse o rei: "Vira-te e põe-te aqui. E virou-se e parou" (II Samuel 18).

Se Deus não chama e não dá uma mensagem ao servo, é perigoso arriscar-se e ir em seu nome. A Bíblia nos narra muitas chamadas divinas entre os israelitas para o ministério da profecia e o Novo Testamento nos

apresenta a vocação dos apóstolos e de alguns outros pregadores.

Algumas delas contrariaram o desejo daquele que é chamado e até às suas tendências naturais. Podemos citar Moisés, Isaías, Jeremias e Amós no Velho Testamento; Paulo, Barnabé, João Marcos e outros no Novo Testamento.

Contudo é bom estudar as seguintes passagens sôbre o caso: Atos 13:2-4. "E servindo êles ao Senhor e, jejuando, disse o Espírito Santo: 'Apartai-me a Barnabé e a Saulo para a obra a que os tenho chamado.' Então jejuando e orando e pondo sôbre êles as mãos os despediram. Êstes, enviados pelo Espírito Santo, desceram a Selêucia e navegaram, etc." (Atos 1:15-26; 9:15-16; 22:14-15; 26:16-18; Rom. 1:1).

E' interessante o concurso e cooperação do Espírito e da igreja neste caso da escolha de missionários. E' difícil a chamada de um jovem para o ministério sem que a igreja a perceba e concorra para a concretização desta vocação. Contudo êle é a fonte mais importante na escolha. Sua conversão, sua regeneração, seu amor ao trabalho, sua dedicação, seu zêlo, sua convicção íntima, o apêlo feito ao seu espírito pelos perdidos, pelo Espírito Santo e pela igreja são fôrças que o levam a dizer: "Eis-me aqui, Senhor, envia-me a mim." A sua vida e as bênçãos do seu trabalho confirmarão o fato da chamada de Deus. E' bom não precipitá-la.

2. *Particular*

Depois do estudo da relação que há entre o pregador da Palavra de Deus e a chamada divina para o ministério cristão, pensemos algo a respeito de uma vocação especial. No primeiro caso é a chamada para o ministério, para dedicar-se à Causa do Senhor; e isto em sentido geral. Mas dentro do ministério e dos raios de ação da mis-

são do obreiro, há muitas fases particulares a serem atendidas. O ministério é um "todo", é um conjunto de muitas partes que serão executadas por indivíduos diversos. Assim diz Paulo: "E êle mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastôres e doutores, para o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo; até que todos cheguemos à unidade da fé, ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo" (Efés. 4:11-13).

Ora, aí nestes versos o apóstolo nos aponta cinco fases do ministério, cujo fim é aperfeiçoar e edificar o corpo de Cristo, ou a igreja; podíamos adicionar algumas outras que êle não incluiu.

Vamos então por parte. Está claro que a quem Deus chamou para ser apóstolo, não se sairá bem se tentar outra função. Os apóstolos foram as testemunhas oculares de Jesus no seu ministério neste mundo. Paulo, apesar de não o ter visto na sua encarnação, nem testemunhado os seus feitos e sofrimentos, viu-o contudo, ressuscitado. Êsse era o sêlo, a condição para ser apóstolo.

Só doze foram chamados e ninguém mais podia arrogar-se a si tão elevada missão sem a chamada particular, e definida.

Sendo êste o número das doze tribos de Israel para quem era sua missão especial, o décimo terceiro adicionado depois, foi enviado especialmente aos gentios (Mat. 19:27,28; Gál. 2:7-9; Atos 22:17-21). As condições para ser apóstolo eram: uma *comissão de Cristo* pessoalmente; (Atos 1:24; Gál 1:1); uma *missão pessoal* dêle quando no corpo e depois de ressuscitado, para declarar em caráter de testemunha os feitos de sua ressurreição (Atos 1:22-23; I Cor. 9:1); a *recepção do evangelho* sem intervenção humana pela instrução direta e pessoal de Cristo (Gál. 1:11-20) e finalmente o *poder de comunicar o Espírito Santo* ou conferir a faculdade de exercer dons naturais (Atos 8:14-17). (*A igreja, sua forma de govêrno e suas ordenanças*. Harvey pág. 69). Outros, Deus os chamou e lhes deu o espírito de visão das coisas futuras e se revestiram da missão de profetas. Ainda que, num sentido, todo pregador seja profeta, contudo alguns foram principalmente profetas, na velha e na nova dispensação.

Profetas: êstes tiveram um duplo ofício — predizer acontecimentos futuros, para desta maneira confirmar a origem divina do evangelho e assim suprir a falta da revelação que se completou nos livros do Novo Testamento (Atos 21:10-11; I Cor. 14). Êstes livros não estavam escritos naquele tempo e se estivessem, teriam circulação muito limitada e o evangelho se conheceria sòmente como revelado no Velho Testamento e como se declarava nos discursos orais dos apóstolos e seus ajudantes. Por isso houve necessidade do dom da inspiração especial em cada igreja, pela qual podiam explicar ao povo estas verdades.

Outros foram investidos do dom de pregar e evangelizar: sabem e podem, por efeito dêsse mesmo dom e chamada, persuadir os homens e levá-los a Cristo. Há poder e virtude, graça e sabedoria, luz e verdade, atração e vida na sua mensagem. No púlpito ou evangelizando, são inigualáveis, são abençoados e eficientes. Fora daí, noutra função são fôrças negativas, acabam por fracassar na sua tentativa. Êles são os Filipes em busca de almas nas cidades e nos desertos; e o missionário dos nossos dias.

Outros são chamados para pastôres. Eis uma missão elevada, cheia de exigências e de responsabilidades. Grande é a tarefa do pastor, e poucos a realizam, poucos a compreendem. Deus tem chamado alguns dos seus servos para serem pastôres; isto é, para se ocuparem do seu rebanho, guiá-lo "às águas mui quietas", "às veredas da justiça", às pastagens. O pastor é aquêle que está incum-

bido de aperfeiçoar, edificar e apascentar a igreja de Cristo. Muitos pensam que a tarefa do pastor não é muito importante; qualquer pode exercê-la.

Acham que para ser pastor é bastante ler um pouco a Bíblia e falar alto, que todos possam ouví-lo, mesmo sem saber o que dizem; ou então saber falar belamente com todo rigor do bom dizer. E quantos têm desejado o episcopado como meio de vida, meio de exibição e posição mais evidente entre os irmãos! Mas de verdade o pastor deve ser o intérprete do pão vivo, o distribuidor da alimentação divina ao seu povo; deve saber manejar bem e profundamente a Palavra; deve estar à altura e em condições de ensinar a verdade a seu rebanho. Tem que saber evitar os erros e as investidas dos falsos ensinadores que rodeiam a igreja. Além disso êle precisa de qualidades e dons especiais. Precisa ser administrador e organizador para distribuir bem a fazenda do Senhor; precisa ser dotado de paciência, de resignação, de fé e de amor; saber chorar e rir ao tempo próprio; não pode ser pessimista, mas otimista; deve ser um homem de visão! Sem essas qualidades não fará o trabalho, não há provas de vocação para o mesmo; falhará. A sua igreja há de crescer desproporcionadamente. Não terá conjunto. Oh! quantas possibilidades e qualidades deve ter o pastor para ser eficiente e fazer a obra do seu ministério!

Ora, o *pastorado é uma vocação particular* não só quanto aos dons naturais, à capacidade de fazê-lo e à função, mas também quanto ao tempo e local. Deus pode chamar para um pastorado por algum tempo e então chamá-lo para outro pastorado noutro lugar. Cada um precisa ser e fazer aquilo que realize a vontade do Senhor e a sua chamada.

Por fim Paulo fala no doutor. E' o teólogo, que concatena, sistematiza as doutrinas da Palavra de Deus. E' o sábio nas Escrituras; o ensinador e doutrinador que sabe revelar a filosofia da doutrina cristã.

A todos êsses Deus chama, investindo-os da mensagem e sustentando-os na obra até que se complete a sua missão de aperfeiçoar o caráter cristão e estabelecer o grau de santidade, de fé, de graça, a fim de que todos cheguemos à estatura de Cristo. Cada um deve estar no seu lugar, no seu pôsto, desempenhando a sua própria tarefa.

E' verdade que nem sempre é fácil achar o caminho e seguir a vontade e a direção do Mestre nestas coisas, mas cada servo deve ter a certeza externa e a convicção íntima de que está onde o Senhor o colocou, e fazer a obra que lhe foi entregue. Se, porém, se convence de que está fora do lugar de trabalho, deve buscar com insistência a presença do Senhor para tomar o seu caminho certo.

3. *Dons e qualidades naturais do pregador.*

Estudamos ligeiramente a questão da vocação, tanto no sentido geral como no particular; falaremos agora dos dons e qualidades naturais que são indispensáveis ao mensageiro de Cristo. Ninguém fará obra alguma, para a qual não tenha aptidão. A crise, em tôdas as atividades humanas, é exatamente a crise de aptidão. E todo esfôrço modernamente nas classes sociais, na execução da tarefa, é abrir as portas da oportunidade aos aptos e fechá-las aos ineptos. Os que se revelam com iniciativa, com capacidade, com inclinação própria para a função, êsses ocuparão, sem dúvida, a posição. Os desajeitados, incapacitados e sem os dons e qualidades naturais, serão rejeitados, não poderão prosseguir, ainda que o queiram.

Ora, a obra do Mestre não depende primàriamente dos dons naturais do homem, mas não foge à regra. Só em casos especiais, extraordinários, pela providência, alguns desajeitados, alguns deserdados e destituidos de certas qualidades indispensáveis à eficiência, são capazes de superá-las, de dispensá-las e levar avante a obra para a qual deviam usar certas graças. Mas êsses são exceções, são

raridades. Ainda mais devemos levar em consideração que êsses dons são dádivas do próprio Deus e êle sabe e pode preparar um servo com as qualidades que o farão hábil e eficiente no desempenho da tarefa de que fôr incumbido.

O dr. Broadus, enumerando os requisitos de pregar bem, inclui os dons naturais e aponta como tais, os seguintes:

1) Capacidade de pensar com clareza, com fortes sentimentos e imaginação vigorosa;

2) Capacidade de expressão e o poder de enérgica dição. E muitos outros.

Paulo nos aponta alguns também, como capacidade de ensinar ou de transmitir a verdade, ser diligente no trabalho, etc.

O dr. Broadus tem razão, porque o pregador que não pode pensar com clareza, como poderá esclarecer os que estão em trevas? Antes de tentar pregar, êle deve ter as suas idéias claras. Ao lado da clareza de idéias reforçar os seus pensamentos com sentimentos profundos. Tôda sua vida emotiva e afetiva deve acompanhar a mensagem. Quão sêco e intragável seria o pregador que não sentisse fortemente o que tenta ensinar. Não irá avante. A religião do evangelho é a religião que envolve tôdas as faculdades e poderes da personalidade humana, num conjunto e harmonia admiráveis. A imaginação vigorosa, para pregar; a imaginação forte, criadora e poderosa, faz novas combinações nas dissociações de idéias, forma figuras e metáforas, pinta cenas e quadros com precisão e beleza. Um homem com êste poder há de ser no meio da sua geração uma grande fôrça. Esta foi uma das grandezas de Spurgeon. Que imaginação admirável tinha êle!

3) Mas ao lado disto está a capacidade de expressar-se. O pensamento claro e a imaginação forte sem o poder de dizer com boa e sonora palavra é um grande prejuízo.

A palavra é o maior poder no púlpito, do ponto de vista humano. Ela é o maior veículo da mensagem divina. Deus tem-na usado como o método mais próprio e proveitoso na disseminação da verdade. Não há outra arte que a substitua. Deus não chamará um gago para pregar o evangelho, porque seria um fracasso da própria mensagem. Pelo menos a experiência assim no-lo diz.

A dição é um grande poder. Sem ela o homem pode canalizar os seus pensamentos por outros meios e noutras fases, mas no púlpito é preciso a palavra clara, sonora, expressiva, para traduzir e transmitir a mensagem do Senhor ao mundo. Cristo, o grande pregador, o médico incomparável, teve palavra viva e fácil, dição expressiva, de tal modo que nunca homem algum falou como êle.

E' pois uma boa indicação de eficiência do obreiro uma palavra clara e expressiva, pensamentos fortes, enérgicos e uma alma cheia de sentimentos puros e elevados e bem assim uma consagração vigorosa ao trabalho da Causa de Cristo. Contudo Deus não depende destas coisas para fazer um mensageiro poderoso, porém elas são evidências aceitáveis.

A história da pregação nos comprova êste fato. Os grandes mensageiros de Deus foram homens que gozaram dêsses dons.

4. *A dedicação ao trabalho cristão*

Chegamos agora a um novo ponto de partida. O homem que sendo chamado, servo do Espírito, tendo a convicção do seu campo de ação, entrega-se então à causa e procura o melhor meio de realizá-la.

Não lhe resta dúvida sôbre tudo que já foi dito; Deus o chama, êle se rende e quer ir; a igreja o convida. Chegou à porta de entrada para o ministério pròpriamente dito; não pode continuar como simples leigo, auxiliar do seu pastor.

E' necessário submeter-se às ordens do Mestre e receber sôbre os ombros a carga e arcar com as responsabilidades; é necessário receber as credenciais, para que possa servir com reconhecimento e aceitação do público, revestindo-se pois das insígnias de ministro de Deus.

E' preciso submeter-se à ordenação para que o recebam e o reconheçam na sua missão, função e posição de pastor.

Ora, a consagração formal é um ato externo; é uma solenidade simples e imponente pela imposição das mãos do presbitério. Ela não o reveste da autoridade eclesiástica, mas o investe de uma responsabilidade social e espiritual; não lhe transmite graça ou poder; não o coloca acima dos outros homens, nem mesmo dos outros membros da sua igreja. Não o faz senhor e mestre; não o santifica nem o dignifica. Ela é apenas, e nada mais do que um reconhecimento por parte da igreja e dos outros obreiros, da sua chamada divina, da sua submissão à vontade do Mestre, para que vá em seu nome e trabalhe na sua vinha. Êle é quem a enobrece e santifica. Não se dá, como no clero católico, que o sacerdócio santifica e dignifica o clérigo, o torna uma autoridade eclesiástica, e o coloca numa posição superior. Não; a ordenação do ministro do evangelho deve ser honrada e santificada por êle. A autoridade está na ordem de Cristo a quem êle deve e obedece. Se êle não permanece fiel à chamada e à confiança, ela não se torna uma razão bastante para mantê-lo na posição de ministro do evangelho. Ela não é uma capa de hipocrisia e de mistificação; é uma insígnia, um símbolo, uma condição de celebrar uns tantos atos e as ordenanças na igreja do Senhor. Mas não sendo honrada, não impede o afastamento, a reprovação e rejeição do tal pastor por parte dos seus pastoreados.

Ordenado, entra o *pastor no ministério,* e diz com isso que é um *servo de Jesus Cristo,* separado por Deus para o

evangelho; diz mais que a sua vida foi *dedicada à maior* das causas, à mais nobre das ocupações, nesta vida. Êle entra por um caminho em que se *compromete a viver* e trabalhar para Cristo, enquanto viver, e a sua missão fundamental *é pregar o evangelho* do poder e da salvação de Deus aos homens; é levar a mensagem em tempo e fora de tempo. A sua vida não lhe pertence, mas foi dada em sacrifício vivo, santo e agradável ao Senhor da seára que o chamou e o qualificou, pondo-o no ministério. Assume, portanto, novas obrigações para consigo, com Deus, com a igreja de Cristo e com o mundo; novas relações são estabelecidas. A *Bíblia é sua arma de ataque e de defesa.* Vive para chamar os homens à fé no Filho de Deus; para apascentar o rebanho do Senhor, para o aperfeiçoamento do corpo de Cristo. Assim, pois, a consagração é o início de uma nova fase de vida e de ocupação. Deve, pois, o novel ministro estar certo do seu trabalho e entrar logo nas suas atividades com zêlo, denôdo e firmeza de propósito, sabendo que o seu trabalho não é vão no Senhor, e há de ter a vitória final pelo poder do alto.

Há quem exija como condição indispensável à consagração ao ministério da pregação, o término do curso teológico. E quem assim faz, aduz suas razões, e até certo ponto dignas de aceitação ou pelo menos de serem consideradas. Mas a palavra de Deus não estabelece tal condição. Se Deus o chama e tem para êle um trabalho definido e pode revestí-lo das qualidades fundamentais e dons naturais, não se deve fazer do diploma a condição "sine qua non" para a entrada no ministério. Cremos no valor e na necessidade da educação para o pregador, mas a Bíblia, a história e a experiência nos têm apontado muitos e muitos casos em que homens houve que sem muita cultura secular, foram investidos pelo Espírito Santo de pregar o evangelho. Sabemos também que Deus tem honrado a cultura intelectual e até em certos casos providenciais encaminhou o preparo de homens que deviam

mais tarde entrar para a obra que êle havia determinado. É caso patente o que aconteceu com Moisés, com Paulo e outros servos do Senhor. Mas cremos que a obra de Deus é êle que faz com sábio ou com ignorante, sob o ponto de vista humano. Isto não quer dizer que devemos consagrar ao ministério neófitos, ingênuos e ignorantes.

"Quem deseja o episcopado, excelente obra deseja." De certo o candidato ao ministério deve levar muito a sério sua consagração e deve saber o que vai fazer e que deve estar em condições de entrar no ministério. O trabalho, o mundo, a igreja, a causa, tudo exige dêle: aptidão e competência. E não deve envergonhar o ministério, nem envergonhar-se do ministério. De certo o outro extremo é prejudicial e danoso no trabalho.

O pregador tem que ser inteligente e capaz de compreender e de ensinar. Acima de tudo está o caráter impoluto. Seria uma temeridade entrar um homem no ministério, ainda que abundante em tôdas as qualidades intelectuais e recursos oratórios e de personalidade, fino e capacidade administrativa, mas sem caráter verdadeiro e digno, que não merecesse a confiança dos de dentro e dos de fora, que não é achado fiel ao cumprimento da sua própria palavra.

CAPÍTULO II

O Pregador e a Família

Tratemos agora de um dos mais delicados problemas na vida do obreiro do Senhor; é o problema da família. Vamos encará-lo de modo prático. Na vida do ser humano o casamento deve merecer o maior cuidado e prudência. O casamento não é uma simples união de indivíduos de sexos diferentes, não é um simples contrato civil; não é apenas um fenômeno social; êle se reveste de uma missão alta e excelente, tem seu lado moral e espiritual, no cumprimento de desígnios divinos na continuação da espécie e na formação e aperfeiçoamento de caracteres cristãos e no desempenho de altas missões espirituais e religiosas. Apesar disto, há tanto menosprêso, tanta facilidade, tanta falta de visão e de elevação moral e espiritual no casamento para muitas pessoas!

Na observação prática, há diversos prismas na escolha da espôsa. Há quem tente sua escolha como a *satisfação de instintos* naturais. Consideram-no um evento simplesmente animal. O homem tem certos instintos naturais, precisa da mulher e por isso precisa e deve com urgência casar-se. E quantos só o encaram por êsse ângulo! Daí os fracassos, as desmoralizações. Há quem o faça só por simpatias e aparências fisionômicas: o único valor da mulher está na sua beleza, nas suas feições e não no coração, nas afeições e nas qualidades morais. E' a

mulher bonita? Serve; é a única recomendação; não há necessidade de beleza e de perfeição moral. E parece que êste é o modo mais comum. E como a beleza física é passageira, logo desaparece e com ela, a glória do casamento.

Há quem o faça por exigência social. Não convém ao homem ficar sòzinho, e para ser conceituado na sociedade, é necessário ser chefe de família, pois com isso consegue prestígio. Dêsse modo deve constituir família; é uma simples etiqueta social e nada mais. Muitos vão por êsse caminho.

Outros o fazem por interêsse pecuniário. A noiva tem dinheiro. Ora, o dinheiro é o ideal de tôda gente, é o bastante para aquêles que vivem para o presente. Mas o dinheiro se gasta, se perde e desaparece, desaparecendo também o ideal do casamento. Daí as muitas misérias sociais, as tragédias nas famílias e tantas outras mazelas. A grande maioria da nossa gente segue êsses modos ou ideais na escolha da espôsa.

E há aquêles que reconhecem no casamento a realização de um ideal e o cumprimento de uma missão muito elevada, um programa de vida e de execução de uma tarefa, tôda especial e única no seu gênero, e fazem então sua escolha nesta base. Neste caso o homem por si só não é suficiente para escolher sua companheira e ajudadora — depende do auxílio divino. E' neste grupo que deve estar o pregador do evangelho, que deve decidir a sua escolha com muita oração e prudência. Êle precisa duma espôsa que tenha o mesmo ideal que êle, que tenha o mesmo gráu de preparo e com os mesmos sentimentos. Assim ela será um amparo nas lutas, nas sofrenças do ministério; na adversidade ela é um braço forte; nos trabalhos da igreja e da Causa ela lhe será sempre uma coluna de confiança e de fôrça moral.

O pastor que no seu pastorado não conte com o auxílio e cooperação da espôsa é um pastor falto dum braço; é incompleto e insuficiente no seu ministério. E' preferível que continue solteiro.

Mas no nosso tempo e com as exigências sociais da nossa época, é muito conveniente e mesmo necessário que o pastor seja casado. Não só êle se prestigia, como se torna muito mais ao alcance da fôrça ministerial e conquista a confiança tanto dos crentes em geral, da sua igreja e também do público. Há uma distância, um abismo mesmo, entre o obreiro solteiro e as famílias da sua sociedade. A Bíblia diz claramente que o bispo deve ser casado. Há problemas e casos na família que só o chefe de família pode entender e encaminhar.

Assim sendo não é coisa de nonada o casamento do servo do Senhor. Êle deve colocar sua missão acima de conveniências sociais, mas reconhecer nelas uma exigência para o seu ministério e pensar na sua responsabilidade perante Deus e perante sua igreja e perante o mundo. Há na educação da mulher muito a considerar na formação do seu caráter, nos feitios dos seus sentimentos e do seu ideal. Há coisas que se repetem levadas por fôrças que escapam à primeira observação. Por isso é justo e necessário que o jovem pregador considere muito o caso da escolha de sua espôsa e o coloque nas mãos de Deus. Deve lembrar-se de que há uma grande recomendação no caráter da própria mãe da jovem. O passado moral dos pais por vêzes se repete nos filhos. "Mulher virtuosa quem a achará? porque sua valia muito excede a de rubins" Prov. 31:10.

Vejamos a relação do pastor para com as famílias da sua igreja e da sociedade.

De tôdas as fases do trabalho do pastor esta é uma das mais difíceis e delicadas. E' um campo aberto cheio de oportunidades, mas cheio de espinhos e problemas peculiares e que exigem do obreiro muito cuidado e prudência.

Há muita desconfiança da parte das famílias, prin-

cipalmente em certas regiões do país, nos homens que precisam entrar em contato com elas.

Não deixa de haver alguma e justa razão.

Quem conhece a história do clero católico, neste particular, não pode deixar de dar razão às famílias e especialmente aos seus chefes quando cercam de todo zêlo e precaução a entrada de indivíduos extra-familiares no seio das mesmas. E o pregador do evangelho precisa reconhecer êste fato, que tem sua face dupla, isto é, é um fenômeno social e psicológico, e revestir as suas relações com as famílias, de todo respeito e ponderação.

O pastor terá impreterìvelmente que visitar famílias; terá que penetrar nos segredos da família; terá que ser às vêzes um confidencial e ouvir as histórias mais íntimas do lar. Por isso dissemos ser um campo aberto de muita oportunidade.

Êle em suas visitas pastorais, sejam elas de caráter social e familiar, sejam em caráter de amizade ou de animação e de confôrto na fé; de firmeza no meio das lutas e adversidades, ou mesmo de negócios, precisa evitar: as expansões descabidas, os gracejos jocosos, engraçados e petulantes; evitar muito riso, anedotas, críticas e censuras severas; precisa evitar as liberdades desconcertantes; as oportunidades a penetração desnecessárias pelo interior da casa. Não é agradável um pastor chegar a uma casa e ir entrando, com muita liberdade e audácia, indo até à cozinha sem esperar que lhe venham atender à porta ou sala de visitas. Por mais intimidade que haja é sempre bom respeitar os direitos alheios. Os cumprimentos prolongados e muito afetuosos são sempre prejudiciais ao obreiro do Senhor. E bem assim não ficar horas e horas em conversas e esquecer que a família tem o que fazer. Evitar os contatos corporais. Ninguém sabe, nem pode imaginar, as emoções que podem surgir no coração de uma mulher, um simples roçar de mão pela sua roupa, um gesto imprudente, um olhar distraído, uma palavra inoportuna ainda que não tenha qualquer motivo menos digno, qualquer pretensão indigna, mas apenas um descuido, um lapso, uma facilidade, uma distração. Não é bom nunca em visitas, nem em qualquer ocasião de encontro, um pastor abraçar uma senhora ou jovem ou dar-lhe pancadinhas nos ombros ou nas costas. Pode despertar ciúmes e censuras e sentimentos amargos e trazer conseqüências desagradáveis.

Um jovem pregador uma vez descendo do púlpito falava com os crentes e com os visitantes, e, aproximando-se de uma jovem, disse-lhe na melhor sinceridade dêste mundo, mas com ênfase, apontando-lhe o coração: "Êste coração me pertence... disse Jesus." A última parte da frase seria com certa reticência. Notou, porém, que foi mal entendido, a jovem ficou rubra e os olhos encheram-se dágua. Ela compreendeu que o jovem pregador lhe fazia uma declaração de amor. Êle sentiu e compreendeu o engano da jovem e o seu descuido. Afastou-se sem mais uma palavra; ela, porém, que era descrente, logo se interessou e comprou um cantor e ficou muito assídua às reuniões e tornou-se muito gentil. Êle precisou distanciar-se e mostrar a mais completa indiferença para fazê-la compreender que o que êle lhe disse foi uma exortação para ela aceitar Cristo como seu Salvador e que seu coração devia ser dado ao Senhor, não sendo, pois, uma declaração amorosa. Ela, quando percebeu o êrro em que caira, desapareceu duma feita do culto! E quantos descuidos desta natureza e semelhantes são cometidos!

Todo respeito e acatamento; tôda prudência e precaução; todo comedimento e discreção é necessário para não prejudicar a vida, o testemunho, a confiança que deve merecer o pastor da igreja e não torná-lo um elemento mal visto e repelido no meio social.

Êle deve revestir sua relação com as famílias de um cunho inteiramente cristão e santificado.

CAPÍTULO III

O Pregador e suas relações comerciais e Financeiras

1. *De modo geral*

Apreciemos agora outra fase nova e interessante na vida do pastor e pregador. Difícil é doutrinar no campo de finanças, porque as circunstâncias são várias e múltiplas e impedem qualquer regra especial. Contudo, estudemos, à luz do Novo Testamento, a questão das finanças do obreiro. Sob as quatro questões seguintes: Deve o pastor entrar no comércio e tornar-se comerciante? Deve ser representante de firmas e de emprêsas comerciais, de companhias de seguros, etc.? Deve ser lavrador e proprietário ou industrial?

Como dissemos, não se pode doutrinar a respeito com segurança, porque o problema da subsistência dirige a vida acêrca da conveniência ou da necessidade de entrar por qualquer dêsses caminhos. Mas de começo e em tese digamos que é grandemente inconveniente e prejudicial. Não pelo fato em si, mas por causa do tempo, do estudo, da espiritualidade, do trabalho a que se dedicou que lhe pede tôda capacidade e energia. E a tese se sustenta diante dos seguintes versos da palavra de Deus: "Não é justo que nós abandonemos a palavra de Deus e sirvamos às

mesas" (Atos 6:2). "Paulo, servo de Cristo Jesus, *chamado* para ser apóstolo, *separado* para o evangelho de Deus..." (Rom. 1:1). "Esta admoestação te dirijo, Timóteo, filho meu, de acôrdo com as *profecias de que fôste objeto* para que por elas *pelejes* uma boa *peleja*, conservando a fé e uma boa consciência..." (I Tim. 1:18,19). "Exercita-te na piedade" (I Tim. 4:7-8); "aplica-te à leitura, à exortação e ao ensino" (I Tim. 4:13). "Não *negligencies* o dom de Deus que há em ti..." "Ocupa-te destas coisas, dedica-te *inteiramente* a elas..." (I Tim. 4:12-15). "Os presbíteros que cumprem *bem* com os seus deveres sejam tidos por dignos de dobrada honra, especialmente os que se ocupam na pregação e no ensino" (I Tim. 5:17). "Prega a palavra, insta a tempo e fora de tempo" (II Tim. 4:2). "Faze a obra de um evangelista, desempenha bem o teu ministério" (II Tim. 4:8). "Atendei por vós e por todo o rebanho sôbre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para *apascentardes* — a igreja de Deus a qual êle adquiriu com seu próprio sangue" (Atos 20:28). "Assim nos tenham os homens na conta de servos de Cristo e despenseiros de Deus" (I Cor. 4:1). "Nenhum soldado em serviço se embaraça com os negócios desta vida para que possa agradar àquele que o alistou" (II Tim. 2:3). (Tôdas estas citações são da versão brasileira).

O comércio é um ramo de atividade que exige tôda capacidade e tempo do homem. Os representantes de firmas só o serão se se dedicarem de corpo e alma à sua função, caso contrário, não farão jús aos vencimentos, e a propaganda será prejudicada. E quantas vêzes o comerciante acha que deve deslisar na sua honestidade a fim de não perder um certo lucro!

Os que fazem seguros de vida, fazem-no, às vêzes, nas horas vagas. Não há tantas inconveniências, mas às vêzes amarguras e aborrecimentos. E pode tornar-se um meio de desvio lento da obra dum evangelista.

O dinheiro é uma fôrça para atrair a si tôda atenção da pessoa que a êle se volta.

Também não há mal em ser o pastor lavrador ou proprietário ou mesmo industrial, considerada a questão em si, e até certo ponto pode ser um meio de torná-lo independente e livre para fazer um trabalho mais desembaraçado. Mas há, de outro lado, tanta inconveniência em tudo isso que seria muito difícil e duvidoso que o homem fizesse um trabalho eficiente e próspero. Estaria sempre em jôgo o interêsse da lavoura, das propriedades, da indústria da obra de Deus? estas coisas para que prosperem reclamam tôda a atenção do dono.

O obreiro estaria com o tempo, atividade, mente, tudo dividido e assim realizaria o que Cristo disse: "Não se pode servir a dois senhores, a Deus e às riquezas." Um dos dois seria prejudicado e até desprezado. Cada função, cada ministério na vida exige tôda a fôrça e poder do indivíduo que a ela se dedicou. Deus quando fêz o obreiro depender do seu ministério para viver, fê-lo sábia e justamente. Se o homem que é ministro precisa voltar-se para qualquer dessas funções para atender aos misteres e encargos de família, é um prejuízo e uma evidência de que as igrejas não estão compreendendo, nem cumprindo o seu dever neste particular da sua responsabilidade.

As passagens acima revelam claramente que o ministro só tem uma missão e ocupação: pregar e ensinar o evangelho e olhar e apascentar o rebanho que Deus lhe entregou.

Na primeira citação, Pedro diz que tratar de interêsses financeiros é injustiça e abandono do pregador á palavra de Deus que êle prega.

Na segunda, Paulo se diz *chamado e separado* para o evangelho. Nas seguintes há sempre a mesma idéia de que Deus, ao chamar o homem para o ministério da palavra, quer que êle se compenetre de que esta é a sua missão nesta vida. E Jesus, na parábola dos servos bons

e maus (Mat. 24:45:51), mostra que o fugir para outras ocupações é portar-se o servo com infidelidade e perversamente, ficando sujeito à censura e ao castigo.

Há tanto trabalho numa igreja, há tanta necessidade de estudo, de meditação, de esfôrço, que o tempo de que dispõe o obreiro é insuficiente. As igrejas devem cuidar do seu obreiro e dar-lhe o suficiente para que êle não se veja obrigado a recorrer a outros meios, fora inteiramente do seu campo de atividades cristãs, para providenciar os meios de subsistência sua e da família e trazer o seu nome limpo e poder andar de fronte erguida e pregar a palavra de Deus sem humilhações e sem ter de que se envergonhar.

2. *As finanças do pregador*

Tratamos das finanças em geral como meio de subsistência, sob quatro perguntas e dissemos que o problema da subsistência dirige a vida acêrca da conveniência de entrar por caminhos não buscados. Consideremos algo acêrca das finanças próprias dos obreiros.

1º — Quanto ao seu salário; 2º — quanto à maneira de manejar as finanças; e 3º — quanto aos resultados práticos na vida cristã da boa ou má orientação que êle der aos seus vencimentos.

O Dr. Gardner diz, no seu livro de Psicologia e Pregação, que o comércio ou os homens de negócio julgam o pregador e sua religião pelo modo que êle satisfaz os seus compromissos comerciais.

E isto é verdade; para o homem de negócio, o padrão da religião é comercial. Se o pregador é pontual em satisfazer os seus compromissos financeiros, sua religião é a verdade e a melhor, e se não, nem êle nem sua religião valem nada.

Ora, o pregador não é um operário, não é um funcionário, não é um empregado no sentido que o têrmo

salário restringe. A igreja que o sustenta não lhe é um patrão.

Talvez seria melhor classificá-lo na categoria de representante, porque para funcionar no pastorado é êle eleito. O seu título no Novo Testamento é que é o certo. Êle é ministro ou servo investido, portanto, de um ministério. Esta escolha não vem primàriamente da igreja, vem do Espírito. Êle é, antes de tudo, servo do Espírito Santo, enviado de Deus. Mas a igreja a quem serve, em nome do Senhor e seu ministério, é obrigada a sustentá-lo. Como pregador êle tem sua chamada e seu sustento espiritual do Espírito, mas como homem êle é igual a qualquer outro ser humano. Depende do seu trabalho para sua subsistência e da sua família. A igreja que toma o seu tempo e sua missão de ensinar e instruir, fica com o dever de sustentá-lo. Deus nos deu o tempo para nossa subsistência. E isto é bíblico, não por fôrça, mas pela responsabilidade:

"Quem jamais milita à sua custa? Quem planta a vinha e não come do seu fruto? Ou apascenta o gado e não come do leite do gado? Se nós vos semeamos as coisas espirituais, será muito que de vós recolhamos as carnais? Não sabeis vós que os que administram as coisas sagradas comem do sagrado? Assim ordenou também o Senhor aos que anunciam o evangelho, que vivam do evangelho" (I Cor. cap. 9).

Ora, quem ocupa o tempo de outrem fica obrigado a recompensá-lo, pois de outra maneira seria impossível o ministério cristão separado para o serviço do Senhor.

A igreja que convida um obreiro e ocupa todo o seu tempo deve dar-lhe o sustento. Daí a necessidade do ajuste na base do salário.

O obreiro tem necessidade de subsistência, tem encargo de família, tem educação dos filhos. Além disso êle como o representante da igreja, oficialmente, perante o público e perante a Denominação tem a representação

e não deve apresentar-se como um mendigo e desgostoso Aquêle que dá, precisa receber; êle precisa de dispender dinheiro com estudos especiais e com livros, de outro modo não estará à altura de ir à frente, e passará para trás e perderá a confiança e liderança. Tudo isso deve convencer a igreja de que ao fazer o salário do seu pastor, não deve explorá-lo e dar-lhe tudo como ração, porque nisto vai a lei de que quem mais semeia mais ceifa.

Há muitas igrejas que sacrificam a vida, a alegria, o estudo e as oportunidades do seu guia espiritual por pensarem que êle pode viver de pastéis de brisa.

Não deve, porém, contribuir para ostentação e vaidade, mas o necessário para que o seu guia se sinta feliz e confortado na sua missão e ela possa exigir dêle com mais direito.

Quanto à maneira do obreiro manejar o seu dinheiro é uma questão que envolve caráter e tino administrativo. O obreiro precisa e deve viver dentro dos seus vencimentos.

Não é sábio, nem honroso estar prêso a dívidas.

E' preciso formar o hábito de comprar sempre a dinheiro; de ter as suas despesas gerais e comuns mais ou menos estabelecidas e calculadas. E nunca permitir gastos que ultrapassem o seu salário. Por isso deve esperar da sua igreja o bastante para não ficar sujeito a um desequilíbrio na sua receita, deixando mensal e regularmente deficit nas suas despesas.

Dívidas só em casos imprevistos, de doenças ou coisas extraordinárias. Assim mesmo devem ser desde logo debeladas e saldadas.

Nunca é sábio contrair dívidas com os membros da própria igreja; um pastor prêso na gaveta de qualquer irmão de sua igreja, e prêso de modo que não se possa libertar, estará sem fôrça moral para exortar os descansados nessa fase de vida cristã.

Também é ruim e muito mau exemplo o obreiro usar dinheiro que lhe foi confiado, pertencente à igreja, à causa ou a terceiro, em suas necessidades particulares. Uma tal prática deprimi-lo-á enormemente.

Às vêzes bem intencionadamente lança mão de dinheiro alheio, esperando repô-lo e logo vêm imprevistos que o impedirão de satisfazê-lo e êle ficará sem dúvida humilhado e sem fôrça moral perante sua igreja e é vergonhoso. E todo mundo fica logo sabendo que êle não costuma dar conta de dinheiro alheio.

Assim a influência do pregador sofrerá ou crescerá da boa ou má orientação que êle der às finanças. Se fôr má, cavará, fatalmente, sua ruína, perderá o cunho do respeito e da confiança que deve ter aquêle que ensina e que deve ser exemplo dos fiéis.

Se boa, o seu prestígio crescerá, a confiança se avoluma, o seu nome impõe respeito e sua palavra é poderosa e condenará os rebeldes e desobedientes, seu trabalho e sua missão serão elevados e exaltados.

Que Deus abençoe seus obreiros para que não caiam nos laços de Satanás.

CAPÍTULO IV

A Cultura e o Campo de Estudos do Pregador

1. *Geral*

O pregador do evangelho é, no Brasil, uma fôrça e um poder espiritual; a sua presença já se sente e influi franca e notadamente no meio social. E a sua atuação é cada vez mais necessária no Brasil; a sua presença é necessária, e um futuro risonho, glorioso e de larga responsabilidade se acentua no meio da nossa gente quanto ao mensageiro de Cristo. Por isso não estamos perdendo o tempo, em nos ocupar da missão do pregador e das fases mais consideráveis e preponderantes da sua vida e das suas relações na sua atuação.

Diremos algo sôbre a sua cultura e o campo de estudos.

Não há negar que Deus, às vêzes, tem usado servos humildes e de conhecimentos rudimentares, com grande proveito na evangelização de um povo. Muitos dos seus obreiros têm sido pescadores, sapateiros, funileiros e de outras tantas posições humildes, mas de caráter e fé nobres. Mas cada dia que passa com todo o progresso que se vai fazendo em todos os ramos das atividades e dos conhecimentos humanos, quando o automóvel penetra por tôda parte facilitando o contato social, o avião e o Zepelim diminuem assombrosamente as distâncias, os cinemas ensinam e informam as massas populares dos inventos e dos costumes de outros países distantes e revolvem de

modo tão objetivo o passado e o presente dos povos e o rádio que torna o mundo quase numa sociedade e num conjunto, ouvindo e transmitindo os pensamentos e as emoções e os fatos correntes de tôda parte num momento, como se alguém conversasse conosco de todos os pontos da terra, tudo nos leva a dizer que o pregador deve ser um homem instruído e estudioso. Tudo isto educa, informa e desperta o público do que se passa.

E diante dêsse progresso assombroso, êle não pode ser um retardado ou retardatário, um ignorante, um iletrado. Êle se sente debaixo de uma onda impulsora extraordinária para acompanhar o progresso humano no campo da ciência e das invenções; isto não quer dizer que terá de torcer, perverter ou alterar a sua mensagem ao mundo perdido; mas ficar na altura de atrair a atenção dos homens para Cristo o Salvador, por cujo poder e revelação tôdas essas coisas acontecem. Êle deve preparar-se o mais possível para o seu grande e glorioso trabalho de pregar a salvação de Deus e de guiar e alimentar o rebanho do Senhor na santa palavra e de interpretá-la à luz de novas condições.

Graças a Deus que já temos no Brasil dois grandes e bem equipados Seminários Batistas, na altura de preparar em condições os novos pregadores. O pregador precisa aproveitar a sua oportunidade de se preparar e de alargar sua cultura não só por fazer um curso sólido de letras e de teologia; mas também estudar assuntos de interêsse e da atualidade, no campo da teologia e da filosofia cristã. Além dêstes há muitos outros grandes e bons seminários das outras denominações, que preparam sòlidamente seus ministros. Não será só do púlpito que êle há de instruir o povo e de persuadí-lo à fé cristã; mas pela pena; ou na imprensa pelos jornais, ou em escrever livros de valor real na obra da evangelização. Êle tem seu campo especial de investigação. Ninguém pode ser um profundo conhecedor de tudo. Já se foi o tempo que um homem sábio

era um filósofo, senhor de todos os conhecimentos correntes. Hoje os conhecimentos se têm complicado grandemente e as próprias ciências são multipartidas em ramos de especialidades. Com a especialidade o campo se restringe, é verdade, mas a responsabilidade é maior. Pois ser especialista e ignorar a especialidade é submeter-se ao ridículo e ao vexame. Portanto o pregador não é obrigado, além das generalidades, saber tudo fora da sua especialidade. Mas nesses terrenos êle deve esmerar-se, aprofundar-se, enriquecer, tornar-se pouco a pouco uma autoridade.

E isto não é coisa de dias e meses, mas de anos de esforços, de experiências, de paciência nas suas investigações. O campo teológico e filosófico é imenso! Há muito onde se queimarem pestanas, nas mesmas especialidades. A Bíblia é um oceano de conhecimentos; a história universal e eclesiástica, a natureza, a vida humana em tôdas as suas atrações é um campo de observações filosóficas e psicológicas de inesgotáveis resultados no púlpito. Êle deve informar-se dos outros campos de estudos, mas aprofundar-se no seu campo, de modo que dê a mensagem com clareza e com respeito, e confunda os adversários.

E' verdade que há duas grandes barreiras a vencer nesta estrada.

Uma é a *ocupação excessiva*. Às vêzes um pobre pregoeiro está tão cheio de trabalho que só se fazendo herói poderá marchar nos seus estudos; às vêzes tem trabalho de dois e até mais homens, e precisa correr e atender a tôdas as exigências e às responsabilidades das suas igrejas, e o tempo restante não chega para o descanso necessário. E assim sacrifica uma fase tão importante da sua missão. Um pobre pastor que é obrigado a pastorear três, quatro e até meia dúzia de igrejas, tendo de cuidar de tôdas elas e tôdas mui distantes uma das outras, que boa parte do tempo é gasto e perdido em viagens, como pode ser um estudioso metódico? Nesse caso

só estabelecendo períodos de férias para estudos, ao menos para segurar o que tem. Outra barreira, e talvez a maior, é a insuficiência financeira! Um pregador, às vêzes, com uma prole numerosa, ganha só o necessário para não deixar os filhos sem o pão de cada dia e às vêzes, nem isso. Como aumentar uma biblioteca? Não pode comprar um livro barato, quanto mais as obras de mais valor no seu campo de estudos! Esta é de fato a maior barreira. E parece que as igrejas não se impressionam com êste fato; algumas até acham que um livro na mão do pregador é objeto de luxo; basta a Bíblia e o hinário; é o que se quer; e para que mais?

O estudo do pregador é como a semeadura para o lavrador. Se semeia colhe, tem com abundância; se não, empobrece e nada tem. Se estuda e pode comprar os livros para êsse fim, é mestre, é poderoso no sermão; se não estuda fica sêco, fraco, monótono dentro dum círculo.

Quando as nossas igrejas compreenderão que em ajudar seu pastor a formar boa biblioteca e dar tempo aos estudos, é que os resultados serão para elas, como orvalho e chuva sôbre as plantações, que as fazem crescer e frutificar no tempo próprio?! Isto não substitui o poder do Espírito, mas lhe serve de meio.

2. *A Bíblia*. Consideremos agora a relação do pregador para com a sua Bíblia. A Bíblia, sendo o Livro dos livros, é, por excelência, o livro do pregador. Como não se compreende um soldado no campo de batalha sem espada, sem carabina, sem fuzil, assim também não se compreende um pregador do evangelho sem sua Bíblia. Ela é a sua espada, sua arma inseparável.

E' dever do mensageiro de Deus conhecer a Bíblia profundamente. Conhecê-la histórica, teológica, espiritual e humildemente; saber o caráter do autor do livro, o seu conteúdo, as circunstâncias que o cercaram e as razões da sua mensagem; conhecê-la, se possível, nas suas línguas originais para ter mais clareza em estudá-la.

Razão por que deve haver método eficiente no estudo da Bíblia. E' dever interpretá-la corretamente, Escritura à luz de Escritura, no seu conjunto, na sua apresentação de Deus e dos seus atributos; na apresentação do homem e suas fraquezas; da sua mensagem a respeito da queda, do pecado e do plano de salvação. Muitas falhas têm havido em pregadores por sua maneira de interpretar as Escrituras de modo particular e até pessoal; colocando na Bíblia a sua própria opinião e fazendo-a concordar com seu ponto de vista e assim ensinar aos outros, baseando-se nela.

E' dever do mensageiro estudá-la constante, métodica, devota e devocionalmente; estudá-la como a palavra de Deus, para misturar os seus pensamentos com os pensamentos do Senhor, ou melhor deixar que os pensamentos de Cristo dominem e aclarem os seus pensamentos; para aperfeiçoar os seus sentimentos, purificando-os no cadinho dos ensinos do Espírito Santo.

Conhecendo-a de modo superior, interpretá-la conforme o seu ensino verdadeiro, sob a luz do Espírito e da graça de Cristo e pregar em tempo e fora de tempo a sua mensagem com tôda FIDELIDADE E AMOR; nunca torcendo o que ela diz, mas pregando a sua mensagem com a maior cautela e reverência, sabendo da grande responsabilidade que pesa sôbre aquêle que lhe trai o ensino, e a verdade, e a explora, pervertendo-a, no dizer de Paulo: "Pois não estamos como muitos, mercadejando com a palavra de Deus, mas é com sinceridade, mas é de Deus, perante Deus que em Cristo falamos" (II Cor. 2:17).

E' dela que êle há de tirar todos os conhecimentos e recursos espirituais no que ela encerra e ensina da personalidade divina do Senhor Jesus Cristo e da sua obra de redenção, para os seus sermões de evangelização e para o sustento do seu rebanho e o poder apascentá-lo com o pão vivo da palavra viva, do Deus vivo. Ela é sua fonte, sua mina, seu tesouro, seu depósito inesgotável de graça e de

saber por Cristo que enche e completa e consubstancia tôdas as suas palavras, figuras e linguagem. Nela êle está, e dêle ela procede.

Ai do pregador que não colocá o livro de Deus em primeiro lugar na sua vida, nos seus estudos e na sua mensagem! Uma vez perguntei a um pregador que fazia hora para pregar o evangelho a pecadores sequiosos, se queria o Novo Testamento para ler um pouco; êle me respondeu com certo tom de sapiência: "Não, eu para pregar o evangelho não preciso ler a Bíblia!" Mas coitadinho, nunca ouví uma pregação tão desastrada e tão fora do espírito do evangelho com a que êle fêz.

Ela pois encerra tôda a revelação direta e escrita de Deus ao homem. Ela contém uma mensagem viva e atual para tôdas as épocas da história humana. Ela tem recebido e resistido a todos os choques da impiedade e da perversidade do espírito humano caído e decaído, através dos tempos e das gerações, como ondas encapeladas e enfurecidas de ódio, de lama e sentimentos perniciosos! Em tudo e de tudo tem saído vitoriosa e vencedora! A crítica, o escárneo, a zombaria, o desprêzo, a perversão do seu sentido, tudo, tudo na mais feroz investida! Mas graças a Deus aí está ela incólume, pronta para o que der e vier, sempre a mesma, com a mesma mensagem imutável, mas transformadora para os corações, cheia do poder e do amor daquele que era, e que é e que há de vir. Ela penetra nos mais íntimos esconderijos da alma humana e como espelho a revela a si mesma e lhe aponta a estrada do bem a seguir. Sem ela o pregador estaria sem base segura e sem bússola para ir de encontro às opiniões erradas, às filosofias falsas e materialistas, às paixões doentias do homem desviado de Deus e ir em busca do coração, da alma cansada, sequiosa oprimida pela descrença e pelo pecado, levando-lhe o bálsamo da fé, do arrependimento, do amor, do perdão e da graça salvadora de Cristo. A Bíblia é o livro do pregador.

CAPÍTULO V

O Problema Eclesiástico do Pregador

1. *O Convite*

Focalizemos do pregador o problema eclesiástico, isto é, funcionando como pastor; como líder cristão e quanto à aceitação da chamada de uma igreja para pastoreá-la.

Cada um dos tópicos seguintes nos merecerá a atenção. Consideremos o tópico: *A atitude do pregador diante do convite duma igreja*. Ora, à proporção que o número de igrejas cresce, deve também crescer o de obreiros, pelo menos a necessidade de obreiros cresce. E o ideal é um pastor para cada igreja. Naturalmente aparecerá o intercâmbio, a mudança de locais, e de pastorado.

Muitos são os fatôres que concorrem para que se dêem essas mudanças, uns do lado do pastor, outros do lado da igreja; uns de ordem moral e social; outros de ordem *econômica e administrativa*. A saída de um pastor por morte ou por transferência deixa a igreja com a necessidade de novo pastor. O pastor por sua vez fica sujeito, por doença, deficiência financeira, incompatibilidades locais, campos mais necessitados, chamadas mais oportunas, questões de famílias, influências externas e internas, persuasão divina, etc., a *mudar de pastorado*. Muitos são os fatôres que promovem a mudança de obreiros de uma para outra igreja; dentro ou fora da circunscrição de

uma convenção, que nós chamamos "campo" e que em geral obedece à circunscrição política do território nacional.

Não obstante ser o acontecimento mais natural dêste mundo uma igreja convidar um pastor e a aceitação do convite por parte dêste, há condições a consultar.

A igreja, por exemplo, nunca deve prevalecer-se da sua superioridade econômica e social, e das vantagens de centros mais importantes para acenar a um obreiro que serve a outra igreja, despertando nêle dêsse modo certas ambições. Seria uma falha dos dois lados. Nunca o dinheiro e as coisas materiais devem aparecer nesses convites, senão em lugar secundário. Cada igreja deve primeiro *meditar* e orar muito ao Senhor para que o Espírito Santo a guie na escolha de seu obreiro. Também não deve ser motivo de convidar um pastor porque êle esteja desocupado, em disponibilidade. Não é crime, porém, convidar um pastor noutro pastorado, desde que sinta por muitas razões que êsse é indicado pela direção do Espírito de Deus em resposta às orações. Também é êrro convidar um pastor que seja mais barato, e oferece seus trabalhos por um salário menor que outros. A base *financeira* para convidar pastor é falha e reprovável e trará no seu bôjo muitos inconvenientes e desastres, pois não é o método de Deus. Outras estendem o seu convite levando em consideração simplesmente dons naturais e cultura. Mas é necessário levar em conta o caráter e espiritualidade. Nem sempre são os espalhafatosos, os eficientes. Não há dúvida que tôdas essas coisas pesam na balança e têm influência numa decisão. Mas nunca devem ser colocadas no primeiro plano as coisas que são apenas fatôres secundários. O homem, sua personalidade, seu prestígio, seu valor moral, sua capacidade de ensinar a palavra de Deus, de guiar e instruir o rebanho do Senhor devem pesar muito.

Ora, se há uma ética para a igreja em convidar um

pastor, há do mesmo modo a ética do ministro, nessas fases do seu ministério. O pregador deve colocar suas decisões favoráveis a convites para novos pastorados, não na base de obedecer a novidades, a melhora de ordenado, a maior prestígio pessoal, ou outras vantagens secundárias. Não se nega que essas coisas são fortes e que pesam muito na balança de muitas decisões. Quando elas concorrem apenas, quando são consideradas no seu lugar próprio, nada há de censurável, pois o pastor é homem e como tal, não é indiferente ao confôrto, às vantagens financeiras e culturais, às condições de educação de filhos, etc. Tudo isso é fôrça, tudo isso é apêlo, tudo é responsabilidade. Mas tudo deve ser considerado como refugo diante da chamada, ou da *persuasão divina*.

O convite em si pode ser uma indicação da vontade divina, mas também pode ser uma tentação maligna. Como saber? Como decidir acertadamente, seguindo a vontade do Senhor Jesus e do Espírito Santo? O caso deve ser pôsto francamente, leal e honestamente, de coração puro, diante do Senhor e esperar com fé a direção dêle. E êle encaminhará os acontecimento de modo a abrir o coração para aceitar o convite ou fechá-lo para o rejeitar. Êsses são tempos e problemas angustiosos e dificílimos para aquêle que deseja sòmente seguir a vontade de Cristo.

Também deve haver compromisso de ambas as partes, uma vez feita a decisão favorável. O compromisso da parte do obreiro deve ser o de fidelidade ao seu ministério e às doutrinas da igreja. Se por qualquer eventualidade êle venha a duvidar de sua salvação, e das doutrinas da igreja e aceitar outras doutrinas, em desacôrdo com as dela, então deve ser leal e honesto e depor nas mãos da igreja o seu pastorado e retirar-se. E não tentar cavilosamente, aproveitando-se da sua posição e confiança dos crentes sinceros, levá-los para outro credo. Um pastor que achar que suas atitudes como ministro perante

a fé religiosa, perante credos políticos que venham de encontro ao que cria e fazia a contento da igreja não deve trazer o desgôsto e a perturbação ao rebanho que não é seu, mas do Senhor. Há credos sociológicos, credos filosóficos e políticos que são contrários às sãs doutrinas do Novo Testamento e portanto, duma igreja batista. Saíndo do compromisso de só ensinar, pregar e praticar estas doutrinas, deve logo sem resistência, sem barulho, sem dificuldades, deixar por si mesmo o seu pastorado com lealdade.

Deve também, de início, acertar as condições do seu trabalho, o salário a perceber, as férias a gozar, o tempo a dar, emfim tudo que fique claro para o bom andamento da Causa. Nunca dirigir o seu rebanho de modo político e lutador, mas desejando enquanto fôr pastor, trabalhar para o bem e para o progresso e prosperidade de sua igreja, da causa do Senhor Jesus e não sua pessoalmente.

São pontos interessantes que se não devem olvidar nesses casos.

2. *O pastor como líder*

O segundo tópico dos problemas eclesiásticos do pregador é a função de líder na Causa de Cristo.

No govêrno há o têrmo autoridade, para os que estão à frente com o dever executivo das leis; nos partidos políticos há o chefe, para os seus vultos mais proeminentes; nas escolas, os mestres; na Igreja Católica os chefes são autoridades superiores; e assim em cada grupo social há o seu maioral. Nas nossas igrejas, o título para obreiros que estão à frente da denominação é modernamente entre nós líder. E' uma adaptação ou aportuguesamento do têrmo "leader" em inglês e pode incluir quase tôdas essas idéias. A razão é não haver em português uma palavra que diga no caso, o que diz "líder"; "guia" não chega, não tem a mesma significação. Cândido de Figueiredo traduzindo para o português o livro de Antônio Albalat: "A Formação do Estilo", aportuguesou e adotou o têrmo italiano *"pasticcio"* que já fôra afrancesado para pastiche, em *pasticho*. Porque o único em português seria paródia, cuja compreensão é menor e diferente, por encerrar sentido burlesco e ridículo, e o pasticho compreende pintura. Assim nós também fazemos com o têrmo líder. Um têrmo qualquer só é entendido quando a significação é conhecida. Porque as coisas só nos valem quando é sabida sua significação; assim também os têrmos e as idéias. As idéias e os têrmos na lógica aumentam ou diminuem sua significação em relação à sua compreensão e extenção. Um têrmo é mais compreensivo quando abrange maior número de elementos ou de qualidades, ou mais extensivo quando abrange maior número de indivíduos. Assim o têrmo líder significa mais do que o têrmo guia. Não leva consigo, na acepção em que empregamos, a idéia de autoridade, de superioridade, nem de chefe, mas significa aquêle que está à frente e é fôrça coesiva na direção geral da Causa e compreende maior responsabilidade na direção do barco ao seu destino. O líder então não significa um sábio, mas um com capacidade administrativa, tino, bom senso, aptidão e visão certa na direção da sua missão de servo do Senhor.

O pregador do evangelho deve e precisa ter as qualidades de líder; deve ser um líder. Na direção da igreja, nas suas responsabilidades dentro da sua denominação, nas relações do seu trabalho, das doutrinas que defende, dos princípios que mantém com as outras denominações evangélicas e com as religiões em geral. E' uma voz de respeito, uma opinião de pêso, uma autoridade moral, digna de consideração. Não limita sua influência e suas atividades só aos âmbitos de sua igreja ou do seu campo. Contudo há líder de maior ou menor influência, ou de extenção mais limitada ou mais vasta. Nem todo obreiro pode ser líder ou ter as qualidades de liderança. Não é uma

qualidade que se possa criar, mas se pode desenvolver com a experiência e a prática nas muitas e variadas funções do ministério cristão. Há pouco um político apresentou um pastor batista a seu chefe, como o chefe dos batistas estaduais. O pobre pastor ficou todo desajeitado e sentiu-se fora do seu ambiente e sem poder desfazer todo o êrro na expressão, limitou-se a dizer: "Desta cidade." Deixou, sem poder desfazer, a idéia de que era de fato um chefe dos batistas. Não era pois um chefão, tão grande como apresentado, mas ficou um chefêlho, ou chefêto ou o que valha, local. Os homens nos julgam na bitola da sua terminologia política. E' natural, não sabem a distinção porque não conhecem o evangelho e as funções dos seus obreiros, ou então nos classificam de padres. Em religião os seus ministros são os padres, logo um ministro evangélico é mais ou menos um padre protestante. No entanto, o ministro do evangelho nem é chefe, nem é padre; é coisa muito diferente. Êle é o servo do Senhor à frente do rebanho do Senhor e representante da causa de Cristo, não no sentido de delegação, porque todo crente é representante de Cristo. Mas é o que está à frente, é condutor dos crentes no seu caminho na vida cristã. Já definimos noutro capítulo, a autoridade do pregador ou pastor. Aqui apenas queremos considerá-lo nessa fase especial de ir e estar á frente nesses aspectos da causa de Cristo. E' uma espécie de ponto de contato, mas não é um intermediário, não é uma ponte entre os crentes e os descrentes nos negócios de responsabilidades do reino, da igreja e do rebanho. Não admitimos a idéia de sacerdócio humano, porque cada crente é sacerdote e o supremo sacerdote é Cristo, embora haja na sua missão algo de função sacerdotal, no exercício de intercessão diante de Deus em orar pelos outros.

Digamos de modo mais claro — é aquêle que *preside* a sua igreja como instituição autônoma; que *dirige* o rebanho do Senhor como o pastor que vai à frente, como o mais bem informado do caminho; que instrui, ensina, inspira e exorta a igreja pela sua pregação constante, da Palavra de Deus; que consagra seu tempo e sua vida, sua fé, à sua igreja e aos seus irmãos do rebanho e à causa em geral em todos os movimentos de cooperação entre as igrejas como uma só organização, interessadas nos deveres e responsabilidades que são indistintamente distributivas. A liderança então é uma função de bispo, de pastor, de presbítero e de ancião, segundo a significação particular de cada uma dessas funções, completando no seu conjunto a função do ministro do evangelho, além das muitas que o grande apóstolo das gentes costumava apresentar em muitas figuras de linguagem e por analogia de funções nas diferentes fases do ministério cristão.

3. *A função de pastor*

Tratemos então do 3º tópico — *dos problemas eclesiásticos do pastor*. E' uma fase de eclesiologia que estuda o pastor no seu lugar e função.

Quando falamos da chamada ao ministério, dissemos alguma coisa a respeito do pastor e das suas responsabilidades; novamente, porém, nos referimos às mesmas coisas com mais particularidade.

No seu livro de psicologia e pregação, no capítulo a respeito dos sentimentos, ou pròpriamente sôbre os fenômenos principais da vida afetiva, o Dr. Gardner dizia o seguinte: "Ser 'pastor', certamente significa alguma coisa mais do que ser administrador do maquinismo da organização da igreja e das famílias do seu rebanho; significa também ser um apascentador dos crentes, uma fôrça inspiradora nas suas vidas para desenvolver, tanto quanto seja possível, tôda a cadeia dos seus sentimentos, de suas capacidades emotivas, e, especialmente, organizar sua vida emotiva inteira, em tôrno das grandes verdades da fé religiosa e arranjar êsses fatôres dinâmicos de modo

conveniente para inspirar a tarefa do cristianismo — o edifício de uma ordem social, da qual o serviço mútuo de realização, próprios, seja o princípio orgânico."

Ora, nessas poucas palavras, diz êle muita coisa a respeito da função de pastor, e na verdade se não fôra a presença do Espírito de Deus no homem, poder-se-ia dizer com Paulo: "Quem é idôneo para estas coisas?" O pastor naturalmente segue, no seu trabalho, a diretriz da sua organização mental. Uns se intensificam com o maquinismo da organização. Cada coisa em seu lugar e na sua hora marcada. Tudo tem que girar dentro duma roda. Outros não ligam muito á organização perfeita, têm alguma coisa organizada, bastante para satisfazer uma exigência, nada de complexidades e de perfeições, a sua atenção está voltada para outro campo na vida da igreja. Ainda outros colocam em primeiro lugar, no seu ministério, a questão de finanças. Todos os estudos e trabalhos estão nessa direção. Há os que pensam que para ter uma igreja bem ensinada precisam visitar constantemente os seus membros para poderem compreender as suas necessidades, falhas e imperfeições. Há os que se voltam exclusivamente para o evangelismo e vão por tôda parte pregando; sua missão é pregar e pregam em tempo e fora de tempo. Há os que se entregam aos estudos; todo o seu tempo é dado aos estudos; conhecimento é o seu objetivo. Há os que acham que a sua vida é consagrada a ensinar exclusivamente a Bíblia. Abre-se a seu rebanho, apascenta-o com o pão vivo da palavra de Deus. Tudo isso é preciso, tudo isso é aceitável. O púlpito é uma fôrça que inspira, rasga visões e apresenta ideais sublimes aos ouvintes; cria normas; modifica costumes; reforma vidas, meios e ambientes sociais; guia por caminhos nunca dantes andados. Vivifica mortos; anima caídos; estabelece otimismo e destrói pessimismo; edifica o caráter cristão; aperfeiçoa condições morais e sociais; — é sôbre tudo e por tudo um sôpro de vida; é a voz de Deus; é a mensagem do Espírito e a

glória da cruz de Cristo. O púlpito não pode ser profanado na sua missão divina, e ocupar-se de política, de filosofias e simples fábrica de literatura e exibicionismo. E para uma tão grande tarefa, necessário se torna que o obreiro não se esqueça da sua obra gigantesca de cooperar com Deus na redenção do mundo.

O salmo 23 nos dá uma ilustração do que deve fazer o pastor. Aqui o salmista faz uma analogia da sua função de pastor de rebanho: "O Senhor é o meu pastor; nada me faltará. Faz-me repousar em pastos verdejantes; conduz-me às águas de descanso. Êle refrigera a minha alma, guia-me nas veredas da justiça por amor do seu nome. Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não recearei mal algum, porque tu estás comigo; o teu cajado o teu bordão me confortam." Nestes quatro versos do salmo 23 nós temos a função elevada de pastor aplicada ao Senhor. No primeiro verso é provedor; e nos outros leva a pastos verdejantes onde o rebanho encontra a alimentação farta. Figura da distribuição da palavra de Deus pelo pregador que ensina todo o conselho de Deus. Mata-lhe a sêde, por levá-lo às águas quietas e cristalinas; refrigera com o confôrto da pregação, guia pelo meio dos perigos das descrenças e das investidas dos lôbos heréticos.

Paulo em duas cartas nos fala do ministério cristão com mais amplidão que nas outras. Em II Coríntios, 2:14-17, fala da vocação; 3:7-16, da excelência do ministério; 3:17 a 4:4, do privilégio sublime do pregador; 4:7-15, da fraqueza do ministro; 4:16 a 5:8, do consôlo do ministro; 5:9-21, do motivo dominante do ministro; e 6:1-10 do seu bom exemplo, conforme estuda o dr. J. W. Shepard no seu livro "O Pregador". Convém ler êstes versos. Em tôda essa longa discussão, o lugar e a função de pastor ocupa profundamente o pensamento do grande mestre da pregação que nos ensina mais que qualquer outro a respeito.

Ainda nas cartas a Timóteo e a Tito, êle se ocupa mais pormenorizadamente da vida e do caráter do pastor, 3:1-7; 1:5-9 respectivamente. Tôdas essas cartas, chamadas pastorais, estão cheias de conselhos e advertências acêrca da função do pastor. Todo pastor deve lê-las regularmente e ouvir os ensinos do apóstolo acêrca dos seus deveres. O Senhor Jesus, o sumo bispo e pastor das nossas almas, no capítulo 10 do Evangelho de João nos ensina os deveres ou função do pastor. No v. 2, o verdadeiro pastor entra pela porta do aprisco, não é, pois, um explorador. V. 3, as ovelhas ouvem a sua voz e êle as chama pelos seus nomes e as conduz para fora; 1º — êle tem liberdade com o rebanho 2º — conhece cada ovelha pelo seu nome e elas ouvem a sua voz. O pastor deve ter a confiança a respeito dos membros da sua igreja para poder conduzí-los ou guiá-los na vida cristã. Ver. 4, vai adiante delas e elas o seguem porque conhecem sua voz. Ver. 11, o bom pastor dá a vida pelas suas ovelhas. O pastor vive e deixa-se gastar pelo seu rebanho, para o seu bem, sua prosperidade, sua felicidade; para defendê-lo dos perigos que o cercam na vida espiritual.

Neste capítulo nós aprendemos a relação que deve haver entre o pastor e seu rebanho, qual o seu dever e preocupação quanto ao mesmo rebanho: o trabalho, a proteção, o cuidado e a intercessão. O rebanho é do Senhor e não dêle, por isso terá que aprender dentro dos ensinos da Palavra de Deus, o que constitui a sua missão. A função de pastor é a mais espinhosa dêste mundo. E' necessário saber sofrer as contradições, ser paciente e perseverante em ensinar e admoestar; perspicaz para poder compreender as muitas atitudes e divergências mentais, a seu respeito. Capaz de ensinar, de inspirar, de guiar, de ajudar, de chorar e rir, respectivamente, com os que choram e com os que riem, sem contudo ser um hipócrita, mas condoendo-se de uns e chorando com outros. Deve aprender a levar a carga mais pesada, ter a vida de maior pontualidade em tudo, para dar o exemplo de confiança e de fé; cheio de amor, de perdão e de graças com Cristo, amigo dos pecadores e dos fracos.

Ninguém neste mundo precisa mais de estar em comunhão com Cristo Jesus do que o pastor de uma igreja de Cristo. Deve, pois, ser homem de oração.

4. *A sucessão do pastor*

Tôda vez que há uma mudança de pastorado, ou de campo de atividades, estabelece-se um caso de sucessão pastoral.

De quem é o problema da sucessão pastoral? Da igreja? Do pastor que se retira? Do Secretário-Correspondente do Campo? De quem?

Pode ser que o problema interesse a todos; pode ser que os envolva a todos, até certo ponto, mas o problema é visceralmente da igreja. A ela é que interessa de modo real; é ela que terá de ser guiada e que terá de pagar o novo obreiro.

Até onde vai a atuação do pastor que se retira? O problema não é dêle, não o afeta. Às vêzes êle pode pensar que para deixar o pastorado precisa preencher o seu lugar e sai a campo consultando e convidando a um e a outro para sucedê-lo. Outros há que fazem política com a igreja e desejam umas tantas conveniências e colocar certo obreiro que não convém à igreja, mas é seu candidato e então tentam persuadir a igreja para convidá-lo. E quando não são bem sucedidos, dificultam, produzem crise, tentam impor, enfim perdem as estribeiras, contanto que consigam o que querem. Neste caso o obreiro está fora da ética do pastor honesto e correto. Deve êle interessar-se pelo caso? Sim e não . Se a igreja lhe entrega o caso, se deixa com êle por melhor conhecer as condições e os obreiros e saber o que melhor a satisfaria, neste caso sim. Mas se a igreja não lhe pede nada e deseja encami-

nhar a escolha de novo pastor, então êle nada tem que fazer, nem que se meter, nem mesmo que fazer sugestões. Porque isto depende muito das suas relações com a igreja e pode trazer mal-entendidos desagradáveis.

Até onde o caso pode interessar ao secretário geral? Do mesmo modo, não lhe compete arranjar nem mudar pastôres. Êle, porém, sabe das condições da região e dos obreiros. Pode ser que êle possa ajudar a igreja num arranjo, numa combinação com outras igrejas e seja convidado um pastor que satisfaça outras condições. E neste caso pode ser combinada se convier à igreja e ela desejar o arranjo. De outro modo nada terá que se envolver no caso, que afeta só à igreja. Isto mesmo para o bem da igreja e das outras igrejas envolvidas, para o bem da Causa. E só por sugestões, dependendo da decisão franca da igreja, sem qualquer imposição ou política pessoal. Mas se a igreja o encarregar de indicar um obreiro que convenha, se esperar que êle o faça por achar-se mais em contato com o trabalho, com as igrejas e pastôres e ter informações mais aceitáveis dos outros campos, e de obreiros de outras zonas e dos que desejariam uma mudança, neste caso o problema o afetaria. De outro modo, não; é da igreja.

A Junta teria interêsse muito indiretamente por necessidades gerais, para evitar a entrada, no campo, de obreiros que não honrariam nem á igreja, nem o campo; só em casos especiais e raríssimos para evitar a entrada de um pastor de reputação duvidosa, inconveniente, perturbadora, egoísta e que trouxesse grande descontentamento ao meio geral das igrejas e trabalhadores. Neste caso seria do seu dever levar ao conhecimento da igreja, as conseqüências da presença de um tal obreiro, porque talvez ela não o conhecesse e não soubesse de quem se tratava. Podia ajudar a igreja; mas sempre respeitando-lhe a autonomia. De outro modo exorbitaria.

Êsses arranjos servem para igrejas menores, sem

recursos e pelo interior, onde os irmãos não estão muito informados e pedem e buscam o auxílio de terceiros.

Mas o problema é da igreja, e quando não há tais condições ela terá que se reunir e estudar a questão, buscar informações a respeito dos obreiros e por meio de orações constantes decidir por si em sessão regular sob a direção do Espírito Santo, o único e indispensável guia no caso, e resolver o que fazer.

Isto não quer dizer que não haja problemas difíceis, e que não se levantem imprevistos que tragam dissabores, divisões, partidos e correntes prejudiciais. Mas seja como fôr, a igreja terá que resolver por si, perante Deus, o seu problema. Não quer dizer também que não sejam precisos *demarches*, estudos, consultas, tempo bastante para evitar precipitações. Às vêzes, quanto mais rápida se der a escolha e eleição, tanto melhor para evitar os imprevistos e a formação de partidos e correntes opostas na questão da escolha do obreiro. Só o amor cristão, só a graça de Cristo e o respeito a direitos alheios evitarão as conseqüências desagradáveis e até derrocada na igreja e lutas amargas, às vêzes por anos e anos.

Acima de tudo deve estar a obediência e a lealdade ao Senhor Jesus Cristo.

Não ha dúvida que são momentos muito sérios e difíceis na vida de uma igreja. E' tempo de oração e prudência para o seu bem e o bem da Causa.

CAPÍTULO VI

As Organizações na Igreja

1. *União da Mocidade Batista*

Há em nossas igrejas diversas organizações para aproveitar fôrças e guiá-las no trabalho. E' costume agrupar as senhoras, os homens, a mocidade, as jovens, e os rapazes e as meninas em fôrças organizadas para desenvolvê-los e treiná-los.

Tratemos da relação do pastor com a mocidade. Às vêzes a mocidade se torna ao obreiro um problema interessante e digno de atenção. Nenhum pastor sensato se desinteressará da mocidade de sua igreja. Há muitas razões pelas quais êle terá que considerar sèriamente o problema da juventude.

Chamamos mocidade, na igreja, os filhos dos crentes que vão chegando à idade varonil; e também os rapazes e as jovens membros da igreja, dos 15 aos 25 anos de idade. Há igrejas que têm grande número de jovens e não convém deixá-los entregues aos seus próprios destinos, mas cumpre guiá-los e organizá-los para o seu aproveitamento na causa.

Dos 15 aos 20 anos a juventude tem os ideais próprios da idade, uma boa parte ainda não sabe em que vai dedicar sua vida; muitos estão nas escolas fazendo o curso secundário, outros em escolas profissionais, outros no

comércio e ainda outros na indústria e na lavoura e ainda outros sem ocupação. Em contato com o meio ambiente e com a ocupação vão formando e estabelecendo a mentalidade e é nessa hora que a igreja tem sua missão e tarefa na formação da consciência religiosa e moral e do caráter dos jovens, na elevação dos sentimentos de pureza, e na firmeza do ideal para a vida.

Cristo deve ser a maior fôrça nessa fase. O jovem nessa época pensa bastante na formação do seu lar, deseja encontrar o outro companheiro para a vida. Por isso há muitas contrariedades, porque naturalmente uma organização de mocidade parece concorrer mais para namoros do que para outros fins. E muitos velhos são contrários a tais organizações. E' verdade que isto acontece, e os jovens, quando entram nessa fase ficam alheios a tudo o mais. Fogem das reuniões, de tomar parte em programas, de qualquer esfôrço, porque seu coração, sua mente, sua atenção, tôda sua imaginação, enfim tudo está voltado para o seu ou a sua "sweet-heart". E ficam, até certo ponto, desatentos, rebeldes, indiferentes, amuados e difíceis de domínio próprio e de serem controlados. Há nesse tempo muitos aborrecimentos, muitos mal-entendidos e muitas contrariedades. Às vêzes, até escândalos.

Se não houver benevolência, simpatia e grande dose de paciência e boa vontade, o único meio é acabar com tal organização, que parece trazer mais inconveniente do que benefício.

Seria, contudo, grande falta de senso, de visão e de liderança, tomar medidas drásticas nessa ocasião e esquecer que são manifestações da idade, são "os desejos da mocidade" que precisam ser guiados prudentemente pelo próprio jovem, pelo pastor e pela igreja.

Além disso há nessa época muita frivolidade; muita tendência para as coisas mais agradáveis da vida, as brincadeiras, os desportos, as sociabilidades, os convescotes, as reuniões recreativas, as festas, os prazeres, as modas,

as vaidades, os folguedos demasiados. Tudo isso são tendências, são perigos, são aborrecimentos para quem dirige e quer tudo bom e santo.

Mas não há que negar que também é a idade das oportunidades. E' tempo de guiar as aspirações da mocidade para o bem e para uma vida digna de respeito. Ninguém nega que há muita vantagem e mesmo necessidades que os jovens crentes se encontrem e se gostem, se amem e se venham a casar, no Senhor. Será muito melhor que as jovens achem os seus pares na mesma fé e na mesma igreja do que buscá-los no meio onde Cristo é desconhecido e de religião diferente, pois o fim é sempre desagradável, com raras exceções.

Ao lado dessa possibilidade há muitas outras vantagens de conservá-los organizados. Há oportunidade para desenvolver muitos dêles no serviço da igreja, pois um dos fins da U.M.B. é treinar a mocidade para o serviço da igreja. Há ocasião de se revelarem os dons: de pregar, de ensinar e de cantar e até de tocar instrumentos. Muitos jovens se têm dedicado ao trabalho de Cristo pela inspiração do trabalho da mocidade. Há ainda o efeito negativo. Enquanto o jovem se atrai pelas reuniões da U.M.B. êle está fugindo de outros pontos de contato, perniciosos ao seu caráter e à sua vida cristã. O seu ideal se eleva, a sua visão cristã se alarga, a sua dedicação se torna uma bênção. A sua fé cresce, o seu amor à causa se intensifica e o seu desejo de crescer na graça e sabedoria espiritual se pronuncia cada vez mais.

Ninguém ignora que há muitas capacidades encobertas nos jovens, e que havendo oportunidades se revelam e se cristalizam para Cristo. O apóstolo João colocava a mocidade num pedestal cristão muito alto; reconhecia num jovem crente grande coragem, fé e poder, fôrça e esperança. Por isso êle escreveu dessa maneira: "... Eu vos escrevo, moços, porque tendes *vencido* o Maligno. Eu vos escrevi, meninos, porque conheceis o Pai." "...Eu

vos escreví, moços, porque sois fortes, porque a palavra de Deus permanece em vós e porque tendes vencido o Maligno." "Não ameis o mundo, nem as coisas que há no mundo. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nêle; porque tudo o que há no mundo, a cobiça da carne, a cobiça dos olhos e a vaidade da vida, não vem do Pai, mas sim do mundo" (I João 2:13-16).

Na verdade um jovem que se desprende do mundo e seus enganos e se entrega a Cristo é digno de respeito e de esperança, de cuidado e de amor.

Disto è por tudo isto o pastor tem muito que fazer com a sua mocidade; interpretá-la, conduzí-la, guiá-la, saber das suas fraquezas, e fôrças, altos e baixos na vida. Confiar nela, esperar nela, olhar para ela com amor paternal e ajudá-la; ver suas oportunidades e possibilidades na causa de Cristo. Não ser pessimista e inimigo dos jovens, mas otimista e amigo e conselheiro dos jovens que confiam e esperam nêle. Oh! Quem é idôneo para esta tão grande responsabilidade?! Mas há nesse campo de atividades do pastor uma grande fonte de inspiração, de esperança e de cuidados e deveres.

Que Deus nos ajude a cumprir nossa missão.

2. *Sociedade Auxiliadora de Senhoras*

Já tratamos da mocidade, suas falhas e possibilidades; suas oportunidades e esperanças na causa de Cristo. Consideremos também o trabalho das senhoras.

Alguém pode objetar que não se encontram tais organizações no Novo Testamento. E' verdade, como tais, não se encontram, mas encontram-se a ordem e o mandamento para se fazer o mundo discípulo. São organizações extra-bíblicas, mas não anti-bíblicas.

Cristo deu a tarefa de ganhar o mundo, mas não deu os métodos de fazê-lo, além do de pregar. E essas organizações são os métodos que usamos dentro do espírito do Novo Testamento.

Deus tem usado maravilhosamente as mulheres no crescimento do seu reino. E por serem elas uma fôrça tão considerável naquilo em que põem a mão, o diabo as tem usado grandemente, desde a ocasião em que a usou como instrumento da queda da raça humana. Também o clero católico as tem explorado de modo assombroso! E diga-se de passagem, se não fôsse o elemento feminino que para o padre é demônio e elemento de impureza e imundície, a quem êle não se pode unir porque se perverte, se não fôsse êsse elemento, já a igreja católica e todo o seu clero prepotente e ambicioso teria levado o boléu. Mas mesmo renegada, ela se deixa explorar com alegria e satisfação para glória da igreja papal e do seu clero.

As senhoras são na igreja uma grande fôrça e por isso devem ser organizadas para que sua fôrça seja dirigida no progresso do reino de Deus. Foi muito bem pensado e executado o plano da organização das sociedades auxiliadoras de senhoras. E a igreja em que elas não se organizaram tem uma grande lacuna que deve ser preenchida quanto antes. E o pastor estará perdendo um dos grandes, talvez o maior auxiliar no seu pastorado. Naturalmente é fôrça que precisa ser guiada porque a simples organização, sem programa, pode tornar-se até muito inconveniente. E' preciso cortar a tendência de honrarias, de contendas, de arengas e mexericos, porque quando as senhoras se desviam por êsse caminho, então os resultados são os mais funestos e destruidores.

As senhoras exercem na igreja grande influência porque em geral elas constituem a maioria. E' muito raro uma igreja em que haja mais homens do que senhoras. Elas dominam pelas suas qualidades sentimentais. Em geral as senhoras têm mais jeito para evangelizar, para visitar e consolar e mesmo dispõem de mais tempo. Elas

influem nas reuniões, nos cânticos, nas contribuições, nas ofertas voluntárias, na boa vontade para com a Causa.

As senhoras são por natureza muito mais dedicadas a Cristo que os homens; e se sacrificam mais para assistir às reuniões públicas e às sessões; elas, pelo menos, revelam mais interêsse do que os homens nos trabalhos da igreja. Elas são mais fortes para dar o testemunho da fé em Cristo, maiores inimigas dos vícios, dos maus hábitos, das más palavras. Ninguém lhes nega a dedicação religiosa. São mais humildes no seu trabalho, mais prontas, mais dispostas a ouvirem os conselhos e os apelos da Causa.

As senhoras não se negam, se não com raras exceções. Há mulheres incrédulas, amuadas, inacessíveis, vaidosas, mentirosas, paroleiras, intrigantes, perniciosas em todos os seus exemplos na Causa e na igreja; mas estas constituem exceções. Não se pode contar com elas para coisa alguma na Causa; são maus elementos. Não nos referimos a essas, que infelizmente há. As senhoras não se negam aos apelos das missões, dos hospitais, dos orfanatos, dos estudantes pobres, dos colégios, dos pontos de pregação, dos pastôres em necessidades, dos pobres e necessitados na igreja, dos índios, enfim, não há apelos a que não atendam. São auxiliares e cooperadoras em tôda compreensão e extensão do têrmo, de modo que o pastor deve aproveitar as senhoras da sua igreja e organizá-las em uma Sociedade Auxiliadora. Elas já têm um grande programa inspirado pela União Geral das Sociedades Auxiliadoras de Senhoras do Brasil que êle nada tem que melhorar ou acrescentar, mas acatá-lo e guiá-las na execução do mesmo para o bem da sua igreja e da Causa em geral. Além dêsse programa elas são grandes auxiliares em visitar doentes, em casa e nos hospitais; buscar crentes afastados e desanimados. Elas concorrem aos cultos ao ar livre e nos pontos de pregação. Elas ajudam no trabalho das crianças e das moças.

A prova de tudo isso é que às vêzes as suas reuniões

mensais e de oração são tanto ou mais concorridas do que as da própria igreja. O trabalho das senhoras é uma grande inspiração para o pastor. E êle deve ser sensato e perspicaz em saber usá-las e guiá-las no desenvolvimento da igreja em todos os seus ramos de atividades. Que seria de uma igreja na sua ornamentação, nos seus cânticos, nas suas reuniões sem as senhoras?! Seria um deserto, um salão sem estética, um corpo sem alma, uma alma sem inspiração e sem alegria e entusiasmo. Muito devem os pastôres às senhoras.

Deus abençoe as santas mulheres que enchem as nossas igrejas.

3. *Outras organizações*

Dissemos algo a respeito das organizações de U.M.B. e S.A.S.; falaremos agora, em traços gerais, a respeito de outras organizações. A finalidade de qualquer organização na igreja é dupla. Serve ao indivíduo e serve à igreja. Ao indivíduo treina e o faz interessado na Causa e à igreja presta o serviço. E' fôrça captada e organizada com o fim de prestar o trabalho, ou no nosso caso dar os frutos esperados da vida de um crente e de uma igreja.

E nessa organização o que se aproveita é o elemento *vida,* a maior fôrça que há; e vida humana, e, acima de tudo vida nova regenerada pelo poder do Espírito Santo mediante a fé em Cristo Jesus que é aquêle que enfeixa em suas mãos e em sua personalidade divina todo poder ou autoridade, no céu e na terra. Eis aí uma fonte inesgotável de poder e de fôrça a que está ligada a vida do crente. E êsse poder não é para destruição, mas para edificação, para elevação no mundo, das fôrças morais e espirituais, as mais fortes e indestrutíveis e de conseqüências mais permanentes e universais de tantas quantas haja. A igreja em si já é uma organização para um fim. Ela não é um fim em si mesma,

mas existe para estender o reino de Cristo e edificar e aperfeiçoar o caráter cristão. Ora, do mesmo modo os indivíduos que a constituem se organizam dentro dela não como fins próprios, mas como meios e recursos, com o fim de levar a igreja ao desempenho da sua missão de ganhar almas para Cristo. Fora dessa direção, a organização teria o feitio de clube e não de organização dentro da vida da igreja, constituíndo antes, a própria igreja em andamento e crescimento no reino de Deus e na sua obra redentora em cooperar com êle para salvar o mundo.

Além das sociedades já mencionadas, podemos referir-nos ao trabalho dos homens. Poucas são as igrejas que têm feito organização de sociedade de homens. Êstes ramos de atividade não se têm desenvolvido na proporção do que acontece com a mocidade e com as senhoras, razão por que ainda não há muita literatura do tipo do trabalho das senhoras e as sociedades de homens não têm tido largo incremento. Mesmo é mais difícil para os irmãos se congregarem e se organizarem, porque o homem é mais independente; é mais consciente de sua autonomia; é, às vêzes, mais indiferente a êsses apelos e entusiasmos; é mais ocupado e envolvido em responsabilidades de tôda categoria. E há mesmo dificuldade em persuadí-los a uma organização à parte da sua função de membros da igreja; às vêzes falta-lhes a habilidade necessária e a adaptação. Mas os homens membros da igreja constituem uma grande fôrça, que na sua maioria é esparsa e não produz quase nada quando, se fôsse captada e dirigida seria uma grande maravilha no reino de Deus. Se êles fazem quanto fazem sem um programa, sem uma causa de estímulo, de união e de cooperação, quanto fariam se mudassem?!

E' dever do pastor levar os irmãos, pelo menos um grupo entre êstes a se organizarem em sociedade cooperadora. Tenha o nome que quiser, não importa: missionária, evangelizadora, evangelização ou simplesmente cooperadora, pois é de muito valor para o trabalho. Êsses irmãos se unem sob um plano, uma orientação unida e se inspiram mùtuamente e se levantam para o trabalho. Contribuem, evangelizam, pregam, cantam, fundam pontos de pregação, fazem cultos ao ar livre e vão levantando o entusiasmo missionário na igreja e se sentem felizes. O pastor para ajudá-los, cooperar com êles, animá-los e inspirá-los pelo exemplo, deve ser sócio, votar e ser votado, entrar em comissões, discutir assuntos, assistir às sessões e acatá-los em seus planos e idéias de progresso para a igreja de Cristo. Não deve pôr-se de fora, senão será um tropêço e um mau exemplo. De tôda maneira deve ganhar a influência e a confiança de todos os sócios da sociedade. Essas organizações devem ser as mais simples possíveis. Assim como a espôsa do pastor precisa e deve ser sócia da S. A. S., assim êle precisa e deve ser da de homens.

Hoje ganha vulto a idéia de se organizarem as moças em sociedades, separadas das senhoras e dos jovens, juntas com êsses na U.M.B. e muitas igrejas já deram êsse passo. E' muito sábio e bom fazê-lo. As jovens na igreja, se forem unidas e inspiradas no trabalho do Senhor, serão uma bênção; mas se deixadas, tornar-se-ão inúteis, indolentes e indiferentes ao trabalho. Se elas se dedicam e têm boa orientação, então, o trabalho é para glória de Deus, mas se não têm inspiração e se afastam e se negam de cooperar e ficam irreconciliáveis e insensíveis nessa resistência, na maioria dos casos dão trabalho às igrejas, são elementos de difícil direção e de persuação, não se submetem, não se interessam pelo trabalho, com exceções, já se vê. Mas orientadas e inspiradas podem fazer um excelente trabalho para Cristo e muitas vocações são despertadas.

Ainda pode haver outras organizações, tantas quantas comporte a igreja e o tempo. Numa igreja pequena não

convém o acúmulo de organizações pequenas, mas numa igreja grande há elementos que se perdem e devem ser aproveitados.

A razão de se fazer uma organização é de aproveitar e dirigir fôrças que se perderiam para a causa do Senhor se não fôssem aproveitadas dêsse modo. De outro modo e para outro fim não convém ter organizações que trarão complicações e dificuldades ao obreiro. A organização é para servir à igreja e deve estar submissa a esta, e não para se tornar uma igrejinha dentro da igreja e querer impor-se a ela. A igreja é suprema sôbre elas e é a que cogita da sua necessidade, da sua existência e vida; se a contraria, dificulta o seu trabalho; então a única coisa a fazer é dissolvê-la e tomar as medidas que o caso exija.

Sejamos sábios em fazer organizações na igreja e saibamos aproveitar os elementos que temos em mão do melhor modo possível para o desenvolvimento e crescimento da igreja e da Causa tendo Cristo como a razão e o fim de tudo na igreja.

4. *A Escola Dominical e o Pastor*

A igreja e a Escola Dominical estão sob a direção do pastor. Muito se tem dito a êste respeito. Há alguns anos que as nossas Convenções, tanto nacional como estaduais, têm dado grande incremento ao movimento das escolas dominicais.

Temos uma Junta ligada à Casa Publicadora que muito tem feito a favor da organização por excelência na igreja; uma literatura se tem planejado e em parte executado; um curso organizado que dá um diploma, para o preparo dos professôres oficiais da E. D. Uma campanha intensa tem-se feito por todo o Brasil evangélico para incrementá-la; lições preparadas e organizadas para a E.D. em tôdas as igrejas e congregações. Por mais que se faça não se exagera a campanha a favor de tão grande organização na igreja. A E.D. já não é uma simples organização, já tomou o vulto e as proporções de uma instituição. O "Manual Normal" dá, sàbiamente, o primeiro lugar na E.D. ao pastor. De fato êle é a figura principal na sua organização.

O fim da Escola Dominical é levar a igreja tôda a estudar a Bíblia de um modo mais ou menos organizado, pelo menos de um modo planejado, ano após ano e dentro de certo número de anos, estudá-la tôda. Pelo menos nos seus pontos vitais, nas suas doutrinas fundamentais e nos seus caracteres mais excelentes. Lições feitas ao alcance de todos, até dos mais humildes. Hoje não se concebe ou quase não se admite uma igreja sem uma escola dominical.

Se o fim da E.D. é preparar os crentes, pelo conhecimento da palavra de Deus, para sua missão especial de evangelizar e trazer almas a Cristo e se a E.D. ocupa tão alta finalidade na igreja, qual será, então, a relação do pastor para com ela?

Êle é, no caso, o homem-chave da situação. Deve estar atrás de tôda a organização da E.D. para levá-la avante. Já em orientar a escolha dos oficiais, principalmente do superintendente; já em ajudar na escolha dos professôres, indicando pessoas à altura para cada classe, nos diversos departamentos da escola, levando em conta as qualidades intelectuais, espirituais, ou o exemplo e vida do que deve ser o professor.

Êste não é um trabalho fácil, exige conhecimentos pedagógicos, observação psicológica muito atenta. Quantas vêzes uma pessoa tem habilidade bastante para dirigir uma classe, mas devido as suas condições sociais, suas atitudes para com a causa, para com a Bíblia, para com o mundo e mesmo para com a doutrina da mordomia, fica impossibilitada para o cargo e é necessário que se evite o seu nome e eleição para uma classe de jovens e de menores, e se houver outros elementos, evitá-lo para qualquer classe

porque sua vida é um contraste com a profissão de sua fé e o seu exemplo é pernicioso.

O pastor deve estar integrado à E.D. de tôda maneira; deve ser o seu guia, consultor, inspirador, ser o professor dos professôres, e ser professor de qualquer classe que seja preciso; deve ser um dos seus alunos mais dedicados e interessados.

Êle deve organizar o curso que prepara professôres, ou ensinando ou arranjando outros que ensinem, devagar semanalmente ou formando institutos para ensinar livros em poucas semanas, enfim, que fôr mais adaptável ao seu campo e igreja.

A eficiência da escola dominical está no seu corpo docente, que é o grupo de irmãos que se coloca à frente das classes para dirigir as lições. Se êles não sabem, não entendem, não impressionam, o trabalho é improfícuo e quase inútil. Mas se os professôres são crentes fervorosos, se estudam as lições, se assistem às classes para professôres, caso haja, se têm vida de oração e amam a Cristo e à sua causa, o trabalho da escola terá um efeito pronto para o bem de todos. Esta questão de professôres é o caso mais difícil na orientação do obreiro para com a E.D.

Outro grande problema que o pastor enfrenta na E. D. é a questão da freqüência e a assiduidade nas classes. Creio não haver caso de ensino mais difícil. Os alunos são voluntários, nada pagam, mas são levados pelo amor à palavra de Deus. Daí serem poucos os alunos que são assíduos, não vêm com regularidade, às vêzes uma vez no mês e até no trimestre. Além dêsse descaso que a grande maioria revela pela assiduidade à escola, não estudam a lição. A mocidade pouco lê a Bíblia e pouco estuda as lições dominicais. E' um campo de estudos ou pelo menos é um repto ao pastor para conseguir remover a má vontade. Os planos de torneios, de prêmios, de quadros de honra, de bandeiras, tudo tem falhado e falha. Até conseguir a inspiração de dever e de amor,

tudo falha. Isto mesmo é tão difícil, que se torna um pesadelo para o servo do Senhor que deseja ver a escola da sua igreja prosperar. O problema do equipamento é outro que leva o obreiro a pensar, planejar e lutar para chegar a resolvê-lo com sabedoria e eficiência, ainda mais que êste caso envolve finanças, quando as contribuições são às vêzes abaixo das despesas mais forçadas e o que é adiável vai ficando para as calendas gregas.

De maneira que há uma relação muito íntima entre a E.D. e o pastor da igreja. A eficiência do ensino, firmar a freqüência e assiduidade, tanto dos alunos como dos professôres, pois muitos dêles são tanto ou mais relapsos do que os alunos; o equipamento da escola para o bom funcionamento. O pastor que resolver êstes três pontos da sua escola dominical é um felizardo e um vitorioso. E' sua luta contínua e muita vez interminável, pois o próprio problema cresce com o crescimento da igreja e do trabalho. Quanto maior a igreja, e quanto mais prospera, tanto mais intrincado êsse problema triplo na relação do pastor para com a escola dominical.

Contudo não se deve desanimar, mas prosseguir sem recuar e fazer o melhor que fôr possível para alcançar o padrão de excelência das escolas dominicais que é, acima de tudo, espalhar o reino de Deus e ganhar almas para Cristo.

5. *O cântico*

No trabalho e na vida do pregador a música é parte importante; está tão ligado a ela que êle não a pode dispensar em qualquer fase de sua missão. E' pois de tôda conveniência e necessário ao pastor saber um pouco de música.

A sua relação para com a música sacra pode-se dividir em duas partes:

1. O cântico no culto. Quão bom é que o pregador

que dirige a congregação saiba música e saiba cantar. Quando êle não sabe música e não tem música em si, é uma barreira ao seu trabalho. Podia-se dizer que é, mesmo um encravo, um pregador que "canta mas não entoa". Posso dizer que no ministério, um homem que canta e prega é um ministro ideal nesta parte. Quão difícil é ao ministro anunciar o hino e êle mesmo não ter noção nenhuma de música! E' o primeiro a destruir a beleza da harmonia do cântico; a congregação sente-se mal. E se há alguém que sabe música no auditório, fica desde logo escandalizado de ver um homem ocupando o lugar de mestre, quando nem discípulo não é, nem nunca foi. E' ridículo! Êle, por ignorar as leis da música, presume-se, acha-se cantor exímio, encantador, empolgante! E às vêzes não aceita qualquer advertência, aborrece-se. Assim faz, porque é ignorante da verdade. E' como o pregador leigo, ignorante, que se torna presunçoso e acha que prega melhor do que os pastôres, porque sobe ao púlpito e grita, e vocifera, e faz tôda qualidade de ridículo; comete silabada de todo tamanho e é mais passivo de dó e de compaixão do que de admiração e respeito. Procure-o e aconselhe-o e veja o juízo que faz de si mesmo, em que conta se tem! Não aceita conselhos, nem lições, pelo contrário, investe com mais arrogância contra o seu conselheiro. Como o grito não é pregação, também gritar com tôdas as fôrças dos pulmões não é cantar. E' bom, pois, que o pregador possa cantar, mas que entenda o valor e a técnica do cântico na música. Outros há que, ainda que saibam música, não têm, como se diz, voz. Nesse caso é menos culpado da sua falha. Deus não lhe deu o dom. Contudo não desaparece a deficiência e a dificuldade.

Nessa questão a sua igreja é até certo ponto muda, triste, sem inspiração. Na palavra êle pode fazer muito, mas nos cânticos nada faz; o seu auditório não se inspira. Quando se pede um hino é um pesadelo; não sabe para onde vai o tom próprio da música. Ninguém o pode acompanhar; êle mesmo não sabe o caminho, é um fracasso. E nesse caso, é preferível o que ignora a música, mas pode começar e guiar a congregação a cantar com entusiasmo e fervor. E' pois de tôda conveniência que o pregador que não pode de modo nenhum cantar, arranje um irmão, um companheiro que o complete nesse mister. Se fôr a sua espôsa, será preferível porque se ela cantar bem, auxiliará muito ao espôso na sua deficiência musical. Deus sempre supre as nossas necessidades, em levantar, nas igrejas, irmãos que gostam e que podem cantar para completar a deficiência do seu ministro que não tem uma tal capacidade.

2. Outra fase de relação do pastor com a música ou melhor com o cântico é o côro na igreja.

Neste caso já se trata de uma organização. O côro na igreja cria dois problemas. O dirigente e o papel do côro no culto. A questão de direção não é fácil; o pastor não pode ser violento, nem imprudente, tem que ser psicólogo e paciente. Ninguém neste mundo é perfeito e pode fazer com perfeição qualquer obra. O dirigente por sua vez tem muitos motivos de contrariedades e aborrecimentos, pela falta de constância, de assiduidade e competência dos coristas e por motivos de ordem moral. E todos êsses aborrecimentos, de modo direto ou indireto, se chocam em cheio no pastor. Quer êle queira, quer não, pela natureza do seu trabalho está ìntimamente ligado e relacionado com o côro e seus problemas. Se consegue achar um irmão competente e digno para dirigente do côro, êle está de parabéns.

Outro problema é o côro como tal. Os elementos que o compõem, o tempo de ensaios de hinos, a natureza dos hinos, as ocasiões de cantar, a ordem, o respeito, a reverência nos cultos, a boa vontade, o zêlo, o sacrifício, tudo, tudo merece estudo e acêrto. Feliz a igreja e o pas-

tor que resolvem êsse problema sem contrariedades e satisfatòriamente.

Contudo o côro tem um lugar de honra e de destaque no culto e no louvor a Deus e na pregação. Êle inspira a congregação, anima o pregador, desperta sentimentos nobres e sublimes no culto cristão, quando tudo se faz no espírito bíblico, de tudo ser para glória do Senhor. Traz almas aos pés de Cristo, porque em entoar um hino, parece abrir o céu aos nossos ouvidos, para ouvirmos melodias inspiradoras e santas. Para isso os seus membros devem ser crentes, o dirigente crente consagrado, que se empenhe na beleza do culto e na pregação para louvor a Deus e salvação de almas. Vida santa e pura deve ser o padrão de cada corista. De outro modo o côro toma caráter social e mundano, meio de exibição de voz e de harmonia e nada mais.

Que o pastor pondere em todos êsses casos e jeitosamente tente fazer o que melhor honre o seu Deus e o seu ministério.

6. *O pastor e as crianças*

Haverá qualquer relação entre o pastor e as crianças? Ora, numa árvore há os galhos, há os renovos, e há os brotos que despontam. O lavrador terá de cuidar de todos êles para que no tempo devido dê o fruto esperado. Assím também o pastor é o cooperador de Deus na sua igreja para tomar conta dos seus cordeirinhos ou crianças espirituais. Mas também se relaciona com as crianças que são os filhos dos crentes, para instruí-los e guiá-los a Cristo e no caminho da vida. Há pois uma relação entre o pastor e as crianças, filhos dos membros da igreja.

As crianças na igreja estão ligadas a ela não pelo batismo, mas pelo laço de família; não são seus membros mas estão debaixo do seu cuidado e responsabilidade. Há a fase das crianças na Escola Dominical, o departamento

próprio de ensinar a Palavra de Deus e aí as crianças são instruídas no caminho da vida. Sendo o pastor o líder da E.D. é guia neste caso para promover tudo que contribui para que o estudo e o ensino sejam eficientes e convenientes, já promovendo o equipamento para as classes, já escolhendo os professôres ou cooperando nisto, para que os professôres das crianças sejam de algum modo especializados, conheçam algo da psicologia da criança; já promovendo as lições à altura da sua compreensão. Neste caso, porém, nós já temos essas fases de trabalhos entregues a departamentos especiais no preparo das lições, o que muito ajuda e facilita o pastor.

Outro ponto é a organização das crianças sob a influência da igreja, em sociedade. O fim desta organização tem três ou quatro razões. Prepara as crianças no trabalho da igreja e da sua missão, pois essa sociedade se ocupa com missões, com contribuições e assim a criança se identifica e treina-se na obra espiritual da igreja. E em segundo lugar a criança vai-se treinando nos cargos de tesouraria e secretaria, de presidência e de tantos outros. Desenvolve-se no falar em público, perder o acanhamento, põe-se em contato com a literatura, poesia e com as Escrituras e tudo isso bem escolhido prepara a sua mente e aperfeiçoa o caráter. Outra fase é a de criar na criança o amor à igreja, a noção do dever pela causa de Cristo; isto desenvolve-lhe o hábito de ir à igreja, às reuniões, cultiva-lhe o valor da sua personalidade em formação; inculca-lhe na mente o valor de programas, de métodos, de trabalho, de cooperação, de camaradagem, de comunhão de idéias e valor de planos na vida, feitos de antemão. Há, pois, um valor educativo maior do que se pode pensar, nessas organizações.

Temos de considerar, também, o trabalho espiritual, o interêsse na salvação das crianças pela fé em Jesus. Neste caso o pastor tem relação muito íntima com elas; é do seu dever orar por elas, falar-lhes de Cristo e da sal-

vação, pregar-lhes o evangelho e levá-las a pensar em aceitar o Salvador Jesus o mais cedo possível na vida. Aí há necessidade de pensar e adotar métodos. Ou ter dias próprios de falar às crianças, ou antes do culto fazer-lhes um pequeno sermão, ou encarregar uma pessoa espiritual que o substitua nesta fase.

Há ainda a influência pessoal do pastor na vida, no ideal das crianças, mais do que êle pode pensar. A criança, aprende a respeitar o pastor como homem sábio e de dignidade. Êle pois deve ser um amigo das crianças, um guia, um inspirador de ideais. Sempre que puder, deve falar-lhes amàvelmente, com simpatia.

Ouví no Tabernáculo de Spurgeon, em Londres, um grande pregador congregacionalista dar o seu testemunho e sua impressão primeira sôbre Spurgeon. Disse êle que quando sua mãe o levou ao Colégio, apresentou-o ao velho pregador e êste, pondo a mão sôbre a cabeça do então garôto, disse-lhe em tom amável e cheio de doçura: "Deus te abençoe, rapaz" (Gold bless you, boy). Aquilo foi-lhe uma riqueza espiritual que ainda perdurava.

E' tão grande essa influência que quando elas gostam e respeitam o pastor, o revelam e refletem nos seus brinquedos. Querem pregar como êle, querem andar como êle, algumas se dizem o pastor e fazem sua congregação. Enfim o pastor está na mente e no coração das crianças. Quando o pastor visita, ah! elas se sentem felizes, são as que mais correm para avisar a mamãe de que o irmão pastor está aí. E assim êle é instrumento nas mãos de Deus para levar muitas dessas crianças ao ministério e ao trabalho evangélico. Assim conta o irmão Eduardo Gobira nas suas experiências de chamada, a grande influência do pastor Casimiro de Oliveira nos dois anos que trabalhou em Conquista, na Bahia, quando êle era ainda criança. Mas, infelizmente, às vêzes, essas impressões tão boas e agradáveis e santas são desfeitas e destruídas; às vêzes pelo próprio pastor que não liga e trata com dureza e desprêzo as criancinhas; às vêzes, pelos próprios pais e o fazem de dois modos: ou metem mêdo aos filhos, dizendo que vão contar ao pastor os seus malfeitos e assim envergonhá-los diante dêle, ou dando a impressão de que o pastor é um homem mau que pune e castiga as tolices das crianças. Muitas vêzes com o próprio Jesus, dizendo às criancinhas que Jesus vai castigá-las por isso e por aquilo, criando assim um sentimento errado a respeito do Senhor e do pastor, destruindo pois um sentimento bom e bem formado que a criança já tenha. Outro modo, e êste ainda pior, é falar mal do pastor, criticar seus sermões desapiedadamente, falar com tristeza e desprêzo da sua vida particular, das suas dificuldades, das suas privações, da sua família; falar do seu ordenado, criticando o que a igreja paga ao pastor que é muito, que êle vive usurpando o dinheiro da igreja e tantas outras coisas malévolas. E isto sem o menor escrúpulo diante dos filhos pequenos. E repetidamente vai destruíndo da mente da criança tudo de bom que pensava do pastor e cria uma nova atitude de antipatia, de ódio, de desprêzo ao ministério; é melhor ser tudo neste mundo, menos pregador, menos pastor. E' assim que os pais destroem as esperanças do coração das crianças. E quando o pastor lhe fala, ela o tem como um hipócrita, um mentiroso, um explorador dos seus irmãos. Por que? Quem tem a culpa? Os pais, sem escrúpulos e perversos. Ouvi de um menino que outro lhe havia dito quando o pastor passava: "Pucha! que o seu fulano (o pastor) come *um bocado* do dinheiro da igreja!" Era uma criança de 7 ou 8 anos. Como sabia êle? Ouviu tal expressão? Se não ouviu em casa, então aprendeu de outras crianças que ouviram em casa dos pais e repetiram e êle agora já fazia disso propaganda. Tudo isso é muito lamentável, é muito triste, é muito desabonador.

De maneira que há mais relações do pastor com as crianças da sua igreja do que se pode pensar. E êle

deve esforçar-se para que seja sempre boa, santa e pura essa relação. Que Deus nos faça uma inspiração, uma bênção, uma graça para as crianças no nosso rebanho.

7 — *Embaixadores e Mensageiras do Rei*

EMBAIXADORES DO REI

(Organização Batista para Rapazes)

Embaixadores do Rei é uma organização para o treinamento físico, moral e espiritual dos juniores e intermediários batistas. Êsse treinamento inclui missões, doutrinamento, devoção, mordomia, evangelismo, instrução e recreação.

O objetivo é desenvolver o caráter cristão dos meninos de tal maneira que se tornem no futuro homens crentes, ativos, consagrados e possuidos de um espírito intensamente evangelístico e missionário.

Embaixadores do Rei não é escotismo, mas é uma espécie de escotismo para os rapazes batistas. É uma organização que junta o útil ao agradável na vida do menino.

Cada organização dos Embaixadores do Rei é chamada "Embaixada". Estas Embaixadas, juniores de 9 a 11 anos, e intermediários de 12 a 16 anos, reunir-se-ão uma ou duas vêzes por semana para cumprir seu programa de atividades. Isto inclui: ganhar informação missionária e doutrinária por meio de "O Embaixador", revista para meninos e rapazes, trabalhar nos postos, fazer serviço real e participar nas atividades recreativas.

Das igrejas depende o futuro de missões e o progresso do evangelho. O futuro de qualquer igreja depende do menino. Embaixadores do Rei é uma organização da igreja para meninos. O pastor da igreja é também pastor dos Embaixadores do Rei em sua igreja. É importante que o pastor mostre interêsse nos meninos e no trabalho dos

Embaixadores do Rei. Assim êle tem uma oportunidade de influênciar os diáconos, os missionários, e os pastôres de amanhã.

Certo pastor de visão organizou os Embaixadores do Rei em sua igreja e serviu-lhes de Conselheiro. Um dia lhes disse: "Vocês sabem que sou muito ocupado, porém tiro êste tempo, para reunir-me com vocês, tôdas as semanas. Por que?" Depressa alguém respondeu: "Estamos crescendo. Um dia seremos diáconos nesta igreja. E o senhor deseja que sejamos diáconos missionários." A resposta foi acertada. O menino viu as necessidades da sua igreja, as quais os membros de sua Embaixada poderiam vir a suprir nos anos futuros.

O Plano da Organização é o Seguinte:

1. Oferecer domingo à noite um programa de treinamento cristão para os meninos.

2. Oferecer um sistema interessante de postos, pelo qual os meninos podem crescer no conhecimento da Bíblia e das missões.

3. Oferecer aos meninos durante a semana atividades recreativas, sadias e morais.

4. Oferecer nas férias um programa de Acampamentos.

JURAMENTO DOS EMBAIXADORES DO REI

PROMETO:

> Esforçar-me por uma vida digna dum Embaixador do Rei; guardar meus lábios da mentira, da impureza e de tomar o nome de Deus em vão; conser-

var meu corpo limpo e pronto para o serviço; estudar a vida de grandes Embaixadores do Rei na Palavra de Deus e nos livros missionários; dar tudo que puder para o sustento de Missões e, pelo meu trabalho, ajudar a estabelecer o Reino de Deus na terra.

Prometo ser leal a Jesus Cristo, viver para êle e serví-lo sempre.

"Terei uma vida pura,
Direi sempre a verdade,
Corrigirei os meus erros,
Seguirei a Cristo, o Rei,
Se assim não fôr —
Para que nascí?"

CAPÍTULO VII

As Ordenanças

Introdução:

O Novo Testamento nos ensina que o Senhor Jesus deixou com sua igreja duas ordenanças, a saber, o batismo e a ceia do Senhor. Estas são as ordenanças permanentes do evangelho.

Cada uma representa um simbolismo espiritual e belo de relações especiais entre Cristo e os seus servos. E essas ordenanças são de caráter obrigatório à igreja e ao crente; e o ministro terá que saber o valor, o lugar e a significação de cada uma delas, visto como é êle o celebrante.

"Há obrigação nas ordenanças?"

"As ordenanças são instituições positivas." "A obrigação de observá-las, pois, descança não sôbre nossa percepção de sua propriedade, mas sòmente sôbre a vontade de Deus revelada." Diz o bispo Butter: "Os preceitos morais, são preceitos cujas razões não vemos."

"Os deveres morais procedem da natureza do caso, mesmo com propriedade ao mandado externo; os preceitos morais e os positivos são semelhantes em alguns e dessemelhantes em outros! ("A Igreja, sua forma de govêrno e suas ordenanças", Harvey, pág. 118). "Nenhuma autoridade a não ser a do Legislador Supremo pode estabelecer a forma de uma ordenança em instituição posi-

tiva da religião, grau mínino. O poder de estabelecê-la envolve o de alargá-la inteiramente. Só Deus possui êste poder. A obediência é uma instituição positiva de Deus, por isso consiste em dois casos: Primeiro, o espírito de obediência sincera, em que o entendimento, a consciência e o coração dão seu pleno assentimento...; segundo, o fazer literalmente a ação específica que é mandada. (Idem de 118-119). "Sua obrigação perpétua, sem dúvida, se manifesta pelas provas seguintes: 1 — Seu desígnio como símbolos que representam as verdades centrais e vitais do evangelho, que as faz de igual necessidade em todos os séculos. 2 — A observância universal delas depois da descida do Espírito Santo, e durante o século apostólico, como se evidencia no livro de Atos e nas alusões epistolares. 3 — Os mandamentos explícitos do evangelho que exigem sua observância até a segunda vinda do Senhor", (Atos 10:47,48; 22:16; I Cor. 11:26). Não se encontra em parte alguma nenhuma informação de que êstes mandamentos cessassem de ser obrigatórios e sem dúvida foi a intenção que estas ordenanças exteriores se observassem até o fim do mundo" — Idem, 119-121.

1. *O Batismo*

Pela ordem no Novo Testamento vem primeiro o batismo. O batismo é aplicado ao candidato depois de crente, depois de ter aceito Jesus Cristo como seu único e suficiente Salvador e se ter disposto a segui-lo com vida nova, e apresentar-se à igreja e dar a sua profissão de fé. Aceito o candidato pela igreja, como estando em condições de receber o batismo, o pastor terá que celebrar o ato.

O batismo como tal é um símbolo. E' um ato externo que representa uma experiência interna e simboliza uma verdade doutrinária imaterial e espiritual.

Sem a experiência individual e subjetiva, êle nada significa e nada simboliza. O valor de um está no outro.

Se o verdadeiro não existe, o representativo não existe, por nada simbolizar.

Por exemplo, há um símbolo imediato ou próximo e um remoto. No simbolismo próximo, no ato de submersão e emersão, o candidato está dizendo que morreu para o mundo pecador e inimigo de Deus, e ressuscita para uma vida nova. Nova em relação á igreja de Cristo, de que êle passa a fazer parte integrante e ser-lhe um membro, como um corpo. Neste caso é símbolo de união: 1 — com Cristo, 2 — com a igreja.

Novo compromisso de cooperação leal e constante, como qualquer membro do corpo humano, com a diferença que êste é involuntário e aquêle é voluntário.

O simbolismo remoto é a representação da morte e ressurreição finais. O crente sepultando-se e ressurgindo no dia final para uma vida ainda mais nova, na presença de Deus, onde há de viver para sempre.

Além disto, o batismo começa o início de novas relações e responsabilidades, de privilégios e direitos, na igreja de Cristo, como uma testemunha de Jesus Cristo na terra.

Ora o pastor deve revestir o ato do batismo de tôda a solenidade e respeito. Êle deve dar a impressão necessária tanto ao candidato como à igreja de Deus e como ao mundo, de que êle está desempenhando uma ordem divina e não de homens; que está, em nome da Santíssima Trindade, cumprindo um mandato da sua igreja. Deve preparar-se convenientemente e bem assim o candidato; ambos vestidos decentemente, e precavidos contra qualquer acidente que produza diminuição a um ato tão santo quão belo, e tornar a cena e o cenário santos e solenes. O ato pode ser ministrado no rio, no mar, num lago ou num batistério adrede preparado, contanto que haja água bastante para sepultar o corpo inteiro.

O crente deve estar sepultado com Cristo pelo batismo (Rom. 6:4).

Também deve evitar realizá-lo em lugar menos recomendável e menos digno, em água suja e anti-higiênica. Todo o decôro é exigido e necessário para que o nome do Senhor seja louvado.

Talvez seja bom fazer uma prática um pouco antes de descer às águas.

Pode falar ao público de dentro da água, explicando o simbolismo e ensino da palavra de Deus, a respeito do batismo.

Alguns gostam de fazer certas perguntas ao candidato ao submergí-lo; outros apenas celebram o ato com o mais profundo silêncio, apenas pronunciando a fórmula bíblica do batismo: "Segundo a ordem do Senhor Jesus e a tua profissão de fé; eu te batizo, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo." Uns gostam de orar antes de começar o batismo; outros oram depois de realizado; uns apenas despedem a congregação com a bênção apostólica e outros acrescentam mais alguma coisa. Tudo que concorra para tornar o ato impressivo e dê o verdadeiro significado e não altere nem prejudique a ordem divina pode ser feito, de acôrdo com o meio ambiente, com as condições religiosas e o conhecimento dos observadores.

O batismo como se ensina no Novo Testamento é uma cena profundamente religiosa e impressionante. Feito como deve ser com decência e ordem, torna-se uma fôrça espiritual que atrai muitos curiosos e inquiridores das verdades cristãs; é em si uma pregação poderosa, silenciosa e objetiva.

O que é certo é que tudo quanto se fizer em tôrno do batismo nada lhe acrescenta, apenas seja feito para torná-lo mais glorioso na propagação do evangelho. Os inimigos de todos os matizes inventam tôda qualidade de injúrias, de blasfêmias, de perversões. Fazem tudo que podem, para desvirtuá-lo, para prevenir o povo contra um ato tão puro e tão cheio de significação santa e boa.

Por essa razão o pastor deve tudo fazer para desmentí-los e deixá-los envergonhados nas suas críticas descabidas. Pois que sem as devidas precauções o obreiro pode tornar o batismo uma cena de ridículo, para o evangelho, para a igreja e para o próprio batizando.

Não é pequena a responsabilidade do pastor em batizar. Deve orar e buscar o meio mais prático e mais recomendável para evitar o desagradável. O melhor meio é deixar o candidato trançar as mãos como se faz com o defunto e colocá-las sôbre o peito, então o pastor segurá-las aí com a sua mão esquerda de modo que evite aos candidatos nervosos abrir ou bater os braços e deve evitar também de tocar com a mão ao corpo do candidato, apenas com a mão direita segurá-lo ligeiramente, no pescoço, só enquanto faz resistência para imergí-lo da água fàcilmente.

Assim tudo será feito para glória do Senhor Jesus Cristo, para edificação e alegria dos crentes, para satisfação do que se batiza e para persuasão dos de fora.

Ao obreiro, pois, compete encaminhar tudo direito. Êle mesmo deve estar vestido digna e decentemente. Se é possível convém usar calção de borracha, porque assim não necessitará de mudar de roupa e de se molhar.

Todo indiferentismo e desleixo da sua parte em não dar a devida importância à ordenança do batismo é censurável e passível de crítica. Tudo isto não indica que êle dê fôrça sacramentalista ao batismo. Visto que os sacramentalistas e ritualistas dão muito valor e ênfase só ao que é externo; exageram esta parte com o prejuízo do interno. Nós poremos o equilíbrio necessário e o respeito devido à ordem de nosso Senhor.

2. *A ceia do Senhor*

Nós, os batistas, não aceitamos qualquer idéia de sacramentalismo em nenhuma das ordenanças do Senhor à

sua igreja. Assim como o batismo é um símbolo, a ceia também o é. Há três correntes sacramentalistas, a saber: a da transubstanciação, a da consubstanciação e da presença do Senhor nos elementos como meio de graça. Um sacramento é um meio, é um veículo de graça.

Transmite graça ao que faz uso dêle. Há no espírito humano uma tendência pronunciada de exaltar as coisas exteriores com prejuízo das interiores.

Há uma tendência muito forte de sentimento supersticioso na humanidade, razão por que mesmo crentes evangélicos são vencidos e subjugados por êsses sentimentos e querem forçosamente mudar o sentido de simbolismo do pão e do vinho para sacramentos.

A Bíblia, porém, não ensina o sacramentalismo. Tudo que lemos a respeito da ceia é que o pão é tomado e comido e o vinho é bebido "em memoria de mim" — diz o Senhor, "até que o Senhor venha" — diz Paulo.

A transubstanciação é doutrina da igreja de Roma; a consubstanciação é da igreja Luterana; e a da presença do Senhor, a de alguns outros ramos evangélicos. Aí está uma razão por que nós, os batistas, usamos a comunhão restrita, isto é, só aos crentes ligados às igrejas batistas.

Não é, como somos acusados, uma questão de água, de muita água. Não; há envolvida no caso uma questão de doutrinas e de princípios. E nós não os podemos desrespeitar sem prejuízo do nosso dever de obedecer o ensino da Palavra de Deus. Pelo batismo o crente inicia, em conexão com a igreja, a vida cristã; a ceia simboliza a continuação da vida em Cristo, alimentado e sustentado o crente tem que se sentar á mesa do Senhor, segundo a sua fé.

Por isso que o batismo é celebrado uma única vez, a ceia se repete de acôrdo com a resolução da igreja, mensalmente, semanalmente ou como as condições o permitirem. Pão e vinho são símbolo de alimento e de vida e são

símbolo do corpo e do sangue do Senhor que é para nós pão e vida.

Ora isto quer dizer que a Ceia do Senhor merece profundo respeito e reverência, como qualquer outro ato de adoração ao Senhor Deus.

O ministro tem a obrigação de revestir a celebração da ordenança de todo respeito e reverência, pois nessa ocasião a mente e o coração de todos na comunhão devem estar voltados para Cristo, para sua crucificação, para os seus sofrimentos, para o seu sangue derramado por nós pecadores para nossa redenção.

Sim, a ceia é um profundo ato de culto e anuncia Cristo até que êle venha. Ela nos faz olhar para o passado quando nos lembramos dos padecimentos de nosso Senhor; faz-nos olhar para o presente quando em nome do Salvador memoriamos todos a sua cruz e anunciamos ao mundo a fé em Cristo e testemunhamos o seu amor e o seu poder salvador; e pensamos no futuro, pois cremos e esperamos a segunda vinda do Senhor — "até que o Senhor venha", diz Paulo. Bem-aventurados seremos se o Senhor nos achar fazendo assim. A celebração da ceia não nos deve levar à mudança hipócrita de fisionomia, e de voz, muito menos com vestes especiais e diferentes dos outros homens, mas atender apenas à decência, ao decôro e à ordem. As vestes que nos honram são as qualidades morais e espirituais, um caráter irrepreensível, uma conduta ilibada.

Colocar o valor das ordenanças nas vestes do ministro ou em coisas externas é mecanizar a religião de Jesus Cristo e tornar a sua beleza espiritual em um sistema de hipocrisia. O que é preciso é que seja claro o simbolismo, a significação do ato para nós.

Quanto à ocasião é indiferente, mas a maioria das nossas igrejas e das outras igrejas evangélicas no Brasil celebra a ceia do Senhor no primeiro domingo de

cada mês, pela manhã, e muitas a celebram em outros domingos e em outra hora, de acôrdo com a possibilidade do ministro em visitar a igreja; contudo, a ceia nunca devia ser pela manhã, mas à tarde, pois êsse é o tempo de cear; deve-se usar passagens que se referem à ceia: Mat. 26:26-30; Marc. 14:22-26; Luc. 22:14-23; I Cor. 11:17-34, ou simplesmente de 23-26. E' bom lêr e explicar o simbolismo, a significação da ordenança para o crente e para a igreja, por amor dos visitantes e dos novos irmãos. E' bom, para evitar confusão, convidar os membros da igreja e os irmãos das outras igrejas da mesma fé e ordem, para juntamente conosco tomarem parte na ceia; mas em fazendo isso, evitar ofender ou melindrar a quem quer que seja. Dar uma palavra porque não convida a crentes de outras denominações por se tornar necessário, se houver algum presente, com todo carinho e respeito. O ministro tem todo dever de ser um "gentleman", um cavalheiro, respeitador, delicado e cortês para com todos, para não quebrar a beleza e a significação do ato que celebra. Evitar tudo que é desnecessário na ocasião. Depois da oração inicial de ação de graças, partir o pão e o entregar aos diáconos e êstes distribuí-los pelos comungantes, e a mesma coisa com o cálice, citando ou repetindo as palavras de Jesus na instituição da ordenança. Na oração, se feita pelo pastor, se pelos diáconos, evitar formas de expressão que levem consigo idéia falsa das ordenanças, como: abençoa êste pão e êste vinho, de maneira que seja usado legìtimamente, etc... como se a oração mudasse os elementos ou o administrador. Isto é idéia supersticiosa.

Distribuidos o pão e o cálice é bom que todos os guardem para ser tomado cada um sob as palavras: "Tomai e comei, êste é o meu corpo que é partido por vós; fazei isto em memória de mim", em relação ao pão, e em relação ao cálice: "Êste cálice é o Novo Testamento no meu

sangue; fazei isto em memória de mim", para que haja o conjunto e a ordem.

Depois de distribuído o cálice não é ocasião de observações ou sermonetes de exortação; é bom deixar a congregação com a impressão da ordenança com a sua significação evangélica.

CAPÍTULO VIII

As Festas na Igreja e Outras Organizações

1. *As festas na igreja e fora dela.*

A religião de Jesus Cristo não é uma religião de mortos, de desgostosos, de tristonhos e de desanimados. Não, ao contrário, é a religião da graça, do amor, da alegria, da salvação, da certeza, da fé e de tudo que é bom, santo e justo. O evangelho que nos tira o gôzo e a alegria do pecado, dá-nos a alegria e o gôzo da salvação. O evangelho que liberta o homem do êrro e da escravidão, torna-o livre com todos os seus poderes e inclinações abertos à inspiração da verdade e de tôda a alegria verdadeira. A personalidade humana na sua totalidade de vida afetiva, intelectual e ativa enche-se do evangelho e do Espírito e tudo se dedica ao trabalho do Mestre e Salvador Jesus Cristo. Há vantagens nas festas das nossas igrejas? São lícitas, são cristãs, têm fundamento na Bíblia? Há obreiros que só compreendem o evangelho, e, portanto, o cristão, do ponto de vista de quase asceticismo, que arranca o crente do seu meio ambiente e das suas relações e destrói tôdas as emoções de datas especiais, de memórias honrosas, etc., e confunde a pureza, a santidade, a piedade sem gôsto, sem manifestações de gratidão, de festas nos acontecimentos da vida.

Mas achamos na Bíblia a organização de festas. Leia-se por exemplo Êxodo 23:14-19, onde se instituem por ordem divina, três festas. Festas que celebravam fatos

históricos ligados à vida cívica e de caráter patriótico e outros fatos sociais e econômicos. E ao mesmo tempo essas festas perpetuaram acontecimentos religiosos e de revelação divina. Assim elas se integram à nação e às suas leis. Dêste modo os fatos de interêsse vitais se propagavam de geração em geração. Eram elas as festas: dos pães asmos ou páscoa; a festa da ceifa das primícias do trabalho e das semeaduras; e a festa da colheita do fim do ano.

Samuel não podia deixar de perpetuar num monumento para o seu povo a vitória das fôrças israelitas contra os filisteus, pela intervenção divina (I Sam. 7:12). Isto não se faria sem festa. O templo de Salomão se tornou o grande centro das grandes festas nacionais. No tempo do cativeiro de Babilônia se instituiu mais uma grande festa no dia 14 do mês de Adar e o dia 15 do mesmo todos os anos ou seja no mês de fevereiro, a festa de *Purim,* pela vitória gloriosa contra os intentos do secretário de Estado de Assuero, Amam. (Ester 9:20-32).

Ora, Jesus assistiu a festas patrióticas, religiosas, sociais e familiares e nelas tomou parte, como se pode ver nos seguintes passos bíblicos: João 7:10-13. Jesus assistiu à festa dos tabernáculos: João 2:1-11 — assistiu a uma festa nupcial, portanto familiar e social; Jesus tomou parte num grande banquete na casa de Levi, o coletor (Luc. 5:29), também em Betânia na casa de Marta (João 12:2). Foi a outra grande festa nacional, quando lhe fizeram a grande recepção da entrada triunfal em Jerusalém (Mat. 21:1-11), festa em que tomou parte saliente a petizada, a quem defendeu quando acusado pelos inimigos, de falta de reverência e de desordem. Ora, Jesus não censurou os costumes sociais, não foi contra festas; não, o que êle censurou foi o pecado, a perversão das festas, as misérias do coração impenitente e a idolatria nas festas mundanas, a criação de luas novas, de dias, anos e meses santos, ou como faz a igreja romana,

na criação de milhares de "dias santos" que cultivam a vadiagem e a idolatria. Mas os seus servos não perderam seus gostos, seus prazeres puros e justificáveis. Pelo contrário, êle veiu trazer alegria e festas em tôda nossa vida. Logo não é mundanismo, nem falta de espiritualidade os crentes tomarem parte nas festas que êles aprovem, festas religiosas, sociais, etc. Devem tomar parte nas festas nacionais e cívicas que constituem o patrimônio do nosso patriotismo e do nosso civismo. O evangelho nos fêz cidadãos do céu, mas não nos tirou do dever de sermos parte integrante do nosso meio ambiente e da nossa cidadania terrestre.

Em que festas não deve tomar parte o servo de Jesus? Nas festas de idolatria; de perversão dos fins — onde haja bailes, bebidas, imoralidades em qualquer de suas manifestações. Estas são festas de caráter mundano, exibição de carnalidade, de pecados, de vaidades; são tôdas em honra a deuses pagãos, como o carnaval, a festa da Penha e de tôdas as festas da Igreja Católica. São festas declaradamente idólatras e cheias de todos os pecados. Mas os crentes têm suas próprias festas, seus aniversários, seus casamentos, suas vitórias, suas datas que recordam bênçãos e fatos da fé. Exemplos: organizações de igrejas, fundação de organizações, como sociedade de Senhoras, etc. Festas sociais e religiosas que são em louvor a Deus pelas bênçãos recebidas. Nelas sempre há o cunho religioso, a propaganda da fé, o espírito de gratidão, a oferta para fins missionários, beneficentes, pregação do evangelho, etc. A festa de Natal, por exemplo. Muitos são contra, porque não se sabe quando Cristo nasceu e, por outras razões. Mas, se há um fato digno de louvor e de ser festejado, é o natal de Cristo. Além disto é um meio educativo e de formação da mentalidade nas crianças para se lembrarem sempre e perpètuamente do nascimento de Jesus Cristo. O fato de se ligar ao Natal uma porção de tradições e costumes, alguns dêles repro-

váveis que se aliam à mente da criança e tiram em parte a beleza da festa, do ponto de vista espiritual, não destrói o valor educativo e religioso de uma tal festa. E' só evitar o que não presta e separar o joio do trigo.

De modo que o pastor deve ser uma figura de destaque para o bem, para a elevação e cunho religioso e espiritual em tôdas essas manifestações de prazer, de gratidão, de alegria e de emoções naturais e dignas de serem cultivadas. Contanto que tudo seja para glória do Senhor e do seu evangelho e tudo com decência e ordem; evitando-se os abusos e os desvios.

A orientação, a presença e o apoio do pastor tem êsse efeito, êsse resultado benéfico. Êle deve ser um inspirador de boas coisas e não um repressor dos bons gostos do seu povo.

Isto nos ensina o exemplo do nosso divino Mestre. Em tudo haja juízo, bom senso, comedimento e equilíbrio.

2. *As instituições e organizações de caráter social, fora do ambito denominacional*

Além da cooperação franca que o pastor deve à sua denominação em tudo que ela tem de organizações e instituições, deve êle interessar-se e cooperar com outras de outros meios não evangélicos?

E' uma questão a estudar, examinar e a decidir.

"Tudo me é licito, mas nem tudo convém", Paulo.

Há, fora de nós, não só noutras denominações evangélicas, mas noutros meios não evangélicos, como católico, espírita, etc., instituições de dois caracteres. Há as que são particularmente sectaristas e só para os seus fiéis e há as que são de fins sociais para o bem de todos. Há instituições resultantes do esfôrço de todos, indistintamente, e do mesmo modo para todos que precisarem delas.

Nós mesmos temos as nossas organizações distintamente nossas, particulares e para os nossos próprios interêsses, assim são os outros meios sociais e religiosos.

Um templo, uma escola dominical, etc. são de caráter particular. Já não é assim um hospital, um orfanato, um patronato, um asilo, um colégio, um ambulatório, um instituto de cegos, etc., etc. Nesses casos o apêlo virá à igreja local e essa levará a questão ao pastor, se o apêlo não vier direto a êle como o guia e pastor da igreja.

Que fazer? Devemos só ajudar pecuniàriamente ou de outra qualquer maneira o que é nosso, pròpriamente dito? Ou devemos ajudar, de tôda maneira lícita, uma organização de amparo social?

Se a instituição fôr restrita aos membros de uma seita, então é do seu dever sustentá-la, sem apelar a ninguém de fora. Mas se se destina ao bem público, então o caso muda de figura.

Basta ler o que o apóstolo nos ensina na carta aos Gálatas: "Não nos desanimemos de fazer o bem; pois a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos. Portanto à medida que tivermos oportunidade façamos o que é bom a todos os homens, mas especialmente aos que pertencem à família da fé" (Gál. 6:9-10). Por essa passagem temos o dever de ajudar e cooperar em tudo que fôr bom e para o bem, havendo oportunidade. Mas quando estiverem em jôgo os interêsses dos que pertencem à família da fé, então êsses terão a primazia do nosso esfôrço, do nosso auxílio e cooperação. Dará uma noção pública de simpatia e compaixão pelos que sofrem, o obreiro que se colocar ao lado dêstes, que imploram seu amparo. Não se pode negar o ensino do velho rifão popular, que é de espírito evangélico: "Fazer bem, não escolher a quem." Também nos ensina Paulo que tudo quanto fizermos, façamo-lo para glória de Deus. O nosso Mestre nos ensinou com o seu exemplo concorrer para amenizar as dores públicas. "Tudo que é justo, santo e bom, tudo que é amável e de boa fama" é obra do servo de Deus, do ministro do evangelho

e da igreja de Cristo. Sua obra fundamental é espírito, mas não se pode chegar à alma, sem tocar na vida e seus interêsses e sofrimentos. Às vêzes estamos falhando por nos desinteressarmos dos esforços públicos em conjunto, para o bem. A nossa cooperação deve ser no espírito cristão de altruísmo e desinterêsse particular.

Podemos cooperar de muitas maneiras, seja pecuniàriamente, seja pelo apoio moral, seja pela propaganda, pelo interêsse, pela solidariedade nas obras de benefícios públicos e sociais. Jesus deu, distintamente, três aspectos ao seu ministério. Foi médico, foi professor e pregador. Sua função principal foi anunciar as boas novas e salvar o mundo pelo seu sacrifício. Mas êle curou o corpo e muito sofreu com as misérias da humanidade. Êle ensinou a verdade; sempre estava pronto para atender a uma pergunta, a resolver um problema, a ensinar uma lição, mas tudo subordinara à sua função de pregador e Salvador.

Assim será o ministro do evangelho; deve cooperar até onde fôr possível, até onde não haja constrangimento e não prejudique sua obra principal de evangelizador. Tudo que fizer, seja para êste fim e nunca para o prejudicar. E' preciso obedecer ao postulado seguinte: "Nem tanto à terra, nem tanto ao mar." E' preciso juízo e bom senso. Em tudo, êle deve mostrar o seu coração cheio de amor aos perdidos e sofredores e contribuir com sua influência e obra para o bem de todos. Mas não sacrificar o seu pastorado e os ideais fundamentais de sua igreja e da Causa de Cristo, pois, atendida esta, virá ao encontro de todos êsses sofrimentos e terá um caráter mais puro, cristão e santo.

Nesses casos a festa é aceitável e a nossa presença coopera para o bem. Estabeleçamos, porém, que o único dia de festa do crente a que êle tem o dever de assistir é o "dia do Senhor", a celebração da ressurreição do Salvador. Esta é a festa por excelência e semanal do povo do Senhor.

CAPíTULO IX

A Disciplina na Igreja

A questão de disciplina na igreja é uma das mais difíceis ao pastor. E' também uma questão muito relativa. Cada feitio moral do homem, cada mentalidade formada, cada modo próprio de ver as coisas, segue sua maneira particular de encarar a questão de disciplina. Disciplina, na mente de muita gente, quer dizer sòmente castigo, punição, repulsa e exclusão. Para os de mente legalista, o padrão não é Cristo nem seus ensinamentos, mas sua (dêles) concepção legal. Para tudo na igreja se torna necessário uma regra, uma lei. Cada um tem sua filosofia no caso. Há muita vez, na igreja, irmãos que estão prontos para engulir um camelo e coar um mosquito. São capazes de excluir um irmão porque quebrou uma regrita que a igreja, em hora inadvertida votou e deixa no seu meio o maledicente, o avarento, e uns tantos outros pecadores nocivos. Há obreiros que partem mais do princípio de Cristo — isto é, o amor. Em regra geral, a paciência, o conselho, a advertência ajudam mais um irmão do que a lei e a punição. Conhecí um irmão, numa igreja, que se tornou uma espécie de fiscal, ou de polícia secreta. Onde visse um irmão fumando, ou ao menos cheirando a fumo, ia logo denunciá-lo. A igreja fazia grande campanha contra os fumantes e era regra — excluí-los. E êsse irmão tinha um prazer especial em denunciar e excluir os tais

fumantes. Porque muitos caíram na tentação de se ocultarem para fumar; foi uma campanha um tanto inquisitorial e ingrata. A igreja sofreu grandemente, a intriga se estabeleceu, o escândalo foi grande, muitos bons irmãos foram prejudicados para sempre devido a campanha. Mas o tal irmão que não fumava era o tipo perfeito do caloteiro. Ai de quem lhe emprestasse algum dinheiro ou vendesse alguma coisa a prazo! Estava perdida a importância.

Há entre o pastor e a disciplina na igreja uma relação muito íntima. A êle compete ensinar a palavra de Deus, guiar a igreja em relação a maneira de agir com os delinqüentes. Não é justo deixar essa questão "ad libitum", isto é, na sessão da igreja, qualquer um com o direito de denunciar pùblicamente. Isto trará confusão, escândalo e ódio. Não convém. E' bom, pois, que tôdas as informações a respeito do testemunho do crente, quando contrário a Cristo e ao evangelho, sejam trazidas ao pastor para que as considere, procure os denunciados e os aconselhe; ou leve-se o caso à reunião de diáconos e de obreiros, onde houver, estude-se-o e depois leve-se à igreja se há fatos e provas irrefutáveis da acusação; não se deve excluir sem nomear comissões de inquérito e assim, com amor e paciência, estudar o assunto até o final desfêcho. Razão por que muitos, não entendendo essas coisas claramente, condenam o pastor e acusam-no de responsável por todo ato de disciplina ou digamos de punição praticado pela igreja. E' de tôda justiça e conveniência no disciplinar que não entre a paixão que cega e que leva ao absurdo. E' bom também saber quais os casos de exclusão. Nossas igrejas não têm meias medidas, se o crente não presta, a única coisa é excluí-lo. Mas essa medida não deve ser o primeiro passo a dar; deverá ser o último e inevitável. Cada caso tem suas circunstâncias a se estudar. Questões entre irmãos só terão caso de exclusão quando houver escândalo que afete a igreja e a Causa,

e às vêzes é bom excluir os dois lados para não haver injustiça. Mas é necessário que haja juízo e senso, antes do passo final. Falhas comuns à fraqueza humana e que não quebrem as leis morais do evangelho, que não arranquem a fé, devem ser tratadas com muita prudência e paciência. Casos pessoais com o pastor nunca devem por êle constituir casos de exclusão a não ser que a igreja tome a si a questão, e puna o crente que tenha resolvido injuriar e enxovalhar o pastor da igreja, ainda mais quando não haja razão. Há sempre alguém contrário, ou discordando do pastor; se êle levar todos os que pensam de modo diferente dêle à igreja para excluí-los, sem dúvida a igreja viria a reduzir-se a êle só.

Atos de imoralidade e impureza são dignos de punição imediata. Atos que quebrem as leis morais merecem punição. Apostasia ou abjuração da fé e negação do evangelho de Cristo é passível de exclusão imediata.

Indiferença, ausência permanente sem justificação, incredulidade, desrespeito, e ter em pouco caso as decisões da igreja, rejeitá-las, com o argumento de que não tem que dar satisfações à igreja e esta nada ter com a sua vida, são casos de exclusão, porque a igreja apenas confirma o que o próprio crente já fêz, voluntàriamente. Se êle não quer e não liga à igreja, êle mesmo se excluiu. Contudo, não se deve punir arbitràriamente, sem a devida oportunidade de advertí-lo e avisá-lo, deixando com êle a decisão final. Às vêzes encontramos concepções muito erradas a respeito da disciplina da igreja. Para o crente legalista e intolerante, se a igreja não é um tribunal de justiça inexorável, é relaxada e mundana. E com essa concepção sem o devido cuidado é capaz de prejudicar a reputação de uma igreja que Cristo fundou, comprando-a com o preço de seu sangue. Há outros membros de sentimentos farisaicos. Êsses irmãos são perigosos dentro da igreja. São aquêles que se julgam os únicos santos e

justos; o mais é publicano e pecador. Êsses tais puros e justos às suas próprias vistas, são estrêlas cadentes. O seu orgulho ou sua feição humilde será para êles causa da sua queda. Porque Deus não julga segundo a aparência, mas segundo a verdade, e olha para o coração.

A salvação que Deus nos dá não depende das nossas obras. Deus vê o coração quebrantado e humilde. O crente humilde não está à procura dos males e defeitos dos outros para enaltecer a sua própria superioridade. Pelo contrário, êle se acha o mais fraco e humilde e faltoso e olha para Jesus, donde vem sua justiça, sua fôrça, sua salvação. Êle sabe que cada um dará conta de si mesmo a Deus. Nunca será um acusador, mas também não será um indiferente à Causa de Jesus nem ao bom nome da sua igreja e velará por ela por meio da vida, zêlo e oração.

Nos casos de pecado, o Senhor nos ensina como tratar o pecador perante a igreja: "Se teu irmão pecar, vai repreendê-lo entre ti e êle só. Se êle te ouvir, ganhaste a teu irmão; mas se não te ouvir leva ainda contigo uma ou duas pessoas para que por bôca de duas ou três testemunhas tôda a questão fique decidida. Se êle recusar ouví-lo, dize-o à igreja; e se também recusar ouvir à igreja, considera-o como gentio e publicano. Em verdade vos digo: Tudo o que ligardes sôbre a terra terá sido ligado no céu; e tudo que desligardes sôbre a terra, terá sido desligado no céu." Esta passagem nos ensina o melhor meio de encaminhar a disciplina e que muitas vêzes tem sido posta à margem.

Seja como fôr, o Senhor Jesus deixa com a igreja a sua própria disciplina, ficando com a iniciativa um irmão ou mesmo o pastor ou os diáconos de buscar o transgressor e levá-lo ao arrependimento, mas se não conseguir, é tentar outra vez, levando consigo testemunhas. Se dêsse modo não conseguir que êle se reconcilie

com Cristo, pedindo-lhe perdão, então deve ser trazido o caso à igreja e excluído o transgressor.

Assim se entende, o ser considerado "gentio" e "publicano".

A igreja tem, pois, autoridade de separá-lo e terá sido confirmado no céu o seu ato de disciplina. Naturalmente o Senhor não quis dizer com isso que só há um modo de encaminhar a disciplina na igreja, mas o que fica claro no método aí ensinado é a autoridade e soberania da igreja para disciplinar. Êle também ensinou o modo de orar, mas não restringiu ao modêlo, tôdas as orações dos seus servos, assim êle mesmo exemplificou, e os apóstolos exemplificaram, mas em tôdas as orações se seguem as linhas mestras traçadas no "Pai Nosso". Se o crente desviado não ouve a igreja, ela pode desprezá-lo, isto é, separá-lo de si como rebelde e pecador arrenegado e indigno. Mas lembremo-nos de que a disciplina na igreja não é só correcional, é também formativa e cirúrgica conforme classifica o Dr. W. C. Taylor no seu livro "Manual das Igrejas".

"Não é dos que correm melhor a vitória, mas dos fiéis e sinceros."

CAPÍTULO X

O Pastor e os Oficiais da Igreja

No Novo Testamento só há para a igreja local duas categorias de oficiais, a saber: pastor e diáconos. Isto não implica outras funções de caráter geral como apóstolo, profeta, doutores e evangelistas.

Mas na igreja para desenvolvê-la e guiá-la na vida eclesiástica só se mencionam essas duas classes.

Os batistas não aceitam a interpretação de "Bispos" e "Presbíteros" como funções especiais e diferentes da do pastor.

Tanto o presbítero, como o bispo, como o ancião, como o pastor, são um e o mesmo ofício, recaíndo na mesma pessoa, indicando às vêzes fases diferentes na sua missão e nada mais; ou a significação, segundo a etimologia da palavra, não são classes diversas em ordem hierárquica. Assim nos deixam entender as seguintes passagens bíblicas: "De Mileto mandou chamar os presbíteros da igreja. Quando êles chegaram, disse-lhes: Vós sabeis como me tenho portado convosco sempre desde o primeiro dia em que entrei na Ásia, servindo ao Senhor com tôda a humildade, com lágrimas e com provações que me sobrevieram pelas ciladas dos judeus; como não me esquivei de vos anunciar coisa alguma que era proveitosa e de vo-la ensinar pùblicamente e de casa em casa... Atendei por vós, e por todo o rebanho sôbre o

qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a Igreja de Deus" (Atos 20:17-28). Aí temos o título de presbítero e de bispo usados indistintamente e ligados á função de pastor que é "apascentar".

"Com os bispos e diáconos", Fil. 1:1; "...outros como pastôres e mestres...", Ef. 4:11. E nas cartas pastorais, ainda é mais claro o ensino pois só trata de pastor e diáconos. "Fiel é esta palavra: Se alguém aspira ao episcopado, deseja uma boa obra. E' necessário, pois, que o bispo seja, etc... os diáconos sejam também...", I Tim. 3:1-8. "Aos presbíteros, pois... pastoreai o rebanho de Deus", I Pedro 5:1,2.

A função e instituição do diaconato aparece no capítulo 6 do livro dos Atos dos Apóstolos.

Ora, se há só estas duas categorias de oficiais permanentes no Novo Testamento e na Igreja de Cristo, é natural e lógico que haja uma relação entre êles na sua missão. E' bom que se estudem essas relações para que não haja confusão. Por não estar bem entendida essa relação é que às vêzes há mal-entendidos e dificuldades entre pastor e diáconos. Enquanto basta só um pastor para dirigir a igreja, ainda que possa haver co-pastôres, a experiência e a razão e a conveniência ensinam que o mais prático é haver um só pastor para uma igreja. Os casos especiais de igrejas grandes se resolverão dentro das suas necessidades e atribuição e distribuição de trabalho para que não haja desavença. Planos de dois ou mais homens não se superpõem. Mas diáconos haverá tantos quantos a igreja necessitar para o seu diaconato.

A função de diácono se define bem na instituição. "Nesses dias, porém, crescendo o número dos discípulos, houve uma murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas daqueles eram esquecidas na distribuição diária. Os doze convocaram a comunidade dos discípulos e disseram: Não é justo que nós abandonemos a palavra de Deus e sirvamos às mesas. Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e sabedoria aos quais encarregaremos dêste serviço; e nós atenderemos de contínuo à oração e ao ministério da palavra" (At. 6:1-4). Ora, por esta passagem fica claro que a missão do diácono é tratar dos interêsses materiais da igreja; das suas finanças; tomar conta das contribuições e trazer em dia os negócios materiais da sua igreja; como auxiliares do pastor e deixar o pastor livre do pêso da responsabilidade financeira para poder melhor cuidar dos interêsses espirituais da igreja, da meditação, da oração e do estudo da palavra e ocupar-se do seu trabalho pastoral: pregar, sempre com mensagem nova e meditada; evangelizar; dirigir os cultos de oração; visitar os doentes e os atribulados; buscar os afastados; para que o pastor se ocupe exclusivamente dos altos interêsses da Causa de Jesus Cristo, dentro ou fora da igreja como presidente e moderador da mesma como mensageiro do evangelho de Cristo. Os diáconos tomam conta da mesa dos pobres, do pastor e do Senhor.

Nesta função de administrador dos negócios materiais da igreja é sempre acertado dar a tesouraria da igreja a um diácono, ainda que não seja isto uma lei obrigatória, mas é uma fase do seu trabalho. Além disto, êle se ocupa do arranjo e da distribuição da mesa do Senhor. O diácono e auxiliar é um companheiro do pastor nos interêsses da vida e dos bens da igreja. Por isso é justo e necessário que êles se entendam porque a causa não é de nenhum dos dois, mas é da igreja de Cristo e do Senhor.

Ora, o pastor é o que dirige e guia a igreja pela sua missão de bispo. Os diáconos são seus auxiliares no cumprimento de sua missão geral. O pastor não é dono dos diáconos. Não gosto de ouvir um pastor referir-se ao diácono como sendo seu. "Meu diácono", dizem alguns. Realmente êle é servo da igreja como o é o pastor. Êle é escolhido e provado pela igreja e consagrado por ela

para seu diaconato. Também não é dono da igreja e dos seus bens e propriedades; é simples mordomo, servo, e será reconhecido enquanto bem servir. Algumas igrejas o elegem por tempo determinado, breve ou longo e não pela vida. Às vêzes é sábio o método. Nem o pastor nem o diácono são donos do rebanho. O diácono não deve querer dirigir o pastor. Há casos em que os diáconos exorbitam, acham que é seu dever guiar o pastor, determinar-lhe o serviço; que o pastor nada pode fazer sem ouví-los ou submeter-se à sua opinião. Há alguns que pensam em fazer do pastor uma espécie de manequim. Não, o pastor é o guia geral da igreja e os diáconos precisam reconhecê-lo neste pé, e acatarem sua orientação. Há os que entendem que êles é que decidem a respeito do ordenado e condições do ministério do pastor. Mas há êrro nisto. Quem convida o pastor e faz seu salário e o paga é a igreja e não os seus oficiais. Êles podem influir como membros da igreja e como aquêles que têm mais responsabilidades nos negócios dela. Mas só assim, não porque sejam diáconos.

O pastor e os diáconos devem e necessitam ser amigos e andar em harmonia; considerar juntos os interêsses gerais da igreja, porque êles, sendo os que administram os bens da igreja, não se isolam do pastor que é o moderador geral e tudo na igreja está sob sua direção.

E' conveniente que se façam regularmente reuniões do pastor e diáconos para considerar os interêsses da igreja, de como levá-la a cumprir a sua missão de obedecer ao Senhor Jesus Cristo a quem pertence o rebanho. Mas a sua reunião é de caráter apenas consultivo e não deliberativo. A autoridade soberana é da igreja e não dos seus oficiais. Êles só devem agir em qualquer caso ou negócio, autorizados por ela, e nunca submetê-la arbitràriamente às suas resoluções e deliberações. Nem devem êles formar um bloco contra o pastor na sua direção geral do

trabalho nem impedir a igreja a convidar pastor. Ambos são servos. O pastor é servo de Cristo e ministro do seu rebanho; o diácono é servo da igreja.

Só assim fica compreendida a missão e atribuição de cada um. O diácono, se tem o dom de falar, pode e deve auxiliar o pastor no púlpito, mas isto não é uma parte do seu ofício como tal.

Quando os diáconos se reunem sòzinhos para tratar dos interêsses gerais da igreja, sem a presença e sem aquiescência do pastor, estão errados e agindo ilegalmente e seus atos nessas condições não merecem o apoio da igreja, mas merecem censura e até destituição. A iniciativa não lhes pertence, é do pastor. Se a igreja não tem pastor, a sua direção estará com os diáconos até que convidem o pastor.

E' do Novo Testamento a igreja com o seu pastor e diáconos e não com diáconos e pastor ou sem pastor. Há, na igreja, funções imprescindíveis que são privativas do pastor.

E só êle deve exercê-las.

Só em casos raríssimos a igreja poderia autorizar um diácono ou outro irmão a exercer certas funções privativas do pastor. E para isso o Senhor estabeleceu a função do pastor, de modo que o diácono não deve ter ingerência nela, porque faria um princípio de desordem.

CAPÍTULO XI

A Sessão da Igreja

Consideremos em primeiro lugar a sessão pròpriamente dita. Pelo menos convém que se saliente:

1. A sessão em suas deliberações *dirige a igreja* em tôdas as suas atividades e responsabilidades. Nela se resolvem os casos de disciplina quanto à entrada e saída de membros. Ela toma profissão de fé, resolve batizar o candidato, vota a recepção de membros demissoriados de outras igrejas e a reconciliação dos que voltam ao seu seio depois de eliminados, vota os casos de demissão por carta e por exclusão — só estão fora da sua alçada e do seu voto os que saem por morte. Nela se tratam de negócios de tôda a natureza, afeitos à sua vida — construção, fundação de escolas, convites e aceitação de pastor, planos para o trabalho local e geral e orçamento. Enfim a sessão da igreja é o laboratório da sua vida orgânica.

2. Ela demonstra autonomia e independência da igreja. E' por ela que se manifesta uma entidade orgânica ou organizada. Sem ela, a igreja não expressaria sua autonomia. Ela resolve por si mesma e se errar, erra por sua conta e responsabilidade. Se acertar é de seu dever para o bem. A sua autonomia não está nem na diretoria, nem no pastor, mas nela mesma.

3. E' pela sessão que ela pratica e desenvolve os

princípios da democracia cristã. Tudo se resolve pela maioria absoluta dos seus votos — exclusão e aceitação de membros que pede a unanimidade. Votos, não dos membros da igreja, mas dos membros que estão em sessão. Tôda ou em parte. A maioria define as suas decisões e as torna em leis ou negócios a executar. A minoria, se direita e com a verdade, não podendo fazer valer o seu ponto de vista e não querendo, nem podendo concordar com a decisão da maioria, em casos de doutrinas — ou em qualquer caso, o único passo a dar, se não é possível aceitar o votado por questões de consciência da verdade, de doutrina ou de honra, o único passo a seguir é desligar-se da igreja pelo meio justo e bíblico que o caso aconselhe.

Ora, o irmão que dirigir a igreja como pastor é o moderador das suas sessões. Como moderador êle não tem poder na votação, pois esta é feita pelos membros da igreja, presentes. Só no caso de desempate, cabe-lhe o voto de qualidade, o chamado voto de Minerva. Assim êle dará ganho de causa ao lado que lhe pareça estar com a verdade e com o direito e a justiça do caso, e só assim. De outro modo não cumprirá o dever de presidente justo e imparcial.

Nem todo homem é capaz de presidir, por isso mesmo nem todo pastor reune as qualidades necessárias ao cargo de presidente de assembléias democráticas. O pastor deve saber e conhecer o valor de uma proposta principal e bem assim das secundárias ou subsidiárias, senão êle se embrulha e embrulha a assembléia. E estabelecida a confusão, já ninguém se entende e o prejuízo para a igreja é certo. Também deve ter habilidades, perspicácia e tino em guiar o leme para não causar desvio.

E' sempre recomendável que o moderador tenha de antemão os planos a apresentar, os negócios a tratar, os casos de disciplina a considerar. Isto é apenas método que será conveniente; não tira porém a liberdade da igreja de tratar de assuntos de seu interêsse que surjam na ocasião. Todo o movimento da sessão, até onde fôr possível, deve ser previsto no seu expediente e encaminhado por êle para evitar mal-entendidos. A igreja deve estar ensinada a tornar sua sessão uma reunião de grande importância na sua própria vida e de grande cunho espiritual. Assim sendo, qualquer irmão que tenha alguma coisa que deseja apresentar, deve por prudência, por cortesia e por espírito de cooperação apresentá-la ao pastor ou moderador antes e pedir a sua colocação na pauta. Dêste modo é muito difícil haver perturbações nas sessões. Também é de real valor e de justiça evitar acusações e questões pessoais. Há, às vêzes, muita tentação de se arrastar questões de disciplina para o terreno pessoal, de acusações mútuas e até injúrias e insultos. Permitido isso, a sessão perde seu cunho espiritual e cai num descrédito grande. As discussões devem ser livres, em tôrno do assunto, da tese ou proposição trazida à assembléia pela proposta e não em tôrno de indivíduos, de modo pessoal. E quando isso acontecer, por fôrça da questão em foco, deve ser feito com grande cortesia, delicadeza e amor cristão.

O moderador é, pois, o timoneiro em guiar as decisões de modo conveniente. E' preciso habilidade, e visão e amor em cassar a palavra a alguém no tempo próprio e conveniente, pois há irmãos que não compreendendo êsse direito do moderador sairão da linha.

Outra qualidade indispensável necessária àquele que preside é *imparcialidade*.

Quanto mal faz a uma igreja ou assembléia um presidente apaixonado, partidário, parcial. E' grandemente inconveniente. Às vêzes é preciso coragem e fôrça para praticar imparcialidade. Os partidos procuram influir do seu modo e esperam ser atendidos. Quando não, acusam o presidente de parcialidade, exatamente quando foi imparcial.

1. *E' preciso respeitar direitos*. Na igreja batista não há privilégios — os direitos são iguais em discutir ou em tratar dos interêsses da igreja. E neste caso é a votação que resolve. E resolvido o caso pelo voto da maioria, está fora de combate a questão e o pastor tem que respeitar o voto da igreja. Não pode impugnar o que foi resolvido, mesmo que contrarie a sua própria vontade.

2. E' de seu dever respeitar a autonomia da igreja, ainda que lhe seja contrário o resultado. Se, porém, a resolução o desprestigia ou desonra, há os meios justos e bíblicos para protestar ou mudar as coisas sem o desrespeito à autonomia da igreja que êle como pastor terá de ensinar e praticar. Desrespeitando, nega seu próprio ensino.

Por isso o pastor deve evitar influir individualmente para impor decisões. Isto não evita seu conselho sábio quando pedido, ou quando necessário, nem lhe restringe o dever de esclarecer pontos obscuros e ignorados pelos presentes para que a votação seja consciente e independente.

Quão difícil é dirigir uma sessão! Só mesmo com oração, dependendo do Espírito de Deus.

CAPÍTULO XII

O Sermão

1. *Considerações gerais*

A graça de pregar o evangelho não constitui uma profissão, mas uma missão muitíssimo elevada e santa, que obedece a uma chamada divina e da qual o pregador não poderá fugir sem sérias conseqüências para sua vida espiritual. É uma missão espinhosíssima da qual o apóstolo asseverou estarem feitos, êle e os seus companheiros de ministério, *espetáculo* para o mundo. E quem será idôneo para uma obra tão santa quão pura, onde não podem entrar interêsses subalternos e inconfessáveis de homens corrompidos, nem politicagem e interêsses menos dignos! O homem de Deus é servo do Espírito, tem de estar de fronte erguida perante Deus e os homens.

A função principal e por excelência do pregador é entregar a sua mensagem. A pregação do evangelho, ou o sermão deve ocupar o lugar supremo da sua vida, dos seus propósitos, dos seus interêsses, das suas ocupações e observações, dos seus estudos e esforços. Tudo que está ligado à sua vida submete-se à sua função de pregar.

E ai daquele que se apresente ao mundo como um mensageiro de Cristo e faça do seu púlpito um lugar de divertimentos, de passatempo, de exibições ambiciosas; lu-

gar de chicana e política, de manifestação simplesmente literária, secundária, sem qualquer responsabilidade!

Êle não pode fazer do ministério sagrado de anunciar a salvação de Deus aos pecadores, um campo de intrigas, de explorações, sejam quais forem, de vantagens financeiras e sociais, de oportunidades especiais para misteres passageiros e particulares. Não. Se o fizer, sua queda será inevitável e fatal, seu testemunho negativo e sáfaro, sua obra inútil e prejudicial a Cristo e à sua causa; será êle uma estrêla cadente no céu ministerial, uma nuvem sem água no espaço donde caem os aguaceiros da graça divina. Os tais são nódoas, máculas negras e negregandas no ministério da pregação. A pregação revela o propósito de Deus aos homens, revela graça, sabedoria, poder e vida. Por essa razão ela é para o mundo da consciência um *sôpro de vida*. Quando ela diminui, o povo perece por falta de visão e de conhecimento de Deus; quando desaparece, as trevas cobrem os corações e as almas se perdem, por falta de luz, de verdade e de poder. A mentira ocupa o lugar da verdade, as trevas substituem a luz, o mal ao bem, o pecado à santidade, a morte à vida, a incredulidade à fé, o ódio ao amor, a vingança ao perdão.

Pregar oralmente é o método divino em chamar as almas ao arrependimento e à fé; de satisfazer os homens na sua sêde espiritual. Que glória ser pregador do evangelho, mas que responsabilidade, que pêso esmagador para o insincero e desleal mensageiro!

Por isso há um dever real, uma responsabilidade enorme em estudar o sermão.

Um pregador do evangelho não pode deixar de ser um homem de oração. Cristo é a fonte inesgotável de fôrça e graça da sua mensagem. Êle nunca deve pregar sem oração sincera e piedosa. Não pode deixar de ser um estudante constante e sincero da Bíblia. Quem se meteria a pregar em nome de Deus, rejeitando ou negligenciando

a Bíblia? A Bíblia, para ser interpretada aos homens, necessita da luz do Espírito Santo e da graça de Cristo. Cada dia que êle vive, deve buscar aperfeiçoar os seus conhecimentos a respeito dela e assim se aprimorará na clareza da sua mensagem, na fôrça da verdade apresentada, na aplicação da Palavra de Deus. E então se dará com êle o que Paulo diz do pregador: "...ainda que em nós pereça o homem exterior, o homem interior renova-se dia a dia" (II Cor. 4:16).

À proporção da sua canseira e velhice corporal a sua alma se torna uma fonte de experiência e de glória eternas, pelo seu saber em Cristo, pela sua influência cristã. Há em todo homem bem orientado um desejo de perfeição. Isto deve ser qualidade do pregador. Êle deve desejar e se esforçar para ser perfeito não só na sua vida moral, no seu caráter, mas na sua obra, no seu sermão. O sermão tem suas leis, seus princípios e causas e efeitos. E' uma obra que terá como qualquer outra de ter progresso, crescimento e perfeição. E como atingir perfeição? Eis um campo largo para uma carreira longa e paciente.

O sermão tem também a sua *fórma e matéria,* construção e edifício. Cada pregador é um construtor; deve esmerar-se tanto quanto seja possível na forma do seu sermão, mas muito mais na qualidade do seu material, para que a forma não engane, não iluda, mas seja completa, perfeita pelo seu material; perfeição externa e interna, objetiva e subjetiva. Nunca, porém, esquecer que o sermão não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar um fim. E a perfeição não deve ser procurada primeiramente nêle como um todo, mas em alcançar o seu fim, em realizar a obra para a qual foi preparado.

O fim do sermão é trazer Deus em Cristo ao pecador e êste a Cristo, e feita esta parte primeira e fundamental, êle tem por fim secundário formar, edificar e acrisolar o caráter cristão, isto é, preparar o homem no caminho

da vida, na realização do propósito de Deus na criação do homem espiritual.

Na perfeição da forma entra o tipo do sermão, se textual, se de tópicos, se expositivo; o estilo, a exposição, a disposição, enfim, tudo aquilo que torne o sermão belo e agradável. Na perfeição da matéria refere-se à substância, à verdade contida, ao seu valor real, tanto intelectual como espiritual para que realize, por tudo isso, o fim colimado de trazer almas ao Senhor Jesus e contribua para seu crescimento na fé, na graça e no conhecimento de Deus. Se para isto se esforça o pregador, êle coloca o seu sermão no lugar próprio.

Atribui-se a Vieira o ter comparado o sermão a uma árvore. Dizia êle que a árvore tem raízes, tem tronco, tem galhos, tem ramos, tem fôlhas, tem flôres e tem frutos. Assim é o sermão. Assim sendo, as raízes se arraigam no solo da revelação que é a palavra, o texto usado; o tronco é o assunto ou tema extraído do texto; os galhos são os tópicos em que se divide o assunto na análise do sermão; os ramos, os sub-tópicos; as fôlhas, o arranjo das palavras que estabelecem o conjunto e o contôrno do mesmo na sua entrega e tessitura; as flôres são naturalmente as figuras e as belezas literárias, as ilustrações bíblicas e a argumentação, os esforços para torná-lo uma bênção para os ouvintes; e os frutos, que são os mais desejados, são os efeitos do sermão na conversão de almas para Cristo, a inspiração dos servos do Senhor, a construção do caráter cristão, preparando o crente para tôda boa obra.

Às vêzes o pregador terá a impressão de que, não ouvindo referências elogiosas ao seu sermão, ou a sua continuação em pregar, não haja evidência na eficiência imediata da sua mensagem. E até pode tornar-se pessimista. Mas lembre-se êle de que o maior efeito da boa refeição não é o prazer do membro pelo sabor, pelo bom paladar, pela satisfação em suprir uma necessidade

orgânica chamada fome. Não, a grande obra das refeições é oculta e imperceptível, sem prazer sensível. E' a assimilação dos elementos no organismo, é a alimentação, é a fôrça, a coragem, a saúde, a disposição, a graça externa da aparência, na côr, na compleição natural, na estética do corpo nutrido. Lembre-se mais de que o trabalho do sol na natureza é a assombrosa e maravilhosa vegetação, e tudo isso é lento, é oculto, é imperceptível! Também o maior efeito do sermão não são os elogios do momento da entrega, não são referências vibrantes de apreciação, da sua eloqüência, da sua palavra feliz da sua alegria de sair-se bem e receber a aprovação. Essas coisas são boas, mas são contingentes, são passageiras e efêmeras, momentâneas; a maior obra do sermão é subjetiva, é fora da vista corporal; é a fé plantada e confirmada, é a inspiração, são as novas visões de Deus; a vida de uma alma trazida a Cristo, nutrida, é a formação do caráter cristão, é a apascentação das almas famintas. E' o idealismo fundado e sustentado, é o arrancar das dúvidas e do desânimo; o espantar das trevas e da ignorância; o plantar da certeza e da esperança no coração; o reanimar das almas e corações avassalados pela falta de visão de Deus; o derramar a luz da verdade e do conhecimento de Cristo; o ressuscitar os mortos espirituais; o levantar o otimismo e o rasgar de visões novas e gloriosas; é o penetrar nos arcanos da justiça, do amor e da misericórdia de Deus e dos seus tesouros eternos, insondáveis e inesgotáveis; é distribuí-los à mancheias pelos necessitados, pelos que perecem sem visão do caminho da vida; é endireitar verêdas tortas!

Oh! quem pode medir ou alcançar, mesmo mentalmente, sua largura e comprimento, altura e profundidade! Oh! Deus! quão gloriosos são os pés, a vida, a mente e a voz daqueles que anunciam as tuas verdades! E quantas vêzes êles mesmos são míopes e fazem como os israelitas no deserto, mais desejosos de voltar ao Egito da escra-

vidão e da fartura das coisas sórdidas do que prosseguir. inabaláveis como vendo o que é invisível!

O' Senhor! dá-nos a visão necessária para que pregando aos outros as riquezas gloriosas da tua salvação e da tua graça, nós mesmos, não venhamos perdê-las de vista e sermos reprovados! Aumenta-nos, Senhor, a fé e dá-nos a tua mão, tôda vez que nas curvas do caminho perdermos de vista a meta; ou nos flancos das montanhas da nossa carreira não pudermos ver o horizonte do cimo da vertente, e a beleza da paisagem e o imenso do panorama do lado oposto.

O pregador que se interessa pelo seu sermão não seguirá um só método, não será monótono no modo de pregar. Êle pregará e se esforçará para pregar sermões de tópicos, de forma lógica ou retórica, em ocasiões próprias e dará assim expansão à sua capacidade de orador; mas também procurará ser um expositor da palavra de Deus, pregando sermões textuários, seguindo a lógica e a divisão do próprio texto, ou exporá parágrafos longos, ensinando as doutrinas que se escondem no livro de Deus. Êle se preparará de modo a conhecer a palavra de Deus e interpretá-la metòdicamente dentro das regras e leis de hermenêutica bíblica. Ensinará assuntos gerais e particulares, livros inteiros e trechos resumidos, fará estudos longos no campo da teologia em tôdas as suas fases para cumprir a sua missão de evangelista, de doutor das doutrinas cristãs, de ensinador da verdade divina. Fará do seu sermão uma luz para os pés dos que êle guia, para que vejam o caminho certo e não se desviem nem para a direita, nem para a esquerda, durante a noite da sua peregrinação neste mundo. Fará do seu sermão alimento provido no tempo próprio para alimentar os famintos no meio da viagem, no deserto das confusões e filosofias erradas e vãs dos mestres falsos. Fará dêle um manancial, uma fonte de água cristalina que mate a sêde àqueles que se abeberam junto ao pôço da sua mensagem evangélica,

e àqueles coxos e aleijados à espera do movimento das águas divinas da pregação do evangelho de que êle é o anjo que a movimenta, trazer a saúde e a alegria e gôzo da salvação.

Quem será idôneo para esta obra de tão grandes vultos e resultados no tempo e na eternidade? Aquêle que fôr chamado divinamente e humildemente se submeta ao Espírito que o faz labareda de fogo, ministro do evangelho. Esta é a obra de Deus, esta é a sua vontade, que os pecadores se salvem pela fé em Jesus Cristo, e por isso êle precisa de muitos dos seus filhos para esta obra do episcopado.

Êle mesmo dará a graça e a fôrça necessária ao desempenho da tarefa, desde que o servo seja pronto em aceitar e humilde siga para a méta do Salvador e não se ensoberbeça e perca de vista o fim da sua obra, que é eterna e divina. E dizer com o salmista: "Não a nós, não a nós, Senhor, mas ao teu nome dá glória."

Que Deus nos ajude a prosseguir e que êle chame outros que nos ajudem e que nos sucedam e que a sua obra seja levada avante pelos pregadores do evangelho, fielmente, humildemente até o fim.

2. *No púlpito*

1) Decôro

De certo o pregador ao apresentar-se perante um auditório ou perante o mundo em lugar de destaque e de eminência assume muita responsabilidade. Convém, pois, pensar sèriamente em como preencher e honrar a sua posição; sua presença no púlpito, quanto ao modo de trajar. Nesse particular há três atitudes. Os que se relaxam, os que vão ao extremo de vaídade e os que encaram a questão nos devidos têrmos.

Os primeiros não se incomodam com a roupa, com

o calçado e com o aspecto fisionômico. Vão ao púlpito de qualquer modo e com qualquer trajo. Não cuidam da roupa. Esquecem-se da impressão que darão aos ouvintes. Roupa é roupa, e isso basta. Pensam que qualquer calçado é compatível com o púlpito. Já vi perante uma igreja um pregador de calças arregaçadas até quase aos joelhos; e as pernas, do meio para baixo, cobertas de lama do caminho, de modo que parecia estar calçado de botas pretas! O lugar era pobre, e os crentes humildes e grande parte dêles do mesmo modo assistiam ao culto. Mas a impressão era desagradabilíssima. O calçado também influi na impressão, ainda que não influa no sermão diretamente, mas influi no caráter do pregador. E' bom evitar aspecto desagradável e inconveniente. Barba por fazer, cabelo grande e por pentear, em desalinho, bigode grande e esgaçado, gravata velha e amarrotada, paletó aberto e camisa desabotoada e suarenta, colarinho sujo, poído e mal pôsto, ou sem êle, são condições que o pregador deve evitar. E tudo isso tenho observado em pregadores no púlpito. E' triste, mas é verdade! O irmão pregador que assim considera essa parte da sua conduta é mau elemento, inspira mal à mocidade e destrói a beleza do seu trabalho espiritual.

Outros, porém, vão ao outro extremo. Acham que o pregador tem o dever de colocar tôda ênfase na aparência. Andar sempre escovado. Seu trajo comum há de ser roupa da melhor qualidade e de rigor; casaca ou sôbrecasaca, ou não pode pregar. O calçado há de estar sempre espelhando, colarinho duro e brilhante, camisa de sêda, gravata de "almofadinha", um verdadeiro "medalhão". Sem a roupa nessas condições não são pregadores. O cabelo untado e perfumoso, o lencinho de pontas para fora no bôlso de cima do paletó, quando não usam a casaca. Um verdadeiro manequim. A aparência de tal pregador é por demais vaidosa e passa ao ridículo. Atrai a atenção dos ouvintes e especialmente da mocidade e dá um tom

de exterioridade e de aparência à posição do ministro do evangelho e recomenda mal o ministério.

Há, porém, os que encaram a posição do pregador no seu púlpito nos têrmos da decência, da ordem, do bom gôsto e da estética e bem assim da boa ética no caso. A roupa alinhada e bem composta, a aparência serena e agradável dentro da modéstia da sua missão. Não põem sua atenção nessas coisas, mas evitam as conseqüências desagradáveis. Estudam e observam a mentalidade do povo a êsse respeito e procuram não contrariá-lo. A roupa de casemira preta ou escura é sempre mais recomendável, porque é mais aceitável e dá um tom de mais respeito e gravidade. Terno branco, amarelo, de linho ou de algodão, não fica adequado ao púlpito, principalmente nas cidades, onde se dá mais valor a etiquetas. Aspecto agradável, alegre e bem disposto é honroso ao pregador. Tudo alinhado e sem exagêro dá uma expressão de bom gôsto e satisfaz o auditório.

Não está nisto o valor do sermão, mas isto influi, impressiona bem e dá uma certa confiança e inspiração à juventude e à criançada que têm no pregador o modêlo mais recomendável, para seguir. Revela bom senso, equilíbrio mental, respeito e reverência às coisas santas; coloca seu ministério em lugar de honra e dignidade. Ensina à modéstia, à naturalidade e impressiona de modo profundamente religioso. A missão do pregador tem seu lado social e deve ser atendido com cuidado. Há gente que nos julga por essas coisas e nos critica, nos censura ou nos louva. A personalidade é no púlpito grande fôrça no sermão e pela impressão que o homem causa, eleva ou rebaixa o seu sermão perante o conceito público. São coisas secundárias, é verdade, mas concorrem para que as primárias apareçam no seu lugar próprio.

A pontuação não é a coisa principal na escrita, para revelar a grandeza do pensamento e a beleza das figuras de linguagem e as imagens, mas evita a confusão, estabe-

lece a clareza e ajuda a entonação da voz na ênfase necessária às idéias principais e centrais do pensamento.

Outra coisa a considerar quanto ao decôro no púlpito é a posição de atenção, de gravidade na postura, no modo de sentar-se, de levantar-se, de abaixar-se quando necessário, para apanhar alguma coisa que caia. Sentar-se de modo irreverente e sem cuidado em cruzar ou esticar as pernas, em colocar os braços e a cabeça, rir, conversar com o companheiro, e tantas outras falhas que chamam a atenção do auditório, devem merecer a atenção e o cuidado do pregador para evitar o mau exemplo, a má impressão e tantos outros inconvenientes. O púlpito é lugar de respeito, reverência e discreção. Mostrar-se preocupado e absorvido pela mensagem é agradável e infunde respeito e revela bom senso.

2) A entrega do sermão

Já tratamos do sermão, da sua forma e matéria; já dissemos do decôro do pregador no púlpito; e também da responsabilidade de ser bem estudada a mensagem.

Tratemos então de um ponto de interêsse para o sermão, isto é, a sua entrega, o ato de pronunciá-lo; a pregação do evangelho pròpriamente dita; da sua apresentação ou expressão. E' uma parte fundamental da elocução. Neste caso temos principalmente a dição e a ação que são os lados complementares da expressão. Convém que o pregador se compenetre do valor da elocução e torne essa parte da entrega do sermão, uma contribuição forte para que concorra com os outros meios de pregar o evangelho para o cumprimento da sua finalidade. Tratemos de modo prático e ao alcance de todos, os tópicos acima: 1 — a dição; 2 — a ação, em relação ao púlpito cristão. De certo não evocaremos aqui os mestres e as suas teorias abstratas, mas apresentaremos à guisa de conselhos e advertências e em tom modesto e de caráter prático, o que é necessário e indispensável ao caso.

Definição: "Dição, s. f. (*Lat. dictio*), maneira de dizer, considerada quanto à escolha e arranjo dos têrmos. Expressão. Vocábulo. Maneira de articular: *dição clara*" (Jayme de Séguier).

Ora, na expressão se consideram os elementos que se não imprimem, mas que constituem os fundamentos gerais. Os quais são palavras, inflexões da voz e ação. As palavras representam idéias e nomeiam as coisas e os sêres, os eventos e as qualidades. A inflexão da voz é simultânea à palavra e tem sua significação. Na expressão revela o grau de convicção, processo de pensamento, atitude mental e sentimento. Para que se entregue de modo satisfatório a mensagem, necessário se torna que se haja estudado bem o assunto, para que esteja claro na mente aquilo que se deseja transmitir. Porque se o que vai dizer está confuso na mente do orador, como poderá torná-lo claro aos ouvintes? Deve também sentir profundamente o que vai dizer, de modo que isto faça parte da sua personalidade, revele suas emoções e o faça vibrar para que os ouvintes possam sentir a mesma intensidade. Além dessa clareza mental e dêsse sentir a verdade que ensina, deve também crer de todo o coração, com a mais profunda e completa convicção; porque se não entende o que diz não poderá transmitir a verdade; senão sentir com as veras da alma a verdade que prega não levantará emoções e não despertará qualquer sentimento que domine a personalidade do ouvinte; e se não crer, será hipócrita e falsificador da verdade; mentiroso e indiferente aos resultados da pregação que profere. Se focalizarmos a definição acima, veremos o acêrto do que dizemos não sòmente com relação à maneira de dizer, quanto ao arranjo dos têrmos, mas também quanto à maneira de articular. Todo sentimento da alma, tôda a fôrça e substância da idéia, tôda glória e grandeza do pensamento, tôda ênfase na clareza da expressão, no destacar e elevar das idéias principais ao seu próprio lugar no

discurso está profundamente ligado às inflexões da voz. E tôda complicação e minuciosidade da acentuação, na escrita, é incapaz de exprimir a inflexão da voz. Ela revela o gôsto, a significação, o valor, a agudeza, a profundidade, a extensão, a intenção, a perfeição, o poder e a vida das idéias. Sem ela devidamente cultivada e aplicada, a palavra é inexpressiva, o pensamento frio e obscuro, os sentimentos diminuidos e o discurso monótono e sem significação e sem alma.

A palavra, pois, é o maior instrumento do pregador do evangelho. Não deve e não pode tê-la em menosprêzo. Precisa torná-la apta e poderosa para levar a mensagem do amor de Deus. Cristo é a palavra de Deus, é o Verbo divino, pelo qual Deus, o Altíssimo, nos fala. Se o pregador estudar bem o poder da sua palavra vai descobrir a grandeza da inflexão da sua voz no colorir e no expressar o seu sermão. Não vamos apresentar as leis e os processos que a dirigem, mas despertar aquêles que desejarem crescer e aperfeiçoar esta fase da pregação, a saber, a entrega.

Quem não se empolga com o que diz Latino Coelho na introdução da sua obra: Demóstenes, "Oração da Coroa" (pág. 17 da 2ª edição) e citada por Fausto Barreto e Carlos de Laet, na sua Antologia Nacional (6ª edição)? Eil-lo:

"A Palavra" "De tôdas as artes, a mais bela, a mais expressiva, a mais difícil, é sem dúvida a arte da palavra. De tôdas as mais se entretece e se compõe. São as outras como ancilas e ministros: ela soberana universal.

"Da estatuária toma as formas; da arquitetura imita a regrada estrutura de suas fábricas; da pintura copia a côr e o debuxo de seus quadros; da música aprende a variada sucessão de seus compassos e melodias; e sôbre todos êstes predicados tem, mais do que as outras artes, a vida, que anima os seus painéis, a paixão, que dá novo esplendor às suas tintas, o movimento, que intima aos que a escutam e admiram, o entusiasmo e a persuasão.

"A estátua fala, mas fala como uma interjeição, que apenas expressa um sentimento vago, indefinido, momentâneo. A pintura fala, mas fala como uma frase breve, em que a elipse houvera suprimido boa parte dos elementos essenciais. O edifício fala, mas fala como uma inscrição abreviada, que desperta a memória do passado sem particularizar os acontecimentos a que alude. A música fala, mas fala apenas à sensibilidade, sem que o entendimento a possa claramente discernir.

"Só a palavra, nas artes a que é matéria prima, fala ao mesmo tempo à fantasia e à razão, aos sentimentos e às paixões. Só ela, Pigmalião prodigioso, esculpe estátuas que vão saindo vivas e animadas da pedra ou da madeira onde as delineia e arredonda o seu buril. Só a palavra, mais inventiva do que Zeuxis, sabe desenhar e colorir figuras e paisagens, com que se ilude e engana a vista intelectual. Só a palavra, mais audaz do que os Ictinos e os Calícrates, traça, dispõe, exorna e arremessa aos ares monumentos mais nobres e ideais que o Partenão de Atenas. Só a palavra, mais comovedora e persuasiva do que o Pletro dos Orfeus, encadeia a sua lira mágica estas feras humanas ou desumanas, que se chamam homens, arrebatados e enfurecidos nas mais truculentas alucinações."

Aí está a razão porque o pregador usa a arte mais perfeita e mais bela para persuadir; o instrumento mais penetrante do que espada alguma de dois gumes, que vai até as junturas e medulas do ser humano e é capaz de discernir os recônditos mais profundos da alma humana e trazê-la aos pés do Senhor Jesus, onde encontra vida e luz, graça e amor.

Saibamos usá-la convenientemente.

Vimos ligeiramente da palavra quanto à sua significação, sua articulação, sua inflexão e sua fôrça no discurso; toquemos mais um pouco nesta questão antes de passar à ação.

A palavra que é o maior instrumento na entrega do

sermão, seria, porém, incompleta e ineficiente na sua finalidade sem a correção necessária. A voz do pregador precisa ser educada, e não é fácil o seu treinamento. Infelizmente nós ainda estamos enganados a êste respeito. Devido talvez, em parte, à mentalidade do ambiente que, quem grita é que é o bom pregador.

Um pregador que confunde arroubo do discurso com o grito e que sem medida e proporção começa e termina sua mensagem, gritando com tôdas as fôrças dos pulmões, a ponto de ainda na introdução enrouquecer, perde muito. O volume da voz deve ser proporcional ao volume do salão e ao número dos ouvintes, e também à cultura dos sentimentos e do bom gôsto do meio que o ouve. Falar baixinho perante uma multidão é o mesmo que gritar, a exorbitar os olhos, perante um grupinho de pessoas. Tanto uma coisa como outra é irritante e intolerável.

Talvez nós, os pregadores batistas, somos os que mais padecemos desta falta. Não é raro ouvir um dos nossos pregadores gritar mais do que falar. O autor muito padeceu desta falha, e, talvez devido ao hábito inveterado, ainda por vêzes cai na falta de ser desproporcionado no volume e no tom da sua voz. Não se esquece de algumas críticas espontâneas que tem sofrido e guarda consigo a lição. Uma vez fêz uma série de pregações, em Miracema, no Estado do Rio e se hospedou no hotel de um irmão metodista e êste, por gracejo, o classificou, com certo entusiasmo, é verdade, de pregador *"gritão"*. Uma vez, descendo do púlpito da Primeira Igreja de Lisboa, Portugal, e ao sair do culto, havendo pregado com muita fôrça e grande volume de voz, alguns irmãos não se puderam conter e vieram cumprimentá-lo pela mensagem e disseram: "O senhor hoje 'berrou' de verdade" e o pastor Paulo Tôrres perguntou-lhe: "O senhor está acostumado a falar a grandes auditórios?" E outras experiências e estudos foram-no persuadindo de que era preciso mudar. Mas deve pregar na altura

bastante para o auditório ouvir. Há pouco, depois de ouvirmos um sermão em que o pregador se esforçou muito, mais para gritar do que para transmitir a mensagem clara da palavra de Deus, ouvimos uma crítica de um irmão, que ouvira com certo desagrado e desconcêrto o dito pregador. Disse: "Há um grande êrro quando o pregador pensa que em gritar tanto, será ouvido com agrado; mas é exatamente o contrário; o grito escurece o pensamento e torna intragável o sermão." Fêz outros comentários a respeito de outros pregadores que não falavam senão gritando além do necessário, prejudicando a mensagem e o bom gôsto da oração. E, então fêz uma censura ao próprio seminário, não sabendo, como é que, estudando no seminário, onde se devem estudar essas coisas, saem de lá uns gritões êsses tais pregadores. Com franqueza, ficamos constrangido e um tanto envergonhado diante do comentário consciencioso e ponderado daquele irmão. Ora, o pregador deve ser psicólogo, e por essas observações, modificar o seu modo de pregar. Ao lado da expressão espontânea dos ouvintes, os tratados a respeito postulam sôbre a mesma coisa e êle não deve ser insensível aos avisos e às críticas que muitas vêzes lhe chegam como uma apreciação, com uma felicitação entusiasta, mas com um pequeno acréscimo de "foi pena" ou "pena foi ter sido um pouco alto, que o senhor se enrouqueceu e deixou a voz áspera." Delicadamente o ouvinte quis advertir o pregador do seu desagrado em ouví-lo a gritar desnecessàriamente. E' bom aprender as recomendações dos tratados de elocução. Razão porque deve ser perspicaz e entender as coisas e compreender o de que o ouvinte gosta, o que basta ao pregador.

E' verdade que muita vez é levado a isso pela paixão de levar Cristo ao pecador e fazê-lo ouvir a mensagem, sabendo de antemão que o preconceito religioso e o receio da crítica o ouvinte inquiridor fica à distância e se esconde atrás de postes, muros e janelas para poder ou-

vir. E o pregador sabe dêste fato e se exorbita das regras e cai até no ridículo. No ponto de vista de seus ouvintes, êle só prega para êles, dentro dos limites de quatro paredes de um salão de cultos ou mesmo de uma sala, mas para êle, grande parte do seu auditório não está ali sentada nos bancos ou encostada às janelas, mas à grande distância e assim sente um dever, uma responsabilidade de ir lá, onde estão, com o volume da sua voz e fazê-los ouvir da salvação de Deus por Cristo Jesus nosso Senhor. Moody conta de ter pregado numa cadeia, onde não via ninguém mas sabia que mais de trezentos presos o ouviam de diversos pontos do cárcere.

Quem pode entender essas coisas? E quanta crítica e censura injusta e descabida àquele que se propõe pregar! Contudo, é dever seu aperfeiçoar-se e não sair do meio. Por muitas razões o apóstolo Paulo classificou o pregador, de espetáculo. Na verdade, se não fôsse a necessidade de pregar, e se o obreiro não sentisse a voz interna a impelí-lo: "Ai de mim se não pregar o evangelho", o melhor seria desistir. Mas muitos dos censores são críticos de obras feitas. Nada fazem, nada produzem no reino de Deus. Mas, dizemos nós, é dever do pregoeiro da verdade saber aproveitar o dom da sua palavra e o valor do volume da sua voz e buscar o treinamento para evitar a aspereza, o tom fanhoso, a voz rachada, a monotonia, e o altear exagerado da voz. Saber o tom de começar e de elevar a voz no discurso conforme a grandeza do auditório, e o entusiasmo e a fôrça da sua mensagem, e a mentalidade sôbre o caso, o bom gôsto, a educação dos ouvidos dos que estão presentes, para não destoar, irritar, desagradar, repelir e afugentar os ouvintes, só porque não suportam o grito e a voz intragável do pregador.

De tudo que dissemos conclui-se que pregar não é gritar, mas gritar pode ser um recurso, em dadas ocasiões e para determinados fins, para acordar e despertar a consciência indiferente ou para exprimir a idéia que tem. Fora

disto é reprovável e cansativo. Meus irmãos que acostumais elevar tanto a vossa voz sem qualquer conhecimento de causa, sem ciência portanto, só por um hábito e por uma convicção errada de achar que só assim se deve pregar, sêde de bom aviso e tentai pregar respeitando o gôsto do ouvinte, e clareando a mensagem de modo a persuadir, a convencer, serenamente, pois que grito não persuade, não ensina, não constitui a glória e a grandeza da pregação, nem a beleza da palavra de Deus. Corrigí-vos, portanto, para o bem vosso, da vossa pregação e do vosso ouvinte. Estudai os bons tratados a respeito, ouví os conselhos, as advertências, as censuras, para alcançardes o fim da vossa pregação. Hoje com os recursos do alto-falante e amplificadores que pelo microfone auxiliam grandemente a voz humana, em aumentar-lhe o volume, a capacidade e a penetração, modificou extraordinàriamente a maneira da dição na entrega do sermão. E todo pregador deve utilizá-lo não só como recurso, mas também como descanso do aparelho vocálico.

Que Cristo nos habilite a pregar!

3) A ação

Ponto difícil e melindroso para o orador sacro é a *ação* no púlpito.

Ela é tão importante e necessária como a inflexão da voz; são entre si suplementares, uma sem a outra está incompleta e incapacitada. Andam juntas e juntas produzem a expressão do orador. A ação é pois um modo de expressão e na elocução quer dizer expansão do corpo, mudança de fisionomia, gestos das mãos, da cabeça e do corpo. E no discurso exprime caráter, propósito, entusiasmo e domínio próprio. Daí o valor elevado no discurso da ação, porque sem estas fases não seria a expressão de uma personalidade, mas um simples gramofone a repetir a voz que lhe foi impressa, mecânicamente, sem sen-

tir, sem querer e sem pensar. Essas partes cooperam simultâneamente, cada qual revela uma coisa que a outra não pode revelar. E o problema da dição é desenvolvê-las.

Elas nascem da personalidade como a fôlha nasce da planta, e a flor do ramo, vindo de dentro para fora, do centro para a periferia, como sendo a manifestação de uma fonte oculta. Cada gesto, cada inflexão da voz é efeito de uma condição interna ou subjetiva, e exprime uma emoção, um sentimento, um pensamento, uma resolução da vontade, uma mudança ou modificação ou reparo no sujeito. Por isso que a impressão precede e determina a expressão. Um dos primeiros passos no desenvolvimento da expressão é reconhecer a necessidade de possessão genuína. Há necessidade de concentração mental para que a expressão se faça com fôrça. Razão por que a atenção é a base de todo o poder mental. Portanto tôda educação, todo o desenvolvimento do poder mental e tôda energia criadora da imaginação, dependem de fato, da disciplina da atenção.

Uma ação elementar da mente consiste em concentrar-se num ponto e passar progressivamente para o ponto seguinte. A voz e o corpo são ìntimamente relacionados; êste é o todo, aquela a parte. São tão íntimos que um influi profundamente no outro. Muita vez a voz fanhosa vem dum mau hábito do corpo, de uma posição desacertada dêle. Um simples gesto reforça e dá grande ênfase a uma idéia. A expressão fisionômica, o flamejar dos olhos, o enrugar da testa, o tremer dos músculos faciais, o inclinar da cabeça ou do corpo para diante ou para trás, o ficar sôbre a ponta de um pé ou sustentar-se sôbre os dois, o tremer das mãos, o estender o braço ou o contraí-lo em direção do peito, ou do coração, da cabeça, da testa ou da bôca, mão aberta ou fechada, de punho ameaçador, a expressão alegre ou triste, o bater com as mãos uma na outra ou no púlpito ou o bater com um pé no

tablado, o abrir ou fechar os olhos, a bôca e até as próprias narinas, o abrir os braços e cruzá-los, o ficar ereto ou inclinado, tudo isso tem relação com o discurso, é uma parte integrante da sua expressão. Cada um dêstes gestos está ligado a uma atitude mental. Ora, de aprovação, ou tristeza; ora de interêsse ou indiferença; ora de apêlo ou tristeza; ora de interêsse ou indiferença; ora de apêlo ou repulsa; ora de indignação ou amor; ora de fé ou dúvida; ora de coragem ou mêdo; ora de gratidão ou ingratidão; ora de prazer ou dor, de agrado ou desagrado; ora de orgulho ou humildade; ora de paixão ou detração. Enfim, cada emoção, cada comoção íntima, cada pensamento, e neste, cada pequena variação se exprime num dêsses gestos.

A ação, pois, sem a voz e a sua inflexão seria um discurso mudo. A inflexão sem a ação seria a estátua ou a múmia que falasse.

Quem prega entrega uma mensagem que passa pela personalidade do orador, não como a água passa pelo filtro, mas de modo diferente.

Esta mensagem é uma interpretação da palavra de Deus, escrita mediante o feitio mental e concepção espiritual do profeta, historiador, poeta ou apóstolo dentro da mentalidade contemporânea e das idéias predominantes da geração. Ainda mediante sua experiência de Cristo e de regeneração, êle a entrega segundo a sua fé, experiência, cultura, sentimento, formação mental e concepção da época a respeito da mensagem divina e consciência religiosa. A palavra de Deus é viva e permanece para sempre; é pois imutável.

Mas as gerações são mutáveis nas suas idéias, interpretações, épocas, sentimentos, convicções, influências, meios, necessidades, formação moral e religiosa, tendência da época, tradição, etc. Dentro, pois, da sua época o pregador terá de entregar sua mensagem de salvação

e de reformas. E seu instrumento fundamental é a palavra que vibrará pelo som da voz e pela ação do corpo. Assim sendo, êle não deve ignorar o fato e gesticular inconscientemente, porque o gesto não é uma ação mecânica e inútil, mas uma fôrça, um poder necessário à expressão. Deve, pois, ser estudado e usado com aplicação sábia e útil, satisfazendo ou cumprindo sua missão, no discurso, porque fora do lugar e sem nexo com o pensamento e atitude mental, é prejudicial e incoerente.

CAPÍTULO XIII

Fases da Vida e Trabalho do Pastor

1. *O culto público*

Segundo Harvey, autor do livro "The Pastor", durante o culto deve haver três condições especiais para que tudo vá bem e alcance o seu fim: *unidade de pensamento; interêsse sustentado; impressão religiosa*. De fato deve haver uma idéia predominante no culto em tôrno da qual tudo gravite. E depende daquele que dirige o serviço religioso dar êsse cunho de unidade de pensamento ao culto. Suponhamos que a idéia por excelência seja o assunto do sermão. Então o que o precede e o sucede deve ser de acôrdo com êle, para dar o conjunto e a unidade no culto. Os hinos, as orações principais e a leitura do trecho escolhido da Escritura Sagrada devem estar relacionados e de acôrdo com o assunto. Tudo num só diapasão. De outro modo não haverá um progresso no culto que se presta ao Senhor e ao evangelho que se prega. Razão por que é de tôda conveniência ao próprio pregador escolher e anunciar os hinos; fazer a oração inicial e principal do culto. O obreiro que pede, de costume, a um irmão qualquer, ou mesmo a um colega que esteja presente, para fazer a primeira oração, corre o risco, e de ordinário o faz, de quebrar o ritmo e a unidade entre o sermão e o que o precede. A oração que se segue

ao sermão é fácil, e mesmo feita por outro pode estabelecer a unidade, pois também se nota usualmente que debaixo da impressão do sermão, o irmão, que ora a pedido do pregador, está sob a influência da mensagem.

Tudo que o sucede deve completar essa unidade. Assim será com o dever de manter o maior interêsse no culto, do princípio ao fim. Uma coisa de interêsse é o preparo prévio tanto do sermão como das partes que o completam em todo o culto. Quando o sermão está bem preparado é uma fôrça de inspiração para o pregador e para o auditório.

Outra coisa a evitar é a monotonia e a apatia no ato de entrega do sermão. Muitas causas concorrem para a queda do interêsse, as quais devem ser estudadas com observação paciente pelo próprio pregador e evitadas. Há falhas que são congênitas e de difícil vitória. Mas, muitas deficiências resultam de negligências físicas e ignorância dos princípios mais comezinhos de elocução. O pregador deve estudar com interêsse a elocução para não falhar na sua maneira de entregar a mensagem. Cansaço do pregador e do auditório prejudicam grandemente o interêsse no culto. Distrações de tôda qualidade durante a pregação; pessoas levantando-se e saíndo, cochichando, lendo ou dormindo, crianças andando, chorando ou brincando na congregação durante o serviço, abate o entusiasmo. Prolongar demais os exercícios do culto traz enfado e queda de interêsse. Doença. O pregador enfraquecido por doença fica com grande abatimento na fôrça física, no entusiasmo, na alegria e dá um tom pesado e triste ao serviço. Esgotamento nervoso é uma grande causa de monotonia e falta de interêsse. Por isso as igrejas deviam ajudar e cooperar com os seus pastôres quando doentes, gastos e nervosos, dando-lhes férias e, se necessário, recursos para se tratarem e recuperarem saúde

e fôrças. Fariam um bem a si próprias e obteriam grande proveito para o bem do trabalho, na sua inspiração e vida.

Harvey aconselha a que se siga o hábito de muitos pregadores eficientes, de não trabalhar nem estudar no sábado, para poder chegar ao púlpito no domingo com a mente descansada e fôrça física. E' um bom conselho e um bom hábito. O fim de descansar o sábado não é de ficar ocioso, mas de se preparar espiritualmente e tornar-se em condições espirituais de entregar mensagens poderosas no domingo. Assim fazia o grande Alexandre Maclaren e daí sua grandeza espiritual. Outro mal é a dispersão de atividade, de esforços, de pensamento em outros misteres. Um pastor: pregador, negociante, político, advogado, industrial, médico, etc., etc., só sendo um Hercules para combater sua própria deficiência na entrega do sermão. Todo sermão exige do pregador — o púlpito e o pastor, o tempo, as fôrças físicas e intelectuais. Quando o pastor será pastor e pregador sòmente?

Uma das finalidades do culto é causar impressões. Impressões no auditório, impressões no pregador. Impressões profundamente religiosas que levantem a personalidade em tôdas as suas emoções e sentimentos para com Cristo. Impressões da presença de Deus e de Cristo, da verdade, da justiça, da santidade, da pureza, da graça, do amor e de tudo que é santo, puro e bom deve animar o culto prestado a Deus, como tudo que concorre na sua realização. Se o culto e o sermão não tocam a alma, não a levam ao conhecimento das suas faltas e da sua necessidade de Cristo, e ao arrependimento sincero e verdadeiro e não inspiram a uma vida melhor, a um propósito mais elevado, na consagração e no cuidado, há falha e falha triste e lamentável.

Oh! que o nosso Senhor com sua graça e misericórdia supra tôda nossa insuficiência e fraqueza!

2. *Os dois lados da sua vida*

Todo homem tem dois lados na sua vida. Há o lado público, há o lado íntimo, privado.

O mesmo fenômeno há com o pregador do evangelho. Havendo muitos pontos comuns, há certos pontos que lhe são peculiares de relações especiais.

Na sua vida pública êle ocupa uma posição definida de destaque. Tem seus círculos de relações e de deveres. A vida deve, diante de todos, ser modelar. Paulo preceituava a Timóteo: "Ninguém despreze a tua mocidade, mas torna-te o exemplo dos fiéis, na palavra, no procedimento, no amor, na fé e na pureza" (I Tim. 4:12). O tom geral da sua vida deve ser de alta moral; conquistar o respeito e a confiança de todos, por ser êsse o seu modo de vida. Vida de respeito, sabendo respeitar a todos e confiando nos que merecem confiança. Ser fiel e correto em seus negócios; homem de uma só palavra. Devendo ser cortês para com todos e de maneiras lhanas e amáveis, precisa evitar contudo camaradagem e muita intimidade com individuos de compostura moral negativa e de vida duvidosa e escandalosa.

Ter em mente o ensino apostólico de que as más conversações corrompem os bons costumes e o provérbio popular: "Dize-me com quem andas e te direi quem és." Deve, porém, aproximar-se de homens bons; evitar o pedantismo. Não há coisa mais desagradável e ridícula do que um indivíduo pedante e afetado. Todos o repelem e todos o criticam e se isso é indigno e feio em qualquer indivíduo, muito mais, em um ministro do evangelho. E' bom, pois, evitar a aparência de querer passar por erudito, para que todos o admirem como um homem de cultura, preparado, poliglota, etc. Isto é uma fraqueza moral e deprimente. Cala tão mal num pregador do evangelho que deve ser o exemplo da modéstia, da humildade e da precaução! Quem sabe, sabe; não precisa fazer disto reclamo. O público reconhece e descobre logo o valor real e intrínseco das coisas e principalmete dos indivíduos.

E' tão feio a falta de delicadeza, os maus hábitos, porque ofende as pessoas educadas e os simples. Não se tolera falta de educação e de gentileza no ministro de Deus. A grosseria não pode ser seu programa nas suas relações sociais e no púlpito.

Jesus nunca foi grosseiro e incoerente. Sempre praticou e viveu o que ensinou. Nunca ocupou de "motu próprio" o primeiro lugar, nunca afastou ninguém para trás para tomar a frente. Não, foi sempre cortês e deu o primeiro lugar aos outros. E assim aconselhou, dizendo que não se devia sentar nos primeiros lugares quando convidado para uma festa ou banquete.

Lavou os pés aos discípulos, ensinou em tudo a elevação da modéstia. A dignidade, pois, do ministro do evangelho, não está em sua roupa diferente da dos outros homens, no seu chapéu e no seu calçado e no fato de ser ministro, não. Há muito engano nisto; não é o ministério que dignifica o homem, mas o homem que o dignifica. Êle não é bom, e santo, e puro, e educado, e digno porque é ministro, não, mas é ministro porque é chamado por Deus e porque tem essas qualidades. Quem é desleal, vindo a ser ministro, fica desleal do mesmo modo. Muita vez sobe e coloca-se em posição elevada por politicagem sua e de seus afetos.

Há distinção grande entre o homem que honra o lugar que ocupa, e o que é honrado pela posição que é chamado a ocupar. E' como diz o provérbio inglês: "The right man in the right place." Uma igreja, ciente, não convidaria para seu pastor um palrador, que gosta de andar de bengala em punho, pelos cafés e pontos de convergências públicas, todo gaiato e perfumado, a falar frìvolamente, como quem não tem responsabilidade e noção do dever. Não, não são êsses os homens que honram o ministério.

Razão porque o ministro de Deus tem o lado íntimo da sua vida, diferente do comum. Que se dirá do pregador do evangelho que fume?! Na sua vida, não deve ser também um asceta e desgostoso, desanimado e pessimista. Mas ter uma vida fechada aos olhos do mundo profanador, escondido na presença do seu Senhor em comunhão constante. Se êle cuida das coisas espirituais, deve ser, forçosamente, um homem espiritual. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem exposto de mais, nem escondido de mais, mas equilibrado em seus atos, social até onde lhe ponha em contato necessário com o seu meio ambiente para entender e ser entendido. A fôrça espiritual vem de dentro, de uma vida que tem Deus escondido na alma.

Sua vida, sua palavra e sua influência, tudo deve ser permeado pelo Espírito de Deus, para falar aos homens do amor e da graça do Senhor Jesus. O poder secreto da alma como Deus dá poder público com os homens; e daí vem sempre o maior poder do púlpito ou da pregação. O sermão não é um mero discurso religioso, tem sua origem na fonte da vida e sua finalidade é trazer e transmitir vida aos ouvintes. Sua fôrça vital vem do Espírito Santo. Foi assim com os apóstolos e foi assim em todos os tempos e é assim hoje e será no futuro. O Espírito Santo tem sido a fonte de poder do ministro do evangelho, baseado na renúncia e obrigação próprias.

Paulo dizia: "Não que sejamos capazes por nós mesmos de julgar alguma coisa, como de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus, o qual também nos fêz idôneos ministros de uma nova aliança, não da letra, mas do Espírito Santo; pois a letra mata, mas o Espírito vivifica" (II Cor. 4:5 e 6). "A fôrça de um fio elétrico não está no fio, mas em sua ligação com a bateria voltáica." O poder do pregador não está nêle, no seu estilo, na sua cultura, na sua capacidade, mas na sua ligação e dependência do Espírito. "É Deus na alma que é o segrêdo do verdadeiro poder no púlpito."

Lutero dizia: "A oração, a meditação e a tentação fazem o ministro." Diz-se que êle passava três horas diàriamente em oração. Por isso tornou-se invencível no meio de tão grandes inimigos e conseguiu tão grandes vitórias. E' como fazia Daniel no palácio de Babilônia.

Payson, em seu leito, ao morrer, disse: "A primeira coisa, a segunda coisa e a terceira coisa necessária a um ministro é a oração."

Cristo Jesus deu êste exemplo, os apóstolos o seguiram e os grandes servos de Deus, os grandes pregadores, todos foram homens de personalidade pujante, mas foram homens de oração. A Escritura está cheia de exemplos e de advertências.

Quanta fraqueza na nossa vida e na nossa pregação, porque muita vez nos ocupamos tanto com as coisas presentes e desta vida que não podemos meditar na palavra divina nem passar horas com o Pai das luzes em oração! Às vêzes nem minutos. O púlpito se torna um fracasso por falta de poder, de vida, de visão; não preenche, não inspira, não modela. Narcotiza, deprime, adormece, esteriliza a vida dos crentes. A repetição, a falácia, a presunção, a pobreza espiritual, a falta de ideal, tudo vem de nossa vida afastada do contato verdadeiro com a fonte divina de poder e de graça. Nossa mensagem não compunge, não desperta, não convence, não persuade, não arranca lágrimas e não produz arrependimento porque não está revestida do poder de Cristo, do seu amor, do seu propósito, da sua graça, do seu Espírito!

O' Deus, ensina-nos a orar e dá-nos o prazer imenso da tua presença para que saibamos achar a vitalidade necessária na nossa mensagem. Que possamos trazer-te ao coração do teu povo pela tua palavra e persuadir os pecadores a se entregarem, a se renderem a Cristo Jesus, o Salvador.

Assim seja.

3. *As orações do pastor*

Se há alguém que precisa e deve orar, é o pastor e pregador do evangelho.

Já porque é uma ordem divina orar, já porque é seu dever e privilégio, já porque êle terá que seguir o exemplo do seu Senhor e Mestre.

Paulo exortava a Timóteo que, antes de tudo, se fizessem súplicas, orações, intercessões e ações de graças pelos homens (I Tim. 2:1); também aconselhava aos efésios que se prevenissem com tôda oração, súplica, orando em todo tempo no Espírito (Efésios 6:18).

Jesus, no jardim do Getsêmane, aconselhou aos discípulos que orassem e vigiassem para que não entrassem em tentação (Mar. 14:38). Há muitos casos em que Jesus nos dá o exemplo de uma vida de oração. Tôda vez que êle iniciava uma nova responsabilidade ou empreendimento no seu ministério e no seu reino, entrava em comunhão com o Pai, por meio da oração. Casos houve diversos em que passou noites inteiras em oração.

Os apóstolos também nos ensinam o valor e a necessidade da oração na vida do servo do Senhor. Na perseguição, na confusão, na incerteza, nas aflições, êles levavam o caso ao Senhor em oração. Desta maneira, venciam e prosseguiam na vida e ministério da pregação.

Na vida do pregador há duas fases importantes a êste respeito: há a oração privada e a oração em público.

No primeiro caso êle pode manter sua comunhão com Deus pelas constantes orações. Ora no culto doméstico, prático de grande alcance na sua experiência de pai, espôso e chefe de família — é o altar da família; ora em ocasiões e para fins especiais, com maior ou menor intensidade. Depende da sua consagração, e da grandeza do problema a resolver. Há pregadores que até seguem a Jesus no exemplo de passar noite inteira em oração. Muitas são as razões pelas quais êle precisa orar com

insistência. Seja para que o Senhor o revista de graça e poder no entregar da mensagem, seja no desejo de um despertamento espiritual, seja no esfôrço de salvar almas, ou para levantar a igreja de miasmas e decadências espirituais. Sem oração não há vitória na sua missão. Mas o pregador pode seguir o conselho de Cristo e de Paulo de orar sem cessar, vivendo em oração constante, onde quer que esteja e ande, em levantar o seu pensamento ao Senhor em súplicas, como fêz Neemias quando o rei Assuero lhe deu oportunidade de pedir o que desejasse. Êle então levantou seu pensamento ao Senhor e lhe pediu que o guiasse e o ajudasse a fazer a sua súplica ao rei. Ora, nós podemos dessa maneira orar constantemente, como nos manda o apóstolo.

Mas há a fase da oração em público. Nos cultos de oração, nos cultos públicos e nas reuniões de caráter festivo ou solenidades especiais, como em casamentos, em aniversários, em funerais e casas dos crentes. Em todos êsses casos, êle deve conduzir-se com reverência e profunda devoção. Não usar palavras vãs e desnecessárias, não fazer discurso a Deus nem usar gesticulações inconvenientes.

A oração em geral consta de invocação, súplicas intercessórias, ações de graças e confissão.

Principalmente no púlpito, onde êle se expõe ao juízo e à crítica do seu auditório, deve ser prudente e revestir sua ação de muita modéstia e comedimento para não despertar naqueles que assistem e que não acompanham de olhos fechados a oração e apreciam os gestos do pregador, o ridículo. A oração em público deve ser em linguagem humilde, reverente, sem ostentação, sem preocupação literária, ou de agradar os ouvidos dos assistentes, mas dirigida de fato a Deus, em espírito de adoração. Não deve ser demasiado extensa, nem deve cansar os que a acompanham, a ponto de perderem o interêsse.

Também se a oração é de súplica, deve ter um objeti-

vo, isto é, pedir a Deus o que necessita de fato e deseja que aconteça. Se é de louvor, reconhecer sinceramente a graça, o amor e a misericórdia do Senhor, sua salvação e perdão. Se é confissão, mencionar francamente erros, falhas e culpas suas e dos ouvintes como quem pede o perdão de Deus.

O pregador terá de dar o exemplo e ensinar o valor da oração na vida dos crentes e a necessidade do homem orar sempre e nunca desfalecer, como disse Jesus. No culto público a oração é de grande importância como parte integrante do mesmo. Deve revestir todo o culto da presença santa de Deus e fazer sentir que êle está presente.

Dêsse modo, a oração na vida do pregador torna-se um ministério muito significativo. É o ministério da fôrça espiritual, da unção do Espírito, da consolação e graça divinas.

Como será possível o servo de Deus ir avante no seu caminho sem esta arma de grande poder espiritual? Às vêzes é necessário fazer jejuns, em oração. E só assim receberá as visões de Deus e do ministério da pregação. Moisés, no monte Sinai, levou quarenta dias e quarenta noites sem comer e sem beber, em profunda comunhão com o Senhor Deus; Elias, do mesmo modo, teve a mesma experiência; Cristo no deserto, após o seu batismo, levou quarenta dias e quarenta noites em completo jejum, em oração. Assim êles foram cheios do poder supremo da revelação e luz divina. E a obra que fizeram permanece intata pelos séculos afora, inimitáveis, invencíveis e prolongando-se pela eternidade no seu poder espiritual.

Os maiores homens de Deus não são os que sabem mais, os que têm mais recursos de qualquer natureza, mas os que se enchem mais do Espírito de Deus pela oração contínua. Pois dêsse modo êles estão sempre diante da presença de glória e de luz do Senhor Deus dos exércitos.

Assim êles confundem o mundo nas suas aspirações e na sua sabedoria, ainda que não sejam compreendidos e sejam rejeitados como rejeitaram a Cristo e aos seus apóstolos. Esta tem sido a história daqueles que estão mais tempo na presença do Senhor.

Que o Senhor nos ajude a ver quanto precisamos orar, quanto precisamos nos revestir de poder e graça, de luz e visão do Salvador para que não enfraqueçamos nem fracassemos na grande tarefa de levar o evangelho ao mundo e de guiarmos e apascentarmos o rebanho do Senhor.

4. *Queda e reabilitação*

1) Na história do ministério cristão, tem havido muitas quedas desastrosas e trágicas de pregadores que exerceram grande influência no ambiente religioso e social. E como há disciplina nas igrejas, para os membros em geral, há, do mesmo modo, para o pastor.

Sendo, porém, o pastor o guia e o que está à frente, a Bíblia o cerca de garantia, para que em caso de disciplina a igreja não a faça precipitada e impensadamente. "Não recebas acusação contra um presbítero, senão pela bôca de duas ou três testemunhas" (I Tim. 5:19). Fica entendido que a acusação ao pastor pode ser por outras razões que não a queda moral e disciplina correcional.

Se os crentes pensassem bem nessas coisas, ao invés de falarem e espalharem e propagarem as falhas do seu guia, enfraquecendo-o cada vez mais, orariam para que Deus o guardasse e o sustentasse no seu ministério e para que êle vencesse seus próprios defeitos. Porque a queda do pastor é um desastre para a igreja e sua influência.

Contudo há casos em que êle precisa e deve ser disciplinado. Há pecados que se não podem tolerar nos crentes em geral, muito menos nos pastôres. E se aquêles

são excluídos pelos seus erros, êstes também devem sê-lo, se depois dos necessários esforços para tirá-los do mau caminho não se corrigirem.

Há diversas coisas que tornam o pastor passível de conselhos e disciplina. Uma ideologia ou crença filosófica ou regime político, pode torná-lo incompatibilizado com o seu ministério e levá-lo a simples exoneração do cargo de oficial, de pastor, sem afetar, contudo, a sua relação de membro da igreja. Casos há, porém, em que a sua posição é tão fora dos princípios do evangelho e da moralidade pública que terá de ser excluído.

Heresias põem o pastor fora do seu ministério, da sua igreja, da sua denominação; não pode continuar como tal. Êle mesmo deve ser o primeiro a pedir a sua exoneração porque quebrou o compromisso com a igreja e suas doutrinas. E a ética ministerial manda-o ser justo, sincero e leal. Em caso de não fazê-lo por si, a igreja terá de agir no sentido de excluí-lo e tornar o fato público e notório, para o conhecimento de todos. O pastor pode cair por desânimo e perda da visão do seu ministério. Às vêzes as suas lutas e dificuldades econômicas o levam a enfraquecer e buscar um caminho mais largo, mais rendoso e neste caso torna-se inútil ao seu púlpito e à sua igreja. Na questão da vida econômica o diabo tem afastado muita energia do reino de Deus. Neste caso pode chegar ao extremo, de perder-se e varrer da sua idéia e do seu coração a missão de pregador. E dêste modo está impossibilitado de servir na função de pastor. Assim sendo, deve ser dispensado e exonerado do cargo e até será bom mudar para outra igreja.

O pregador pode ainda cair por desonestidade. O dinheiro tem sido uma pedra no calçado, uma séria provação para muitos pastôres. Muitos têm sido arrastados a desviar dinheiro que lhe é confiado pela igreja e por outras pessoas e, às vêzes, bem intencionadamente usa-os para fins próprios e particulares. Depois imprevistos

não permitem devolvê-lo e tarde ou cedo vem o escândalo e a queda. Outros são, de índole, desonestos, não sentem a responsabilidade de desviar o dinheiro que chega às suas mãos, para outro destino. Devoram-no e não se incomodam com os resultados. Esta queda é triste e revoltante. Porque quem ensina e não pratica é pior do que o infiel e incrédulo, é o hipócrita e traiçoeiro, abusa do nome e da confiança que deve ter o ministro de Deus.

Há ainda os que caem por pecado de impureza. Pecam contra a moralidade. E' triste a queda do obreiro pela imoralidade, pelo adultério. E' queda desastrosa e horripilante! Neste caso não há meio têrmo, a exclusão não só do ministério, mas da igreja e de tôdas as responsabilidades deve ser imediata.

O ministro do evangelho deve ser um homem santo, de sentimentos elevados quanto à moral e à pureza. A prostituição é um pecado terrível, de conseqüências as mais desagradáveis na vida do homem e da Causa. E' um pecado contra Deus, contra a pureza, contra a família, contra a sociedade, e contra o indivíduo que o comete. Foge do pecado da prostituição, ó homem de Deus! Porque o teu coração se tornará caverna de morcegos e bichos peçonhentos. Oh, a queda dum ministro de Deus! Que coisa terrível!

2) Em segundo lugar, consideremos a restauração de um ministro caído.

Sem dúvida há de haver a ética da reabilitação do ministro caído. Cada caso terá suas próprias circunstâncias e emergências. Cada caso exigirá boa dose de bom senso, prudência e intuição. Cada caso deve ser considerado com muita oração, amor e reservas. O Espírito de Deus deve ser o guia em tudo. A reabilitação de um ministro caído não envolve só a igreja de onde deixou o ministério ou foi excluído. E' necessário considerar também a denominação, as outras igrejas e os outros obreiros.

Sem dúvida a primeira coisa é reconciliar-se com a igreja a que pertencia. Mas essa reconciliação não constitui uma razão suficiente e bastante para sua restauração no ministério. E' necessário tempo e observação, porque a exclusão da igreja exclui o homem de tôdas prerrogativas ministeriais. Voltando, já não pode ser considerado pastor e ministro só por ser reconciliado. E' preciso alguma coisa mais, alguma solenidade.

E' preciso uma decisão da igreja, em sessão, e uma reabilitação pública, numa sessão ou reunião do mesmo modo pública. E' preciso que haja o consentimento e assentimento das outras igrejas em apoiar a igreja que o reabilita no ministério, para que a sua função restaurada seja reconhecida e aceita pelas outras. Isto se fará pelo modo mais conveniente e adaptável ao ambiente e às condições estabelecidas.

Deve haver uma reconsideração pelo corpo de obreiros a que está ligado, para que o pastor restaurado seja reconhecido e receba dos colegas a parceria e os seus ofícios apoiados e reconhecidos por todos. A igreja é soberana e pode fazer por si a restauração, se achar razoável, mas não pode impor às outras igrejas e obreiros o seu ato e soberania, visto que as outras são também soberanas para reconhecerem ou rejeitarem a decisão local de uma função de caráter geral e público.

Essas decisões têm os seus caminhos e trâmites. Quando a nossa decisão e autonomia envolve a autonomia de outrem, teremos que respeitá-la para que a nossa própria soberania seja respeitada necessàriamente.

Portanto a restauração de um ministro não deve ser uma coisa banal e de pouca importância e de interêsses egoísticos. Contudo depende da razão da queda, das circunstâncias da exclusão da igreja e da amplidão do escândalo. Pode haver casos em que a exclusão do pastor tenha sido uma campanha apaixonada e injusta dos membros da igreja e sua exclusão não foi uma queda moral;

um escândalo para o evangelho; não foi uma rotura com o ministério, com o coleguismo. São causas a saber e a considerar nesses acontecimentos.

De certo essas minhas apreciações revelam o meu modo de pensar e até onde vejo a ética ministerial; não são contudo leis estabelecidas. Não são dogmas admitidos e aceitos por todos, mas é um ponto de ética cristã e ministerial a ser observado.

CAPÍTULO XIV

A Autoridade do Pregador

Dissemos que a consagração ao ministério não constitui ao ministro uma autoridade eclesiástica ou episcopal.

De fato há muita confusão na questão da autoridade do pastor.

O dicionário de Séguier define autoridade assim: "Poder legítimo de mandar, de impor a obediência." O de Cândido de Figueiredo: "Poder de mandar. Domínio. Vontade própria. Poder público. Aquêle que exerce êste poder." O de Morais: "O respeito que alguém goza, em razão do seu ofício, merecimento, anos, nascimento e outras circunstâncias atendíveis." E o de Webster dá o significado da palavra em oito acepções diferentes. Vamos ver aquela que nos serve aqui: "1 — Poder legal ou o direito de mandar e de agir; como a autoridade de um príncipe, sôbre os súditos, dos pais sôbre os filhos. Poder, lei, etc. e 8 — Govêrno: As pessoas, ou corpo, que exercem o poder ou mandato."

No govêrno a autoridade não está no indivíduo, mas na lei que êle representa. E tudo que faz, fá-lo em nome da lei. Se abusa do poder, exorbita. Do ponto de vista religioso, cada sistema tem a sua forma de govêrno.

No catolicismo o poder da autoridade eclesiástica se exerce, segundo a sua organização político-religiosa, pelo

papa, cardiais (o gabinete do papa), arcebispos e bispos, vigários e padres, cada um na sua esfera. O Concílio do Vaticano em 1870 declarou o papa infalível, o cabeça supremo da igreja, o pastor eterno do rebanho de Cristo, e que é pai da igreja, Bispo de Roma, Arcebispo da Itália, Patriarca do Oeste, Eterno Pastor, Vigário de Cristo na terra, é a suprema autoridade. Êle manda. No anglicanismo ou episcopalismo a autoridade é mais ou menos da mesma maneira, sendo a autoridade maior o arcebispo, e então bispos, clérigos e juntas. No presbiterianismo a autoridade se exerce, em parte pela igreja, pelos presbitérios, pelos sínodos e em última instância pela Assembléia Geral que é constituída de um ministro e um ancião de cada presbitério. O pastor e os presbíteros são as autoridades locais sôbre a igreja. O pastor não é membro da igreja, é membro do presbitério. No metodismo: pelas diversas conferências e pelo bispo que tem autoridade de escolher e disciplinar e é de algum modo a autoridade principal das decisões das suas conferências gerais. Pois êle é o presidente embora não tenha autoridade legislativa. Entre os congregacionalistas: pelos presbíteros regentes e docente (o pastor) em conjunto com a igreja, sendo desta a palavra final.

Entre nós, porém, o pastor não exerce autoridade, no sentido que definem os lexicógrafos mencionados; nem no sentido que interpreta o romanismo e as denominações evangélicas, mas de modo que estabelece o Novo Testamento.

Êle não é uma autoridade eclesiástica pròpriamente dita. Dêle não dependem as decisões da sua igreja. Êle não pode impor obediência aos membros da igreja, nem mandar. Mas deve guiá-los à obediência e à perfeição cristã como um pastor e bispo que é.

Então onde está sua autoridade? Não a tem? Como é possível compreender-se isto? Tem-na sim, e bem definida. Em nosso sistema, que é o do Novo Testamento, a

autonomia é da própria igreja. Esta é soberana nas suas decisões. Não há poder fora e acima dela — bem entendido, do ponto de vista religioso — para quem apelar em suas próprias deliberações. Ela não reconhece tribunal acima de si. Suas decisões são finais e só ela pode reconsiderar os seus atos e modificá-los. O pastor, as convenções, as associações, e as juntas, tudo obedece às igrejas em suas decisões locais, quanto ao trabalho.

O pastor é um membro da igreja, em pé de igualdade com os outros membros, sujeitos às mesmas penas. Não há privilégios, o seu voto só vale um voto, igual ao do irmão mais humilde. Em matéria de decisões e disciplina a igreja é soberana, em matéria de fé e de doutrina o Novo Testamento é a única regra que temos. Não reconhecemos concílios e tribunais a que prestar contas. Nossa responsabilidade é direta com o Senhor Jesus Cristo. Mas o Novo Testamento reconhece autoridade no pastor. Êle deve ser uma autoridade, não há dúvida. Deve ser autoridade nos conhecimentos da Palavra de Deus, para poder guiar e alimentar o seu rebanho.

Sem dúvida, o título especial do pastor no Novo Testamento é de "servo" ou "ministro". Jesus veio a êste mundo não para ser servido mas para servir e êste cunho de serviço êle deu a seu ministério e bem assim aconselhou aos apóstolos que fizessem. Como presbítero, compreende "aquela autoridade, e juízo, e capacidade de aconselhar, dignidade e calma que caracterizam os velhos num govêrno de tribos". Pastor é têrmo associado em Efésios 4:11 com outros para adequadamente indicar a função do oficial descrito como pastor e doutor. O têrmo — entre os batistas é o mais precioso para expressar o afeto para com o ministério. "Bispo, têrmo de superintendência que indica o cargo organizador e administrativo do ministério. O significado do vocábulo é "superintendência". Paulo chamou o ministério das igrejas "pastôres e mestres", ou "pastôres e doutores", e o pastor e o magistério das

igrejas. Aliás os presbíteros que se ocupam na pregação e no ensino são os doutores por excelência da comunidade do povo." "Porém, o ministro do evangelho é doutor do povo, é magistério da consciência popular, é mestre das Escrituras e procura conseguir que todos saibam tudo quanto êle sabe de Deus da vida feliz, da moral e da eternidade. Com muita razão, o sr. Lloyd George chamou a carreira do ministério a mais nobre e mais importante da civilização. O ministério nas suas relações oficiais com as igrejas como assembléias de Deus preside às deliberações coletivas. E' presidente da sua república espiritual, moderador da assembléia de Deus (I Tess. 5:12). E' indispensável lembrar que os batistas consideram o cristianismo segundo o Novo Testamento, e sob dois aspectos: quanto a relações entre os irmãos é uma democracia e o ministro por sua vez é irmão sujeito à autoridade suprema, que é a vontade popular expressa na decisão da maioria. Quanto à relação para com Jesus Cristo é uma teocracia, uma monarquia absoluta e o ministro é o arauto do monarca, embaixador do rei, "a voz da teocracia, o mensageiro do infalível, o intérprete do povo, dos documentos que tem para todos os cidadãos do reino, autoridade final" (Conceitos emitidos no cap. "O Ministério das Igrejas" do *Manual das Igrejas,* por W.C. Taylor).

O pastor deve ser uma autoridade moral. Sua honestidade e sua fidelidade, sua dignidade e seu caráter, sua palavra e seu exemplo no trato, na pureza, na humildade, no zêlo cristão, na paciência e na fé, no amor e na justiça, tudo deve torná-lo uma autoridade digna do respeito e da estima do seu rebanho e dos de fora.

Deve ser uma autoridade como líder; neste caso sua palavra, sua orientação, seu conselho deve tornar-se respeitado. Deve impor-se pela confiança, pelo amor, pela sabedoria de seus ensinamentos. Na igreja, sua palavra deve merecer respeito e acatamento, não porque êle seja

uma autoridade eclesiástica que manda, mas pelo seu prestígio moral e espiritual, pelo seu saber, pela sua conhecida honestidade; por encarnar não os seus interêsses particulares, mas os da igreja e da Causa de Jesus Cristo; por sua reputação cristã, e por ser o intérprete da mensagem divina a que todos devem obedecer. Sua autoridade está na sua interpretação correta e verdadeira da palavra divina escrita.

Deve ser uma autoridade pela sua firmeza de propósito e de ortodoxia nas doutrinas da igreja, nos ensinamentos do evangelho. Sua palavra nunca deve ser posta em dúvida pelos seus irmãos na fé, pela prova de sua vida limpa e abnegada, cheia de feitos para o bem de todos e da igreja; pelo desejo e esfôrço de honrar a Cristo e de persuadir os pecadores para o evangelho.

Assim o pastor é e deve ser uma autoridade digna de todo respeito e acatamento e mesmo obediência. Porque fora disto êle será um embaraço, um fracasso e tropêço na Causa de Cristo.

"Se os dicionários não dão uma definição correta desta palavra do Senhor Jesus, então nós precisamos informar aos futuros lexicógrafos na matéria, como lhes temos informado a respeito das palavras batismo, igreja, bispo, arrependimento, etc. O pastor tem genuína autoridade. Não está no terreno onde o mau pastor quer mostrar-se autoritário, isto é, fazer exigências descabíveis, ditar quem pode ter e quem não pode ter carta demissória, impor batismos que a igreja julga inconvenientes, cometer arbitrariedades em disciplina e mil coisas desta natureza. Sua autoridade é nula em tôdas estas fases da atividade coletiva da qual faz parte, pela simples razão de que a igreja mesmo é constituída autoridade sôbre estas fases da vida coletiva.

"A autoridade do pastor consiste primacialmente em ser êle porta-voz da mensagem da palavra de Deus. Quando êle do púlpito ensina esta palavra correta e lealmente,

então sua voz tem a mesmíssima autoridade como se o próprio Deus estivesse falando aos ouvintes, porque êle está pregando a palavra de Deus, e dizendo o que Deus disse, e diria nas circunstâncias, e esta autoridade inere em sua palavra de exortação, quer seja entre o que êle diz, quer na palavra de Deus. Esta é uma atitude. Então, como o irmão diz, pelo fato de estar colocado pelo Espírito Santo na direção geral do trabalho da igreja, êle tem a autoridade de liderar, a primazia, se bem que não o absolutismo, em orientar. Poderia ser feito um exame de cada nome do ministério oficial das igrejas e ver esta autoridade. Está na palavra "pastor" em comparação com a posição e atitude "ovelhas". Está na palavra "presbítero", que indica o acatamento do homem velho e experimentado nos conselhos das tribos de Israel, e mais tarde nas sinagogas e então nas igrejas. E' indicada na palavra "presidente", pois as Escrituras mais de uma vez definem a função do pastor pelo verbo "presidir", e é indicada em I Cor. 12:28 na palavra "governos". Os papiros tornam bem claro que esta palavra significa a direção seguida por um piloto e a figura indica administração pastoral. Em cada uma destas palavras reside fundamentalmente a idéia e a doutrina de autoridade igualmente clara da igreja, o govêrno próprio na aceitação de membros e muitos outros problemas.

"Mas o círculo da bem limitada autoridade de pastor é real e forte. E' superintendência, presidência, direção, voz de experiência e govêrno, e a Bíblia categòricamente lhe dá todos êstes nomes." W.C.T. *Trecho de uma carta.*

Está claro que o pastor exerce uma autoridade na sua posição, na sua obra, na sua responsabilidade, diante de Deus de quem recebeu o ministério e tem de prestar contas ao justo Juiz e diante da igreja que dirige e da qual espera o reconhecimento, cooperação e obediência em nome de Deus.

CAPÍTULO XV

O Pregador Deve e Necessita Conhecer Deus e o Homem

1. *Deus*

Isto nos leva a uma tese muito interessante e profunda e ao mesmo tempo a um campo largo de especulação filosófica e teológica. Mas o cunho do nosso trabalho aqui é colocar o problema no terreno da prática e da experiência.

Não queremos estudar o pregador como um teólogo, um técnico, um investigador dos problemas do conhecimento na sua natureza especulativa. Queremos, porém, achá-lo eficiente no seu púlpito pela sua experiência da graça divina inundando sua alma e não no terreno da lógica e da metafísica. Vê-lo no uso da sua fonte de poder e de graça, de sabedoria e de percepção espiritual.

Naturalmente não há pregador eficiente sem conhecer o Deus Criador e Sustentador do universo na sua tríplice manifestação cristã. Nem temos aqui a pretensão de tratadista do assunto. Metafìsicamente há muita limitação na mente humana para encarar todos os problemas da existência de Deus e sua relação e da relação para com os universos: objetivo e subjetivo. Seguimos, porém, o método bíblico de tomar como provada a exis-

tência de Deus e apresentá-lo como profundamente interessado no destino do homem, revelando-se a êste de um modo experimental.

E dessa revelação é que os teólogos têm catalogado os atributos de Deus. Daí, portanto, o esboçarem-se êsses atributos em naturais e morais. Sendo aquêles achados no seu método de revelar-se aos homens e êstes no método de dar-lhes leis e mandamentos da sua natureza moral.

O pregador deve ter convicção profunda e clara da onipresença, da onisciência e onipotência de Deus, não com palavras grandes e vazias de significado, mas como experiência dessas coisas na sua vida; ter concepção clara da *Unidade* de Deus, ainda que o conheça pela revelação cristã um Deus manifestado em três pessoas, igualmente distintas, poderosas, divinas e com a mesma natureza e essência: Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo; ter concepção clara da santidade, da justiça e do amor divinos, e das relações harmônicas dêsses atributos em Deus e em relação ao homem.

Como o engenheiro deve conhecer matemática, o médico conhecer a medicina e o organismo humano, o advogado e o jurista as leis e o Direito em tôdas as aplicações nas relações humanas, assim o pregador do evangelho deve conhecer o seu Deus e o homem, na sua natureza racional, mas caído, desviado e precisando achar o caminho da vida.

Como, então, é necessário o pregador conhecer a Deus?

Conhecê-lo principalmente na sua regeneração. Na grande e gloriosa obra do Espírito Santo no coração humano.

Donde veio a grandeza da mensagem de Isaías, o profeta? Tôda glória e beleza e majestade do seu abençoado ministério vem daquela maravilhosa experiência que se acha registada no capítulo seis do seu livro, versos 1-8: "No ano em que moreru o rei Uzias vi a Jeová sentado

sôbre um alto e elevado trono, e as orlas do seu vestido enchiam o templo. Serafins estavam por cima dêle: cada um tinha seis asas; com duas cobriam o rosto, com duas cobriam os pés e com duas voavam. Um chamava o outro e dizia: Santo, santo, santo é Jeová dos exércitos; a terra tôda está cheia da sua glória. As bases das humbreiras moveram-se à voz do que clamava, e a casa encheu-se de fumo. Então disse eu: "Ai de mim! pois estou perdido; porque sendo eu homem de lábios impuros e os meus olhos viram o Rei, Jeová dos exércitos. Então voou para mim um dos serafins, tendo na sua mão uma brasa viva que êle havia tomado de sôbre o altar com uma tenaz. Com a brasa tocou-me a bôca e disse: Eis que esta brasa tocou os teus lábios; já se foi a tua iniqüidade e perdoado está o teu pecado. Ouví a voz de Jeová dizer: Quem enviarei eu e quem irá por nós? Disse eu: Eis-me aqui, envia-me a mim." Com a experiência sublime da sua regeneração, Isaías teve uma visão tríplice — de Deus, de si mesmo e do mundo perdido.

Outra experiência notável é a do grande apóstolo aos gentios: "Quando eu ia no caminho e me aproximava de Damasco, pelo meio dia brilhou do céu repentinamente em volta de mim uma grande luz, e caí por terra e ouví uma voz que dizia: Saulo, Saulo, porque me persegues? Eu perguntei: Quem és tu, Senhor? Respondeu-me êle: Eu sou Jesus o Nazareno, a quem tu persegues... Eu perguntei: Que farei, Senhor? O Senhor respondeu-me: Levanta-te e vai a Damasco e ali se te dirá tudo o que te é ordenado fazer" (Atos 22:6,10).

Sem essas experiências profundamente regeneradoras nunca teríamos os Isaías e os Paulos de Tarso. No ministério cristão são inúmeras as experiências maravilhosas da regeneração e convicção da natureza e da glória de Deus.

Outra fonte de bênção para uma compreensão maior do conhecimento de Deus é a *vida de oração*. Uma vida

de comunhão constante com o Pai de amor e de misericórdia. Onde achar a grandeza moral e espiritual de um Elias, de um Davi, de um João evangelista, de um Barnabé, de um João Crisóstomo, de um Spurgeon, de um Philipe Brooks, de um Moody e de tantos outros vultos inconfundíveis do púlpito cristão, se não em buscar ao Senhor numa vida de oração constante, o Senhor em cuja presença a nossa vida se transforma e se torna em veículo da graça salvadora do Mestre divino?

Ainda outra fonte é a *leitura devota e meditativa* do Livro de Deus. Quanta maravilha escondida aos olhos impuros do pregador indiferente e distraído! Daquele que buscando honras e glória em tôrno de sua auréola, anda pelos campos secos e áridos e pobres dos pensamentos e das figuras de linguagem de livros humanos! Quando na personalidade sublime do divino Mestre há uma fonte inesgotável para o pregador achar os diamantes, os rubís e as pedras preciosas de mais alto valor, seja na riqueza da sua mensagem, na elegância e poder do seu estilo, seja na pureza dos seus sentimentos, seja na moldura impressionante de um caráter perfeito. Quanta glória e quanto poder há em Cristo! Oh! como nós somos pobres e pequenos ao lado de tão grandes servos de Deus. A lei do Senhor é o seu prazer de dia e de noite, nela meditam sempre. Oh! Senhor, ensina-nos a ver-te, e a achar-te cada dia no que temos experiência de ti, e a revelar-te na manifestação do teu amor, do teu poder e da tua glória, pela nossa vida e mensagem de ministros teus!

A grande vantagem da piedade cristã está em achar a beleza da santidade e a perfeição do Senhor da Glória. Oh, que as portas eternas das nossas almas se abram voluntàriamente, de par em par para que êle entre e nos dê aquela mensagem cheia da brandura, da glória, da luz celeste e assim possamos atrair as almas a Cristo e elas vejam a sua glória eterna.

Sem êste conhecimento experimental do amor de

Deus em Cristo por meio da regeneração, da vocação celeste e da vida piedosa aos pés do Senhor, buscando entendê-lo, buscando inspiração e luz divina que só nêle e por êle podemos obter, e em meditação constante do seu livro, o pregador não terá conhecido a Deus; não cumprirá o seu ministério, será um espelho opaco ou fosco que repete a imagem deformada, apenas em caricatura.

Também se conhece a Deus por *observar* a vida do Senhor Jesus e dos servos em todos os tempos.

Há na vida dos santos de Deus um grande reflexo de luz do rosto do Senhor.

O que não sabemos e não conhecemos claramente não estamos à altura de ensinar.

Se a idéia é obscura e confusa para o pregador, só dêsse modo êle a pode transmitir. E o resultado será confusão em todos.

Quando estudamos os escritos de Paulo vemos que não paira no seu espírito dúvida ou confusão. E êle assevera que tem o Espírito do Senhor. E o próprio Jesus nos disse que êle era um com o Pai, portanto a suprema revelação de Deus e o meio único do homem conhecer a Deus e que êle, Jesus, enviaria o Espírito Santo que nos ensinaria tudo, em relação a êle, com perfeição e clareza. Logo, diante das palavras do Senhor Jesus, da experiência dos apóstolos e da luz do Espírito Santo e pelo estudo da Escritura Sagrada, Deus se torna conhecido do homem que o busca. "Tôdas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece o Filho, senão o Pai, e ninguém conhece o Pai senão o Filho e *aquêle a quem o Filho o quiser revelar.*"

Jesus veio para nos revelar o Pai e êle o quer revelar. "Replicou-lhe Filipe: Senhor, mostra-nos o Pai e isto nos basta. Disse-lhe Jesus: Há tanto tempo que estou convosco e não me tens conhecido, Filipe? Quem me vê a mim, vê o Pai; como dizes tu: Mostra-nos o Pai? Não

crês que eu estou no Pai e que o Pai está em Mim?" "João 14:8-10).

E' nesta fase de conhecimento que dizemos que o pregador deve conhecer a Deus.

Através da fé em Cristo Jesus nosso Senhor. Nêle está a nossa fonte de luz e de conhecimento de Deus. Não há meio mais completo; a filosofia que parte do efeito e chega à causa conhece-o sòmente de modo intelectual e metafísico, racionalmente não é o conhecimento que serve ao pregoeiro da sua mensagem de amor para a salvação do mundo. A filosofia não o conhece pela graça da revelação.

Só a obra da fé; e a fé nem sempre obedece ao raciocínio. E' como o avião que segue o seu caminho direto sem os impedimentos dos rios e das montanhas, dos vales e dos penhascos. Assim é a fé. Vai por cima e de cima vê os impedimentos de quem vai por baixo, sem se molestar. E' como disse Pascal: "O coração tem razão, que a razão não conhece."

Conhecer a Cristo é conhecer a Deus, é êste o único que necessita o ministro da palavra a fim de fazer a obra para a qual foi chamado. Mas nesse conhecimento êle precisa e deve crescer. "... a fim de poderdes compreender com todos os santos qual é a largura, o comprimento, a altura e a profundidade e conhecer o amor de Cristo que sobrepuja à ciência, para que sejais cheios até a inteira plenitude de Deus". (Ef. 3:18,19). "...para o conhecer e o poder da sua ressurreição e a participação dos seus sofrimentos..." (Filipenses 3:10). Há, nestas passagens, um crescimento em e com Deus de quem o pregador precisa para cumprir sua missão de servo do Espírito. Isto não quer dizer que êle não cresça nos conhecimentos intelectuais, mas conhecer a Deus em Cristo Jesus é o único meio para que possa ser seu embaixador.

2. *O homem*

Se alguém precisa ser psicólogo, ninguém mais do que o pastor e pregador. A razão de muitas quedas e fracassos na vida de obreiros nasce de sua falta de conhecimento de psicologia. Lá diz o provérbio que: "Cada cabeça é um mundo." "Coração é terra em que ninguém nunca andou." Êsses provérbios revelam a imensidade de idéias diferentes, de estados mentais especiais, de condições psíquicas diversas, de formações mentais variadíssimas. Cada qual quer de um modo, de sua maneira, do seu ponto de vista, de acôrdo com a sua organização ou formação mental, de sua concepção a respeito do fato em foco e do seu conceito das coisas.

Há tantas variedades de gostos, de desejos, de ambições, de inclinações, de interêsses próprios e particulares, de pretenções, que é impossível prevê-los. E o homem que está à frente que é guia que assume o lugar de mestre, de orientador, que dirige, tem por obrigação de saber, de observar, de estudar, para que seja um intérprete de condições variadas, de problemas, de acontecimentos especiais no ministério cristão. Hoje se dá muita atenção às aptidões especializadas. Já lá se foi o tempo em que para ensinar crianças bastava conhecer o alfabeto e ler soletrando para ocupar o lugar de professor de crianças.

Infelizmente a nossa condição de povo por alfabetizar ainda permite em muitos casos, mas felizmente já em condições precárias, o professor quase analfabeto, mas os países que vão saíndo dessa humilhante condição vão exigindo que o professor seja um pedagogo que tenha estudos especiais de educação e principalmente estudos de psicologia da criança. Assim também o homem que se propõe a ser pastor e pregador deve conhecer psicologia em geral e em particular. A psicologia das multidões, das classes, de povos particulares principalmente, a mentalidade do meio ambiente onde opera; a psicologia da pregação e da

crença. Deve fazer estudos especiais de observação prática dos indivíduos sob sua direção: suas lutas e suas faltas, suas ambições, seu meio de vida, seu gôsto e propensão, suas queixas e desgostos, enfim de tudo aquilo que leva o homem a agir dentro da sua concepção das coisas, da sua maneira peculiar de entender, de encarar os fatos. Isto não quer dizer que o pastor poderá atendê-los em tudo, mas estará apto para julgá-los nos seus intuitos e motivos, nas suas decisões, nas suas atividades, na sua boa ou má vontade para com a causa, com os seus deveres, com a sua cooperação na obra de Cristo e nas responsabilidades da igreja.

Estamos numa época especial, quando se repele a noção de autoridade, quando se culpa a quem está à frente por tôdas as convulsões e inquietações sociais; nesta época de descontentamento e desagrado. Alguém tem de levar a culpa, o pêso, a responsabilidade dos fracassos, das faltas de recursos, de salários inconvenientes, de trabalho. Tudo parece contra e aperta, oprime e esmaga o indivíduo nas suas aspirações. Daí os protestos, as oposições, as desforras, as ogerisas, as greves, tudo que agrava e torna cada vez mais tensa a condição social, ao invés de melhorá-la. Êste estado de coisas, essa condição social que se universaliza, pois é internacional, reflete-se poderosa e profundamente dentro da igreja e do ambiente evangélico. O pastor fica muita vez culpado de mal que não fêz, de culpa que não tem, de crime que não cometeu.

E' preciso saber a causa de tôda essa situação de desagrado, a qual, vindo de muitos fatôres desconhecidos, ocultos e imprevistos, tem sua raiz no pecado de rebelião e de incredulidade, de rejeição de Cristo como Senhor e rei das nossas vontades e da nossa vida e da nação. O *pecado* é êste monstro que lança a perturbação ao mundo, incentivado e usado hàbilmente pelo grande príncipe das trevas, o deus dêste século.

E' com êste elemento tão pervertido que o pregador

tem de lutar, de trabalhar, de estar em contato direto e em relação, sendo êle filho e parte integrante da massa. Seja com o mundo perdido, que "jaz no maligno", seja com os crentes que, sendo redimidos pela fé no Senhor, ainda estão presos às condições mesológicas e às leis desviadas da sua natureza humana. O homem velho ainda exerce sua influência, sua fôrça; estabelece com lutas sem treguas o centro do seu domínio e insiste em manter o seu império. As condições de vida são as mesmas para todos e o que é crente não se pode libertar da influência e opressão formidáveis do meio ambiente e da época. E na luta tremenda só o regenerado, o que é nascido de Deus, vencerá. O mais irá na derrocada. "Esta é a vitória que vence o mundo, a nossa fé." "E o justo viverá pela fé." O combate é formidável, pavoroso; se fôsse possível vê-lo objetivamente, que horror nos causaria! As fôrças do mal e do bem se encontram em campo raso e a luta é encarniçada pela conquista da alma humana e o campo da refrega é o coração humano, é a natureza humana pervertida! Não há dúvida que a pregação do evangelho, pelo mundo em fora tenha despertado e acordado os poderes do mal para a luta que aí está. Parece que se cumpre esta escritura: "O reino do mundo passou a ser de nosso Senhor e de seu Cristo, e êle reinará pelos séculos das séculos." "Vi o céu aberto e um cavalo branco; o que estava montado sôbre êle chamava-se Fiel e Verdadeiro e com justiça julga e peleja. Os seus olhos eram chama de fogo, e na sua cabeça estavam muitos diademas; tinha um nome escrito, que ninguém sabe senão êle mesmo. Vestia uma capa imersa no sangue, e o seu nome se chama o Verbo de Deus. Os exércitos que estão no céu seguiam-no montados em cavalos brancos, e vestidos de linho finíssimo, branco e puro. Da sua bôca saía uma espada afiada para com ela ferir as nações; êle as regerá com uma vara de ferro, e êle é o que pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso. Êle traz

sôbre a sua capa e sôbre a sua coxa êste nome escrito: Rei dos reis e Senhor dos senhores" (Apoc. 11:15; 19:11-16).

Aí está uma guerra, é a guerra que movimenta a pregação do evangelho.

Não é possível que, envolvido nessa guerra espiritual como soldado do grande Rei, o pregador fique incólume e isento dos efeitos e das feridas das batalhas, se êle tem de levar as marcas do seu Rei no seu corpo e se o próprio Rei tem sua capa imersa em sangue! E se sofreu os golpes mais ferinos e mortais do grande inimigo, como escapará o soldado fiel?

Já dissemos algo da necessidade do pregador conhecer o homem com quem trabalha, a quem se dirige e apela, ensina e instrui, na sua natureza psíquica. Já vimos a necessidade de conhecer o homem no seu meio ambiente e nas suas aspirações; focalizemos de novo e em continuação a necessidade dêle de ter um conhecimento mais profundo do coração humano para melhor eficiência no seu ministério.

O Senhor Jesus é o grande mestre neste particular do ministério; é dêle que devemos aprender as lições mais necessárias para conhecer os homens. E' muito significativo êste passo da Escritura: "E não precisava que alguém lhe desse testemunho do homem; pois êle mesmo conhecia o que havia no homem" (João 2:25).

O Senhor Jesus conhecia muito bem as condições espirituais, os motivos e as pretenções daqueles que se aproximavam dêle e daqueles de quem êle se aproximava. De maneira que a todos distribuia a mensagem sàbiamente. Vêde-o, por exemplo, diante de Natanael e êste diante de Jesus; Jesus junto ao poço de Jacó, em Samaria, lendo o coração e as condições espirituais da pobre mulher de Sicar; vêde-o enfrentando as indagações de célebre Mestre de Israel, Nicodemos. Vêde-o ainda exigindo que a pobre

mulher que, por tocar a orla da sua túnica, fôra curada, confessasse pùblicamente sua fé e sua confiança.

Vêde-o também diante dos seus inimigos gratuitos que lhe armavam ciladas para o apanharem em contradições, em fraquezas, mas êle os conhecia muito bem e sabia a razão da sua aparente humildade e crença hipócrita. Examinemos, além da passagem acima, as seguintes: "Mas Jesus conhecendo-lhes os pensamentos disse: Por que pensais mal nos vossos corações?" (Mat. 9:4). "Mas Jesus sabendo por si mesmo que seus discípulos murmuravam das suas palavras, disse-lhes: Isto vos escandaliza?" "... pois Jesus sabia desde o princípio quais eram os que criam e quem o havia de trair" (João 6:61 e 64). São inúmeros os casos no ministério do Senhor Jesus que nos provam que êle conhecia perfeitamente o coração humano.

O fato de conhecer o coração humano não evita as dificuldades, as investidas, as queixas, os aborrecimentos e os escândalos; pode, as vêzes, provocá-los, pela certeza e aptidão com que fere a questão de cada um.

A verdade sempre é dura de dizer. Mas conhecer as condições do homem é ministrar-lhe o ensino necessário, o confôrto, a inspiração, é censurá-lo ou reprová-lo na sua indignidade e hipocrisia. O Dr. Hoyt diz: "Há pregadores que são grandes intérpretes da verdade e outros grandes intérpretes da vida." O objeto da fé não é um credo, mas uma pessoa. F. W. Robertson conhecia sua Bíblia, mas conhecia mais o homem e seu coração. Êle tinha um grande poder de penetrar ao segrêdo do coração humano. Como literatura de melhor qualidade, os seus sermões lidavam com o drama da vida íntima. Spurgeon também sabia o que estava no homem, mas não tanto como Robertson. Beecher era um estudante de literatura, de vida e de tudo que o ajudasse a simpatizar com os homens e entender a sua natureza. Como uma grande harpa, seu coração vibrava em sentir cada toque humano. Sempre lidava com as paixões e idéias elementares para falar de modo que pu-

desse tocar nos motivos e ações. A Bíblia é o livro da vida, suas verdades são sempre pela vida e para a vida. Homens e mulheres reais vivem nas suas páginas. Ninguém pode ser um verdadeiro intérprete das Escrituras sem revelar o coração humano. O grande ofício do púlpito é revelar e interpretar a vida humana. O homem sempre foi, é e será um mistério; tem sido o objeto de estudo desde Sócrates, e nos tempos modernos o maior esfôrço dos filósofos é no campo da psicologia para conhecer o homem na sua natureza racional e psíquica. As teorias mais absurdas se têm aventurado, as escolas mais estravagantes se têm fundado, mas o mistério continua! Pôsto um homem silencioso ao lado de uma estátua, parecem iguais. Mas enquanto a estátua não se pronuncia, não se revela, não se manifesta, porque lhe faltam os grandes mistérios da psiquê, o homem é a grande fonte de revelações e de surprêsas morais e espirituais, de vocações e pendores. Os homens não são o que êles parecem. As fôrças de convenções, de hábitos, de associação e de opiniões escondem o homem real e o pior é que até escondem dêle mesmo o seu próprio coração. Quem pode chegar ao fundo de tão insondável objeto de conhecimento que é o coração ou a personalidade humana?! Quantas vêzes na face se estampa o estado da alma, do coração e logo é possível compreender, alcançar e sentir o que se passa no íntimo! Mas quanta vez a alma nas suas lutas, e tristezas, e ânsias, e aflições, nas suas ambições e desejos, nas suas glórias e alegrias, nas vitórias e conquistas se oculta, se esconde e se torna impenetrável, insondável?" E que barreira intransponível para o pregador! A humanidade não difere muito nas suas atitudes e exigências do que se passa com as crianças. Às vêzes nós vemos repetidos nos velhos os mesmos sintomas de pirraças, de malcriações, de infantilidades, de tolices, de choramingas, de desobediências, de rebeliões, de contumácias que há nas crianças, quando contrariados, quando não satisfeitos,

quando não atendidos nos seus desejos. Não é custoso ver uma pessoa de idade fazendo papel de criança, por uma palavra inesperada, uma falta de atenção, por um gesto descuidado, por um esquecimento qualquer por parte do pastor! Uma falta de cumprimento, às vêzes basta para prevenir o espírito de uma pessoa contra o pastor. E até mesmo uma atitude, menos afável, mais sêca, a preferência de uma pessoa numa nomeação, num convite para uma oração, um gracejo na melhor intenção pode desgostar um irmão e vê-lo triste, indisposto, aborrecido, retraído, negando-se a cumprir o seu dever, emburrando-se como se fôsse uma criança! Uma visita a outro e não a mim, basta para ver parcialidade, ou desprêzo no pastor. Então as queixas: "O pastor não me liga, não me dá importância, não me aprecia, etc."

O pastor deve saber que êle tem uma missão de alto alcance em chorar com os que choram e rir com os que riem, animar o triste, levantar o caído, consolar o desgostoso, inspirar o pessimista, criar fôrças e ideais, abençoar os pusilânimes para auxiliá-los a sair da sua apatia. Um conselho, uma advertência, uma censura, uma exortação necessária, uma confidência serve às vêzes para salvar uma vida para o serviço de Cristo. Uma pausa, um pouco de paciência, de contemplação e de complacência se torna necessário para uns; mas para outros já não serve êste método, é preciso dureza, franqueza, exigência, pressão e até depressão para levá-los ao caminho necessário.

Tudo isso nos convence de que o pregador, especialmente o pastor, deve conhecer o mais profundamente que possa o coração humano. Só a graça de Deus, só a luz do Espírito Santo, só o amor de Cristo o tornará apto para tão difícil missão.

Mas esta é a obra, o dever daquele que o Senhor chamou.

A humanidade é insaciável nas suas exigências; não há quem a satisfaça total e cabalmente.

Uns crucificam, outros adoram o servo do Senhor. Às vêzes, como foi com Jesus, o pregador encontra quem o busque para fazê-lo juiz de interêsses próprios, de intercessão a favor de outros. E falhando o fim em vista, fica sujeito a crítica, é odiado e arrastado pelas ruas da amargura. Mas as palavras de Cristo a Paulo, quando orava para livrar-se do espinho na carne, são poder e fôrça. "A minha graça te basta, porque o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza." Sem a graça e a presença do Senhor é impossível prosseguir numa missão tão elevada e tão espinhosa.

"Mas graças a Deus pelo seu dom inefável."

CAPÍTULO XVI

Outras Prerrogativas do Pregador

1. *O pregador e a educação*

Agora queremos encarar o problema da relação que há entre o pregador do evangelho, ou pròpriamente pastor, e a educação. Que é educar? O dicionário de Morais diz: "Criar, dar ensino e educação, doutrinar a mocidade." *A Enciclopédia e Dicionário Internacional* define: "(do lat. *educare,* de *e,* e *ducere*); v. tr. Instruir, doutrinar (as crianças); formar a inteligência, o coração e o espírito; robustecer (os organismos) com o auxílio dos meios fornecidos pela arte, etc." Séguier: "Desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais de, instruir. Domesticar, adestrar, aclimar." Aí temos três definições de *educar*. Por elas vemos quão vasta é a função do educador, quão complexo é "o educar". E até parece que, embora sendo esta a missão fundamental do pregador religioso, êle está alheio à função de educar. Mero engano! Se há alguém que merece o título de educador ninguém lhe faz mais jús que o pregador do evangelho, cuja missão é transformar a mente e o coração do ouvinte, transmitir-lhe novas visões e conhecimentos, guiar-lhe os passos e prepará-lo para uma vida muito mais abundante; aperfeiçoar sentimentos, formar caracteres cristãos; e levar o homem a Deus pela fé em Jesus Cristo.

Ninguém tem mais responsabilidade com a mocidade, ninguém tem mais capacidade de doutrinar, de formar inteligência, coração e espírito do que o pregador do evangelho. Êle é, portanto, e por tudo que envolve sua missão, um educador, mesmo que não seja um professor ou pedagogo no sentido moderno dos têrmos. Educar, porém, compreende tudo isso e ainda mais. Como pode o pregador relacionar-se com o problema da educação?

Pode de modo direto, entrando no magistério, ou sendo professor particular de alguma instituição de ensino, ou sendo fundador de escolas e colégios primários ou secundários. Nesse caso não há incompatibilidade com o seu ministério, mas pode haver inconveniência quanto aos impedimentos, desvio de atenção e de energias. Às vêzes condições financeiras o levam a essa fase de atividades. Assim êle pode ser de modo direto um educador, cooperando com os que se entregam ao magistério e à função de ensinador.

Aí tudo leva a crer que êle seja uma bênção para os seus alunos, pelo ensino que deve ser esmerado, pelo exemplo de uma vida pura, de uma palavra amável, de um caráter ilibado, digno de imitação. O pregador pode ser educador de modo indireto e até certo ponto, com muito mais vastidão. Pode pela imprensa. Êle pode dar uma parte do seu tempo ao jornalismo evangélico, ou dirigindo um jornal, ou escrevendo para os já existentes. Sempre doutrinando e inspirando, dentro do seu programa de evangelizador. Um dos maiores meios modernos de educação popular, não há negar, é o jornal. Tanto que o jornal pode ser uma fôrça para o bem como para o mal. Infelizmente são mais os jornais que semeiam misérias morais e mentiras de todos os quilates do que os que se dedicam a uma semeadura comedida, dentro de uma ética aceitável pelo bom gôsto dos que buscam o bem. Nessa fase o pregador será sempre evangelizador, sempre instrutor, sempre bom educador. Pode pela literatura. Muitos

pregadores são também bons escritores. E vão criando e ampliando a nossa literatura evangélica, em todos os seus ramos: doutrinário, apologético, romântico, social ou teológico.

Graças a Deus pelos obreiros cuja pena é consagrada ao enriquecimento da nossa literatura em todo seu campo. Pode educar em cooperar na manutenção de instituições educativas, dentro e fora da Denominação. Já fazendo parte de Juntas administrativas, já pela sua palavra e influência, promovendo os meios e recursos necessários e inspirando os outros a se colocarem ao lado dos que levam a obra, sempre em defesa da boa causa da instrução. O obreiro cristão muito pode fazer para levantar e edificar uma instituição ou para derruí-la por terra. Já levantando o ideal na mocidade para dar a sua vida ao trabalho de Deus e buscar os institutos de ensino onde achar o preparo necessário à tarefa.

Pode, finalmente, do seu púlpito. O pregador, do seu púlpito, é a figura do educador desbravando o obscurantismo, destruindo as trevas do pecado e da ignorância. Abrindo ao povo a Bíblia Sagrada, a maior fonte de luz espiritual. Como pregador êle está sempre ocupado em fazer raiar a luz da fé, do amor, da verdade, da graça divina, da salvação de Deus e da regeneração do homem.

Enfim o púlpito é o seu campo de ação mais amplo e abençoado. Daí êle espanca as trevas, adverte, exorta e inspira, repreende e corrige, encaminha e ilumina, empolga e enaltece, cria ideal e edifica caráter, destrói o mal, condena e critica, julga, combate e defende.

O seu padrão é Cristo e a sua palavra de poder. Aí êle é incomparável, necessário e indispensável à sociedade, tanto a velhos como a jovens, tanto ao lar como ao meio ambiente social. E' o semeador do bem, é o mensageiro de Cristo, é o apóstolo da evangelização e da paz, é o educador por excelência das massas populares e dos lares.

A todos preparando para servir e honrar ao Senhor e Salvador Jesus Cristo.

2. *O espírito missionário do pregador*

Quanto mais pensamos na elevada missão do pregador da palavra de Deus, tanto mais nos compenetramos da sua responsabilidade perante Deus e perante a sua própria consciência, perante o mundo cristão e perante o mundo perdido!

Como ministro do evangelho, êle tem uma missão tríplice. Êle não é sacerdote. O cristianismo aboliu o sacerdócio humano e estabeleceu o sacerdócio universal, isto é, todos podem, sem intervenção humana, aproximar-se de Deus e entrar à sua presença, representando sua própria causa. Só há um sacerdote que intercede por nós perante Deus, que é o Senhor Jesus Cristo, o sumo sacerdote e Bispo das nossas almas, o único mediador entre Deus e os homens. Os crentes têm, é verdade, o poder de interceder, orar uns pelos outros, graça que gozam dentro do sacerdócio universal, mas tudo fazem por intermédio do Senhor Jesus Cristo e em nome dêle. Cristo chamou e enviou apóstolos, pregadores, testemunhas. "Ser-me-eis testemunhas." "Ide e pregai."

O cristianismo estabeleceu, sim o apostolado, o proclamador das Boas Novas o mensageiro do reino e da cruz. Portanto o ministro do evangelho é antes de tudo um *pregador*. Deus o enviou a pregar as boas novas de salvação. Êle é como João Batista, uma voz clamante é, neste sentido, um profeta. Aquêle que recebeu do Senhor uma mensagem para em seu nome falar ao povo. Um que manda, outro recebe. Fala ao povo em nome de Deus. O pregador é uma necessidade no mundo. Estudando-se a natureza do evangelho, as condições da humanidade e a natureza da missão de pregar, tudo nos diz que o pregador do evangelho é a maior necessidade para

o mundo. Se Deus suspendesse a mensagem que dá a êste mundo, seria como se o sol deixasse de brilhar e de movimentar e sustentar o sistema planetário — trevas, frieza absoluta, inércia, morte — seria o rosário terrível de conseqüências! Mas Deus ama o mundo, deseja "salvar os crentes pela loucura da pregação"; "não quer que ninguém se perca", mas que "todos venham ao conhecimento da verdade". Dêste modo seria inconcebível um pregador sem ser dominado pelo *espírito missionário*. Ter o espírito missionário, não quer dizer que seja um missionário no sentido moderno do têrmo. Mas é um inspirador da extensão da mensagem, de instituir e sustentar missões na face da terra. Muitos há que não vão pessoalmente por outras terras, mas que realmente são os verdadeiros missionários que levantam no povo de Deus o sentimento de ir após os perdidos. A consciência missionária no seu rebanho e na época é sua preocupação; ganhar almas, trazê-las aos pés do Mestre é sua tarefa principal.

Outra fase da missão do ministro do Senhor é *ensinar*. Êle é por natureza da sua função um *ensinador*. Não ensina, como tal, o A B C, as ciências da civilização humana, nem os conhecimentos de Aristóteles. Que ensina então? Ensina "o caminho do Senhor", ensina "todo o conselho de Deus". "Ide e ensinai", disse o Senhor. Ensina a guardar tôdas as palavras desta vida", ensina a fé do evangelho, ensina a amar a Deus e ao próximo, ensina o meio da salvação da alma. Ensina pela palavra, ensina pelo exemplo. Onde está sua fonte de saber e seu Mestre, para poder apresentar-se ao mundo, como ensinador? Sua autoridade objetiva é a Bíblia, o seu tesouro inesgotável de conhecimentos espirituais. Fora da Bíblia êle não tem mensagem direta para o mundo. Tudo que afirma e ensina deve ter sua base e fundamento e autoridade na Bíblia. Sua autoridade e Mestre subjetivo é o Espírito Santo. Aquêle que o Senhor enviou para estar com o seu servo, habitar nêle e ensinar-lhe tôda verdade

a respeito de Jesus (João 14:26). Seria impossível o homem chamado por Deus para pregar o evangelho e ensinar sob a luz do livro de Deus e sob a direção do Espírito Santo, que não se caracterizasse pelo *espírito missionário* sem estar revestido dêsse espírito. Dêsse espírito que é a maior vibração do púlpito cristão.

"O divino Mestre revestiu o ministério, que estabeleceu, do caráter ensinador, de pregador ou profeta. O sacerdócio dominou no sistema de Moisés, quando o ministério de ritos e sacrifícios e cerimônias estava em voga. Êsse sistema foi substituído pelo novo ideal cristão, segundo o qual o ministro é pregador, ensinador e pastor." "...O ministério cristão foi pervertido nos séculos subseqüentes ao tempo de Jesus e seus apóstolos, de modo que o ideal sacerdotal surgiu e suplantou o ideal cristão e continua a prevalecer nas igrejas católicas: grega e romana, até hoje. Depois da Reforma, o ministro veio a ser encarado como *orador* e os templos, daquele tempo em diante, passaram a ser construídos com salões de grande capacidade, de modo a acomodar muitos ouvintes. Nos tempos modernos tem havido certa tendência para voltar ao ideal de Jesus e dos apóstolos, que era o do ministro ser ensinador. Jesus foi o ensinador dos ensinadores, o Mestre dos mestres" (J. W. Shepard).

A outra fase da função do ministro é ser pastor. Como pastor apascenta o rebanho, constrói a grandeza de uma igreja espiritual mantida pela palavra de Deus. Onde a alma se alimenta, se sustenta, "cresce em graça e em sabedoria, diante de Deus e dos homens". Onde o ministro é o dispenseiro, o distribuidor da graça divina em dar o leite racional da palavra. Palavra que inspira e corrige, anima e enaltece, reprova e repreende, exorta e aconselha, engrandece e prepara para tôda boa obra, aperfeiçoa e fortifica, edifica e fortalece, reforça e firma a verdade divina. Onde o ideal de Cristo se transmite, se robustece na vida do povo de Deus, para glória do

Senhor. E' o servo que põe a mesa que o Senhor prepara perante os inimigos dos filhos de Deus. Busca os cordeirinhos tenros nos braços e cuida dêles com desvêlo e amor. Guia e unge as ovelhas, nas suas lutas, nas tristezas e lava-lhes as feridas, ministra-lhes o bálsamo consolador da esperança, e que vai após elas para reuní-las, ampará-las, ajudá-las a atravessar os vales escuros e defendê-las dos lôbos devoradores, dos perigos das urzes das estradas a palmilhar em tôda a trajetória da vida.

E quem pode fazer uma tal obra sem ser profundamente revestido do *espírito missionário?* Êste espírito missionário não pode ser acanhado, egoísta, intolerante e retrógrado no reino de Deus. Lá vem, de novo, a expressão apostólica: "Quem é idôneo para essas coisas?" Sem a chamada e o revestimento do Espírito Santo na regeneração, não há ministro capaz de cumprir tão alta e santa missão. Mas o espírito missionário é o dom gracioso do ministro de Deus.

3. *O pregador e a sua época*

Duas passagens nos ajudam a encarar a nossa relação com a nossa época, que são: "... tornei-me tudo para todos, para de todo e qualquer modo salvar alguns." (I Cor. 9:22). "E não vos conformeis com êste mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que proveis qual é a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" (Rom. 12:2).

Num sentido especial, o pregador é filho da época e, assim sendo, não se pode desligar dela, pois dela recebe as suas idéias e seu ideal, seus hábitos e costumes, sua linguagem, seus gostos e suas oportunidades. E' o seu meio ambiente de cuja influência não se libertará e nêle êle projeta sua vida e personalidade. Portanto é de seu dever entendê-la, simpatizar com ela e falar sua linguagem. Ela o envolve e êle entra na roda de seus movimentos,

sem muita vez poder fixá-la. Pode, porém, considerar com mais meditação e perfeição o passado, por ser fixo, mas o presente é móvel e grandemente sutil.

O pregador deve crer na sua época sem pessimismo, mas como otimista cristão. Confiar na presença e direção do Senhor, na história, guiando o seu barco.

De outro modo não terá para ela uma mensagem. Cristo, para falar aos filhos da sua geração, tornou-se um dêles, na linguagem, nos hábitos e nos ideais, e assim falou ao alcance de todos e ao mesmo tempo falou uma linguagem universal quanto ao tempo e ao espaço.

De certo o pregador não é um político, nem exercerá sua influência por intermédio da política. Aquêles que estão julgando que só se farão ouvir se se aliarem a uma corrente política, estão errando fragorosamente. A política na sua influência e modalidades tem a feição das nuvens, que tão depressa tomaram uma forma, e já tão depressa se desfizeram, se modificaram. Assim seria limitar demais, ao momento e suas efemeridades, a influência daquele que prega a verdade.

Êle terá suas ligações ou digamos relações com a política de tal modo que na passagem não fique atingido pelas suas ficções. Será de mais vantagem para o seu trabalho, uma posição equidistante.

Não é um crítico da sua época. Aquêles que se entregam só à crítica perdem a visão, perdem o poder de apreciar o que de bom Deus está fazendo. As coisas e os sêres nascem em meio de caos e confusões; no seu comêço não se distinguem, não se separam do seu meio ambiente. Quem pode descobrir e separar uma vida e um ser que se desenvolve dentro de um ôvo? No entanto dai-lhe tempo e ambiente favorável e vereis, nò tempo próprio, o despontar de um ser, uma linda ave no futuro. Assim no meio das trevas Deus faz raiar a luz. Há muita crítica e censura a líderes religiosos do passado pela sua atitude fechada e contrária a todos os movimentos sociais e científicos do tempo. O pregador deve antes procurar entender sua época e buscar vê-la e interpretá-la do ponto de vista de Cristo e do evangelho.

Êle é mais um intérprete. Todos os acontecimentos de ordem social e moral, política, econômica e educativa envolvem um *ideal*. Há para cada época uma idéia suprema que arrasta, que envolve, que domina as massas. E em tudo se dá um passo na história da humanidade. A História é uma alternativa, uma linha sinuosa. E Deus trabalha para levar o mundo a realizar o seu propósito espiritual. Em cada meio há a sua idéia dominante para uma época, o mesmo se dá no meio religioso. Muitas delas são ficções, mas nos ensinam lições importantes da capacidade humana de se deixar enganar e explorar. Os pósteros riem-se, às vêzes, das tolices do passado.

No meio de tudo o pregador tem uma mensagem de luz, de vida, de inspiração, de salvação e de esperança para sua época. O povo precisa de uma voz amiga e que o conduza pelo caminho reto e da vida; uma voz que faça olhar para o futuro com esperança e com certeza. O único que a tem, verdadeira, é o mensageiro do Cristo divino e do seu evangelho. Deve entregá-la, pois, com fidelidade e amor. Sem tosquenejar. Para isso êle precisa de bom senso. Para não se deixar enredar nas explorações das coisas religiosas, não se empanar pelas idéias filosóficas e a falsamente chamada ciência. Há muita coisa que seduz, que imita, que brilha sem ser ouro e que atrai a atenção das multidões despreocupadas e que muita vez engana o próprio pregador que se ilude com as aparências. E' preciso senso e prespicácia para não perder a visão. E' fácil encontrar os Bar-Jesus e os Simões Magos em todo tempo e lugar.

O prebador é o mensageiro do Espiríto e sua mensagem, revestindo-se das condições e da linguagem do meio e do tempo, é universal e eterna e não se perde nem no tempo, nem no meio. Ela vem de Deus e não voltará

vazia, antes fará a sua obra. O Pai trabalha até agora, disse Jesus; a sua obra não pára nem retrocede. A vitória é do Senhor e do seu povo, embora pareça de outro modo.

O pregador é um conselheiro. Todo homem necessita de conselheiros. Um povo e uma geração sem conselheiros verdadeiros cai no conto do vigário e se ilude com o embuste e com a heresia. As coisas falsas tomam o lugar das verdadeiras e vice-versa. O conselho no tempo próprio é uma salvação. Vêde o conselho de Paulo ao carcereiro de Filipo na sua loucura de matar-se ante a derrota.

Há esta necessidade do pregador que tem o conselho de Deus para dar, alguém há de ouví-lo.

Como ficou dito, não deve ser um retrógrado, mas um que sabe adaptar a sua mensagem à sua época. Revestí-la à feição do momento, como os ideais e linguagem contemporâneos, sem variá-la nem pervertê-la. Falar aos homens na sua experiência e na sua linguagem. De outro modo estará fora do meio ambiente e da época e tomará a forma de ridículo e de insanidade mental. Deus nos fala com a linguagem de cada tempo. E se torna conhecido dentro do grau de conhecimentos de uma geração.

E' dever sustentar a mensagem imutável — "Jesus Cristo é o mesmo, ontem e hoje e eternamente." Mas cada geração e cada classe social terá sua concepção de Deus e da sua relação com êle dentro da órbita das suas experiências e condições mentais e espirituais. E esta mensagem é sempre necessária e a sua entrega fiel é uma consolação. A história do púlpito está cheia de provas que a pregação fiel é uma consolação para sua época. No meio das lutas, das tristezas, dos desenganos da vida, das traições e das quedas e decepções, êle é o pastor que leva a águas mui refrigerantes, a pastagens verdejantes; luz no caminho que leva ao pôrto do destino com vitória, com graça e com certeza. Êle é um luzeiro a iluminar,

a quebrar as trevas; sempre necessário, sempre desejado, sempre abençoado. Como pobre e enriquecendo o mundo; como nada tendo mas possuíndo tudo; combatido, mas nunca vencido; como rejeitado, mas sempre procurado; como perturbador, mas trazendo a paz, o amor, a luz, a verdade das promessas de Deus.

Não se desvie êle, nem perca sua oportunidade de servir a Cristo e à Causa.

4. *A relação do pregador para com os obreiros de outras denominações*

Nós vivemos num mundo de relações e temos de conhecê-las tôdas e bem, pelo menos aquelas que nos tocam de perto na nossa missão de pregadores do evangelho de Cristo. Ora, o fato de haver denominações diferentes dentro das hostes evangélicas nos diz que há de haver alguma relação entre os obreiros interdenominacionais. E é o que nos interessa ligeira e pràticamente aqui. A primeira relação que deve haver entre nós obreiros batistas e os outros é a de *cortesia*. Cada um tem sua própria denominação, seu próprio sistema de govêrno eclesiástico, seu próprio corpo de doutrinas, sua própria ética, dentro do seu ponto de vista. Pois bem, é nosso dever tratá-los com todo respeito e com tôda cortesia cristã. Ora, se devemos cortesia a tôda gente, crente ou descrente, respeito a todos no seu direito de liberdade de consciência, quanto maior cortesia devemos àqueles que pregam o mesmo evangelho que nós pregamos!

E', pois, da nossa ética ministerial tratarmos os pastôres das outras denominações com a cortesia cristã, e quando isto não acontece, e que mal-entendidos e visão errada das coisas tornam essas relações antagônicas e tensas, é deveras lamentável. Outra maneira de como devemos tratá-los é, sem dúvida, *fraternalmente*. Não há negar que pelo nosso direito de livre exame, há muitas

divergências entre as denominações. Os próprios títulos das nossas igrejas que distinguem as fachadas dos nossos templos dizem claramente que entre nós há separação. Há doutrinas e sistemas de governos e outras razões que nos distanciam uns dos outros. Mas de outro lado há entre tôdas elas pontos de contato e de fé comum. Estamos de acôrdo em quase tôdas as grandes doutrinas da palavra de Deus. Por exemplo: todos cremos na Trindade Santíssima como um só Deus verdadeiro; todos cremos na missão redentora do Filho de Deus, e na sua morte expiatória em lugar dos pecadores; todos cremos na salvação por Jesus Cristo, mediante arrependimento e fé; todos cremos na Bíblia Sagrada como a revelação divina e como a Palavra de Deus; todos cremos na santificação da vida cristã pelo Espírito e na regeneração; todos cremos na ressurreição e glorificação dos santos e em muitas outras doutrinas comuns. Reconhecemos que os crentes sinceros de tôdas as igrejas evangélicas são salvos e filhos de Deus e são nossos irmãos em Cristo e os amamos por êsse fato e pelo muito que êles têm feito e estão fazendo pela pregação do evangelho e pela salvação do mundo e pelo espírito missionário. Ora, diante de tudo isso e ainda mais, é nosso dever tratá-los fraternalmente e esperamos que assim nos tratem. Isto não inclui pastôres fraudulentos de denominações fraudulentas, cujos processos são desonestos e desleais e indicam que êles não seguem a orientação do Espírito Santo de Deus, como tanto blasonam de possuí-lo! Quando o certo é que nós é que somos a possessão ou propriedade do Espírito e êle é que nos possui e não que êle seja a nossa propriedade para fazermos dêle coisa disponível ao nosso bom paladar.

Outra relação que pode haver, e é dever, é de *cooperação*. Até certo ponto todos somos cooperadores na obra cristã. E devemos cooperar com êles e êles conosco até onde nos permitam os nossos princípios e digamos os princípios dêles também. Até onde não se prejudique

consciência, nem doutrina distintiva, é possível cooperar com os nossos irmãos pregadores de outras denominações. Enquanto pudermos andar juntos, devemos fazê-lo, sem constrangimento. Troca de púlpito e outros ramos de trabalho, sem prejuízo, pode-se aproximar. Agora quando chegar no lugar de que não podemos acompanhá-los nem êles a nós, aqui respeitosamente cada um siga o seu caminho. Por exemplo: na questão da Ceia do Senhor em sentido restrito e do batismo de crentes regenerados e salvos por Cristo e de batismo sòmente por imersão. E na questão de govêrno democrático e dos oficiais de uma igreja do Novo Testamento, nós temos que ficar onde estamos e não queremos confusão nem misturas. Aqui nestas coisas é o nosso "Santo dos Santos" onde a ninguém de fora é permitido nos acompanhar. Não podemos nem queremos transigir.

São coisas que segundo a nossa interpretação do Novo Testamento é o que o Senhor e seus apóstolos ensinaram e não podemos modificar, nem ceder para agradar a criaturas humanas com prejuízos da nossa fidelidade a Cristo nosso Senhor. Verdade é que todos os obreiros das denominações já conhecem a nossa atitude neste particular e sabem que aqui nós temos o direito de não cooperar, nem de entrar em combinações contrárias à nossa fé e à palavra de Deus. Nunca poderemos reconhecer como bíblico o "rantismo" em lugar de imersão, nem o batismo infantil como ordenado no N. Testamento.

Assim, pois, com tôda cortesia aqui nos destacamos e não admitimos concessão. Dentro dêsses pontos podemos manter as melhores relações cristãs.

CAPíTULO XVII

O Pregador e Suas Relações Políticas

1. *Relação do pregador com a política*

Eis aqui uma questão palpitante em que as opiniões divergem muito: a relação do pastor com a política.

A política tem sempre um caráter triplo; numa fase mais fundamental, seu aspecto é duplo.

Há uma política nacional que se refere à administração e govêrno da nação e que interessa a tôda gente. Há uma política estadual que trata da administração pública e govêrno do Estado. Há uma política local ou municipal, a que toca mais de perto a vida dos crentes e das igrejas.

Contudo há entre elas trâmites e passos ligados e entrelaçados, sendo esferas mais largas e mais estreitas de ação das fôrças que pretendem o poder.

Deve o pastor entrar na política? Respondamos de um modo duplo: sim e não. Como cidadão êle está no direito de tomar parte na administração pública. E' um filho da nação, debaixo de suas leis, protegido e garantido por elas. Os seus direitos são todos em pé de igualdade com todos os outros cidadãos. As leis o autorizam a concorrer para a boa administração da coisa pública. Êle tem deveres cívicos como qualquer outro cidadão. Tem o dever de pagar impostos, de votar, de na sua mocidade servir ao exército e no caso de guerra colocar-se ao lado das fôr-

ças que defendem a Pátria. E' um dever seu contribuir com os impostos e moralmente pelo trabalho e pela honra para engrandecer a Pátria.

E não há dúvida que a vida e o trabalho dum pregador é grandemente útil à nação, prestigia a autoridade e a lei. Enfim tudo que concorre para o bem da Pátria é um dever cívico e ninguém o faz de modo melhor do que aquêle que vive pregando a fé, o amor, o dever, a verdade e a moral do evangelho.

Sendo êle um eleitor é uma fôrça viva e ativa na política, pois o eleitor é a célula da política. Sem o eleitor a política não existe e sem ela êle não tem finalidade nem razão de ser. Num sentido elevado a política é uma necessidade, é uma expressão de civilização, de ordem e de paz. Pois dela depende o progresso do povo como nação organizada. Não há organização social sem política.

Num certo sentido, dum ponto dę vista elevado, homens de bem, corretos e dignos é que devem entrar na política para moralizá-la, purificá-la da politicagem, das ambições e deshonestidade daqueles que fazem política, mas não entram na política. Nessa base haveria de certo modo vantagem na entrada do pregador na política.

Mas considerando a coisa na prática e no terreno da realidade, a entrada dum pastor na política trar-lhe-ia grande desvantagem.

Enveredando pela política, êle se intrometeria em muitos perigos inconvenientes.

A sua vida espiritual sofreria recuo; o seu tempo consagrado ao seu trabalho por excelência seria prejudicado; a sua atenção seria voltada para as coisas presentes e passageiras. As honrarias lhe trariam frieza e vexame no trabalho do púlpito; o seu fervor recuaria fatalmente.

Êle teria que ficar num partido; isso o incompatibilizaria com as pessoas a quem tem o dever de guiar a Cristo e que sendo de partido opôsto colocaria desde logo

um abismo entre si e o seu rival político que o não apreciaria; e com alguns dos membros da sua igreja por pertencerem a partido contrário. Ora um pastor e uma sua ovelha sendo inimigos políticos seria um grande empedimento na marcha do trabalho e da vida da igreja, porque o fenômeno puramente político tomaria uma feição eclesiástica.

A sua mensagem poderia muitas vêzes tomar côres políticas e partidárias, ou ao menos assim interpretada ou mal entendida.

E os resultados dessas coisas seriam funestíssimos para sua vida, sua pregação, sua igreja, para a Causa de Cristo e o ministério cristão. Por isso há tantos perigos em o pastor envolver-se diretamente na política que seria muito melhor e preferível que o evitasse.

Contudo êle tem um lugar preponderante na política sem envolver-se diretamente no emaranhado dela. Êle deve ser um orientador, deve guiar os crentes no cumprimento dos seus deveres cívicos. Há mesmo uma responsabilidade muito grande nessas coisas.

Não pode ficar indiferente; e uma parte do seu trabalho de guia é ensinar os deveres para com a pátria, para com a administração pública aos crentes.

E' dever de todo crente pagar os seus impostos, concorrer com o seu voto, sábia e bem orientadamente colocado na urna para eleição de homens que garantam paz, liberdade, boa e honesta aplicação dos dinheiros públicos. Êle deve influir grandemente em despertar, ensinar, advertir, e colocar um ideal novo, evangélico na vida pública do país.

E' aí que sua relação para com a política se torna grande, elevada, de cultura moral e social; que pode agir com liberdade de ação com independência, apreciando os homens pelo seu valor moral e intrínseco, pelo mérito e não pela sua orientação, ou credo político.

E' seu dever sanar a concepção que campeia e domina os sentimentos políticos desvirtuados do povo.

A sua missão é de caráter universal. Sua mensagem é divina, está acima de partidos; ela é para todos os homens indistintamente. E deve beneficiar a todos os partidaristas, deve levar todos a pensarem no Salvador e Rei Jesus, que nos governa moral e espiritualmente, a quem todos devem obediência e fé, perante cujo tribunal todos serão julgados. E todos devem receber do pregador a dose que lhe pertence de conselho, de exortação, de convite a colocar sua fé, sua vida, sua esperança em Jesus Cristo, o Filho de Deus.

Êle é antes de tudo um embaixador de Deus, um servo do Espírito; um profeta que fala em nome do Senhor, um apóstolo da verdade eterna da Palavra de Deus.

Não deve interromper sua missão alta e nobre com as fases da vida política que outros podem e devem fazer. Ficando na sua posição, não se deixando levar pelo canto da sereia, êle fará muito mais para o bem público, para a política, para o engrandecimento da Pátria, para a ilustração e orientação da mocidade do que entrando, envolvendo-se diretamente na política.

Nessa base superior, a nosso ver, respondamos à pergunta do comêço: Não; o pastor não deve envolver-se diretamente na política.

Deve lembrar-se acima de tudo de que está encarregado de uma tarefa, de uma missão cuja conta terá de prestar Àquele que o chamou.

"Quem é pois, o servo fiel e prudente ao qual o seu Senhor confiou a direção da sua casa, para que no tempo próprio dê a todos o sustento? Feliz aquêle servo a quem o seu Senhor quando vier, achar assim fazendo. Em verdade vos digo que lhe confiará todos os seus bens. Mas se aquêle servo, sendo mau, disser no seu coração: Meu Senhor demora-se, e começar a espancar os seus companheiros, e a comer e a beber com os ébrios, virá o

senhor daquele servo no dia em que êste o não espera e na hora em que não sabe e cortá-lo-á pelo meio e po-lo-á com os ímpios; ali haverá o chôro e o ranger de dentes" (Mat. 24:45-51).

2. *Relação do pregador do evangelho com o Govêrno*

Ocupando o pastor ou pregador uma posição social definida e de responsabilidade seja como ensinador de verdades espirituais e morais, seja como pastor de um rebanho, já como líder, já como reformador de costumes e de ideais religiosos, êle guarda uma relação definida para com o govêrno.

Um pregador do evangelho não pode ser nem um extremista, nem um conspirador, nas suas idéias políticas. E' seu dever sagrado ser fiel ao govêrno da sua nação. Êle não pode ser fiel ao seu ministério e à Bíblia, se não fôr fiel às leis do seu país. A reforma que êle prega não é reforma política, nem de regime; é reforma subjetiva, de coração, de caráter, de propósito na vida espiritual. Êle é embaixador de Cristo para chamar os homens dos seus maus caminhos para o caminho de Deus; das trevas e ignorância para a luz e conhecimento da verdade; do poder da idolatria para o culto espiritual, ao Deus que é Espírito e verdade, luz e vida; do poder de Satanás para o poder de Deus, pela fé em Jesus Cristo.

E isto não implica rebelião e conspiração contra o govêrno. Naturalmente êle é um poder propulsor de progresso, de melhoramentos, de desenvolvimento social, político, intelectual, moral e espiritual, um inspirador de visões novas, de vida nova, de perfeição moral. E nesta missão alta e sublime contribui e deve contribuir para o bem da humanidade e dêsse modo talvez venha a produzir mudanças nos ideais políticos e educativos do seu povo e venha a levantar o desejo de melhorar a constituição que rege a nação. Mas tudo isto pela luz do evangelho, da Pa-

lavra de Deus, sem ser um revoltoso das fôrças e formas governamentais; sem ser um extremista, sem pregar a subversão da ordem pública e do regime governamental. O evangelho é uma religião espiritual e universal e se adapta a qualquer regime político, seja monárquico ou republicano, autocrático ou democrata. Naturalmente a glória do evangelho é a liberdade, a honestidade, a igualdade e a fraternidade entre os homens e entre os povos. A sua obra é lenta como a água modifica a pedra, como se infiltra pelas montanhas e forma os grandes lençóis dágua no centro da terra.

A Bíblia, em que êle crê, prega e ensina, manda honrar, obedecer e respeitar as autoridades públicas, e ensina que a lei e autoridade são estabelecidas por Deus, para o bem dos bons e repressão dos maus. E sem regime, e sem autoridade, e sem lei, e sem govêrno não há ordem, não há liberdade, não há garantias para ninguém, não há direitos individuais e coletivos, não há um povo organizado social e politicamente.

E' dever, pois, do pregador ser leal às leis do seu país, enaltecer o princípio da autoridade, recomendar a obediência ao govêrno e cooperar com êle em implantar o respeito, a ordem, a dignidade e o bem-estar público.

O Cristo que êle apresenta, como a única esperança do pecador, manda dar "a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mat. 22:21).

Hoje, pela influência mesmo do cristianismo evangélico, os povos têm reconhecido os sagrados direitos do homem no dever de reconhecer e respeitar o direito de liberdade de consciência. Poucos são os países, cujas constituições não dão liberdade de crença e de cultos, mas êsses poucos já estão sentindo a sua diminuição, e uma fôrça externa vinda do exemplo da grande maioria dos povos que vão colocando a questão religiosa como fato de consciência fora da alçada da autoridade policial, já se envergonham e sentem a necessidade e o dever de imitarem

as outras que na vanguarda da civilização vão não só reconhecendo o direito de liberdade de consciência, mas garantindo essa liberdade na constituição e reprimindo o abuso dos fanáticos de qualquer jaez, nessa conexão. E mais cedo ou mais tarde, há de chegar a sua vez de também incluir na lei fundamental o respeito e o direito de crença. E um povo que continua a desrespeitar um tal direito, tão justo quão sagrado como os mais altos direitos do homem, como o direito de viver, e de prosperar, é tido no consenso universal como o povo fanático, atrasado, retrógrado e petulante.

E' verdade que há uma onda contra o govêrno da democracia, mas, como disse o Dr. Crabtree, a democracia perderá batalhas, mas não perderá a guerra. Ela é o govêrno apontado pelo Novo Testamento, e, uma vez que é aprovado por Deus, há de vencer.

"Todo o homem esteja sujeito às autoridades superiores. Pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que há, são ordenadas por Deus. De modo que aquêle que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sôbre si condenação. Os magistrados não são para temor quando se faz o que é bom, mas quando se faz o que é mau. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela; porque a autoridade é ministro de Deus para o teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme; porque ela não traz debalde a espada; pois é ministro de Deus, vingador para exercer ira contra aquêle que pratica o mal. E' necessário que lhe estejais sujeitos não sòmente por causa da ira, mas também por causa da consciência. Porquanto por isso também pagais tributos; pois os magistrados estão ao serviço de Deus, atendendo constantemente a isso mesmo. Pagai a todos o que lhes é devido; a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra" (Romanos, 13-1-7).

"Adverte-lhes que estejam sujeitos aos governadores e às autoridades" (Tito 3:1).

"Sujeitai-vos a tôda ordenação humana por amor do Senhor, quer seja ao rei, como supremo, quer seja aos governadores, como enviados por êle para castigo dos malfeitores e para louvor dos que fazem o bem." "Honrai a todos, amai a irmandade, temei a Deus, respeitai ao rei" (I Ped. 2:13, 14 e 17). "Teme, filho meu, a Jeová e ao rei" (Prov. 24:21).

Nas passagens citadas está claro o ensino da Bíblia a respeito do dever cristão de obedecer as leis e respeitar as autoridades públicas. E, sendo ensino tão claro e insofismável da nossa regra de fé, e sendo a Bíblia a autoridade da mensagem do pregador do evangelho, êle não pode fugir ao dever de, não só ensinar, mas também praticar com tôda humanidade o ensino da Palavra de Deus. Há de haver governos maus, e há de haver autoridades arbitrárias que abusem do poder e exorbitem da lei, e há de haver leis de arrôcho e intolerantes, fanatizadas e contra a justiça e o direito, mas essas serão, mais cedo ou mais tarde, abolidas e derrogadas, e então se estabelecerá o princípio de justiça e de humanidade e de respeito ao direito. O próprio evangelho pregado é uma fôrça que abala e derriba as bastilhas do coração e do pensamento humano. E mudando o coração e esclarecendo o espírito, por si mesmas as leis injustas vão caíndo e Deus libertará os seus servos dos poderes iníquos dos maus governos e inimigos da liberdade e do direito dos súditos pela mentalidade formada sob crença religiosa ou filosófica anti-cristã e anti-democrática.

Mas o dever do pregador é ensinar e praticar o ensino bíblico, a respeito da autoridade e do magistrado públicos.

CAPÍTULO XVIII

O Pregador na sua Cooperação

1. *O pregador em relação ao secretário-correspondente do campo ou região*

A nossa organização cooperativa convencional exige umas tantas funções que merecem consideração tanto no caso de ser o pastor chamado para exercê-las, como no da relação do pastor para com o secretário geral do campo, ou da Convenção.

Em primeiro lugar, o secretário geral não tem relação direta com qualquer igreja, pois não é cargo de nomeação de qualquer igreja; é cargo de responsabilidade geral e de eleição da Convenção da região ou do grupo de igrejas que se associam mediante os seus mensageiros que se reunem em convenção, concílio ou outra qualquer corporação do mesmo caráter.

Cooperar em plano geral da Causa de Cristo. A função sendo de caráter geral não eleva àquele que a executa acima de qualquer obreiro da Convenção; não o torna uma autoridade eclesiástica, nem tem nenhuma categoria hierárquica. Se por fraqueza ou ignorância da função o secretário-correspondente assim o entendesse e praticasse, exorbitaria e seria passível de censura e de exoneração imediata.

A Convenção nomeia uma Junta e esta, às vêzes, elege

o secretário-correspondente ou executivo, ou regional, ou estadual; depende do nome adotado pela Junta e pela Convenção; esta, por vêzes elege o secretário-executivo. Êsse irmão incumbe-se de levar avante para que se cumpram e se realizem os planos gerais da mesma Convenção, quanto à cooperação geral das igrejas no desempenho de sua tarefa comum. Isto é: para evangelizar a região, o estado, a nação e povos no estrangeiro; para tratar de educação, de fundação de colégios, de seminários, e de escolas para o preparo e treinamento de jovens que se dediquem ao trabalho missionário e se tornem auxiliares das igrejas e dos pastôres ou mesmo para se tornarem espôsas de pastôres, (as quais devem, por tôdas as conveniências, ter o treinamento necessário ao trabalho da igreja) e para tratar de beneficência, ou de orfanatos, hospitais e outras obras de conjunto para o bem da Causa.

Assim sendo, o secretário tem de prestar contas à Junta e à Convenção quando reunidas e não a nenhuma igreja em particular, senão naquilo que lhe toca diretamente em caso de dúvidas ou enganos nas suas ofertas.

Êsse secretário não é, pela natureza do seu cargo, um pastor geral das igrejas que não têm pastor, nem uma espécie de bispo dos outros pastôres. Nem tão pouco deve entender que enfeixa nas suas mãos os interêsses das igrejas e que se torne um orientador geral do campo envolvido na convenção que o elege.

Em relação às igrejas que não têm pastor, êle nada tem que fazer, senão visitá-las quando convidado e sua atuação nessas visitas é só pregar e tratar dos interêsses gerais da Convenção. Nada tem que ver nem que se meter em questões locais. Querer solucionar dificuldades entre diáconos e pastôres, entre membros das igrejas e sua disciplina, quando sua opinião não é consultada; influir nas decisões das igrejas nas suas sessões e impedí-las de levar avante seu trabalho não é da sua responsabilidade, nem da sua conta; fazer isso é intrometer-se onde não deve.

Êle pode cooperar com os pastôres a convite dêstes, em institutos bíblicos, séries de conferências, em programas inspirativos, ou qualquer trabalho de combinação prévia e de iniciativa particular. Quanto às igrejas sem pastor, êle não se constitui pastor geral pela natureza do seu cargo. Pode auxiliá-las e instruí-las na questão de convidar pastor, respeitando-lhes a liberdade e autonomia, e não se impor a elas como guia, nem tão pouco impor um tal obreiro da sua escolha. Pode, a pedido, durante as suas visitas batizar os candidatos, celebrar a ceia, moderar as sessões ou celebrar qualquer outro ato que esteja dentro da sua função de obreiro consagrado e não por ser secretário geral, o que não lhe dá êste direito. Se, porém, uma igreja dessas o convidar para pastor interino e êle aceitar, pode dirigí-la como o pastor pròpriamente dito e não como secretário. O seu cargo de pastor nada tem com sua função de caráter geral, cuja relação neste caso é a mesma de qualquer pastor.

Com essas igrejas sem pastor êle pode incentivá-las a uma cooperação completa em tudo; promover junto delas institutos, reuniões especiais, escola popular, série de conferências, para inspirá-las, levantá-las, etc., mas tudo no espírito de cooperação, nada de imposições, de intrujices, de besbilhotices, de preponderâncias.

O cargo de secretário-geral não é vitalício, mas de eleição anual.

Entre as igrejas, o secretário geral deve ser aquêle que cuida dos planos gerais de educação, beneficência, missões, estatísticas, escola popular, inspiração, institutos, etc. E' ainda um irmão amado que se prontifica a ir de encontro aos apelos que as mesmas lhe fizerem; que seja uma fôrça de coesão, de fraternização, de harmonia entre obreiros e igrejas. Não é, pois, um leva e

traz, um propagandista entre os colegas, das fraquezas e falhas de uns para com os outros.

O secretário deve, pois, ser desejado e respeitado, e não repelido e relegado.

A relação do pastor local para com o secretário geral da Convenção deve ser de confiança e de simpatia e de franca cooperação e camaradagem. Não ter o secretário como um ranzinza, porque peça dêle a sua parte no plano geral, não considerá-lo como inútil e desnecessário, mas aproveitá-lo em organizações de institutos e outros programas de animação da igreja, para inspirá-lo também e mostrar-lhe cortesia e respeitabilidade convenientes. Em tudo mostrar o seu interêsse pelos trabalhos gerais e de cooperação com os planos da Convenção de que o irmão secretário é responsável perante a denominação; porque se êste falhar e as igrejas e os pastôres não fizerem a sua parte, reflete o fracasso fora da igreja e da Convenção, reflete na denominação e até fora da denominação.

Que haja o respeito mútuo porque as atribuições são distintas e não há razão de confusão e de atritos. Que haja boa vontade mútua e nada ficará por fazer, pois ambos dependem da cooperação, se não ambos sofrerão os efeitos da desídia de uma das partes.

Em muitos casos o secretário pode ajudar, com seus conselhos e boa vontade a diminuir dificuldades locais e colocar as coisas nos eixos para ajudar o pastor.

Princípios e não leis

Os batistas vivem e se regem por princípios e não por leis. As bases de coordenação e cooperação devem obedecer aos seguintes princípios porque são os fundamentais dos batistas. Vou apresentá-los como estão formulados na minha mente:

1. *Espiritualidade individual e coletiva*. E' êste um princípio fundamental. O crente é uma pessoa regenerada e espiritual e a Igreja de Cristo é composta de indivíduos. Portanto é uma coletividade espiritual.

2. *Autonomia individual e coletiva*. O próprio crente dirige a sua vida e não obedece regras ou leis, sendo por sua relação com Cristo, livre. A mesma coisa acontece às demais organizações, convenções e associações. Juntas e comissões, que são criaturas, não gozam de autonomia. Elas agem dentro dos planos e limites traçados e para os quais foram criadas.

3. *Responsabilidade individual e coletiva*. Onde há autonomia, há também responsabilidade. Os indivíduos e as coletividades que usam os direitos de sua autonomia devem assumir a responsabilidade de cumprir a sua finalidade.

4. *Cooperação individual e coletiva*. Se tôdas as pessoas e coletividades gozam a sua autonomia, ou independência, elas sòmente podem viver e trabalhar onde as outras estão envolvidas sôbre estas bases, em cooperação, porque um indivíduo ou uma coletividade autônoma não pode exercer autoridade sôbre outro indivíduo ou outra coletividade autônoma.

Finalidade e programa

A finalidade do indivíduo e da coletividade espiritual é cumprir a vontade da sua cabeça, isto é, Jesus Cristo, conforme lemos em Mat. 28:19-20, e o seu programa, explicado em Atos 1:8. As ordens de Jesus são certas e imperativas e o seu programa é claro, interpretado por mim da seguinte maneira:

1. *Intensificação do evangelismo*. O convertido e a igreja são instruídos a começarem a pregar no lugar em que estão, na sua própria casa, na sua vizinhança. Deverão pregar o Cristo, continuando a sua pregação até que todos sejam evangelizados.

2. *Extensão da evangelização*. Isto é, sair de casa, da vizinhança, rumo à Judéia, à Samaria e indo até os confins da terra. O objetivo de cada indivíduo e de cada coletividade é a evangelização do mundo, que é seu campo.

3. *Inclusão do mundo e todos os ramos de trabalho em seu programa*. Tôdas as raças, todos os povos e tôdas as nações devem ser incluídas no programa do indivíduo e da coletividade.

4. A multiplicação de nossos esforços, de nossos recursos, do número de obreiros e missionários, ano após ano, é necessária, pois só assim poderão o indivíduo e a coletividade satisfazer as necessidades do trabalho e cumprir o programa lançado por Jesus.

5. *Cooperação entre e em todos os ramos do trabalho*. O indivíduo ou a coletividade não tem o direito de gastar todos os seus esforços e recursos no seu próprio trabalho, nem pode excluir de seu programa outros trabalhos de evangelização, como Missões Estaduais, Nacionais e Estrangeiras, nem negar a sua cooperação, sem prejudicar o trabalho traçado por Jesus Cristo, ou o seu próprio trabalho, pois quem nega a sua cooperação ser-lhe-á negada também a cooperação por parte de outros (A.B. Christie).

ORGANIZAÇÕES AUTÔNOMAS

As igrejas são as únicas coletividades, sociedades ou organizações estabelecidas pelo Novo Testamento e realmente são as únicas essenciais à realização do fim contemplado pelo evangelho, embora uma organização de indivíduos para um esfôrço local e geral tenha provado ser conveniente e útil para a extensão do trabalho evangélico e missionário, fazendo o que se não poderia fazer por serviço individual. As organizações são: a Igreja, a Associação e a Convenção. A Igreja é de autoridade

divina enquanto as outras são humanas, porém tôdas são autônomas e independentes.

A igreja é a única instituição ou organização de autoridade divina. Uma igreja não é organizada, ela se organiza a si própria. Entre nós, os batistas, uma igreja é reconhecida como independente e mantém a sua autonomia, sujeitando-se sòmente a Jesus Cristo, que é a sua cabeça. Sendo uma igreja independente, ela deve fazer com que a sua independência seja respeitada, mas ao mesmo tempo ela deve saber respeitar a autonomia das igrejas irmãs. A finalidade de uma igreja é a finalidade de tôdas as igrejas porque elas têm a mesma origem, o mesmo Cabeça, e recebem a mesma orientação, portanto, os seus trabalhos devem ser coordenados em harmonia com o programa traçado por Jesus Cristo. Elas têm de trabalhar separadamente e em conjunto a fim de cumprirem a sua finalidade, que é a evangelização do mundo. Será possível as igrejas trabalharem em conjunto sem perder a sua independência e sem ferir a autonomia das outras? E' possível e é necessário que assim seja. O Novo Testamento sábia e divinamente encerra nos seus ensinamentos princípios que permitem organizações extra-bíblicas ou humanas, necessárias para conseguir uma cooperação, um esfôrço unido entre todos os indivíduos, entre tôdas as organizações e entre tôdas as igrejas, sem que seja prejudicada a autonomia de qualquer que seja.

Associação e Convenção

A função de Associação difere um pouco da de Convenções, porém sua organização e composição são as mesmas. Elas são extra-bíblicas e humanas.

1. *Sua natureza*. As associações e convenções são autônomas e independentes uma das outras e das igrejas, como também são as igrejas independentes umas das outras e das associações e convenções. Uma associação ou

convenção não é composta de igrejas, mas de indivíduos. Uma igreja batista não pode ser sócia ou membro de qualquer sociedade, coletividade ou organização. Se fôsse, delegaria a sua autoridade e se submeteria a uma autoridade por ela criada. As igrejas são aceitas como associadas ou cooperadoras da associação ou da convenção. A associação ou convenção é uma organização voluntária. Elas não são criaturas das igrejas. Elas não têm autoridade sôbre as igrejas e as igrejas não têm autoridade sôbre elas. A convenção é permanente. As atas da convenção são registadas da seguinte maneira: "Atas da Primeira, Segunda ou Terceira Reunião da Convenção." Tem havido 29 reuniões ou assembléias da Convenção Batista Fluminense, mas não têm havido 29 convenções. As reuniões ou assembléias são encerradas, porém a convenção nunca foi dissolvida.

2. *Sua composição ou seus sócios*. A associação ou convenção é composta de indivíduos. Uma associação é composta de todos os membros das igrejas associadas e cooperadoras, numa certa e determinada zona, distrito ou território. Geralmente, e quando é possível, o território de uma associação se limita à divisão política, que aqui no Brasil corresponde a municípios. A Convenção Estadual, como indica o seu nome, é composta de todos os membros das igrejas cooperadoras no Estado. Não estou aqui combatendo a idéia de quem quer que seja, mas apenas dando a minha opinião, que poderá ser aceita ou rejeitada. Se a minha opinião é aceitável, aceitem-na; se não o é, rejeitem-na. Tenho em mão os estatutos da Sociedade Patrimonial Batista de Campos, que determinam que: "Podem ser sócios, pessoas, sem distinção de sexo nem de nacionalidade, que pertençam ou venham a pertencer a alguma *Igreja Batista do Campo Batista Fluminense* e que sejam civilmente capazes." E esta Sociedade é uma pessoa jurídica. A meu ver, à Convenção Batista

Fluminense é composta de pessoas, sem distinção de sexo nem de nacionalidade, que pertençam ou venham a pertencer a alguma *Igreja Batista* cooperadora do *Campo Batista Fluminense*. A assembléia da Sociedade Patrimonial Batista êste ano pode ser composta de um grupo de pessoas e em outro ano de um grupo completamente diferente, mas as pessoas completamente diferentes que não estão presentes não deixam de ser sócias por isso. Uma igreja pode ter sua sessão sem a presença de todos os seus membros. E' possível que qualquer membro de uma Igreja Batista cooperadora tome parte na reunião anual da Convenção. Por isso, acho razoável dizer que a Convenção é composta de indivíduos e de todos os indivíduos membros das igrejas cooperadoras no Estado.

3. *Suas Assembléias*. A Convenção em assembléia organiza a si própria, faz seus estatutos e projeta seus planos e programa de trabalhos sôbre bases de cooperação de todos os batistas e é composta dos mensageiros enviados pelas igrejas associadas e cooperadoras. Por não ser conveniente, não é possível estarem em assembléia todos os membros das igrejas e para conseguir uma representação geral limitada e equitativa a Convenção determina o número de mensageiros que cada uma das igrejas associadas e cooperadoras pode enviar à sua reunião anual. A Convenção é uma organização missionária. Sua finalidade e programa são os membros dos indivíduos e das igrejas. Sendo tôdas as convenções, tôdas as associações e tôdas as igrejas autônomas e responsáveis por seus atos e tendo o mesmo programa missionário, é possível, e é necessária uma cooperação espiritual, moral, e financeira e seria impossível fazer o trabalho do Mestre sôbre outra base, senão a da cooperação.

2. *O pastor e as Convenções*

O pastor está relacionado, pela natureza do seu tra-

balho, com as convenções regionais ou gerais da sua denominação.

Os batistas no Brasil mantêm quatro tipos de convenções. O pastor se relaciona, em primeiro lugar, com a convenção regional ou local, que se denomina Associação... (nome da região) "locais". Em segundo lugar com a convenção, também regional, mas de caráter mais geral, que se denomina Convenção Batista Estadual ou de tal estado C.B. Paulistano, isto quando a convenção abrange o mesmo território da circunscrição política chamada Estado. Quando a convenção inclui mais de um estado ou partes de dois ou mais estados pode denominar-se Interestadual. Por exemplo: Alagôas-Sergipe. Em terceiro lugar relaciona-se com a convenção nacional, a que envolve os interêsses do Reino em todo o país: A Convenção Batista Brasileira. Em quarto lugar relaciona-se com a Aliança Batista Mundial, que é uma espécie da convenção entre os batistas em todo o mundo.

Cada uma destas convenções tem sua esfera de ação definida e a cada uma delas o pregador se prende por certos laços no trabalho e na Causa de Cristo.

Convenção, no sentido batista, é uma instituição permanente de caráter deliberativo, cooperativo e inspirativo de natureza religiosa e tendo reuniões periódicas chamadas assembléias.

E' de natureza religiosa porque é organizada para fins da proclamação do evangelho de Jesus Cristo e só faz parte dela, e é condição *sine qua non,* membro de uma igreja batista. E' deliberativa porque embora não seja no sentido legislativo, que vota leis, é no sentido de tomar medidas e decisões no plano de cooperação e recomendação às igrejas de umas tantas deliberações em relação ao plano comum de levar avante a Causa de Cristo. E' cooperativa porque se reune para trocar idéias e traçar planos gerais na extensão do reino de Deus, na educação do ministério, no exercício da beneficência e tudo que envolve o espírito

missionário na conquista de almas para Cristo, dentro e fora dos limites geográficos da convenção, etc. E' inspirativa porque, em grande parte, sua finalidade é inspirar os seus mensageiros e tôda a denominação na firmeza e na perseverança do trabalho e da vida cristã.

Uma Convenção é constituida de indivíduos, isto é, dos mensageiros. A convenção cuida dos interêsses e dos deveres das igrejas e são os mensageiros membros delas, enviados por elas e custeadas as despesas por elas. Por isso a convenção é constituída de indivíduos. Porque dêsse modo ela não toma, como deve tomar, um caráter eclesiástico e não se torna, como de fato não é, uma autoridade superior às igrejas, cujas ordens devem respeitar e obedecer. E' anual e individual quanto às suas reuniões; suas deliberações não influem na seguinte, senão naquilo que é permanente, geral e universal nas organizações da sua natureza.

Quanto à sua finalidade, ela só existe para traçar planos gerais e de coesão e cooperação na extensão do evangelho pelas igrejas da mesma fé e ordem. Porque o individualismo das igrejas nesses planos seria de difícil execução às ordens do Salvador, principalmente no que se refere à grande comissão.

No que é local ela fará sòzinha, a não ser que queira pedir num ou noutro caso o auxílio voluntário de suas coirmãs, visto como seria difícil a uma igreja isolada o plano de educação ministerial; a criação de hospital, de orfanato, patronato, asilo, etc.; o sustento de missionários no estrangeiro ou no desbravamento de novos campos no país, ou o estabelecimento de instituições de educação, de publicações de literatura evangélica, didática ou de propaganda. Tudo isso seria de muito difícil realização, quase impraticável para as igrejas individualmente. A não ser em casos raríssimos e muito limitados e de visão muito egoísta e nunca recomendável porque seria mais a expressão do orgulho humano e vaidade de espíritos

doentios e de ambições menos dignas. O evangelho nos ensina o altruísmo, a cooperação, o amor, o plano de levar as cargas uns dos outros e cada um levando ao mesmo tempo sua própria carga. Só com o plano de cooperação podemos alcançar e praticar o princípio de levar as cargas próprias e as dos outros.

Quanto á relação entre a convenção e as igrejas, cabe uma palavra aqui.

Em primeiro lugar a convenção não é superior à igreja. A igreja é autônoma e suprema nas suas decisões. As Convenções não mandam nem se impõem às igrejas; podem, porém, recomendar e até onde está no dever da igreja, espera a sua cooperação, pois os planos da Convenção são os planos gerais das igrejas e se uma fugir à cooperação, dificultará as outras. Mas à igreja assiste o direito de aceitar, modificar, vetar ou repelir as recomendações da convenção, se estas exorbitam do cunho de cooperatividade e se reveste de intenções secundárias. A relação entre elas é de boa vontade, de ambas as partes, de cooperação franca e leal na extensão do reino de Deus. Daquilo que é responsabilidade direta da igreja, no sustento da causa de Cristo ela não deve fugir, porque é recomendação da convenção. Não, ela deve ter entendimento e bom senso, senão tudo isto seria uma nulidade inteiramente dispensável e inconveniente. Mas deve reagir e protestar quando os seus direitos e autonomia forem conspurcados pela convenção. E moralmente tem o dever de cooperar enquanto não se retirar da cooperação e da convenção, naquilo que é justo e direito e que ela se sente devedora ao reino de Deus, em obediência a Cristo.

Quanto à relação do pastor para com a convenção pode-se estabelecer dentro dos três tópicos seguintes: 1 — como pastor de uma igreja que coopera com a convenção; 2 — como mensageiro da igreja à convenção; 3 — como membro da diretoria da convenção.

No primeiro caso êle tem o dever precípuo de cooperar, em guiar e instruir a sua igreja no cumprimento do seu dever; deve colocar-se ao lado da Causa para que os planos gerais e de cooperação não sofram. Porque de outro modo se prova um obreiro relapso, sem boa vontade para com a Causa, sem compreensão clara da sua posição de guia e de ensinador e de líder, sem visão da sua responsabilidade e dos seus privilégios. Torna-se um obreiro acanhado, egoísta, pequeno, incapacitado de uma missão tão alta a que êle não dá nenhuma importância nem valor. E' melhor desocupar o lugar de obreiro cooperador que fazer de sua igreja uma massa em suas mãos para fazer só a sua vontade e não a vontade de Cristo e deixar de hipocrisia.

No caso de mensageiro êle reune os interêsses da Causa e da sua igreja perante a convenção. Não foi enviado para fazer política e às vêzes politicagem, com o fim de alcançar uns tantos privilégios pessoais e para o seu grupo. Quando isto acontece é uma infelicidade e um grande perigo para a Causa, para a igreja e para o próprio mensageiro. Tudo pelo bem e para o bem da causa sacrossanta do bendito Salvador Jesus Cristo.

Que Deus nos livre de politicagem de qualquer espécie, indigna nos interêsses da nossa posição de mensageiro à convenção, pois que aquilo que Deus não plantou será arrancado com grande prejuízo para o indivíduo. Também não deve entrar em cada questão e discutir cada assunto que se levante nas reuniões convencionais, só pelo prazer de discutir, de contrariar, de obstruir. Muitos assim o fazem. Não têm noção do que estão discutindo nem sabem porque o fazem, sem o menor interêsse, mas para se exibirem, para aparecerem e figurarem no plenário e nas atas. Muito disso acontece nas nossas convenções.

Também não deve ficar indiferente e deixar o barco ir sem direção, por exagerada modéstia e não querer falar quando outros o fazem. E' de seu dever opinar quando para o bem e conscientemente e com bom senso. Seu ponto

de vista deve ser o da Causa e não o seu interêsse pessoal ou da sua política particular. E na discussão não deve ofender-se e retirar sua cooperação só porque a decisão final foi contrária à sua pretensão. Concordar com a maioria quando certa e dentro dos limites próprios, é seu dever de cristão.

Em caso de fazer parte da diretoria como presidente ou secretário ou qualquer outro cargo, êle é honrado, mas a honra não o coloca acima de ninguém. A posição não o reveste de poder eclesiástico. Êle é servo do povo de Deus. A sua atuação deve ser com humildade e sinceridade e não aproveitar-se da sua posição para defender pontos de vista pessoais e sentir-se chefe e cabeça, como se guiasse partido político. O mandato terminará com a eleição da diretoria na convenção seguinte.

REGULAMENTOS PARLAMENTARES

(Para a conveniência de inúmeras igrejas citamos o regulamento que tem servido para orientar as igrejas no Brasil há cinqüenta anos. E' tirado da obra, de edição esgotada, "Origem e História dos Batistas": Não deve servir como lei dos medas e persas, mas é a origem dos costumes que já prevalecem nas igrejas batistas brasileiras e serve apenas de uma norma tradicional que a experiência de cada igreja modificará ao seu gôsto e a sabedoria coletiva melhorará de acôrdo com os costumes mais sazonados e democráticos da praxe nacional. Deve ser necessário dizer que tudo isto é no terreno de costumes úteis, "coisas excelentes", Fil. 1:10, não de ordenanças divinas e imutáveis.)

REGULAMENTO

A harmonia e prosperidade de uma igreja dependem muito da exatidão e pontualidade com que são dirigidos os seus cargos. Tôdas as suas reuniões para a transação

de negócios, devem ser revestidas de ordem e dignidade, e conduzidas mais pròpriamente pelo espírito de culto devoto, do que pelo de negócio secular.

Aquela sabedoria que vem de cima deve ser invocada ansiosamente, e permitida a prevalecer sôbre todos os conselhos humanos. Frivolidade e contenção não devem ter lugar em ocasiões tão sagradas, enquanto cada um busca, não as suas próprias, mas "as coisas que são de Jesus Cristo".

Nota 1ª. — O pastor, em virtude de seu ofício é moderador de tôdas as reuniões da igreja. Mas em sua ausência, ou a seu pedido, um outro membro pode ser escolhido para preencher o lugar.

Nota 2ª. — Cada igreja determinará que número constituirá um *quorum;* mas nenhum negócio importante deve ser feito sem que a maioria dos membros esteja presente.

I. ORDEM DOS NEGÓCIOS

1. A reunião será aberta com a leitura das Escrituras Sagradas, cânticos e oração; o mesmo, como se faz nas reuniões para culto.

2. Se houver pessoas que se apresentem para serem recebidas como membros, isto será feito primeiramente.

A *experiência* dos candidatos para o batismo será ouvida, e as *cartas* daqueles de outras igrejas da mesma fé e ordem, que desejam unir-se, serão lidas.

Nota 3ª. — E' costume que os candidatos se retirem, enquanto a igreja considera e vota sôbre a sua petição.

Nota 4ª. — Na maior parte das igrejas é também costume que tôdas as pessoas exceto os membros da igreja, se retirem da reunião, durante a sessão, salvo se forem especialmente convidadas a assistir.

3. Depois será feita a leitura das atas da última reunião. Isto é pròpriamente o primeiro *item* de negócios, mas é ordinàriamente deferida, quando há candidatos para unir-se com a igreja, até depois de sua recepção. Se há alguns erros ou omissões nas atas, são corrigidas, e aprovadas, por votação, ou sem ela, ninguém objetando.

4. Cartas de recomendação e demissão serão concedidas, estando em inteira comunhão, aos que desejarem unir-se com outras igrejas da mesma fé e ordem.

5. Os negócios incompletos da última reunião serão despachados ou considerados.

6. Os relatórios de tôdas as comissões prèviamente nomeadas serão recebidos em sua ordem.

7. Novos negócios de qualquer espécie apresentados. Qualquer membro pode chamar, ou propor qualquer novo negócio; mas se êste fôr de uma natureza especial e importante, o membro deve primeiramente consultar o pastor, diáconos, ou outros irmãos judiciosos a êste respeito.

Nota 5ª. — Ainda que a igreja não deva fazer coisa alguma de que ela tenha mêdo ou vergonha do mundo saber, todavia cada membro deve considerar-se ligado pela honra de um cristão, não publicar ou repetir àqueles que são de fora, os negócios particulares da igreja.

Nota 6ª. — A estabelecida ordem dos negócios pode ser mudada, por conveniência, em qualquer reunião por votação, ou sem ela ninguém fazendo objeções.

II. REGRAS DE ORDEM

1ª. Moções

a. Todo negócio deve ser apresentado por uma *moção,* — e por escrito, se assim fôr requerido, — a *moção* há de ser *feita* por um membro e *aprovada* por outro.

b. Uma questão não pode ser discutida senão depois da *moção,* e *aprovação,* e seu anúncio distinto pelo moderador.

c. Depois que uma moção está perante a igreja, o motor não pode retirá-la, exceto por concenso da maioria.

d. Uma moção deve incluir uma só *proposição distinta* ou questão. Se contém mais de uma, deve ser *dividida* a pedido de qualquer membro, e as questões tratadas separadamente.

e. Uma moção perante a igreja tem de ser *posta* à votação, senão retirada, posta sôbre a mesa, ou deferida.

f. Uma moção *perdida* não deve ser *registada* nas atas, exceto assim ordenado pela igreja naquela reunião.

g. Uma moção perante a igreja tem de ser *posta à votação,* senão sob circunstâncias da necessidade peculiar.

h. Enquanto uma moção está em debate, nenhuma outra pode ser admitida, exceto uma moção, para *emendar, substituir, entregar a uma comissão, adiar, pôr sôbre a mesa, para a prévia questão, ou para encerrar.*

i. Estas últimas moções nomeadas não podem ser interrompidas por qualquer outra moção, exceto *para emendar,* o que pode ser feito por especificar *tempo, lugar ou próposito.*

j. Nem podem ser admitidas essas moções a interromper ou invalidar qualquer outra, porém uma *para encerrar* está sempre em ordem (exceto enquanto alguma pessoa *tem a palavra*), e por conseguinte são inválidas tôdas as outras.

2ª. Fala

a. Qualquer pessoa falando sôbre uma questão *levantar-se-á e dirigir-se-á ao moderador.*

b. Se *dois* membros levantam-se *para* falar ao mesmo

tempo, dá-se ordinàriamente a preferência àquele que está *mais longe* do moderador.

c. Ninguém deve ser interrompido enquanto está falando, exceto se êle estiver fora de ordem, ou para pedir, ou fazer explicações.

d. Nenhuma linguagem áspera ou desrespeitável será pronunciada pelos relatores e oradores, ou permitida pelo moderador.

e. Qualquer membro, usando linguagem imprópria, ou introduzindo assuntos impróprios, outrossim, fora da ordem, o moderador, ou qualquer membro, o chamará à ordem e êle *tomará seu assento,* ou se conformará às regras.

f. Um relator ou orador pode conceder a outros perguntar questões, ou fazer explicações; mas se êle *concede a palavra* a outro orador, não terá direito a falar outra vez.

3ª. Emendas

a. Podem ser feitas emendas às moções por *entregar ao estudo de uma comissão, aumentar,* ou *substituir,* palavras ou sentenças.

b. As emendas à *emenda* poderão ser feitas, mas são raramente necessárias, e devem ser evitadas.

c. A *emenda* será discutida e votada *primeiro,* e então a resolução original como emendada.

d. Nenhuma emenda será feita, quando esta *mudar essencialmente* a natureza ou desígnio da resolução original.

e. Mas um *substituto* poderá ser oferecido para qualquer moção ou emenda sob debate, que possa ou não mudar a significação da moção.

4ª. Comissões

a. As comissões são nomeadas pelo moderador, a

pedido da igreja, ou pela igreja mesmo, e sua nomeação deve ser confirmada por votação.

b. Qualquer assunto ou negócio em debate poderá ser *entregue a uma comissão,* com ou sem instruções; a comissão *relatará* o resultado de suas investigações à igreja, e então a ação será tomada sôbre seu relatório e recomendações.

c. O *relatório* da comissão será *aceito* por votação, que simplesmente reconhecerá o serviço da comissão, e põe seu relatório perante a igreja para a sua ação. Depois, qualquer proposição ou recomendação distinta, incluida no relatório, será tratada separadamente, e poderá ser *adotada* ou *rejeitada*.

d. Muitas vêzes, quando as recomendações da comissão são de pouca importância, ou quando o relatório provàvelmente fôr aceitável geralmente, pode ser *aceito* e *adotado* por uma só votação.

e. Um relatório poderá ser entregue à comissão, com ou sem instruções, para mais longa investigação do assunto, ou apresentando-o em alguma forma mais provàvelmente aceitável à igreja.

5ª. Votação

a. A votação será feita *por levantar a mão,* ou *por — sim e não,* — o primeiro dos quais é preferível na maior parte dos casos.

b. Em casos de importância especial a votação por cédula será praticada.

c. Votação por *levantar-se* é também praticada quando é necessário contar os votos afirmativos e negativos.

d. O voto é chamado pelo moderador, primeiro o *afirmativo,* depois o *negativo,* tão lentamente que dê a

todos oportunidade de votar; êle então, distintamente anunciará se a moção é sustentada ou perdida.

e. Se a votação fôr igual e o anúncio do moderador fôr duvidoso, êle chamará à votação outra vez, ordinàriamente por *levantar-se,* e contará cada lado.

f. Os membros *sob disciplina* não devem notar nem tomar parte ativa nos negócios da igreja.

g. O moderador tem o direito de dar o *voto decisivo,* quando a reunião está igualmente dividida; mas êste direito deve ser raramente usado.

h. Todos os membros *devem votar* num lado ou outro, exceto aquêles sob disciplina, e outros que tenham razões para serem escusados.

i. Nenhuma moção, discussão, ou outro procedimento, pode ser admitido durante a votação.

6ª. Apelação

O moderador anunciará todos os votos, e decidirá tôdas as questões de ordem em debate, mas qualquer membro que não ficar satisfeito com sua decisão pode apelar para a igreja. Uma votação então será tomada para saber se ela sustenta ou não o "moderador". E' a decisão final da igreja.

7ª. Pôr sôbre a Mesa

A ação imediata e decisiva, sôbre qualquer questão, pode ser deferida por votação a *pôr* a resolução *sôbre a mesa*. Isto dispõe da matéria inteira para o presente, e ordinàriamente é, em efeito, uma demissão final dêle; não obstante, qualquer pessoa tem o direito, subseqüentemente, de chamá-la outra vez.

Algumas vêzes, todavia, uma resolução é posta na mesa para o presente, ou até um tempo especificado, para admitir outro negócio necessário.

8ª. Adiamento

Um *adiamento indefinido* é considerado equivalente a uma demissão final da questão. Mas uma questão poderá ser *adiada* para um tempo ou propósito especificado, e então resumida.

9ª. Questão Prévia

O debate poderá ser cortado por uma votação para tomar a *questão prévia,* que significa, que a questão prévia, original, ou principal sob discussão deve ser imediatamente votada sem respeito às emendas e questões secundárias, sem mais debate.

a. Se a moção para a questão prévia fôr *sustentada,* então a questão principal há de ser imediatamente votada sem debate.

b. Se a moção para a questão prévia fôr *perdida,* o debate precederá, como se tal moção não tivesse sido feita.

10ª. Não Discutível

Moções para a *questão prévia, para adiamento indefinido, submeter, pôr sôbre a mesa e encerrar,* não são discutíveis. Mas quando elas são modificadas por alguma condição de *tempo, lugar,* ou *propósito,* elas tornam-se disputáveis, e sujeitas às regras das outras moções. A igreja é todavia competente, por votação, a admitir debate sôbre tôdas as moções.

11ª. Reconsiderar

Uma moção para reconsiderar uma moção prèviamente votada deve ser feita por uma pessoa que votou em favor daquela moção, quando foi votada.

Se a igreja vota *reconsiderar,* então a moção original

é perante ela, como a primeira, e pode ser discutida, rescindida, ou reafirmada.

12ª. Será Discutida?

Se quando uma questão é introduzida um membro tem objeção à discussão dela como alheia, inútil, ou contenciosa, o moderador deve imediatamente propor a questão: *"Será esta questão discutida?"* E se votar-se no *negativo,* tôda a matéria será demitida.

13ª. A Ordem do Dia

A igreja pode decidir tomar algum negócio particular num tempo especificado. Então aquêle negócio torna-se a *ordem do dia* para o tempo especificado, e há de ser tratado quando chegar a hora, enquanto todo o negócio pendente será adiado em conseqüência.

14ª. Pela Ordem

Qualquer membro que suponha que o orador está fora da ordem, ou que a discussão está procedendo impròpriamente poderá em qualquer tempo levantar-se para um *pela ordem*. Êle deve distintamente relatar sua questão ou objeção, que o moderador decidirá.

15ª. Os Privilégios

Questões que se refiram aos *direitos* e *privilégios* da igreja e de seus membros são de importância primária e para o tempo tomam precedência a qualquer outro negócio, e é superior a tôdas outras moções exceto a de encerramento.

16ª. Regras Suspensas

Uma regra de ordem poderá ser suspensa por votação

da igreja para permitir a transação de negócios que não podem ser feitos de outro modo.

a. Uma moção simples, para encerrar, será sempre em ordem, exceto quando uma pessoa está falando, toma procedência de tôdas as moções, e não é discutível.

b. Uma igreja poderá encerrar a sessão num tempo especificado. Mas se nenhum tempo é mencionado, então está subentendido ser encerrada até o tempo de sua próxima reunião; ou se nenhum outro tempo tem sido determinado para uma reunião, então um encerramento sem a data é equivalente a uma dissolução.

c. Se a igreja vota para encerrar a uma hora especificada, não precisa votação quando chegar aquela hora. O moderador simplesmente anunciará que a reunião está encerrada.

(Capítulo XIX do livro "Manual das Igrejas" transcrito por ordem da Convenção para servir como espécie de Regulamento Interno da mesma.)

CAPÍTULO XIX

Organizações Batistas Extra Convenção

Essas organizações foram criadas por iniciativa de obreiros batistas, para atenderem às igrejas nas exigências de negócios que estão fora do programa de ação da Convenção Batista Brasileira. E para poderem existir perante a lei, tornaram-se independentes e autônomas na sua atuação, por adquirirem personalidade jurídica. Cada uma delas tem seus próprios estatutos e assembléia geral que orientam o seu "modo vivendi e faciendi". Perpetuam-se a si mesmas por eleição de sócios nas suas assembléias soberanas. E são ortodoxamente batistas. Elas apareceram por iniciativa de alguns crentes batistas, líderes e por necessidade de certas fases da obra.

1a. — *Associação Evangélica Denominada Batista do Rio de Janeiro*.

Estatuto aprovado em 24-9-1902.
Reformados em 8-6-1905.
" em 21-6-1922.
" em 30-6-1951.

Alguns missionários no princípio da causa batista no Brasil esbarram com o problema da aquisição para as igrejas. Elas surgiam, precisavam existir, ter séde, construir templos, comprar terreno, etc.

Não eram entidades jurídicas, eram pequenas, pobres, distanciadas, muita vez sem pastor, sem elementos em condições e sem capacidade legal.

Como resolver o problema? Torná-las pessoas jurídicas era lento e despendioso.

Assim sendo os missionários organizaram a Associação Evangélica Denominada Batista do Rio de Janeiro. Como nesse tempo a maioria das compras era feita com dádivas da Junta de Missões Estrangeiras de Richmond, U.S., foi necessário que na diretoria constassem elementos missionários. Mas nas últimas reformas dos estatutos, tôdas essas medidas que já não eram necessárias e causavam dúvidas a algumas pessoas foram tiradas, e hoje os Estatutos apresentam a Associação com a única finalidade de ser depositária das igrejas e seguradoura das propriedades, jurìdicamente.

Deixando-as com a liberdade de passarem para o seu próprio nome desde que sejam pessoa jurídica e façam as despezas com a transição. Vide artigos 2 e 3 dos Estatutos, à página 237.

Por muitos anos a A.E.B. foi de muitos préstimos às igrejas que até hoje conservaram em nome dela suas propriedades e nunca houve qualquer desgôsto ou tentativa de iludir a qualquer igreja, desmentindo dêsse modo propaganda de má fé que tem sido feita contra os seus bons desígnios.

A Diretoria é composta de cinco pessoas: A mesa e dois vogais.

Para aquisição, o tesoureiro pode assinar escritura pública ou dar procuração a terceiros, mas para alienar é necessário que tôda a mesa assine. Dificultando assim a possibilidade de alguém alienar propriedades e facilitando a aquisição.

A A.E. não tem nem bens, nem dinheiro, cada igreja ou instituição que precise de seus préstimos fará as despezas correspondentes ao seu caso. Em quase todos

os estados na República Brasileira e até em Portugal e Bolívia ela tem servido às igrejas.

A Associação Evangélica Denominada Batista do Rio de Janeiro reune-se em assembléia geral anualmente para relatórios e para eleger diretoria e novos sócios, quando é necessário substituir algum nome que saiu por morte, por retirar-se para o estrangeiro ou por ser eliminado de sua igreja, (pois só terá sócio se pertencer a uma igreja batista), ou voluntàriamente.

Se algum pastor ou igreja quiser os serviços da A.E.D.B. é só dirigir-se ao seu presidente que encaminhará o caso à diretoria ou à mesa e tudo que fôr justo e legal será feito.

Os sócios e os membros da diretoria nada recebem pelos seus serviços, muita vêz nem um "muito obrigado", senão às vêzes algumas críticas.

2a. — *Junta Patrimonial Batista do Sul do Brasil*

Estatuto de 1919.
Reformado em 9-7-1948.

Em agôsto de 1919 foi fundada no Rio de Janeiro uma sociedade civil de caráter religioso, com o nome de Junta Patrimonial Batista do Sul do Brasil.

Esta Sociedade abranje os seguintes estados do Sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, S. Paulo, Estado do Rio, Espírito Santo, Mato Grosso, Sul de Goiás e Distrito Federal.

Constituia-se de um obreiro brasileiro e um missionário de cada estado; se houvesse dois missionários do estado que fôssem sócios, então seria o mesmo número de brasileiros.

Esta base foi alterada na última reforma do Estatuto, para mínino de sócios 18, máximo 36, de brasileiros e missionários indistintamente. O fim da Junta era con-

seguir fundos de três fontes principalmente: dádivas, juros e depósitos de igrejas e instituições batistas e emprestar, às igrejas batistas, dinheiro para compra de terreno, construção de templo, casa pastoral, reformas, mobílias ou equipamentos e casas escolares e também emprestar à instituições batistas: colégios, seminários, orfanatos, hospitais, Casa Publicadora.

Na última reforma êste direito foi extendido às Juntas Missionárias, isto é, de Missões Nacionais e Missões Estrangeiras da C.B.B.

Para que a igreja possa pedir empréstimo, ela tem de ser cooperadora com a Junta em fazer nela os seus depósitos, e com a denominação em todo o programa da Convenção Batista Brasileira. Se a igreja não cooperar, não tem o direito de esperar cooperação.

A Junta no seu regimento interno estabelece cinco bases em que pode fazer empréstimos. Se a igreja deseja comprar terreno, deve ter 70% do custo do mesmo e a Junta empresta 30%; se quer comprar terreno com a casa adptável ao trabalho do seu culto, terá 40% de capital, a Junta emprestará 60%; se o empréstimo fôr para construir templo, deve ter o terreno pago e 30% do orçamento da obra; para reformas e equipamento fica a critério da diretoria da Junta, e há ainda um modo que se chama comodato, isto é, a Junta faz aquisição em seu nome e faz um contrato especial com a igreja, êste método só se dará em casos especiais a juízo da diretoria.

Está claro que qualquer dessas modalidades fica sujeita às condições econômicas da Junta.

A Junta faz algumas exigências necessárias para votar o empréstimo. A igreja ou instituição suplicante recebe da Junta uma fórmula que será respondida nos seus quisitos; o pedido deve ser votado em sessão pública regular ou extraordinária da igreja, o extrato da ata dessa sessão será juntado à fórmula. Em seguida a Junta exige o endôsso da organização executiva da convenção estadual

ou qualquer outro endossante que satisfaça; por exemplo, no Distrito Federal a Junta Executiva da C. do D.F., no Estado do Rio da Sociedade Patrimonial Batista, e assim por diante.

Êsse endôsso é uma cooperação que tem mais de uma finalidade. A Junta não conhece as igrejas no interior, mas a organização estadual sabe as condições financeiras da igreja e suas possibilidades de pagar. Êste método estabelece uma maneira das igrejas se interessarem umas pelas outras e de ajudarem-se umas às outras, etc.

A Junta pede a escritura em nome da Associação Evangélica como garantia, pois ela é lida como capital das igrejas e é responsável por êle para com elas, terá de dar contas, por isso os empréstimos devem estar bem assegurados; se a igreja é pessoa jurídica terá de sujeitar-se a uma hipoteca.

A maneira de pagar é pela tabela Price no prazo estipulado pelas duas entidades; não indo nos casos maiores a mais de 10 anos, pagos em prestações mensais.

A igreja vota o pedido, preenche a fórmula referida, assinada pela sua diretoria e com o extrato da ata envia à organização que endossa o pedido. Esta julga as possibilidades e necessidades da igreja e recomenda o empréstimo datado e assinado por sua diretoria e a envia à séde da Junta: Caixa Postal 320, Rio de Janeiro — sala 15 — 1º andar da Casa Publicadora Batista; aí entrará numa fila e será considerado logo que a Junta possa votar o empréstimo.

Votado, a Junta comunica à igreja o fato e lhe envia duas cópias de um contrato que se compromete a pagar em prestações tais em tal prazo; êsse contrato será selado na 1a. via com sêlo proporcional, assinado pela diretoria da igreja e devolvido à Junta, então a igreja autorizará ao pastor ou a quem quer que seja o levantamento do dinheiro em parcelas ou como fôr combinado. Os pagamen-

tos serão feitos na séde da Junta; a outra cópia fica no arquivo da igreja.

A Junta perpetua-se a si mesma em assembléia geral anualmente, quando se elege nova diretoria, novos sócios, ouvem-se relatórios do movimento do ano passado e se tratam dos interêsses gerais da Junta. Para facilitar a assembléia se reune no tempo da reunião da Missão do Sul do Brasil.

A diretoria consta de um presidente, e mais três vices, dois secretários arquivistas e um secretário-tesoureiro. Êste tem seu cargo permanente, enquanto servir bem. As reuniões da diretoria se realizam tôda vez que isso fôr necessário e só delibera com cinco membros.

Os sócios não recebem ordenado nem qualquer vantagem econômica. Os que recebem alguma coisa recebem a título de "prolabore".

A Junta nesses 36 anos já emprestou aproximadamente 40 milhões de cruzeiros.

Os estados que mais têm recebido são: D. Federal, Est. do Rio, S. Paulo, Minas e Espírito Santo, e assim por diante.

A Junta não é filiada a C.B.B., mas tem feito uma colaboração com as igrejas dessa convenção no Sul do Brasil. Pelo seu estatuto, pelo seu nome e pelas suas finalidades é profundamente batista e vive para a causa de Cristo entregue aos batistas. Ela tem recebido quase todo o seu capital da Junta de Richmond; o que recebe dos juros é pouco, pois êstes têm sido muito baixos e quase só dão para as despesas.

A Junta continua servindo com o mesmo amor e interêsse; apesar de mal-entendidos e críticas descabidas.

Imprensa Bíblica Brasileira

A Imprensa Bíblica Brasileira nasceu de uma grande escassez de Bíblias no Brasil, durante e logo após a grande guerra. A "alma-mater" de tão abençoada organização foi o saudoso irmão missionário T.B. Stover. Êle como diretor Geral da Casa Publicadora Batista do Rio estava em contato com o público que procurava a Bíblia e não a encontrava para adquirir. A abençoada Sociedade Bíblica do Brasil ainda com o antigo nome, diante das maiores dificuldades que a guerra produziu, não conseguia Bíblias bastante para atender as necessidades do povo. Então o dr. Stover cogitou da possibilidade de serem impressas no Brasil Bíblias para amenizar a situação de escassez, e pôs-se em ação para a execução do plano. Buscou entendimento com o então secretário Executivo da Sociedade Bíblica Americana e depois de diversas tentativas não foi possível chegar-se a qualquer resultado prático. Pensou então na organização de uma entidade que tentasse publicar Bíblias no Brasil; lutou muito para remover os óbices do caminho.

Finalmente conseguiu apoio e financiamento da Junta de Missões Estrangeiras de Richmond, U.S.A.

Foi então organizada na data própria uma entidade jurídica com o nome de: "Imprensa Bíblica Brasileira", composta de 15 membros, em parte de missionários da Junta de Missões Estrangeiras, U.S. e em parte de obreiros brasileiros.

Assim é que o autor dêste foi feito sócio e tem ocupado por eleições sucessivas o lugar de presidente.

A princípio alguns pensaram que a Imprensa Bíblica Brasileira era uma concorrente ou competidora da S.B. do Brasil e por causa disso se opuseram e fizeram campanha contrária à sua existência e planos para o futuro. Quando aquêles que a fundaram nunca tiveram outro propósito se não da cooperação franca e leal com os irmãos que há tantos anos distribuem a Bíblia no Brasil, não sòmente colaborar mas suplementar de modo que o povo tivesse Bíblias para ler.

Graças a Deus a obra foi iniciada e tem tomado vulto, tendo o privilégio de ter sido a primeira que publicou a Bíblia tôda em português e na fonética simplificada no Brasil. Neste particular levou a palma.

Nunca teve em mente prejudicar os planos da Sociedade Bíblica do Brasil e é tanto verdade que as nuvens se têm desfeito e a compreensão e o entendimento vão se estabelecendo cada vez melhor.

As igrejas batistas e de outras denominações têm dado o seu apoio e também muitos obreiros, e têm não só comprado as nossas produções como têm cooperado com contribuições volutárias no dia da Bíblia.

As igrejas batistas fizeram como era de esperar, apoiaram a nossa obra e de modo nenhum desmereceram sua colaboração com a Sociedade Bíblica do Brasil, conforme os dois últimos relatórios do dia da Bíblia, pois a maior contribuição para a Sociedade Bíblica do Brasil foi delas, mostrando e compreendendo assim que ambas são necessárias e o que ambas produzem ainda é insuficiente para atender a procura do público.

Ata da Assembléia Geral

Aos dez dias do mês de dezembro de 1943, às quatorze horas, reunidos nesta cidade, no prédio na rua Paulo Fernandes, número 24, os srs. Manoel Avelino de Souza, Asa Routh Crabtree, Stephen Lawton Watson, William Edson Allen, William Hafford Berry, William Coleman Harrison, Almir dos Santos Gonçalves, Alberto Mazoni Andrade, Jack Jimerson Cowsert, Joseph Arnold Harrington, A. Ben Oliver, Waldemar Zarro e Thomas Bertram Stover, assumiu a presidência da reunião o sr. Asa Routh Crabtree, que convidou para secretário da mesa o sr. Jack Jimerson Cowsert. A seguir disse o sr. presidente que o fim da reunião era para que deliberassem a fundação da Sociedade Civil "Imprensa Bíblica Brasileira". Assim passou a ler os estatutos que organizara, do teor seguinte; "Estatutos da "Imprensa Bíblica Brasileira", Sociedade Civil — Art. 1 — Sob a denominação "Imprensa Bíblica Brasileira", fica constituída, nesta data, uma sociedade civil, a qual reger-se-á por êstes estatutos e pela legislação civil que lhe fôr aplicável. Art. 2 — A Sociedade tem caráter religioso e o seu fim, sem visar lucros, é imprimir a Bíblia Sagrada, no todo ou por partes, para ser oferecida ao público, gratuìtamente ou a preços eqüi-

tativos, a título de propaganda do evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo. Art. 3 — A duração da sociedade é por prazo indeterminado. Art. 4 — A sede da sociedade é nesta cidade do Rio de Janeiro. Art. 5 — O fundo social será constituído de donativos e espórtulas dos sócios ou de pessoas estranhas à sociedade, aceitos a juízo do Corpo de Diretores, e da sua receita, proveniente das vendas de suas publicações previstas nestes estatutos. Art. 6 — A sociedade será administrada por quinze sócios designados Corpo de Diretores, sendo os primeiros nove indicados pela Missão Sul do Brasil (South Brasil Mission), os quais nomearão os demais na assembléia geral constituinte da sociedade. Parág. 1º — O Corpo de Diretores elegerá, entre os seus membros, uma Mesa Executiva, composta de um Presidente, um 1º Vice-presidente, um 2º Vice-presidente, um 1º Editor, um 2º Editor, um Gerente-Tesoureiro e dois Secretários Arquivistas. Parág. 2º — A duração do mandato do Corpo de Diretores é por tempo indeterminado. Parág. 3º — São considerados fundadores da Sociedade e ficarão empossados nos cargos para que forem indicados ou nomeados, os sócios que comparecerem à assembléia geral constituinte e assinarem a respectiva ata. Parág. 4º — Os sócios, inclusive os do Corpo de Diretores, só perderão os seus direitos e cargos a pedido, por faltarem às reuniões, por se ausentarem do país, definitivamente, ou quando assim deliberar o Corpo de Diretores, por dois têrços de votos. A admissão de novos sócios será feita mediante proposta de três diretores, aprovada por maioria de votos, em reunião ordinária dos sócios. As vagas no Corpo de Diretores serão preenchidas pelo voto de dois têrços do Corpo de Diretores, em reunião ordinária. Parág. 5º — Os sócios não respondem subsidiàriamente, pelas obrigações sociais, contraídas regularmente de acôrdo com êstes estatutos, nem perceberão remuneração alguma, pelos serviços prestados. Parág. 6º — Haverá, anualmente,

uma reunião ordinária dos sócios, em dia e hora designados pelo Presidente da Mesa Executiva, para leitura de relatórios, prestação de contas da administração, eleição da Mesa Executiva e para tratar de quaisquer assuntos de interêsse social, e tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias a pedido do Gerente-Tesoureiro ou de dois diretores. Parág. 7º — *O quorum* do Corpo de Diretores, para as reuniões ordinárias ou extraordinárias dos sócios, será de dois têrços, podendo qualquer dos diretores fazer-se representar por procuração dada a um dêles. Parág. 8º — O mandato do Presidente, dos Vice-presidentes, e dos Secretários Arquivistas será pelo prazo de um ano, que coincidirá com a reunião ordinária, e a dos Editores e Gerente-Tesoureiro por prazo indeterminado. Art. 7 — A Sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, pelo Gerente-Tesoureiro. Art. 8 — Aos Diretores compete desempenhar as atribuições próprias de seus cargos, conforme especificam com os parágrafos seguintes: Parág. 1º — Ao Presidente compete convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias dos sócios e praticar todos os atos inerentes ao exercício do seu cargo, como de direito, e aos 1º e 2º Vice-Presidentes auxiliarem e substituirem, nessa ordem, o Presidente, nos casos de ausência ou impedimento. Parág. 2º — Ao Gerente-Tesoureiro compete, além da representação da sociedade, de acôrdo com o Art. 7, ter sob a sua guarda todos os fundos da sociedade, ocorrer as despesas e pagamentos autorizados pelo Corpo de Diretores, organizar o expedimento e empregar o pessoal necessário ao bom andamento, digo bom sucesso dos trabalhos da sociedade, de acôrdo com os Editores. Parág. 3º — Compete aos Editores dirigir os trabalhos de versão e revisão da Bíblia Sagrada, reduzindo os resultados à forma própria para os compositores, assim como conferir a revisão final das provas tipográficas, observadas as determinações do ar-

tigo 9. Art. 9 — A Mesa Executiva, de acôrdo com o 1º e 2º Editores, prestará o seu concurso aos serviços de que trata o art. 8, parág. 3º. Art. 10 — Os estatutos da sociedade poderão ser reformados, ainda que no tocante à administração, em reunião ordinária, quando a convocação fôr feita, também, para êsse fim, ou em reunião extraordinária, especialmente convocada, sendo a convocação feita, em qualquer dos casos, com antecedência de trinta dias, ficando estipulado, porém, expressamente, que os arts. 2 e 10 não poderão ser alterados. O *quorum* necessário do Corpo de Diretores, para essas assembléias, será de dois têrços. Art. 11 — A sociedade manterá relações de cooperação com a Missão Sul do Brasil (South Brazil Mission) e lhe remeterá, anualmente, um relatório informativo do seu movimento financeiro e das suas atividades em geral. Art. 12. — A sociedade poderá ser dissolvida pelo voto de dois têrços de seus sócios, presentes, também, à respectiva assembléia geral extraordinária, dois têrços do Corpo de Diretores, ou por motivo estabelecido em lei. No caso de dissolução, satisfeito o passivo, o ativo líquido apurado será entregue à Missão Sul do Brasil (South Brazil Mission), de preferência a qualquer outra, e não sendo isso possível, à Associação Evangélica denominada Batista, do Rio de Janeiro. Art. 13 — A Mesa Executiva redigirá um regimento interno para os seus trabalhos, o qual será submetido à aprovação do Corpo de Diretores. Art. 14 — O Corpo de Diretores resolverá os casos omissos nestes estatutos. Art. 15 — Êstes estatutos entrarão em vigor logo depois de devidamente registrada a sociedade, como pessoa jurídica, no "Registro de Títulos e Documentos".

Terminada a leitura, disse o Sr. Presidente que os estatutos estavam em discussão. Como ninguém pedisse a palavra para discutí-los, os submeteu à votação, sendo unânimemente aprovados. Declarou então, o Sr. Presidente, constituída nesta cidade, digo, nesta data, a

sociedade civil "Imprensa Bíblica Brasileira", nos têrmos dos estatutos aprovados, acima transcritos. Em seguida, propôs o Sr. Manoel Avelino de Souza fôssem os presentes declarados sócios fundadores da sociedade e que a diretoria definitiva da sociedade fôsse a seguinte: — Asa Routh Crabtree, Presidente; Manoel Avelino de Souza, 1º Vice-presidente; William Hafford Berry, 2º Vice-presidente; Jack Jimerson Cowsert, 1º Secretário Arquivista; Waldemar Zarro, 2º Secretário Arquivista; Stephen Lawton Watson, 1º Editor; William Edson Allen, 2º Editor; e Thomas Bertram Stover, Gerente-Tesoureiro. Submetida essa proposta à discussão, manifestaram-se todos favoráveis a ela, pelo que o Sr. Presidente declarou que a considerava aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a todos o seu comparecimento e suspendeu os trabalhos da reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a reunião, foi esta ata lida, achada conforme, unânimemente aprovada e assinada por todos os presentes.

a) A. R. Crabtree — Presidente
Manoel Avelino de Souza — 1º Vice-presidente
William H. Berry — 2º Vice-presidente
Jack Jimerson Cowsert — 1º Secretário
Stephen Lawton Watson
William Edison Allen
Almir S. Gonçalves
Thomas Bertram Stover — Tesoureiro-Gerente
William Coleman Harrison
Alberto Mazoni Andrade
J. A. Harrington
A. Ben Oliver
Waldemar Zarro

Estatutos da Associação Evangélica Denominada Batista no Rio de Janeiro

DENOMINAÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º — A Associação com séde no Rio de Janeiro, chamar-se-á "Associação Evangélica, denominada Batista, no Rio de Janeiro".

Art. 2º — Esta instituição terá por finalidade adquirir por compra, doação, herança e qualquer outro meio em Direito admitido, quaisquer bens móveis e imóveis e usá-los na manutenção e promoção do culto de Deus onipotente, em conformidade com as doutrinas e práticas das igrejas cristãs denominadas batistas. No desempenho dessa finalidade, poderá possuir e administrar casas de culto, residências pastorais, hospitais, estabelecimentos de ensino e quaisquer outras propriedades.

§ 1º — Poderá ainda a Associação, ao adquirir qualquer propriedade, declarar no respectivo título que a mesma se destina ao uso de determinada igreja ou instituição, estabelecendo as condições em que tal uso é concedido:

§ 2º — Respeitada sempre a sua finalidade, poderá também dar em comodato as propriedades que adquirir.

Art. 3º — E' facultado à igreja ou instituição que estiver na posse de determinada propriedade, cuja aqui-

sição tenha direta ou indiretamente financiado, transferí-la para o seu próprio nome, pagos os débitos que onerarem dita propriedade; as despesas decorrentes da transferência, com sêlos, emolumentos, custas e impostos, bem como outras que se tornarem necessárias, correrão por conta exclusiva da organização interessada.

Parágrafo único — Nas transferências previstas neste artigo, deverão sempre ser ressalvados os direitos de terceiros e observada a legislação vigente.

DOS SÓCIOS

Art. 4º — Qualquer membro de igreja batista poderá ser sócio da Associação, desde que eleito pelos votos de dois têrços dos sócios presentes a qualquer assembléia geral ordinária, inclusive os representados por procuração.

Art. 5º — Perderão a qualidade de sócio os que: a) — deixarem de ser membros de igreja batista. b) — renunciarem, dando disso conhecimento por escrito à Mesa Administrativa; c) — faltarem a duas assembléias ordinárias sem justificação por escrito; d) — forem excluídos, por motivo justo, mediante o voto de dois têrços dos sócios presentes e representados por procuração.

Art. 6º — Os sócios não perceberão quaisquer lucros, ordenados ou gratificações por exercerem as obrigações de sócio, nem responderão subsidiária nem solidàriamente pelas obrigações financeiras assumidas pela Associação.

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º — A administração será exercida: a) — pelas assembléias gerais dos sócios; b) — por uma Mesa Administrativa.

Art. 8º — A Associação se reunirá anualmente em

tempo e lugar que forem determinados pela Mesa Administrativa.

§ 1º — A convocação de qualquer assembléia será feita por meio de carta registrada e, com trinta dias de antecedência, pelas colunas de "O Jornal Batista";

§ 2º — O "quorum" para a realização da Assembléia será de dois têrços dos sócios;

§ 3º — Os sócios ausentes poderão ser representados por procuração a ser passada a um dos sócios presentes, preferìvelmente por instrumento público.

Art. 9º — Poderá ainda a Mesa Administrativa convocar assembléias extraordinárias sempre que se tornar necessário, observados os parágrafos do artigo anterior.

Art. 10º — O órgão executivo da Associação será constituído por uma mesa administrativa, composta de um presidente, um secretário, um tesoureiro e dois vogais.

Parágrafo único — No recesso de duas assembléias ordinárias anuais, caberá aos demais membros da Mesa Administrativa eleger um sócio para a vaga que ocorrer.

Art. 11º — Incumbe à Mesa Administrativa: a) — administrar todos os bens móveis e imóveis dos quais a Associação fôr proprietária; b) — comprar, alienar e onerar imóveis e móveis, assinando para isto as necessárias escrituras; c) — representar a Associação em Juízo e fora dêle, bastando, entretanto, para a aquisição de imóveis ou móveis a presença do Presidente ou do Tesoureiro.

Art. 12º — Ao Presidente compete convocar e presidir às reuniões da Assembléia Geral e da Mesa Administrativa.

Art. 13º — Ao Secretário incumbe expedir correspondência aos sócios e redigir as atas das reuniões da

Mesa Administrativa e das assembléias gerais, assinando-as juntamente com o presidente.

Art. 14º — Ao Tesoureiro incumbe: a) — receber devidamente em nome da Associação, quando autorizado pela Mesa, quaisquer valores ou propriedades, bens, móveis e imóveis, assinando os competentes recibos e escrituras e podendo subestabelecer procurações para tal fim; b) — ter em ordem os livros da tesouraria e arquivados todos os documentos sôbre qualquer transação da Associação, dando relatórios, balanços e balancetes, bem como exibir o arquivo da tesouraria sempre que o exigir a Mesa ou a Assembléia.

Art. 15º — O Tesoureiro responderá pelos valores que lhe forem confiados.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º — Esta Associação poderá ser dissolvida por ato legal das autoridades públicas ou em assembléia ordinária anual por voto de dois têrços dos sócios, assegurados os direitos de terceiros e especialmente das igrejas e instituições que tiverem bens entregues à sua guarda.

Parágrafo único — No caso de dissolução, pagas tôdas as dívidas, o restante do patrimônio será empregado pela Mesa Administrativa como melhor entender, para o desenvolvimento da causa evangélica no Brasil.

Art. 17º — Qualquer alteração nos presentes Estatutos só poderá ser introduzida pelo voto de dois têrços dos sócios presentes ou representados por procuração em assembléia geral ordinária e só se tornará efetiva depois de cumpridas as formalidades legais.

Art. 18º — As alterações ora introduzidas nos presentes Estatutos não prejudicarão em hipótese alguma direitos adquiridos por terceiros nem modificarão a situação jurídica das propriedades já entregues à sua guarda, na forma do regime anteriormente observado.

Estatutos da Junta Patrimonial Batista do Sul do Brasil

CAPÍTULO I (Da sociedade e seus fins)

Art. 1º. — Sob a denominação de "Junta Patrimonial Batista do Sul do Brasil", fica fundada uma sociedade que será regida pelos presentes estatutos.

Art. 2º. — A Sociedade tem por fim:

§ 1º. — Ser depositária legal do dinheiro, apólices, ações e outros quaisquer valores que para esse fim receber da "Junta de Missões Estrangeiras" de Richmond, Va., Estados Unidos da América do Norte, de outras Sociedades Batistas, nacionais ou estrangeiras, de Igrejas Batistas e de outras quaisquer instituições denominacionais, que estejam de acôrdo com os presentes estatutos.

§ 2º. — Receber donativo das instituições de que fala o parágrafo anterior e bem assim de qualquer crente ou amigo do Evangelho, a juízo da Diretoria.

§ 3º. — Administrar e movimentar as quantias em seu poder, inclusive os depósitos e donativos a que aludem os parágrafos anteriores emprestando às Igrejas, estabelecimentos de ensino, hospitais e outras instituições batistas do chamado Campo Sul do Brasil, bem como, em casos especiais, às Juntas da Convenção Batista Brasileira, o dinheiro necessário para a compra de terrenos e mo-

biliários, construção e reforma de edifícios, direta ou indiretamente necessários ao exercício das respectivas atividades.

§ 4º. — O modo e as condições para obtenção dêsses empréstimos e as garantias que devem ser dadas pelos contraentes serão estipuladas pela Diretoria em Regulamento especial.

Art. 3º. — A duração da Sociedade será por tempo indeterminado, podendo a mesma ser dissolvida por ato emanado do govêrno do país, ou por deliberações da "Assembléia Geral", de acôrdo com os presentes Estatutos.

Art. 4º. — A sede social será para todos os efeitos legais, a cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II (Dos sócios)

Art. 5º. — Poderão ser sócios os crentes batistas, membros em pleno gôzo dos seus direitos, de alguma Igreja da Denominação localizada no Distrito Federal ou nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Sul de Goiás, os quais constituem o denominado "Campo Batista do Sul do Brasil".

Parágrafo único. — A Junta terá no mínimo dezoito sócios e no máximo trinta e seis. O primeiro grupo de dezoito será integrado por dois crentes batistas de cada uma das unidades federativas retro-aludidas, sendo um brasileiro e outro, sempre que possível, missionário enviado pela "Junta de Missões Estrangeiras de Richmond", Va., Estados Unidos da América do Norte. Os excedentes de dezoito, até a máxima prevista, devem ser membros de Igreja Batista do Campo Sul do Brasil, não havendo, todavia, discriminação entre brasileiros e missionários nem limitação por unidade federativa.

Art. 6º. — Perderão o direito de sócios e serão eliminados do respectivo quadro, sendo considerados também exonerados dos cargos que porventura ocuparem os associados que forem excluidos da Igreja a que pertencerem ou tirarem carta demissória para alguma Igreja da mesma fé e ordem que não esteja localizado no "Campo Batista do Sul do Brasil".

§ 1º. — Os sócios ausentes da região sul do Brasil na ocasião das assembléias, não serão computados para efeito de "Quorum".

§ 2º. — Os sócios que faltarem a duas assembléias sucessivas sem motivo justificado perderão automàticamente os direitos inerentes a essa qualidade.

CAPÍTULO III (Dos deveres e direitos dos sócios)

Art. 7º. — São deveres dos sócios:

§ 1º. — Cumprirem fiel e diligentemente as disposições dos presentes Estatutos.

§ 2º. — Aceitarem e exercerem com zêlo e atividade os cargos para os quais forem eleitos.

§ 3º. — Comparecerem, salvo por motivo imperioso em contrário, às reuniões da "Assembléia Geral" e às da Diretoria, quando dela fizerem parte.

Art. 8º. — São direitos dos sócios:

§ 1º. — Votar e ser votados para qualquer cargo, de acôrdo com os Estatutos.

§ 2º. — Discutir e votar tôdas as questões sujeitas à deliberação da "Assembléia Geral".

§ 3º. — Propor quaisquer medidas que julgar convenientes aos interêsses sociais.

§ 4º. — Assistir às reuniões da Diretoria, não podendo porém tomar parte nas discussões e deliberações.

§ 5º. — Fazer-se representar por outro sócio e mediante procuração nas Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria, reservada esta última prerrogativa aos sócios-diretores.

§ 6º. — Reclamar contra quaisquer atos da Diretoria julgados contrários aos interêsses sociais, devendo, nesse caso, apresentar a sua reclamação documentada perante a "Assembléia Geral".

§ 7º. — Requerer a convocação extraordinária da "Assembléia Geral" mediante pedido dirigido ao presidente e assinado por êle e mais a metade, no mínimo, dos associados, devendo declarar o motivo da convocação.

CAPÍTULO IV (Do Capital, Receita e Despesa)

Art. 9º. — A Sociedade não exige dos seus membros contribuições obrigatórias e o seu capital será formado:

§ 1º. — Pelas ofertas voluntárias e legados que receber dos seus membros ou amigos e de quaisquer corporações filantrópicas, nacionais ou estrangeiras, que serão aceitas ou não a juízo da Diretoria.

§ 2º. — Pelas apólices e outros títulos que venha a possuir.

§ 3º. — Pelos juros das apólices e títulos que venha a possuir e dos que por ventura cobrar dos empréstimos que efetuar, de acôrdo com os presentes Estatutos.

Art. 10 — A Sociedade não aceitará de nenhum govêrno, nacional ou estrangeiro, nem de nenhuma corporação exclusivamente política, auxílio ou subvenção de espécie alguma.

Art. 11 — As despesas da Sociedade só poderão ser: a) — de expediente, a saber: salários, gratificações, ajudas de culto, escritório e tudo o mais que necessário fôr à manutenção dos serviços da Junta; b) eventuais: despesas de viagem e tôdas as que, por sua natureza e vulto, só possam ser determinadas, mediante votação, pela Diretoria ou pela Assembléia Geral, obedecido sempre, no tocante a respectiva finalidade, o disposto nos presentes Estatutos.

CAPÍTULO V (Do Fundo de Empréstimos)

Art. 12 — A Sociedade, no desempenho dos fins a que se destina, emprestará às instituições referidas no §3 do art. 2º. o dinheiro necessário para compra de terrenos, mobiliário, e construção e reforma de edifícios, direta ou indiretamente necessários ao exercício das respectivas atividades.

Art. 13 — Suprimido.

Art. 14 — Cabe à diretoria regulamentar as condições para obtenção dos empréstimos de que trata o art. 12º.

Art. 15 — A Diretoria exigirá das corporações que pedirem empréstimos tôdas as garantias em Direito permitidas.

CAPÍTULO VI (Da Seção de Depósitos)

Art. 16 — A Sociedade receberá a título de depósito tôda e qualquer quantia das Igrejas e demais instituições referidas no art. 2º., cabendo à Diretoria regulamentar tal operação.

CAPÍTULO VII (Da Diretoria)

Art. 17 — A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de sete membros, a saber: um presidente; um 1º. vice-presidente; um 2º. vice-presidente; um 3º vice-presidente; um secretário-tesoureiro; um 1º secretário arquivista e um 2º. secretário arquivista.

Art. 18 — O mandato da Diretoria será de um ano, podendo ser reeleita; o Secretário-tesoureiro, porém, será eleito por tempo indeterminado, ocupando o cargo enquanto bem servir.

Art. 19 — Os membros da Diretoria perceberão gratificações sòmente "pro-labore".

Art. 20 — A Diretoria se reunirá em sessão regular trimestralmente e extraordinàriamente tôdas as vêzes que fôr convocada pelo presidente ou quatro diretores, pelo menos.

Art. 21 — Na convocação coletiva da Diretoria o "quorum" será de cinco, ressalvado, entretanto, o disposto no art. 40.

Art. 22 — À Diretoria compete:

§ 1º — Cumprir e fazer cumprir fielmente as disposições dos presentes Estatutos.

§ 2º. — Regulamentar as operações de empréstimos e a seção de depósito de que tratam os capítulos V e VII dos presentes Estatutos, podendo em qualquer tempo fazer, no referido Regulamento, as modificações que julgar oportunas e convenientes.

§ 3º. — Designar, sob indicação do secretário-tesoureiro, o estabelecimento onde devem ser depositados os seus capitais ou fundos monetários.

§ 4º. — Executar tudo quanto fôr resolvido pela "Assembléia Geral" de acôrdo com os Estatutos.

§ 5º. — Resolver sôbre casos omissos nos presentes Estatutos, como julgar mais conveniente aos interêsses sociais, sujeitando o seu ato a "Assembléia Geral".

§ 6º. — Autorizar os empréstimos e o pagamento das despesas feitas de acôrdo com os Estatutos.

§ 7º. — Preencher as vagas que se derem no seu seio de acôrdo com o art. 47 dos Estatutos.

Art. 23 — Ao Presidente compete:

§ 1º. — Convocar e presidir as reuniões da "Diretoria" e da "Assembléia Geral".

§ 2º. — Mandar efetuar, mediante ordem escrita ou por "pague-se" os empréstimos e pagamentos autorizados pela Diretoria ou pela "Assembléia Geral".

§ 3º. — Representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dêle, demandar e ser demandado, com plenos poderes em prol da mesma e promover tudo quanto fôr de interêsse social, podendo, mediante autorização da Diretoria, delegar ou dividir essas atribuições com outro ou outros membros da mesma Diretoria.

§ 4º. — Apresentar à "Assembléia Geral Ordinária" um relatório da sua gestão anual, acompanhado do respectivo balanço financeiro.

§ 5º. — Levar ao conhecimento da "Assembléia Geral" tôdas as deliberações tomadas pela Diretoria durante o ano social e propor as medidas que julgar úteis e convenientes ao progresso social.

Art. 24 — Ao 1º. vice-presidente compete substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 25 — Ao 2º vice-presidente compete substituir o 1º. vice-presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 26 — Ao 3º. vice-presidente compete substituir o 2º vice-presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 27 — Ao Secretário-tesoureiro compete:

§ 1º. — Substituir o 3º. vice-presidente nas suas faltas e impedimentos.

§ 2º. — Redigir e expedir tôda correspondência externa da Sociedade, executando a que fôr afeta ao secretário-arquivista.

§ 3º. — Passar, mediante despacho ou requisição do presidente, certidões e atestados.

§ 4º. — Requisitar o material necessário para o serviço da Secretaria e da Tesouraria.

§ 5º. — Receber e verificar a legalidade das procurações a que se refere o § 5º. do art. 8º., consultando a respeito um advogado, se preciso fôr.

§ 6º. — Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os haveres sociais, observadas as disposições dos Regulamentos que serão expedidos de acôrdo com o §2º. do art. 22 dos presentes Estatutos.

§ 7º. — Trazer em boa ordem a escrituração que estiver a seu cargo.

§ 8º. — Fazer os pagamentos legalmente autorizados.

§ 9º. — Designar, dentre os membros da Diretoria, quem o deve substituir, em caso de impedimento temporário, dependendo essa designação de aprovação da Diretoria.

Art. 28 — Compete mais ao secretário-tesoureiro depositar e retirar em nome da Sociedade, no Estabelecimento que a Diretoria ordenar, de acôrdo com o § 3º. do art. 22, as quantias que receber, observando o que a respeito, determinam os Regulamentos que foram expedidos de acôrdo com o § 2º. do art. 22.

Art. 29 — Ao 1º. secretário-arquivista compete:

§ 1º. — Ler as atas e demais expedientes apresentados nas sessões da "Diretoria" e da "Assembléia Geral".

§ 2º. — Redigir e assinar em livros separados as atas das sessões da "Diretoria" e da "Assembléia Geral".

§ 3º. — Comunicar ao novo sócio a sua eleição.

§ 4º. — Escriturar o livro de matrícula dos sócios.

§ 5º. — Ter sob sua guarda o arquivo social.

Art. 30 — Ao 2º. secretário-arquivista compete substituir o 1º. Secretário-arquivista em suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO VIII (Das Assembléias Gerais)

Art. 31 — "Assembléia Geral" ordinária ou extraordinária é a reunião dos sócios convocada de acôrdo com os presentes Estatutos por meio de anúncio publicado com trinta dias de antecedência no "Jornal Batista" do Rio de Janeiro, e, facultativamente em outros jornais, denominacionais do "Campo Sul do Brasil", indicando dia, lugar e hora da reunião.

Art. 32 — A "Assembléia Geral Ordinária" se reunirá anualmente em um dia escolhido pela Diretoria.

Art. 33 — A "Assembléia Geral Ordinária", deliberando em sessão legalmente constituida, como poder soberano que é, compete, por maioria absoluta de votos:

§ 1º. — Interpretar os presentes Estatutos.

§ 2º. — Resolver sôbre casos omissos.

§ 3º. — Eleger a Diretoria.

§ 4º. — Julgar os atos da Diretoria.

§ 5º. — Admitir novos associados.

§ 6º. — Reformar os presentes Estatutos observando o disposto no art. 44.

§ 7º. — Decidir as reclamações perante ela apresentadas.

§ 8º. — Resolver sôbre todo e qualquer assunto referente ao bem social.

§ 9º. — Decidir a dissolução da Sociedade, observando o disposto nos arts. n. 45 e 52.

Art. 34 — Além da "Assembléia Geral Ordinária", haverá "Assembléias Gerais Extraordinárias", sempre que forem convocadas pelo presidente da Sociedade, ou pelos associados, de acôrdo com o § 7º. do art. 8º. dos Estatutos.

Art. 35 — Nas "Assembléias Gerais Extraordinárias" não poderão ser resolvidos nem discutidos assuntos estranhos ao motivo da convocação.

Art. 36 — Para que possa funcionar a "Assembléia Geral", quer ordinária, quer extraordinária, é preciso que a ela compareçam ou sejam representados por procuração a metade e mais um dos sócios matriculados, no mínimo.

Parágrafo único. Não comparecendo na primeira convocação o número exigido de sócios, será feita segunda convocação, com intervalo mínimo de duas horas, podendo a Assembléia, então, decidir com qualquer número de sócios presentes, além de pelo menos três diretores.

Art. 37 — Nas Assembléias requeridas pelos associados não haverá segunda convocação.

CAPÍTULO IX (Das eleições e votações)

Art. 38 — As eleições e votações, tanto nas sessões da Diretoria, como nas da "Assembléia Geral", poderão ser secretas, simbólicas ou nominais, conforme resolver a maioria ocasional dos sócios ou diretores.

Art. 39 — Tanto nas eleições como nas deliberações, é sempre a maioria absoluta dos presentes na ocasião que governa e resolve.

Art. 40 — Nas sessões da Diretoria não se poderá deliberar sem que estejam presentes quatro diretores no mínimo.

Art. 41 — Nas votações por procuração, nenhum sócio poderá representar mais de dois consócios.

CAPÍTULO X (Disposições Gerais)

Art. 42 — Os sócios não respondem subsidiàriamente pelas obrigações da Sociedade.

Art. 43 — Além dos que já tiverem adquirido a qualidade de sócio na vigência da primeira redação dêste artigo, serão sócios todos os que, obedecido o disposto no artigo 5º. e seu parágrafo, vierem a ser propostos por dois ou mais sócios aceitos por voto da Assembléia Geral.

Art. 44 — Os presentes Estatutos poderão ser reformados no todo ou em parte, por deliberação da "Assembléia Geral Ordinária" e pelo voto mínimo de dois têrços dos associados presentes e representados por procuração.

Art. 45 — A dissolução da Sociedade só poderá ser resolvida pela "Assembléia Geral Ordinária" a que compareçam ou sejam representados pelo menos dois têrços dos associados e si a decisão fôr tomada por dois têrços dos associados presentes e representados.

§ 1º. — As procurações dadas neste caso devem declarar expressamente que a vontade do associado outorgante é votar pela dissolução, do contrário não terão valor para êsse fim.

Art. 46 — O ano social será contado de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 47 — Dando-se de uma até três vagas de uma só vez na Diretoria, serão preenchidas pelo voto unânime dos quatro diretores restantes, que só poderá recair em membros da Sociedade.

§ 1º. — Dando-se simultâneamente mais de três vagas, só a "Assembléia Geral" poderá preenchê-las.

Art. 48 — A "Assembléia Geral" requerida pelos associados, de acôrdo com o § 7º. do art. 8º, não poderá ser negada nem demorada por mais de quarenta dias, a contar da data em que fôr entregue o pedido.

§ 1º. — No caso de ser a "Assembléia" requerida negada ou protelada, poderá ser convocada pelos próprios interessados, de acôrdo com a Legislação do País.

Art. 49 — A "Assembléia Geral Ordinária" ou Extraordinária regularmente convocada poderá autorizar a Diretoria a onerar, inclusive dando garantia real ou fidejussória, os bens e fundos sociais, a aliená-los e a com êles transigir em benefícios da Sociedade.

Parágrafo único — Poderá ainda a diretoria, mediante a mesma autorização, contrair empréstimos com terceiros, com garantia a ser dada pela Sociedade ou por pessoa física ou jurídica que se disponha a fazê-lo em condições satisfatórias para a instituição, destinando-se o produto dessa operação à melhor execução dos artigos 2º. e 12º. dêstes Estatutos; à Diretoria compete regularmentar a matéria.

Art. 50 — O sócio que fôr eleito para qualquer cargo deverá comunicar a sua aceitação ou não, no prazo de noventa dias e se nada comunicar nesse lapso de tempo, ou se tomar posse e faltar a três sessões consecutivas,

sem motivo justificado, será o lugar declarado vago e será preenchido de acôrdo com os Estatutos.

Art. 51 — Os livros de Atas, Matrículas da Tesouraria, etc., serão rubricados pelo presidente da Sociedade.

Art. 52 — No caso de dissolução da Sociedade serão devolvidas às corporações respectivas os haveres de que a mesma fôr depositaria, de acôrdo com os Estatutos, e a "Junta de Missões Estrangeiras" de Richmond, Va., o que a mesma tiver dado para construir o fundo de empréstimos para as construções, etc., e solvidos todos os compromissos sociais e restituidos os depósitos, o remanescente será distribuido proporcionalmente com as igrejas e demais corporações que tiverem contribuido para a formação do fundo social de empréstimos.

Art. 53 — Êstes Estatutos começarão a vigorar logo depois de aprovados pela Assembléia de Constituição e, depois de impressos e publicados em resumo no "Diário Oficial", serão registrados na forma da lei.

Estatutos da Convenção Batista Brasileira

Capítulo I — Nome e Sede

Art. 1º. — Convenção Batista Brasileira é uma organização religiosa, criada em 1907, por iniciativa das igrejas batistas estabelecidas no território da República do Brasil.

Art. 2º — A sede da Convenção Batista Brasileira é a Capital Federal, mas suas assembléias poderão realizar-se em qualquer parte do território nacional.

Capítulo II — Fins e Representação

Art. 3º — A Convenção Batista Brasileira tem por fim coordenar o trabalho geral das igrejas batistas que com ela cooperam, buscando desenvolver a obra da evangelização no País e fora dêle, a beneficência, a educação e a literatura cristãs.

§ único — A Convenção Batista Brasileira não exerce nenhum poder jurisdicial ou legislativo sôbre as igrejas; apenas dirige os trabalhos que mantém e recomenda às igrejas a maneira pela qual poderão cooperar com êsses trabalhos.

Art. 4º — A Convenção se reunirá ordinária ou extraordinàriamente em assembléias constituídas de mensageiros das igrejas batistas regulares do Brasil, credenciados na forma prescrita pelo Regimento Interno da Convenção.

§ 1º — O mandato dos mensageiros só é válido para as assembléias a que são credenciados.

§ 2º — Entende-se por igreja batista regular aquela que aceita as Sagradas Escrituras como única regra de fé e prática, e reconhece como fiel a exposição doutrinária denominada "Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil".

§ 3º — Os mensageiros, as igrejas que os credenciam, e as juntas não respondem nem mesmo subsidiàriamente pelas obrigações da Convenção.

§ 4º — Cada mensageiro só poderá ser credenciado por uma igreja.

§ 5º — Só os membros de igrejas batistas regulares que cooperam com esta Convenção poderão ser credenciados como mensageiros.

Art. 5º — A Convenção será representada ativa, passiva, judicial ou extra-judicialmente pelo seu presidente, e no impedimento dêste pelo seu substituto legal.

Capítulo III — Assembléias

Art. 6º — A Convenção se reunirá em assembléia ordinária uma vez por ano, e extraordinàriamente quando necessário.

§ 1º — Caberá a cada assembléia determinar o tempo e o local da realização da assembléia seguinte.

§ 2º — Quando fôr necessário poderá haver mudança da data ou local da reunião da assembléia, depois de consultadas tôdas as juntas da Convenção, sendo a decisão tomada de acôrdo com o voto da maioria das que se manifestarem.

§ 3º — Cabe ao presidente convocar com uma antecedência não inferior a sessenta dias as assembléias ordinárias e extraordinárias, estas mediante consulta a tôdas as juntas, sendo a decisão tomada de acôrdo com o voto da maioria das que se manifestarem.

Art. 7º — A Convenção determinará as suas próprias regras parlamentares, que deverão constar de seu Regimento Interno.

Art. 8º As assembléias da Convenção serão constituídas com a presença de qualquer número de mensageiros que se apresentarem munidos de credenciais fornecidas pelas respectivas igrejas.

Art. 9º — Para dirigir os trabalhos da Convenção, as assembléias ordinárias elegerão, logo depois de instaladas, uma diretoria composta de um presidente, três vice-presidentes, dois secretários e um tesoureiro, cujos mandatos vigorarão até as novas eleições na assembléia seguinte, e cujas atribuições constam do Regimento Interno.

Art. 10º — Cada assembléia constará de tantas sessões quantas forem necessárias, devendo o seu programa ser publicado no órgão oficial da Convenção com antecedência mínima de sessenta dias.

Capítulo IV — Atividades da Convenção

Art. 11º — Para a realização de seus fins a Convenção elegerá as seguintes juntas: Junta Executiva; Junta de Beneficência; Junta do Colégio Batista Shepard, do Rio; Junta do Colégio Americano Batista, do Recife; Junta do Colégio Batista Brasileiro, de São Paulo; Junta de Missões Estrangeiras; Junta de Missões Nacionais; Junta do Seminário Batista do Norte; Junta do Seminário Batista do Sul; Junta de Escolas Dominicais e Mocidade e Conselho Batista de Educação.

§ 1º — Quando houver conveniência a Convenção poderá criar outras agências de trabalho educacional, missionário, beneficente ou de publicidade.

§ 2º — A Convenção poderá atribuir às convenções regionais a direção e administração dos seus colégios.

§ 3º — As juntas a que se refere o presente artigo

serão renovadas anualmente na proporção que a Convenção determinar, e o número de seus membros será fixado pela Convenção.

§ 4º — Cada junta terá suplentes em número igual ao têrço de seus membros, eleitos anualmente, e que serão convocados para servir, na ordem de indicação, tôda vez que houver necessidade de substituição de algum membro efetivo.

§ 5º — Cada junta elegerá sua diretoria na primeira reunião depois das assembléias ordinárias da Convenção.

§ 6º — Para as suas reuniões as juntas convocarão todos os seus membros, podendo funcionar com o quorum previsto em seus respectivos estatutos.

§ 7º — Cada junta terá seus próprios estatutos e regimento interno, os quais respeitarão o espírito e a letra dêstes Estatutos.

§ 8º — Não poderá fazer parte de uma junta qualquer pessoa que dela receba remuneração ou que seja seu funcionário.

§ 9º — As juntas deverão apresentar à assembléia ordinária da Convenção, para aprovação, um relatório de suas atividades durante o ano bem como um balanço geral de suas contas.

§ 10º — Os relatórios das juntas serão discutidos pela assembléia mediante pareceres de comissões indicadas conforme determina o artigo seguinte.

§ 11º — A renovação das juntas será feita mediante indicação de uma comissão especial denominada Comissão de Renovação de Juntas.

§ 12º — Todo aquêle que deixar de ser membro de uma igreja batista regular que coopera com esta Convenção perderá o mandato de membro de junta.

Art. 12º — Logo após sua posse, o presidente nomeará uma Comissão de Indicações, à qual cabe indicar os nomes dos componentes das comissões de pareceres e da Comissão de Renovação de Juntas.

Art. 13º — A Junta Executiva da Convenção se constituirá de doze membros, a saber, os componentes da diretoria e mais cinco membros, eleitos pela assembléia, por indicação da Comissão de Renovação de Juntas.

Art. 14º — E' atribuição da Junta Executiva dar andamento a quaisquer resoluções da assembléia que não sejam atribuídas às outras juntas.

Art. 15º — As juntas poderão adquirir personalidade jurídica, devendo, entretanto, os respectivos estatutos conter dispositivos que estabeleçam:

1º — Que é condição para ser membro da junta:

a) ser membro de alguma igreja batista regular que coopere com a Convenção;

b) ter sido eleito pela assembléia da Convenção.

2º — Que a instituição é regida por princípios rigorosamente cristãos e de orientação evangélica batista.

3º — Que a junta seguirá fielmente a orientação da Convenção, apresentando-lhe relatórios anuais dos seus trabalhos bem como um balanço geral de suas contas.

4º — Que no caso de dissolução, seu patrimônio ficará pertencendo à Convenção, respeitados os direitos de terceiros.

Capítulo V — Disposições Gerais

Art. 16º — Os presentes Estatutos, que entram em vigor na data de sua aprovação, só poderão ser reformados em duas assembléias consecutivas, mediante votação favorável de dois têrços dos mensageiros presentes na ocasião da votação.

§ único — Qualquer emenda aprovada numa assembléia será publicada no órgão oficial da Convenção juntamente com o programa da assembléia seguinte.

Art. 17º — O órgão oficial da Convenção é "O Jornal Batista".

Art. 18º — Para a dissolução da Convenção é necessário que, em duas assembléias ordinárias consecutivas, votem para isso pelo menos quatro quintos dos mensageiros arrolados, destinando-se, nesse caso, o patrimônio da Convenção à Associação Evangélica Denominada Batista do Rio de Janeiro.

Art. 19º — A Convenção não responde subsidiàriamente pelas obrigações assumidas pelas suas juntas e nem estas respondem entre si e solidàriamente pelas obrigações de cada uma.

Art. 20º — Qualquer ato que importe em alheação de bens imóveis da Convenção necessita de sua autorização em assembléia geral, em que votem dois têrços dos mensageiros arrolados.

Art. 21º — As juntas deverão enviar à Junta Executiva seus estatutos, depois de feitas as modificações porventura necessárias.

Os presentes Estatutos foram aprovados pela Convenção Batista Brasileira em sua 37ª Assembléia Ordinária, na cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1954. Em 20 de Janeiro, por ocasião da 38ª Assembléia em Pôrto Alegre, decidiu-se registrar êstes Estatutos.

Werner Kaschel, 1º sec.

REGIMENTO INTERNO PROVISÓRIO DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

I — DA CONVENÇÃO — CAPÍTULO ÚNICO

A Convenção Batista Brasileira, fundada em 1907, é a entidade que tem por fim promover o trabalho batista no Brasil, na sua tríplice fase evangelística, beneficente e educativa, contando para isso com a cooperação das igrejas batistas brasileiras, que não estão ligadas a ela ou entre si por outros laços que não êsses da espontânea cooperação cristã.

II — DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Capítulo I — Das Reuniões

1. A Convenção se reunirá em Assembléia, em local prèviamente designado, para tratar dos assuntos relacionados com as atividades que promove.

2. Durante os interregnos das assembléias os planos da Convenção serão promovidos pelas juntas de que tratam os Estatutos, as quais prestarão relatório de suas atividades em tôdas as assembléias.

Capítulo II — Dos Mensageiros

1. As igrejas que cooperam com esta Convenção poderão enviar mensageiros às assembléias na seguinte proporção: três mensageiros por igreja e mais um por grupo de cinqüenta membros da igreja.

2. Os mensageiros deverão trazer de suas igrejas credenciais, que serão examinadas pelos secretários da Convenção e seus auxiliares, recebendo cada mensageiro uma ficha de identificação.

III — DA DIREÇÃO DOS TRABALHOS

Capítulo I — Da Diretoria e da Mesa

1. À mesa da Convenção, composta de um presidente e dois secretários, compete a direção de todos os trabalhos.

2. Para suprir a falta do presidente haverá três vice-presidentes.

3. A diretoria da Convenção será eleita na primeira

sessão de cada assembléia, sendo que a eleição do presidente será feita por escrutínio secreto.

Capítulo II — Do Presidente

1. O presidente é o orientador dos trabalhos e o fiscal da ordem, que zelará pelo fiel cumprimento dêstes Regimentos.

2. São atribuições do presidente:

a) Abrir, presidir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento.

b) Conceder ou negar a palavra aos mensageiros de acôrdo com êste Regimento; interromper os oradores quando se afastarem das questões em debate, quando falarem sôbre matéria vencida ou fora da ordem e quando não usarem linguagem conveniente.

c) Suspender a sessão em caso de perturbação de ordem;

d) Resolver tôdas as questões de ordem, isto é questões atinentes à observância do presente Regimento.

e) Submeter à discussão e votação as propostas feitas.

f) Assinar as atas com o secretário.

Capítulo III — Dos Secretários

1. São atribuições do 1º. secretário:

a) Lavrar as atas de cada sessão, nelas anotando as propostas e pareceres aprovados.

b) Redigir tôda correspondência da Convenção.

c) Cuidar da publicação dos Anais da Convenção, dos quais devem constar além das atas e pareceres, os relatórios apresentados à Convenção.

d) Cuidar do arrolamento dos mensageiros.

2. São atribuições do 2º secretário:

a) Ler a matéria do expediente das assembléias bem como a que lhe fôr entregue pelo presidente.

b) Substituir o 1º. secretário nos impedimentos dêste.

IV — DA ORDEM DOS TRABALHOS

Capítulo I — Das Sessões

1. As sessões da Convenção serão abertas pelo presidente ou seu substituto eventual.

2. Na primeira sessão de cada assembléia deverá ser submetido à aprovação do plenário o programa elaborado para a sessão e ao fim de cada sessão subseqüente deve ser submetida à aprovação do plenário a ordem do dia para a sessão seguinte.

3. Cada sessão deve ser precedida de uma parte devocional que constará de cânticos de hinos, orações, leitura da Bíblia e breve preleção.

Capítulo II — Dos Debates

1. Para ser discutido numa sessão, qualquer assunto deverá ser introduzido por uma proposta, salvo os pareceres de comissões.

2. Aquêle que desejar falar para apresentar ou discutir uma proposta deverá levantar-se e dirigir-se ao presidente dizendo: "Peço a palavra, sr. presidente."

3. Concedida a palavra, o orador falará, dirigindo-se ao presidente ou à assembléia, expondo o seu assunto e enunciando claramente a sua proposta que, quando fôr muito extensa ou envolver matéria grave, deve ser redigida e encaminhada à mesa.

4. Feita uma proposta ela só será posta em discussão se receber apoio por parte de outro mensageiro, o qual, dirigindo-se ao presidente dirá: "Apóio a proposta feita" ou simplesmente: "Apoiado".

5. Posta a proposta em discussão, os mensageiros que desejarem falar devem levantar-se e solicitar a palavra ao presidente.

6. O presidente concederá a palavra ao mensageiro

que primeiro a solicitar e quando dois ou mais solicitarem a palavra ao mesmo tempo, concedê-la-á àquele que estiver mais distante da mesa.

7. Quando muitos oradores desejarem falar, o presidente poderá ordenar a abertura de inscrições, o que será feito pelo segundo secretário.

8. Por voto do plenário pode ser limitado o tempo dos oradores, sendo que uma proposta para limitação de tempo não comporta discussão, uma vez apoiada, deve ser logo posta a votos.

9. Feita uma proposta, apoiada e posta em discussão, qualquer mensageiro pode apresentar uma proposta substitutiva, isto é uma proposta baseada na que originalmente foi feita mas modificando seus têrmos ou alcance.

10. Uma proposta substitutiva não pode contrariar fundamentalmente a proposta originalmente feita.

11. Uma vez proposto e apoiado um substitutivo a discussão passará a ser feita em tôrno dêle.

12. Encerrada a discussão e posta a votos a proposta substitutiva, se ela vencer, desaparece a proposta original; se não vencer será então posta a votos a proposta original.

13. Feita uma proposta e posta em discussão, qualquer mensageiro pode propor emendas a ela para acrescentar palavras, ou frases (emenda aditiva) para suprimir palavras ou frases (emenda supressiva) ou para suprimir palavras ou frases e acrescentar outras.

14. Apresentada e apoiada a emenda, a discussão passará a ser travada em tôrno dela.

15. Encerrada a discussão sôbre a emenda o presidente pô-la-á a votos; se vencer, será acrescentada à proposta original, que depois será posta a votos com a emenda.

16. Para facilitar a discussão ou a votação o presidente poderá dividir uma proposta que conste de vários pontos.

Capítulo III — Das Propostas Especiais

A) Para encerramento da discussão

1. O plenário pode impedir que oradores repisem argumentos já invocados ou falem demasiadamente por meio de uma proposta para encerramento da discussão.

2. A proposta para encerramento da discussão que deve ser brevemente justificada, uma vez apoiada, deve ser imediatamente posta a votos, pois não comporta discussão.

B) *Para adiamento*

1. Qualquer mensageiro pode propor o adiamento para tempo definido de qualquer questão em debate, a fim de que matéria mais urgente seja considerada ou para que sejam fornecidos maiores esclarecimentos ao plenário.

2. A proposta para adiamento, uma vez apoiada, é imediatamente posta a votos, sem discussão.

C) *Para pôr sôbre a mesa*

1. Qualquer mensageiro pode propor o adiamento, por tempo indefinido, se forem necessários novos esclarecimentos, ficando o assunto sôbre a mesa.

2. Em qualquer sessão posterior qualquer mensageiro pode solicitar a retirada do assunto de sôbre a mesa, o que será feito se houver assentimento do plenário.

D) *Reconsideração*

1. Uma proposta para reconsideração só pode ser feita por um mensageiro que votou a favor do assunto que deseja ver reconsiderado.

2. A proposta para reconsideração não pode ser feita na mesma sessão em que a questão a reconsiderar foi votada.

3. A proposta para reconsideração deve ser bre-

vemente justificada e depois de apoiada, deve ser posta imediatamente a votos.

4. Vencedora a proposta de reconsideração, o assunto anteriormente aprovado volta à discussão.

Capítulo IV — Das Formas de Votação

1. Antes de pôr a votos uma proposta o presidente deve enunciá-la com clareza para esclarecimento dos mensageiros, satisfeitos quaisquer pedidos de informação.

2. Depois de enunciada a proposta, o presidente deve pedir os votos a favor, solicitando que os mensageiros que a favorecem levantem uma das mãos.

3. A seguir o presidente pedirá que se manifestem pelo mesmo sinal aquêles que são contra a proposta, e anunciará o resultado da votação.

4. Se houver necessidade os secretários contarão os votos.

5. Podem ser usadas outras formas de votação, tais como:

a) levantarem-se os mensageiros,

b) permanecerem sentados os que favorecem e levantarem-se os que contrariam,

c) permanecerem em silêncio os que favorecem, e

d) dizerem "sim" os que favorecem e "não" os que contrariam.

6. As resoluções da Assembléia serão tomadas por maioria absoluta de votos.

7. Em certas eleições é conveniente o uso do escrutínio secreto.

8. Qualquer mensageiro que o desejar, tendo sido vencido na votação, pode solicitar a inserção em ata da justificação de seu voto.

CAPÍTULO V — DAS QUESTÕES DE ORDEM

1. Qualquer mensageiro, quando achar que não está

sendo observada a ordem nos debates, que algum orador se está afastando da questão ou que há qualquer omissão ou desvio, pode pedir a palavra pela ordem, a qual deve ser-lhe imediatamente concedida.

2. Obtendo a palavra, o mensageiro exporá brevemente a questão de ordem, devendo a matéria ser resolvida pelo presidente.

Capítulo VI — Dos Apartes

1. Quem desejar apartear um orador deve primeiro solicitar-lhe o consentimento, e não falará se êste não fôr dado.

2. Os apartes devem ser feitos para esclarecer o orador ou para fazer-lhe perguntas que esclarecem o plenário sôbre o ponto que está em consideração.

3. Os apartes não devem ser discursos paralelos ao do orador aparteado.

4. O presidente não pode ser aparteado, bem como um proponente ou relator que estiver falando para encaminhar a votação.

V — DAS COMISSÕES E PARECERES

1. Qualquer assunto que fôr considerado de gravidade pelo plenário ou cuja discussão fôr considerada inconveniente poderá ser entregue a uma comissão por meio de uma proposta explícita nesse sentido.

2. As comissões nomeadas pela Convenção apresentarão seus pareceres por intermédio de seu relator.

3. Os pareceres das comissões, uma vez apresentados, sofrerão o mesmo tratamento que quaisquer propostas comuns, podendo ser-lhe apresentados substitutivos ou emendas.

4. Depois de lido um parecer, cabem inicialmente duas espécies de propostas: para aceitação integral ou

para discussão, ponto por ponto, a menos que seja feita proposta para adiamento da discussão ou para colocar sôbre a mesa.

5. A proposta para que um parecer seja discutido ponto por ponto deverá ser logo posta a votos; caso seja vitoriosa, cada ponto do parecer será submetido separadamente à discussão e a votos.

6. A Comissão de Renovação de Juntas se constituirá de 10 membros representativos do maior número de Campos.

VI — DAS JUNTAS

1. Para a realização de seus fins a Convenção elegerá as seguintes juntas: Junta Executiva; Junta de Beneficência; Junta do Colégio Batista Shepard, do Rio; Junta do Colégio Americano Batista, do Recife; Junta do Colégio Batista Brasileiro, de São Paulo; Junta de Missões Estrangeiras; Junta de Missões Nacionais; Junta do Seminário Batista do Norte; Junta do Seminário Batista do Sul; Junta de Escolas Dominicais e Mocidade e Conselho Batista de Educação.

a) Quando houver conveniência a Convenção poderá criar outras agências de trabalho educacional, missionário, beneficente ou de publicidade.

b) A Convenção poderá atribuir às convenções regionais a direção e administração dos seus colégios.

c) As juntas a que se refere o presente artigo serão renovadas anualmente na proporção que a Convenção determinar, e o número de seus membros será fixado pela Convenção.

d) Cada junta terá suplentes em número igual ao têrço de seus membros, eleitos anualmente, e que serão convocados para servir, na ordem de indicação, tôda vez que houver necessidade de substituição de algum membro efetivo.

e) Cada junta elegerá sua diretoria na primeira reunião depois das assembléias ordinárias da Convenção.

f) Para as suas reuniões as juntas convocarão todos os seus membros, podendo funcionar com o quorum previsto em seus respectivos estatutos.

g) Cada junta terá seus próprios estatutos e regimento interno, os quais respeitarão o espírito e a letra dêstes Estatutos.

h) Não poderá fazer parte de uma junta qualquer pessoa que dela receba remuneração ou que seja seu funcionário.

i) As juntas deverão apresentar à assembléia ordinária da Convenção, para aprovação, um relatório de suas atividades durante o ano bem como um balanço geral de suas contas.

j) Os relatórios das juntas serão discutidos pela assembléia mediante pareceres de comissões indicadas conforme determina o artigo seguinte.

k) A renovação das juntas será feita mediante indicação de uma comissão especial denominada Comissão de Renovação de Juntas.

i) Todo aquêle que deixar de ser membro de uma igreja batista regular que coopera com esta Convenção perderá o mandato de membro de junta.

2. As juntas poderão adquirir personalidade jurídica, devendo, entretanto, os respectivos estatutos conter dispositivos que estabeleçam:

1º. — Que é condição para ser membro da junta:

a) ser membro de alguma igreja batista regular que coopere com a Convenção;

b) ter sido eleito pela assembléia da Convenção.

2º. — Que a instituição é regida por princípios rigorosamente cristãos e de orientação evangélica batista.

3º. — Que a junta seguirá fielmente a orientação

da Convenção, apresentando-lhe relatórios anuais dos seus trabalhos, bem como um balanço geral de suas contas.

4º. — Que no caso de dissolução, seu patrimônio ficará pertencendo à Convenção, respeitados os direitos de terceiros.

3. As juntas elegerão seus secretários executivos e os diretores das instituições sob sua administração.

4. A Junta Executiva contará, para suas despesas, com a receita proveniente das ofertas das igrejas trazidas por ocasião da Convenção.

5. O Conselho Batista de Educação é constituído de três educadores eleitos pela Convenção, pelos docentes batistas de nível universitário e pelos diretores de estabelecimentos de ensino subordinados à Convenção Nacional, às convenções estaduais e às missões do Sul dos Estados Unidos no Brasil.